



**ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA**

A Articulação Nacional de Agroecologia estimula aos leitores a livre circulação dos textos aqui publicados. Sempre que for necessária a reprodução total ou parcial deste material, solicitamos que os Anais do III Encontro Nacional de Agroecologia sejam citados como fonte.

Elaboração e edição dos textos que compõem os Anais do III ENA: Cinara Del'Arco Sanches e Eduardo Sá.

Copidesque e revisão: Rosa L. Peralta

Projeto gráfico e capa: Roberta Rangé

Diagramação: Roberta Rangé e Wilma Ferraz

Fotos: Imagens do Povo (Fabio Caffé e Francisco Valdean), Bernardo Vaz, Renato Cosentino, Roberta Rangé e Valter Campanato.

Coordenação editorial: Flavia Londres

Equipe de relatoria no III ENA: Alexandre Gollo, Andrea Lima, Carlos Magno, Cinara Sanches, Cintia Barenho, Claudemar Mattos, Claudio Ribeiro, Flavio Duarte, Glauco Florisbello, Neila Santos, Nicleia Nogueira, Rafael Neves, Rivaneide Matias, Sarah Luiza Moreira e Zaré Brum Soares.

Equipe de facilitação gráfica no III ENA: Amanda Gambale, André Biazoti, Bruno Cared, Camila Scramim Rigo, Carla Hirata, Diego Lopez, Gabriela Juns, Gui Neves, Larissa Fernandes, Marina Nicolaiewsky, Muriel Duarte, Pedro Ishikawa, Raíssa Theberge, Ramon Teixeira e Vitor Massao.

Tiragem: 300 exemplares

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Lioara Mandoju CRB7 5331

E56 Encontro Nacional de Agroecologia (3. : 2014 : Juazeiro, BA)

Anais do III ENA : Encontro Nacional de Agroecologia. - Rio de Janeiro : Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, 2014.

232 p. : il. color. ; 28 cm.

Encontro realizado na Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Juazeiro (BA), de 16 a 19 de maio de 2014.

ISBN 978-85-87116-22-2

1. Ecologia agrícola – Brasil – Congressos. 2. Agricultura – Brasil – Congressos. 3. Economia agrícola – Brasil – Congressos. 4. Agricultura familiar – Brasil – Congressos. 5. Agroindústria – Brasil – Congressos. I. Articulação Nacional de Agroecologia (Brasil). II. Título.

CDD 630.27450981

Secretaria Executiva da ANA

www.agroecologia.org.br

secretaria.ana@agroecologia.org.br

Rua das Palmeiras, 90 – Botafogo

CEP: 22.270-070 – Rio de Janeiro – RJ



ANAIIS DO III ENA

Cuidar da Terra, Alimentar a Saúde e Cultivar o Futuro

ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA
2014 JUAZEIRO (BA)

2015

Rio de Janeiro



Sumário

1. Apresentação	7
2. Plenária de Abertura	19
3. Territórios e Caravanas Agroecológicas e Culturais	25
4. Seminários Temáticos	49
5. Plenária das Juventudes	115
6. Plenária das Mulheres	125
7. Seminário Internacional	139
8. Feira de Saberes e Sabores	143
9. Oficinas Autogestionadas	147
10. Atos Públicos	153
11. Plenária Final	159
ANEXO I - Facilitações Gráficas	164
ANEXO II - Listas de Participantes	198

16a19
maio/2014
Juazeiro
(BA)

CUIDAR DA TERRA, ALIMENTAR A SAÚDE,



CULTIVAR O FUTURO

II JIENA

ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA



REALIZ

ARTI
NAC
AGRO

1.

Apresentação

O III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA), sob o lema “Cuidar da Terra, Alimentar a Saúde, Cultivar o Futuro”, foi promovido pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) – uma rede nacional de organizações, movimentos sociais de abrangência nacional e regional e redes regionais – entre os dias 16 e 19 de maio de 2014, no campus da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), localizado na cidade de Juazeiro, Bahia. O Encontro reuniu mais de 2.000 pessoas de todos os estados do Brasil envolvidas na construção da agroecologia, sendo 70% agricultores e agricultoras familiares, camponeses e camponesas, pescadores e pescadoras, indígenas, povos e comunidades tradicionais, destacando ainda a paridade de gênero e o estímulo à participação da juventude.

Ancorada no princípio da *unidade na diversidade*, a ANA definiu como objetivo principal do III ENA aumentar a coesão política e dar maior visibilidade ao campo agroecológico brasileiro. Para tanto, os esforços foram direcionados no sentido de construir convergências políticas e uma expressão pública unitária em torno a um projeto de transfor-

mação do mundo rural brasileiro fundado na defesa da agricultura familiar camponesa e dos povos e comunidades tradicionais em suas múltiplas expressões e identidades. Imbuído desse espírito, o evento foi organizado buscando dar respostas à seguinte questão: *Por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia?*

Os ENAs, compreendidos como oportunidades para a realização de análises e sínteses coletivas sobre os avanços e desafios do campo agroecológico no país, têm assumido um papel de destaque na afirmação política de um conjunto de segmentos da sociedade identificados com o paradigma agroecológico que se constrói de forma descentralizada em todo o Brasil.

Em sua trajetória, iniciada em 2002 a partir do I ENA, a ANA construiu alianças estratégicas com organizações, redes e movimentos que igualmente lutam pela democratização e pela sustentabilidade da sociedade. Nessa caminhada surgiu o processo “Diálogos e Convergências”, uma dinâmica interativa de caráter permanente que vem permitindo o fortalecimento e o enriquecimento recíproco de redes nacionais constituídas a partir das perspectivas da Agroecologia, da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional,

da Economia Solidária, da Saúde Coletiva, da Justiça Ambiental e do Feminismo.

O III ENA aconteceu numa conjuntura marcada por grandes contradições. De um lado, a reafirmação do agronegócio e sua dinâmica expansiva sobre territórios ocupados pela agricultura familiar camponesa e pelos povos indígenas e comunidades tradicionais. Somado a isso, assistimos a uma série de violações de direitos territoriais com a implantação de grandes obras de infraestrutura de um modelo de desenvolvimento econômico predatório de bens naturais. Por outro lado, é notório o adensamento político do campo agroecológico, expresso na multiplicação e na crescente visibilidade pública das experiências de construção da agroecologia. Observa-se, ainda, um significativo aumento na institucionalização do enfoque agroecológico em políticas e programas públicos, reflexo da crescente afirmação de suas proposições.

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) estão sendo construídos nesse contexto de contradições, representando uma conquista da capacidade de afirmação da proposta agroecológica pelas organizações e movimentos integrados à ANA. O III ENA foi uma oportunidade singular para que algumas medidas previstas no Planapo fossem divulgadas e debatidas, o que acabou contribuindo para a geração de indicadores de monitoramento de sua execução, assim como para a criação de condições de atualização das proposições para o mundo rural brasileiro e de fortalecimento da concepção de *Brasil Agroecológico*.

Realizado no Ano Internacional da Agricultura Familiar, o III ENA também configurou-se na oportunidade de demonstrar que a multifuncionalidade positiva desse segmento só poderá ser mantida e aprimorada a partir do enfoque agroecológico no desenvolvimento dos sistemas agroalimentares e na gestão dos bens naturais pelas populações rurais. Como indicam diversos documentos oficiais e o painel internacional que ocorreu durante o evento, a agroecologia vem sistematicamente ganhando reconhecimento político e social como a única alternativa capaz de enfrentar de forma estruturante as inúmeras dimensões da crise da civilização, resultado de padrões de desenvolvimento ambientalmente insustentáveis e socialmente excludentes.

O processo preparatório

Em dezembro de 2012, a ANA promoveu na cidade de Luziânia, em Goiás, o Seminário Nacional Convocatório ao III ENA, que reuniu representantes de organizações, movimentos sociais, universidades e outros grupos de todas as regiões do país. O processo preparatório teve início a partir de ricos debates sobre o contexto sociopolítico no Brasil, da construção de consensos de análise e unidade política em meio à diversidade dos seus sujeitos e do estabelecimento de propostas e etapas a serem cumpridas até a realização do III ENA. Foi também nesse





seminário que as opções de locais para a realização do evento foram apresentadas, decidindo-se mais adiante pela cidade de Juazeiro, no semiárido baiano. A partir do seminário, a preparação passou a acontecer em dois níveis: nos estados e em áreas/regiões/territórios, por meio da articulação das redes, movimentos e organizações, até desembocar na concretização do evento em maio de 2014, sempre sob o mote: *Por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia?*

O rico processo de preparação do III ENA abarcou um conjunto diverso de atividades, organizadas com a intenção de trazer respostas à questão central colocada para o evento. Para tanto, deu-se destaque às experiências agroecológicas e seus/suas protagonistas nos distintos contextos socioambientais e políticos do Brasil, com o objetivo de analisá-las e debatê-las a partir da unidade territorial, evidenciando as respostas e estratégias locais para uma efetiva comunicação com a sociedade.

As atividades preparatórias partiram de um conjunto de questões compartilhadas pelos(as) participantes, indicando assim caminhos para as análises das realidades dos territórios. Nesse momento, também foram sugeridas as principais questões orientadoras, organizadas a partir de eixos ajustados às localidades e seus contextos. Destacou-se ainda como essencial que as experiên-

cias que contam com a participação ativa de mulheres e jovens nos processos de sistematização e reflexão fossem valorizadas.

A definição dos eixos orientadores do processo de realização das atividades preparatórias teve como foco compreender em que medida as experiências em curso estão contribuindo para o fortalecimento dos sujeitos e o desenvolvimento da agroecologia nos territórios em constante disputa com o modelo hegemônico: 1) posse da terra e direitos territoriais; 2) soberania e segurança alimentar e nutricional; 3) proteção, manejo e conservação dos recursos naturais; 4) economia e trabalho; 5) mercados; 6) identidades e cidadania; 7) questões sócio-organizativas; 8) conflitos; e 9) políticas públicas.

Além de Encontros Estaduais, foram realizadas [12 Caravanas Territoriais](#), uma [Oficina de Comunicação](#) e um [Seminário Nacional de Mulheres](#).

As [Caravanas Territoriais](#), que tiveram início em maio de 2013 na [Zona da Mata mineira](#), portanto, um ano antes do III ENA, percorreram o país do [Rio Grande do Sul](#) ao [Pará](#) e do [Rio Grande do Norte](#) ao [Mato Grosso](#), perfazendo trajetos nas quatro direções, abrangendo uma rica e complexa diversidade e evidenciando as conquistas, as disputas e os desafios encontrados nos diversos territórios. As redes e organizações dos territórios que abrigaram as caravanas se organizaram para conduzir os processos de reflexão e aprendizagem a partir de eixos orientadores, com a participação dos mais diversos sujeitos: agricultores, agricultoras, representantes de povos e comunidades tradicionais, assessores e assessoras,

jovens, mulheres, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas. Além de criar um ambiente fecundo para a reflexão, as caravanas oportunizaram, em muitos casos, a produção de materiais de comunicação voltados para a divulgação das evidências sistematizadas e dos debates para amplos segmentos da sociedade. Do ponto de vista metodológico, as caravanas funcionaram como exercícios para o desenvolvimento de um *novo olhar* sobre as experiências de agroecologia, propiciando assim a construção de uma visão integradora das diferentes dimensões que conformam a realidade dos territórios enfocados.

A oficina *Mais Comunicação para mais Agroecologia* aconteceu em setembro de 2013, no município de Juazeiro, Bahia, com a participação de 30 pessoas de organizações de todas as regiões do país. O objetivo era articular comunicadores(as) e unir ações para ampliar a visibilidade da agroecologia no Brasil, por meio do fortalecimento das estratégias de comunicação da ANA e das organizações que fazem parte da rede durante o processo que antecedeu o III ENA. Partiu-se da reflexão sobre os ENAs anteriores e o papel que a comunicação desempenhou nos mesmos. Também foi colocada a necessidade de ampliar e ressignificar esse papel diante dos desafios colocados no contexto atual, em que se torna premente levar o debate para a sociedade como um todo, para além dos setores já mobilizados pela proposta da agroecologia. Para inspirar os(as) participantes e contribuir para a reflexão pretendida durante a oficina, foi apresentado o sistema de comunicação da Articulação do Semiárido (ASA), compartilhando seus aprendizados na perspecti-

va da valorização do conhecimento local e das experiências em curso nos territórios. Além do desafio de pensar na comunicação para o III ENA, o grupo se deteve sobre a necessidade de continuar alimentando os processos e instrumentos para criar um sistema permanente após o evento, assim como sobre a importância de pensar a comunicação também como direito e como ferramenta para valorizar a cultura popular. Ao final do evento, foram traçadas as estratégias para a construção de uma rede de comunicadores(as) a partir das Caravanas Territoriais e pensadas as possíveis formas de organizar as questões operacionais nas diferentes etapas da comunicação do ENA, a exemplo da produção de materiais de vídeo e áudio.

O *Seminário Mulheres Rumo ao III ENA*, organizado pelo Grupo de Trabalho Mulheres da ANA (GT Mulheres da ANA), aconteceu no mês de novembro de 2013 na cidade de Curitiba, no Paraná, e contou com a participação de 80 mulheres representantes de diversas organizações e movimentos sociais ligados à agroecologia, ao feminismo e à defesa dos direitos das agricultoras familiares e camponesas do Brasil. Os objetivos principais do evento foram refletir sobre a relação das mulheres com a agroecologia e as políticas públicas e afinar as pautas e os temas para o III ENA. Para tanto, promoveu-se um debate sobre a desigualdade no acesso de mulheres rurais às políticas, com a intenção de construir propostas concretas para a superação dos desafios e entraves associados. O evento iniciou com visitas de intercâmbio a duas experiências protagonizadas por mulheres no município de Campo Magro: a cozinha comunitária da

comunidade de Conceição dos Correias e a agroindústria da família Escher, que conta com produtos lácteos, molho de tomate, pães, geleias e beneficiamento de hortaliças. As participantes também tiveram a oportunidade de acompanhar a plenária final da Caravana Agroecológica e Cultural do Sul, evento que estava sendo conduzido coincidentemente na mesma ocasião na Universidade Federal do Paraná (UFPR). A programação do seminário também incluiu uma mesa redonda com o governo federal, um debate sobre o crédito para as mulheres rurais e uma mesa sobre Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para mulheres.

A metodologia

Assim como nos dois primeiros ENAs (2002 e 2006), os debates no III ENA estiveram alinhados na apresentação de experiências previamente sistematizadas nas diversas regiões do país, tendo o papel de ilustrar como os diferentes temas relacionados à construção da agroecologia se expressam nas mais diversificadas situações socioambientais e culturais. A identificação dos aspectos recorrentes dessas experiências, buscando sintetizar a *unidade na diversidade* do campo agroecológico, foi o elemento-chave no processo coletivo de construção de conhecimento e de expressão pública do III ENA.

Assim, para garantir o alcance dos objetivos estratégicos do evento, colocou-se como condição essencial uma preparação geograficamente descentralizada e socialmente mobilizadora, em que o desafio central era reconhecer e valorizar a diversidade nos mais variados contextos socioambientais e culturais. Com isso, a ideia era lançar mão

de métodos que fossem capazes de dar visibilidade às múltiplas dimensões que fazem parte da construção do processo político que integra a conformação do campo agroecológico. Nesse sentido, a metodologia foi elaborada a partir dos elementos que dessem coesão no bojo dessa diversidade, com a intenção de encontrar pontos convergentes que permitissem a construção do senso de pertencimento, criando condições socio-políticas de proposição de estratégias para a superação dos críticos desafios colocados para a sociedade brasileira em seu conjunto.

Para tanto, a ANA propôs um mergulho nas distintas realidades apresentadas pelas experiências concretas, nas quais a agroecologia e o agronegócio disputam espaço físico, político e ideológico. Esse exercício estimulou as dinâmicas de mobilização social e a reflexão coletiva sobre as questões orientadoras do III ENA, com a preocupação de equilibrar as denúncias e os anúncios, estruturando-os mutuamente na construção do conhecimento. Tais mergulhos nas distintas realidades aportaram os elementos que subsidiaram a escolha das sessões territoriais e dos temas estratégicos para os seminários temáticos durante o III ENA.

Para conformar um *novo olhar* sobre as experiências e ancorar os debates, foi primordial entender o território como unidade de análise, compreendido como um espaço físico, sociocultural e econômico onde se dão as disputas entre os modelos de desenvolvimento defendidos pela agroecologia e pelo agronegócio. A perspectiva territorial de análise cria duas novas chaves de leitura das experiências de construção da agroecologia: em primeiro

lugar, situa as experiências em seus contextos específicos a partir de um enfoque multidimensional (que articula as dimensões ambiental, social, cultural, econômica), multitemático (que articula os temas mobilizadores) e multiescalar (que situa experiências de indivíduos, famílias e organizações locais no seu entorno territorial, assim como situa o território em relação às influências de seu entorno regional, nacional e internacional). Em segundo lugar, enfoca as experiências de agroecologia em contraste com as iniciativas de ocupação do território colocadas em prática pelo agro-negócio e demais projetos do grande capital agroindustrial, agrário e financeiro. Desse ponto de vista, o território é encarado como um espaço em disputa entre atores portadores de projetos opostos.

Com o objetivo de contrastar os padrões adotados por um e outro modelo, foram sugeridas atividades de análise coletiva no âmbito dos territórios estudados, quais sejam: as Caravanas Territoriais e os Encontros Estaduais, que se dedicaram à sistematização e ao mapeamento das experiências em curso. As metodologias utilizadas foram e continuam sendo construídas a partir das convergências que conferem a coesão necessária aos sujeitos protagonistas do campo agroecológico para enfrentar esse desafiador e substantivo processo de disputa.

Dois outros importantes aspectos considerados na preparação metodológica do III ENA foram: transcender a lógica do discurso puro, buscando novas formas de expressão, como a música, o teatro, a poesia; e incorporar a cultura e a comunicação como elementos estruturantes de todo o processo.

As Caravanas Territoriais, mais tarde batizadas de Caravanas Agroecológicas e Culturais, traduziram-se numa substantiva inovação metodológica da ANA no processo preparatório do III ENA. O objetivo era mobilizar os atores locais, contribuir para uma leitura integradora da realidade de cada território, fortalecer as práticas agroecológicas, ampliar a escala das experiências e identificar as ameaças que essas iniciativas enfrentam para se desenvolver. Para tanto, 12 territórios foram visitados, envolvendo um público de aproximadamente 2.500 pessoas, durante um período de 12 meses que antecedeu o III ENA. Organizadas em rotas que convergiam ao final da atividade, além de proporcionar ambientes fecundos para o debate entre as organizações da ANA e convidados(as), as caravanas foram oportunidades para a produção de materiais de comunicação voltados para a divulgação das evidências sistematizadas e dos debates para amplos segmentos da sociedade. As caravanas também incorporaram atividades em centros urbanos buscando mobilizar todas as parcelas da população em favor da questão central do III ENA – *Por que interessa à sociedade apoiar a Agroecologia?*.

Para orientar a análise das experiências, contextualizadas nos territórios, foram estabelecidos alguns focos de atenção: condições de acesso à terra/direitos territoriais; uso e manejo das sementes/agrobiodiversidade; plantio de transgênicos; uso de agrotóxicos; custos de produção; autonomia (ou dependência) dos(as) agricultores(as) no uso de insumos externos; quantidade, qualidade e diversidade de alimentos e de outros produtos (plantas medicinais, artesanato, madeiras, fibras, serviços, etc.); questões relacionadas

à saúde; preservação das florestas/ matas, das águas e dos solos; preservação das paisagens; organização do trabalho e fontes de renda; participação e auto-organização de mulheres e jovens; beneficiamento/agroindustrialização da produção; organização e acesso aos mercados; contribuição ao desenvolvimento local/territorial.



As caravanas, por fim, mostraram a capacidade de trabalho e mobilização das organizações locais e permitiram visualizar aspectos importantes, como as formas de manifestação dos conflitos e as correspondentes formas de resistência, bem como a construção social da agroecologia a partir de distintas realidades e populações, suas identidades e histórias. Foram as caravanas que conferiram concretude às Instalações Pedagógicas Territoriais realizadas durante o III ENA e que reproduziram a vasta diversidade de representações da realidade discutida e vivenciada em cada um dos territórios visitados.

Assim como as Caravanas Territoriais, os Encontros Estaduais valorizaram as experiências concretas e as propostas do campo agroecológico em suas diferentes dimensões.

A ferramenta Intermapas, desenvolvida como subsídio para o [Encontro Nacional](#)

[de Diálogos e Convergências](#) que aconteceu em 2011, na cidade de Salvador (BA), foi sugerida para o processo preparatório das caravanas por facilitar [mapear as iniciativas de construção da agroecologia e da Economia Solidária, bem como o avanço do agronegócio sobre os territórios.](#)

As questões mais significativas suscitadas nas oficinas/caravanas e nos encontros estaduais subsidiaram a elaboração de [sistematizações](#) que evidenciaram os impactos econômicos e ecológicos da agroecologia nos territórios e alimentaram as sessões territoriais e temáticas durante o III ENA, sendo também divulgadas nos diferentes canais de comunicação.

No que diz respeito à metodologia do evento em si, houve toda uma preocupação em manter um fio condutor que interligasse as distintas atividades em um movimento crescente, buscando identificar em cada momento conteúdos que subsidiassem as etapas seguintes, analogamente ao processo preparatório. Nesse sentido, uma equipe de 15 relatores(as) foi instruída no início e durante o evento para produzir as sínteses necessárias para o devido encadeamento dos conteúdos.

[A Plenária de Abertura, sob o tema Por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia?,](#)

oportunizou a apresentação das delegações presentes, bem como contou com uma mesa de abertura formada por organizadores(as) e apoiadores(as). A plenária foi encerrada com a apresentação da Articulação do Semiárido (ASA), intitulada “A convivência com o semiárido”, destacando a importância de aprender a conviver com as características do clima da região que abrigou o III ENA, como defende a agroecologia.

As *Sessões Territoriais* tinham como principal objetivo analisar a construção da agroecologia e suas disputas territoriais a partir das distintas realidades vivenciadas pelos(as) participantes, que trouxeram para o evento acúmulos, denúncias e anúncios das diversas caravanas. As sessões foram essenciais também para verificar em que medida cada um dos temas estratégicos dos seminários se expressa nos territórios e como dialoga com as políticas públicas na realidade concreta, qualificando o debate.

Outro valioso recurso metodológico utilizado nas Sessões Territoriais foram as *Instalações Pedagógicas*, que permitiram ilustrar de maneira muito eficaz os conteúdos produzidos a partir das caravanas, rompendo com a lógica exclusiva da oralidade. Ao todo foram 15 instalações representando os seguintes territórios:

- [Zona da Mata – MG](#)
- Santarém e Belterra – PA
- Chapada do Apodi – RN/CE
- Sudoeste do Mato Grosso – MT

- [Bico do Papagaio – TO](#)
- Região Mogiana-Sorocabana – SP
- [Região Sul – PR/SC/RS](#)
- Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RJ
- Oeste de Santa Catarina – SC
- Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha – MG
- Sertão do Araripe – PE
- Território do Sisal – BA
- Extremo Sul da Bahia – BA
- [Rondônia – RO](#)
- [Sertão do São Francisco – BA](#)

Por sua vez, os conteúdos dos *Seminários Temáticos* foram organizados de maneira a subsidiar a elaboração do [documento final do encontro](#).

A [Plenária Final](#), sob o tema *Por um Brasil Agroecológico*, foi um importante momento de condensação das pautas do campo agroecológico, mobilizando expressiva e inequívoca atenção de todos(as) os(as) participantes, culminando com a aclamação da [Carta Política do III ENA](#) na íntegra, que foi entregue ao ministro Gilberto Carvalho.

Durante o evento, também aconteceram as *oficinas autogestionadas*, inscritas e facilitadas pelos(as) participantes; a [Feira de](#)

Saberes e Sabores, sob o tema *Expressões da Agroecologia no Brasil*, com estandes organizados por estado; e uma tenda coletiva que abrigou o rico momento de *troca de sementes* do III ENA.

O Painel Internacional, que teve como apresentação a saudação enviada em vídeo pelo ex-relator especial da ONU para o direito humano à alimentação, Olivier De Schutter, debateu a crescente influência da agroecologia na agenda política internacional e contou com a presença de convidados(as) da América Latina, África e Europa. Assim como Olivier, os(as) convidados(as) manifestaram a importância do movimento brasileiro pela construção da agroecologia, destacando os vínculos dessa construção com os movimentos sociais que lutam pela defesa e pelo fortalecimento da agricultura familiar camponesa e dos povos e comunidades tradicionais, como a base sociocultural da agricultura do futuro.

No último dia, foram organizados quatro atos públicos que, como afluentes, desembocaram unidos sobre a ponte que liga a cidade de Juazeiro à cidade de Petrolina, no estado de Pernambuco, fechando-a por uma hora. Uma caminhada de aproximadamente dois quilômetros, saindo do campus da Univasf em direção à ponte, reuniu mais de 1.000 pessoas que balançavam seus chapéus de palha, símbolo da agricultura familiar camponesa. Ao mesmo tempo, aconteciam os três outros atos que ao final convergiram na ponte.

Um grupo de cerca de trezentas mulheres fez a inauguração simbólica da Embrapa Agroecologia em frente ao escritório da Em-

brapa Semiárido, em Petrolina. Elas reivindicaram que a empresa de pesquisa trabalhe dentro de uma perspectiva de produção de alimentos saudáveis e diversificados e também denunciaram a falta de políticas públicas voltadas para as mulheres camponesas. Um terceiro grupo de 50 pessoas dirigiu-se ao mercado do produtor de Juazeiro para denunciar a introdução de um mosquito geneticamente modificado que está sendo testado na cidade com o pretexto de combater a dengue. Já o quarto grupo, com cerca de 100 participantes, protestou em frente à unidade de pesquisa da multinacional Monsanto no município de Petrolina, onde são feitos experimentos com milho e sorgo geneticamente modificados. No local, foram colocadas diversas cruzes simbolizando as mortes provocadas pelos transgênicos e agrotóxicos da empresa, além de uma placa com o dizer “Fora Monsanto”.

Quando a multidão se encontrou sobre a ponte, foi lançado um painel de oito metros de altura e doze de largura denunciando as mortes causadas por agrotóxicos e transgênicos e pedindo apoio à agroecologia, em nome de uma vida mais saudável no campo e na cidade.

Outro destaque da metodologia do III ENA foi a incorporação da facilitação gráfica, uma forma dinâmica de fazer relatoria que reforça a intencionalidade de sair da lógica exclusiva da oralidade. A partir dos debates que tiveram curso nas diferentes sessões do III ENA, foram construídos painéis com os conteúdos registrados na forma de ilustrações. Dessa maneira, não só os(as) participantes puderam, ao final de cada atividade, facilmente apreender o que havia sido

debatido, como também as pessoas que não estiveram presentes nos debates tiveram a chance de visualizar os principais aspectos abordados em cada sessão, constituindo assim um interessante registro da síntese das discussões. Todos [os painéis da facilitação gráfica produzidos durante o III ENA foram digitalizados e podem ser acessados na página eletrônica da ANA.](#)

Importante destacar que os instrumentos metodológicos produzidos e aprimorados no bojo do processo de preparação e realização do III ENA representam uma importante estratégia para a renovação e o fortalecimento das redes, movimentos e organizações no pós-evento, consistindo em uma das pautas principais de atuação da ANA.

Os Temas Estratégicos

Ao todo, 14 temas foram debatidos de forma simultânea durante os Seminários Temáticos no terceiro dia do evento. Cada seminário contou com uma comissão organizadora que elaborou a ementa e ficou encarregada de coordenar a atividade, bem como de fazer o diálogo com os gestores públicos a fim de mobilizá-los a participar do debate que ocorreu em quase todos os seminários. O objetivo desses momentos era verificar em que medida as políticas públicas estão contribuindo ou não para o fortalecimento do campo agroecológico, a partir do tema central. Os temas foram escolhidos buscando integrar pautas históricas a pautas bastante atuais e dando sequência à coesão de forças iniciada no processo de *Diálogos e Convergências*. Os temas debatidos foram:

- Luta pela reforma agrária e pelo reconhecimento dos territórios dos povos e comunidades tradicionais: desafios e perspectivas.
- Agroecologia, abastecimento e construção social de mercados.
- Agricultura urbana: semeando a agroecologia nas cidades.
- Comunicando um Brasil Agroecológico.
- Conflitos e injustiças ambientais.
- Construção do conhecimento agroecológico: interação entre Ater, pesquisa e ensino.
- Construção do conhecimento agroecológico: Educação do Campo.
- Normas sanitárias: para quê e para quem?
- Plantas medicinais e agroecologia: cultivando saúde e disseminando saberes tradicionais.
- Financiamento e agroecologia.
- Saúde e agrotóxicos.
- Sementes e agrobiodiversidade.
- Sociobiodiversidade.
- Acesso e gestão das águas.

Campus da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF
Juazeiro/ BA

PROGRAMAÇÃO

Horário	16 de maio	17 de maio	18 de maio	19 de maio
7 às 8 h	Café da Manhã			
8 às 12 h	<p>ABERTURA: Acolhida; credenciamento; reuniões preparatórias, montagem da feira de saberes e sabores.</p> <p>Plenária das Juventudes</p>	<p>SESSÕES SIMULTÂNEAS: “Construção e disputas da agroecologia nos territórios”</p>	<p>SEMINÁRIOS TEMÁTICOS: “Por um Brasil Agroecológico”</p>	<p>ATOS PÚBLICOS (10 – 12h) “Anúncios e denúncias do campo agroecológico”</p>
12 às 14 h	Almoço			
14 às 18 h	<p>PLENÁRIA INICIAL: “Por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia?”</p> <p>APRESENTAÇÃO: “A convivência com o semiárido” (ASA Brasil)</p>	<p>FEIRA DE SABERES E SABORES: “Expressões da agroecologia no Brasil”</p> <p>PLENÁRIA DE MULHERES NO III ENA: Sem feminismo não há agroecologia! (15 às 18h)</p> <p>Reisado Cachoeira do Fogo</p>	<p>FEIRA DE SABERES E SABORES: “Expressões da agroecologia no Brasil”</p> <p>ATIVIDADES PARALELAS: Oficinas Autogestionadas</p>	<p>PLENÁRIA FINAL: “Por Um Brasil Agroecológico”</p> <p>ENCERRAMENTO: “Celebração nas margens do Rio São Francisco”</p>
18 às 20 h	Jantar			
20 às 23h	<p>Apresentação do espetáculo SERTÃO. DOC</p> <p>Mostra de Cultura dos Estados</p>	<p>Show com Targino Gondim</p>	<p>Apresentação de Artistas Populares</p>	<p>Retorno das delegações para seus estados</p>

UENA EN
AG

2.

Plenária de Abertura

(Facilitação gráfica: p. 165)

A Plenária de Abertura do III ENA deu início às atividades sob um clima de reconhecimento e afirmação de identidades em torno da agroecologia. A *mística inicial* invocou o espírito de coletividade e compromisso em relação à proposta de desenvolvimento defendida pela agroecologia. A *mesa de abertura* destacou a diversidade de contribuições e compromissos assumidos pelos mais distintos setores da sociedade e do governo, levantando elementos da conjuntura que conferem ainda mais relevância à realização do III ENA no bojo do lançamento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e do Ano Internacional da Agricultura Familiar. Um vídeo sobre as Caravanas Agroecológicas e Culturais permitiu que a plenária vivenciasse um pouco do que foi experimentado durante o processo preparatório nos territórios de todo o país. Na *apresentação da programação*, destacou-se a inovação em relação aos ENAs anteriores no que diz respeito à perspectiva territorial das experiências e das disputas que estão se dando nesses espaços de construção da agroecologia. Já durante a *apresentação sobre o semiárido*, foi reafirmada a necessidade da convivência com o clima, o que suscitou a reflexão so-

bre temas caros à dimensão agroecológica, como água, terra, sementes, igualdade de gênero, comunicação e mercados. Por fim, o *depoimento* de um agricultor do Território Sertão do São Francisco emocionou e motivou as pessoas presentes a participarem das atividades programadas.

Sob a grande tenda central, Maria Emília Pacheco, do núcleo executivo da ANA e presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), chamou os convidados e convidadas da mesa de abertura, destacando sua alegria por esse momento especial e valorizando o fato de o evento acontecer às margens do Rio São Francisco. Agradeceu aos responsáveis pelo acolhimento, assim como os parceiros que viabilizaram o encontro, e expressou grande satisfação pela majoritária presença (70%) de agricultores e agricultoras, indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, bem como pela paridade de gênero no universo de pouco mais de 2 mil pessoas. Por fim, reforçou o importante significado da plenária de abertura para começar a responder a pergunta central do evento: *Por que interessa à sociedade apoiar a Agroecologia?*

Lúcia Marisy, pró-reitora de extensão da Universidade Federal do Vale do São Fran-

cisco (Univasf), externou a felicidade e a honra de receber o evento e mencionou o importante papel que a universidade deve desempenhar em promover a junção do conhecimento acadêmico com o tradicional para que seja possível a criação de um outro saber, muito melhor, mais voltado para o atendimento às necessidades das populações rurais e aos anseios da sociedade como um todo. Pediu perdão à mãe Gaia pela omissão da sociedade que ainda não deu um basta ao que qualificou de “horror da produção agrícola à base de venenos”. Marisy encerrou sua fala convocando todas as pessoas presentes a contribuir para o desenvolvimento de práticas e estratégias que possam efetivamente mudar os rumos do setor agrícola do país e fazer com que a agricultura familiar se sobreponha ao capital em termos de recursos e políticas públicas, passando a ser prioridade do Estado.

Jeandro Laytynher Ribeiro, da Superintendência da Agricultura Familiar da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia (Suaf/Seagri), falou em nome do estado da Bahia, destacando a importância da agroecologia para a agricultura familiar.

Selvino Heck, da Secretaria Geral da Presidência da República e secretário executivo da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), saudou a plenária e destacou a importância que o governo federal está dando à agroecologia, haja vista a própria Pnapo e os esforços institu-



cionais de articulação de dez ministérios. Ressaltou o momento histórico que estamos vivendo no Brasil e na América Latina, onde a agroecologia cada vez mais representa a materialização de uma utopia, apontando horizontes para cuidar da vida de todos e todas, alimentar a saúde do planeta e cultivar o futuro. *Nessa caminhada, a sociedade e o governo federal estão juntos para construir esse sonho*, afirmou, terminando com um *Viva o grande III ENA!*

Cássio Trovatto, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e coordenador da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo), fez menção ao fato de ser o primeiro dos ENAs em que foram decretados uma política e um plano que tratam da agroecologia e da produção orgânica no país. Ele atribuiu essa conquista à força da agricultura familiar em diálogo com o meio acadêmico, movimentos e organizações. *Sabemos que temos que pular as barreiras que ainda existem no campo e no âmbito da Pnapo, mas vamos superá-las*, concluiu.

Annette Roensch, da Misereor, falou em nome da organização de cooperação internacional que apoia projetos de agroecologia no Brasil há muitos anos. Roensch fez menção à forma como a humanidade tem tratado o planeta Terra e às consequências que estão cada vez mais graves, a exemplo da contaminação das águas e do avanço dos processos de desertificação. Além disso,

lamentou o fato de que a maioria das pessoas compra seu alimento nas cadeias de supermercados e desconhece a origem dos produtos que consome. Para ela, a agroecologia é a solução para a agricultura, *pelo seu potencial de reunir e restabelecer os laços entre os seres humanos e a natureza*. Por fim, destacou a intenção da cooperação internacional de seguir contribuindo com a agroecologia e apoiando as famílias para provar que outra agricultura é possível: *E é por isso que estamos presentes no III ENA, para juntos encontrarmos a resposta à pergunta tema do evento*.

Márcia Muniz, coordenadora do programa local de desenvolvimento do semiárido do Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop) e integrante da comissão organizadora local, deu as boas-vindas e compartilhou a alegria de receber o III ENA e vê-lo tornar-se realidade, apesar dos muitos desafios que se apresentaram no processo de preparação. Mencionou ainda a importância de realizar o evento no território do Sertão do São Francisco para dar visibilidade e valorizar as experiências de construção da agroecologia na região, tendo em vista ser esse um dos territórios onde a disputa entre os modelos de agricultura se expressa de forma bastante contundente.

A jovem Denise Cardoso dos Santos falou em nome da Juventude Rural do São Francisco e fez referência ao embate com o agronegócio no território. Ela também reforçou a importância e a alegria de realizar o III ENA nessa região e afirmou que a juventude quer uma sociedade limpa, justa e agroecológica para todos e todas.

Noemi Krefta, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), refletiu sobre a pergunta tema do evento, lembrando que, enquanto para alguns a agroecologia pode consistir apenas em conseguir um alimento saudável para cuidar da sua saúde, para outros pode se traduzir em autonomia sobre os bens do território, soberania e segurança alimentar, etc. Ela também fez menção ao importante processo preparatório, que durou quase dois anos, destacando alguns de seus aspectos. As caravanas, por exemplo, possibilitaram uma visão de perto dos conflitos e das disputas que geram tantos impactos, bem como serviram para trazer à tona a grande expressão da agroecologia nos territórios, ao mostrar que as experiências não se restringem a pequenos nichos, e sim configuram iniciativas substantivas e bem visíveis, em franco confronto com o modelo hegemônico. As experiências se expressam nas sementes, nas plantas medicinais, nos animais, na produção de alimentos saudáveis, mas também nas ações de preservação da água e do espaço onde as famílias vivem, na luta contra os transgênicos e os agrotóxicos, na defesa da retomada da cultura e das tradições dos povos e nos momentos de solidariedade. Ela conclamou veementemente as mulheres a se organizarem e buscarem seu espaço de direito, reforçando o lema de que *Não há Agroecologia sem Feminismo! É preciso fortalecer a luta pela superação de todas as formas de violência contra as mulheres e com essa intenção foi trazida para o evento uma amostra da diversidade que as mulheres produzem no contexto da agroecologia, para troca e intercâmbio, buscando visibilidade*. Por fim, destacou a grande importância da Pnapo para consolidar a agroecologia como o projeto de

desenvolvimento para o país, pois não há possibilidade de convivência entre os dois modelos.

Naidison Baptista, da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), presenteou a plenária com uma apresentação sobre o semiárido, ressaltando as estratégias de convivência e as suas expressões no marco da agroecologia. A região cobre pouco mais de 18% do território nacional e 53% do Nordeste, além de mais de 17% do Norte de Minas Gerais, abrangendo um total de 1.135 municípios, com um contingente de mais de 22 milhões de habitantes. No entanto, ainda é apresentada na mídia como um lugar da fome, da miséria, da incapacidade e da inviabilidade, tudo reforçado pela ideia equivocada de que é a natureza que gera essa condição. E é nesse contexto que a convivência surge como um enfoque que permite também expandir o olhar, revelando uma região viva e de imensa riqueza e diversidade, que se expressa em pelo menos 160 diferentes microclimas, com enorme capacidade de resiliência, e também em povos (vaqueiros, quilombolas, indígenas, comunidades de fundo de pasto, gerazeiros, extrativistas, povos de terreiro, agricultores familiares), que cultivam, criam, extraem, cantam, dançam, observam a natureza e produzem conhecimento.

Naidison convidou a plenária a refletir sobre alguns temas que são caros à agroecologia e ao enfoque da convivência com o semiárido. Em termos fundiários, o semiárido apresenta ainda uma extrema concentração, mas também é o cenário de uma forte luta pela reforma agrária, com ocupações de terra, lutas variadas e também conquistas, a exemplo das comunidades de fundo de pasto, sen-

do a agroecologia fundamental para democratizar o acesso à terra. Além da concentração de terras, o semiárido, com médias pluviométricas de 300 a 800 mm por ano, é lugar de extrema concentração de água, cujo armazenamento feito por décadas foi sendo apropriado pelos grandes fazendeiros. *Mas a Juventude Rural do São Francisco hoje mostra para todo o Brasil o início de uma outra realidade. Já são 900 mil cisternas para consumo. Isso não é fruto de bondade governamental, isso é fruto da mulher e do homem do semiárido. Nesse sentido, damos uma lição de partilha e democratização da água e da importância de continuarmos trabalhando mais e mais para a repartição justa desse recurso tão essencial.*


A fala abordou ainda a aposta em uma produção de conhecimento pautada pelo intercâmbio de saberes e que conte com uma assistência técnica que rompa com a lógica difusionista, ao dialogar e valorizar esses processos, a exemplo das iniciativas de resgate das sementes crioulas, cuja conservação confere autonomia às comunidades. Também mereceu destaque a garantia dos direitos, a promoção da igualdade e o reconhecimento do papel das mulheres na construção da agroecologia e na convivência com o semiárido, um local de forte expressão patriarcal e machista. Por fim, Naidison mencionou como é estratégica e indispensável a democratização da informação e da comunicação, contrapondo-se às informações veiculadas que reforçam os interesses da grande mídia, alinhada aos interesses do capital. *Hoje, multiplicam-se os meios de divulgação das organizações, e já são mais de duas mil experiências de convivência publicizadas no âmbito da ASA,* concluiu.





3.

Territórios e Caravanas Agroecológicas e Culturais



Cada uma das 12 regiões visitadas pelas caravanas foi representada pelas suas características, principalmente as comidas típicas e manifestações culturais. As visitas às experiências nas mais variadas rotas promoveram uma intensa troca de saberes entre agricultores(as), técnicos(as), estudantes, gestores(as) públicos(as), professores(as), dentre outros setores da sociedade, evidenciando as virtudes, os avanços e as dificuldades enfrentadas pelas iniciativas agroecológicas em curso país afora. Também mobilizaram a população urbana em diversos locais, chamando a atenção para temas que sensibilizam e se expressam na proposta agroecológica, como saúde, qualidade de vida e meio ambiente. De forma coletiva, foi possível observar e vivenciar no campo as experiências agroecológicas em suas dimensões econômicas, sociais, ambientais e culturais, assim como as ameaças que enfrentam para se desenvolver. As caravanas permitiram ainda o contato com pessoas que nunca ouviram falar sobre agroecologia, criando assim um ambiente político, social e cultural propício para o seu florescimento junto à sociedade.

As mulheres tiveram participação destacada nos diversos momentos promovidos durante as caravanas, valorizando seu trabalho na agricultura familiar e dando visibilidade a seu envolvimento e protagonismo político no campo agroecológico. Camponesas, assentadas da reforma agrária, indígenas, quilombolas, agricultoras familiares, jovens, estudantes e assessoras técnicas compartilharam suas experiências, práticas e conhecimentos na preservação da biodiversidade e do patrimônio genético, na produção de alimentos saudáveis e na luta por políticas públicas voltadas para a agroecologia. Seu compromisso manifestado com alegria e entusiasmo, apesar da ação devastadora dos grandes projetos e do agronegócio, demonstrou sua enorme capacidade de resistência e luta em defesa da agricultura familiar camponesa e da agroecologia.

A primeira caravana aconteceu na [Zona da Mata mineira](#) e procurou agregar participantes de todas as regiões e segmentos. Essa caravana inaugural tinha como missão testar, aprimorar e adequar a metodologia para que fosse aplicada nas demais 11 caravanas que a sucederam no processo preparatório. Era preciso que a metodologia fosse vivenciada para verifi-



car se permitia evidenciar as experiências e levantar os necessários elementos para o debate, a reflexão e o aprofundamento durante o III ENA. A última caravana aconteceu no estado do Ceará no final do mês de abril.

Esse rico processo teve como unidade de análise o território, o que possibilitou uma nova leitura e uma compreensão mais pertinente das realidades, bem como facilitou a identificação das disputas que estão em jogo. Esse recorte analítico territorial revelou-se um importante instrumento metodológico que deve, a partir do III ENA, alimentar as dinâmicas nos estados e nas localidades, fortalecendo, portanto, o campo agroecológico e favorecendo o diálogo com a sociedade como um todo.

A seguir, listamos cronologicamente o conjunto de Caravanas Agroecológicas e Culturais realizadas:

Caravana Agroecológica e Cultural	Quando
Zona da Mata – MG	maio de 2013
Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha – MG	outubro de 2013
Santarém e Belterra – PA	outubro de 2013
Chapada do Apodi – RN e CE	outubro de 2013
Sudoeste do Mato Grosso – MT	outubro/novembro 2013
Bico do Papagaio – TO	novembro de 2013
Região Mogiana-Sorocabana – SP	novembro de 2013
Região Sul – PR/SC/RS	novembro de 2013
Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RJ	novembro de 2013
Bahia – BA	março de 2014
Sertão do Araripe – PE	março de 2014

As Instalações Pedagógicas Territoriais

Os acúmulos e denúncias das diversas caravanas foram levados para o III ENA por

meio das Instalações Pedagógicas, valiosos recursos metodológicos que alimentaram as Sessões Territoriais. Com o principal objetivo de subsidiar as análises sobre a construção da agroecologia e suas disputas territoriais a partir das distintas realidades vivenciadas pelos(as) participantes, as instalações permitiram de maneira muito eficaz valorizar os conteúdos produzidos durante as mais diversas rotas, rompendo com a lógica exclusiva da oralidade.

As 15 Sessões Territoriais que aconteceram de forma simultânea no segundo dia do III ENA foram ancoradas nas Instalações Pedagógicas e tinham como objetivo principal discutir e analisar coletivamente as distintas realidades vivenciadas pelos(as) participantes. Para tanto, foram abordadas as estratégias locais de construção da agroecologia adotadas por organizações, redes e movimentos sociais integrados à ANA em seus respectivos locais de atuação, bem como as disputas territoriais enfrentadas.

Além do objetivo central, os(as) participantes foram estimulados a:

- a) Identificar aspectos comuns na construção da agroecologia entre essas distintas realidades e as contribuições da agroecologia para responder aos desafios atuais da sociedade: produção alimentar em quantidade, qualidade e diversidade, com promoção de soberania e segurança alimentar e nutricional; geração de trabalho e renda; superação da pobreza; conservação dos bens naturais; promoção da saúde coletiva; adaptação às mudanças climáticas; fortalecimento das

identidades sociais e tradições culturais; fortalecimento da sociedade civil, da gestão coletiva de bens comuns e de redes de economia solidária; emancipação política e econômica das mulheres; empoderamento das juventudes.

- b) Identificar aspectos comuns relacionados aos padrões, estratégias e efeitos da ocupação dos territórios pelo agronegócio, pela mineração, pelos grandes projetos de infraestrutura e demais projetos do grande capital financeiro, agrário e industrial.
- c) Formular respostas para a questão central do III ENA: *Por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia?*

A dinâmica da atividade iniciava com a chegada dos(as) participantes e a apreciação da Instalação Pedagógica que, por meio de símbolos, reconstruía a realidade territorial a ser analisada e “interpretada”.

Feita a observação coletiva, a sessão era aberta pelo(a) coordenador(a), que apresentava o objetivo da atividade, bem como sua forma de organização. Para ter uma rápida dimensão da diversidade presente em cada sessão, era feito um levantamento por região das pessoas presentes. Terminada a apresentação, os(as) participantes faziam sua intervenção, expondo suas impressões sobre a instalação e, em seguida, eram estimulados(as) a fazer depoimentos orientados(as) pelas seguintes questões:

- a) Pensando nos locais de onde vocês vêm, o que podem identificar de comum com a realidade representada na instalação?

- b) Quais são as principais iniciativas de construção da agroecologia em sua região e quais são os principais desafios e obstáculos para que elas se multipliquem?

Enquanto a atividade acontecia, um(a) facilitador(a) gráfico(a) extraía os principais elementos dos debates para registro em um painel. Após os depoimentos, o(a) coordenador(a) fazia uma síntese, propondo ao grupo um momento de reflexão sobre as lições e ensinamentos extraídos da instalação e do debate. Ao final, o(a) facilitador(a) gráfico(a) apresentava o painel e, depois de uma silenciosa observação, era colocada a questão chave do III ENA para o grupo: *Por que interessa à sociedade apoiar a Agroecologia?*

Convergências e sinergias

Durante a realização das caravanas, ficou evidente que camponeses(as), indígenas, povos e comunidades tradicionais, extrativistas, pescadores(as), quilombolas, jovens, mulheres, organizações e movimentos sociais expressam e fortalecem, por meio da incorporação do enfoque agroecológico, a resistência às pressões oriundas da ocupação dos territórios pelo agronegócio, pelos grandes projetos e pela mineração. E, ao resistir, produzem as respostas às questões críticas e aos desafios que estão na pauta para a afirmação de um modelo de desenvolvimento que *cuide da terra, alimente a saúde e cultive o futuro*.

Se, por um lado, o modelo hegemônico avança, por outro, a opção pela agroecologia por diversos setores da sociedade tem se revelado estratégica, rompendo com a lógica da agricultura de pequeno nicho e

encontrando soluções substantivas para a superação dos desafios e a concretização dos anseios da população por uma alimentação saudável, pela preservação do patrimônio cultural, pela geração de trabalho, por relações de igualdade entre homens e mulheres, adultos e jovens, pela saúde coletiva, pela conservação dos bens naturais, dentre outros.

As caravanas também permitiram observar um importante processo de diálogo e convergências de pautas entre movimentos que militam pela democratização e pela sustentabilidade da sociedade, fortalecendo alianças e criando condições para que a agroecologia torne-se mais visível a partir da atuação do conjunto de seus/suas protagonistas, rompendo sistematicamente com o monopólio da comunicação imposto pelo binômio: agronegócio e grande mídia.

As mulheres, por sua vez, têm se fortalecido nos processos de auto-organização e atuado em diversas frentes, reforçando que a agroecologia é indissociável de uma vida sem violência, pautada pelo respeito e pela igualdade. Esse movimento implica, portanto, a garantia de direitos e a plena participação na vida política e social das comunidades, assim como a garantia do acesso à terra, à água, às sementes e às condições de produção e comercialização com liberdade e autonomia.

Apontou-se também uma crescente participação da juventude como sujeito na construção da agroecologia, o que empodera jovens e os coloca em condições de defender seus direitos, a exemplo da garantia da sucessão rural, do acesso à terra e à água e da

abertura de oportunidades de geração de renda, qualificação profissional, educação e autonomia. Para tanto, torna-se premente a criação de políticas públicas específicas que assegurem meios de produção e comercialização para esse segmento social.



Com a pressão e o apoio das organizações, movimentos e profissionais engajados(as), percebeu-se também uma tendência maior à internalização do enfoque agroecológico nas práticas de ensino, pesquisa e extensão que convergem para ações estruturantes e sistêmicas, que têm trazido avanços e apontado caminhos para o fortalecimento da agroecologia no país.

Consumidores têm se aproximado do movimento agroecológico, seja por meio de ações induzidas ou por conscientização da necessidade de alimentos saudáveis que financiem um mundo mais justo. Com isso, novos canais de comercialização estão sendo implantados e aprimorados, bloqueando as corporações alimentares e seus efeitos nefastos tanto para a agricultura e o meio ambiente quanto para a saúde das pessoas.

Reconheceu-se ainda a importante conquista que foi a criação da [Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica \(Pnapo\)](#) e da Comissão paritária entre sociedade e governo, responsável pelo controle social e aperfeiçoamento da mesma. Cumpre ainda ressaltar a [Política Nacional](#)

[de Assistência Técnica e Extensão Rural \(Pnater\)](#), recentemente materializada nas chamadas públicas de Ater Agroecológica, democratizando o acesso aos recursos públicos para as organizações que há muitos anos prestam assessoria às famílias, comunidades e organizações da agricultura familiar.

Por fim, a despeito das conquistas e do aumento da expressão das múltiplas dimensões da agroecologia, houve consenso entre os(as) participantes das caravanas de que é preciso continuar denunciando a aliança entre o Estado brasileiro e o agronegócio, que massacra e expulsa todos os anos centenas de milhares de famílias e povos tradicionais de seus territórios. Além disso, apontou-se que a Pnapo ainda não responde satisfatoriamente aos anseios históricos e indispensáveis ao fortalecimento da agroecologia, a exemplo da reforma agrária e do reconhecimento dos territórios dos povos e comunidades tradicionais.

A seguir, uma ficha de apresentação de cada território representado nas instalações:

Santarém e Belterra – PA

(Facilitação gráfica: p. 166)

Municípios: Belterra e Santarém.

Dinâmicas de construção da agroecologia e disputas no território: Descobertas em sítios arqueológicos indicam que a ocupação da região remonta há mais de 13 mil anos.

No entanto, desde meados do século XVII, seu povo sofre com processos de dizimação e inviabilização, voltando a se organizar somente neste último século, empreendendo uma luta pelo reconhecimento de seus direitos e territórios.

O enfrentamento estendeu-se desde o período imperial, passando pelo ciclo da borracha e pela chegada da Transamazônica e dos barranqueiros no século XX. O ponto de inflexão da luta foi a criação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) de Santarém, hoje com mais de 2 mil associados. Ao mesmo tempo, na década de 1970, o governo criava a Floresta Nacional (Flona) do Tapajós, cuja demarcação levou à retirada de famílias do território.

Nesse contexto, houve uma substantiva articulação entre aldeias e povos locais, o que culminou numa grande conquista: a criação da Reserva Extrativista (Resex) Tapajós-Arapiuns, com mais de 600 mil hectares e uma população de 21 mil habitantes, que objetivava parar o avanço dos madeireiros. Muito embora essa vitória seja relevante, o plano de manejo ainda não foi aprovado, o que inviabiliza outras políticas e serviços (abastecimento de água, infraestrutura, saúde e educação), que se tornaram o novo foco da luta.

Esse é um território marcado por processos de desenvolvimento contraditórios, o que tem gerado muitos conflitos e assassinatos. De um lado, parece haver a intenção do Estado de empoderar os povos extrativistas e quilombolas. Por outro, verifica-se a permissão estatal para o avanço das madeiras e mineradoras, a criação de portos para esco-

amento da soja, a ampliação de latifúndios, legalizando áreas que se sobrepõem às de comunidades tradicionais, e, por fim, a construção de hidrelétricas.

Do ponto de vista de políticas públicas, muitos desafios e retrocessos, a exemplo da redução no percentual do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) destinado à compra de produtos da agricultura familiar, sobretudo em Santarém, onde o montante gasto com produtos das famílias agricultoras vem diminuindo a cada ano. Já a lenta e deficiente atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) compromete o processo de consolidação, utilização e implementação de atividades produtivas dos assentamentos e unidades de conservação, a exemplo do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande e da Resex Tapajós-Arapiuns. O Cadastro Ambiental Rural (CAR) ajuda a conter o desmatamento, entretanto, ainda não encontra aplicação neste território. A desejável instalação de Unidades de Conservação não caminha com a mesma velocidade e vontade política que o licenciamento ambiental de grandes empreendimentos. Da mesma forma, a falta de uma política séria de regularização fundiária culmina com a prática de extração ilegal de madeira, pondo em risco a vida de agricultores familiares e suas lideranças.

As comunidades quilombolas começam a assumir uma tática de conservação e preservação dos seus recursos humanos e naturais sem relegar a importância de suas atividades produtivas e/ou agroextrativistas como fonte de renda. Querem participar das discussões sobre o futuro de sua região,

pretendem adotar uma economia em que os ganhos sejam mais bem repartidos e mais pessoas tenham oportunidade de lucrar com a floresta e seus aspectos produtivos.

Outro desafio evidenciado é a questão do Programa Bolsa Verde, que impede que muitos agricultores contemplados acessem outros fomentos, especialmente na Resex Tapajós-Arapiuns. Além disso, enquanto várias empresas adentram a Resex alegando estar em consonância com a proposta do governo de se implantar uma economia verde, a venda de produtos do agroextrativismo encontra barreiras muito grandes, especialmente junto aos mercados institucionais, em função da falta de certificação orgânica.

Por fim, a realidade local também revelou a necessidade de combater a violência contra a mulher, apesar de serem registrados avanços na participação e no destaque delas tanto na esfera pública, pelo seu envolvimento cada vez maior em arenas políticas, quanto dentro de seus próprios lares.

Sertão do Araripe – PE

(Facilitação gráfica: p. 167)

Municípios: Araripina, Bodocó, Exu, Granito, Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Parnamirim, Santa Cruz, Santa Filomena e Trindade.

Dinâmicas de construção da agroecologia e disputas no território: A população do Sertão do Araripe é de 316.862 habitantes,



sendo que, destes, aproximadamente 51% vivem no meio rural. Estima-se que dos 28.143 estabelecimentos agrícolas da região, 98% sejam de agricultura familiar, o que demonstra uma forte tradição agrícola. O clima que predomina é o semiárido, com poucas chuvas concentradas em alguns meses.

Embora as famílias agricultoras estejam aprimorando as estratégias de convivência com o semiárido, estão sendo cada vez mais assediadas pelo agronegócio da bovinocultura e da monocultura, que acaba com a oportunidade de que recebam apoio/financiamento público. Além disso, sofrem com os problemas produzidos por uma política de desenvolvimento do território que se baseia na implantação de grandes obras, como o Canal do Sertão, o polo gesso e a Transnordestina (em construção). Planejada para transportar os produtos do agronegócio, essa ferrovia é uma iniciativa do governo que não leva em consideração o modo de vida e a produção agrícola das famílias camponesas, assim como criará sérias dificuldades de locomoção, acesso aos meios de produção e sociabilidade para essas populações.

Os riscos de desertificação também são grandes, seja pelo alto índice de desmatamento da cobertura vegetal para a implementação de áreas de agropecuária, seja pela extração no polo gesso, uma vez que

a região é uma das mais ricas do país em aipisa. Estudos alertam que, caso esse ritmo permaneça, a vegetação só durará pouco mais de 40 anos.

Mesmo aquelas famílias que resistem ou ainda não foram assediadas pelo agronegócio já sentem os impactos ambientais e socioeconômicos, com a desapropriação de terras, o êxodo rural e o aumento de bairros periféricos nas cidades do território. As estratégias de resistência são apoiadas nos pilares da convivência com o clima, sistematicamente trabalhada no âmbito da atuação da ASA e da Rede Ater Nordeste. As políticas de transferência de renda também desempenham um importante papel, ao ajudarem a suportar as adversidades dos períodos de estiagem, como o que a população enfrentou nos últimos três anos.

Região Mogiana-Sorocabana – SP

(Facilitação gráfica: p. 168)

Municípios: Americana, Amparo, Araçoiaba da Serra, Araras, Artur Nogueira, Atibaia, Bragança Paulista, Campinas, Cordeirópolis, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, Estiva Gerbi, Holambra, Hortolândia, Ibiúna, Indaiatuba, Iperó, Ipeúna, Itapetininga, Itapira, Itatiba, Itupeva, Jaguariúna, Jarinu, Joanópolis, Jundiá, Leme, Limeira, Lindoia, Louveira, Mococa, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Monte Alegre do Sul, Morungaba, Nazaré Paulista, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Piedade, Pinhalzinho, Piracaia, Piracicaba, Porto Feliz, Rio Claro, Saltinho, Salto de Pirapora, Santa Bárbara d'Oeste, Santa Cruz da Conceição, Santo Antônio de Posse, São João da Boa Vista, São Roque, Sarapuí, Serra Negra, So-

corro, Sorocaba, Sumaré, Valinhos, Vargem, Várzea Paulista e Vinhedo.

Dinâmicas de construção da agroecologia e disputas no território:

Grande parte do território da Região Mogiana-Sorocabana está no eixo Campinas–Sorocaba–São Paulo, maior eixo urbano do país, o que traz grandes dificuldades para os agricultores familiares devido aos problemas de urbanização, pressão imobiliária, poluição, uso de agrotóxicos e concentração de capital. Ao mesmo tempo, a região apresenta um público grande da agricultura familiar e de assentados da reforma agrária.

Nota-se um considerável avanço do associativismo na região, estimulado essencialmente pelos programas governamentais de compra institucional, como o PAA e o [Programa Nacional de Alimentação Escolar \(Pnae\)](#), que demonstram também o potencial de estimular a transição agroecológica, inclusive nos assentamentos, onde já existem pelo menos seis grupos organizados para a certificação de produtos orgânicos (Organismos de Controle Social e um Sistema Participativo de Garantia). O acesso ao mercado através desses programas é usado também como estratégia para atenuar os impactos das injustiças ambientais e dos conflitos de terra. Afinal, ao venderem sua produção para abastecer instituições governamentais, as famílias melhoram sua renda e ao mesmo tempo fornecem alimentos de qualidade à população, melhorando as condições da saúde coletiva e, consequentemente, reduzindo os efeitos da pobreza.

Merece destaque a interação entre os serviços de Ater e as instituições de pesquisa e

ensino, que atuam promovendo educação no campo e o diálogo de saberes na construção do conhecimento. Dessa forma, trabalham os conceitos de soberania e segurança alimentar, redução da pobreza e conservação dos recursos naturais.

Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha – MG

(Facilitação gráfica: p. 169)

Municípios: Bocaiuva, Bonito de Minas, Brasília de Minas, Capitão Enéas, Catuti, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Coração de Jesus, Fruta de Leite, Grão Mogol, Ibiracatu, Indaiabira, Itacarambi, Jaíba, Janaúba, Januária, Japonvar, Manga, Matias Cardoso, Mato Verde, Mirabela, Monte Azul, Montes Claros, Montezuma, Ninheira, Novo Horizonte, Olhos D'água, Pai Pedro, Pintópolis, Porteirinha, Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Salinas, São Francisco, São João das Missões, São João do Paraíso, São João da Ponte, Santo Antônio do Retiro, Serranópolis de Minas, Taiobeiras, Vargem Grande do Rio Pardo, Varzelândia e Verdelândia (Norte de Minas); e Almenara, Araçuaí, Berilo, Buenópolis de Minas, Capelinha, Carbonita, Chapada do Norte, Comercinho, Couto Magalhães de Minas, Diamantina, Divisópolis, Felisburgo, Francisco Badaró, Itaobim, Itinga, Jacinto, Jenipapo de Minas, Jequitinhonha, Joáima, Jordânia, José Gonçalves de Minas, Mata Verde, Minas Novas, Monjolos, Monte Formoso, Palmópolis, Pedra Azul, Ponto dos Volantes, Presidente Kubistchek, Rio do Prado, Rubim, Salto da Divisa, Santa Maria do Salto, Santo Antônio do Jacinto, São Gonçalo do Rio Preto, Serrro, Turmalina, Veredinha e Virgem da Lapa (Vale do Jequitinhonha).

Dinâmicas de construção da agroecologia e disputas no território: A região que compreende o semiárido mineiro tem como característica marcante a diversidade de povos e comunidades tradicionais e a presença de uma agricultura camponesa de forte base comunitária, que usa e maneja recursos em diferentes unidades da paisagem, com um amplo conhecimento e uso da agrobiodiversidade. Além disso, esses grupos desenvolveram sistemas produtivos de natureza agroextrativista complexos e diversificados e praticam a comercialização nas feiras livres e mercados locais. Destaca-se a presença de substantivas redes comunitárias de solidariedade, que permitem a troca e a circulação de produtos entre as famílias e o enfrentamento dos períodos de crise e seca.

Desde os anos 1970, extensas áreas da mata nativa da região foram substituídas por monocultivos de eucalipto para atender à demanda de carvão vegetal da indústria siderúrgica, instalada em outras regiões de Minas Gerais. Além disso, a disputa por terras entre os grandes fazendeiros e comunidades tradicionais tem resultado em conflitos violentos, causando a morte de muitos camponeses.

Na região da Serra Espinhaço, no Vale do Jequitinhonha, a criação de um Parque Nacional resultou no impedimento da prática tradicional de coleta de flores, atividade de geração de renda fundamental para as comunidades camponesas. Atualmente, a região vive uma corrida mineral, sendo que, entre os anos de 2000 e 2013, o Departamento Nacional de Produção Mineral recebeu 3.866 requerimentos de pesquisa mineral e 203 requerimentos de lavra em diversas localidades.

A mineração, os monocultivos industriais de eucalipto, a pecuária extensiva, a construção de hidrelétricas, os grandes projetos de irrigação e a criação de unidades de conservação de proteção integral sobre o território dos povos e comunidades tradicionais são os principais vetores de conflitos no semiárido mineiro, constituindo séria ameaça à reprodução dos sistemas tradicionais de uso e conservação da agrobiodiversidade.

Contrapondo-se a esse cenário, um conjunto de organizações e movimentos sociais busca um novo modelo de desenvolvimento e de sociedade para essa região, pautado pela agroecologia. Por mais de três décadas, a região vem trabalhando o resgate, o uso e a conservação da agrobiodiversidade, o manejo agroextrativista de áreas de coleta e cultivo e a melhoria e a garantia do acesso à água. Além disso, está em curso um amplo processo de formação política dos povos e comunidades tradicionais, que vêm recebendo apoio para a retomada e a proteção dos seus territórios ancestrais e acompanhamento sociotécnico para suas iniciativas produtivas e de comercialização.

Recentemente, foi elaborado um plano de ações, com ampla participação social, para promover a conservação, o uso e a gestão compartilhada da agrobiodiversidade no semiárido mineiro, enquanto estratégia para o

aumento da resiliência e da capacidade de adaptação dos sistemas agrícolas familiares às mudanças climáticas. O plano também prevê ações de garantia do direito dos agricultores e agricultoras ao livre acesso aos recursos da agrobiodiversidade e da soberania alimentar de povos e comunidades tradicionais.

Bico do Papagaio – TO

(Facilitação gráfica: p. 170)

Municípios: Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Carrasco Bonito, Esperantina, Itaguatins, Praia Norte, Sampaio, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins e Sítio Novo do Tocantins.

Dinâmicas de construção da agroecologia e disputas no território:

O território fica no extremo norte do estado do Tocantins. Após vinte anos de intensos conflitos agrários, em meados da década de 1980, com o início do processo de redemocratização do País, as organizações de representação da agricultura familiar da região passaram a obter importantes avanços na conquista da terra. Vinculados ao Programa Nacional de Reforma Agrária, do Incra, foram criados mais de 80 assentamentos rurais, onde hoje vivem e produzem 4.578 famílias agricultoras.

Durante a década de 1990, apoiadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pela Fe-



deração dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (Fetaet) e pela ONG Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO), essas organizações passaram a acessar as políticas específicas para a agricultura familiar, que começavam a se constituir a partir da luta popular, e a investir seus esforços em ampliar e consolidar a capacidade produtiva das famílias recém assentadas. Esses esforços foram centrados no desenvolvimento de estratégias orientadas para a garantia da segurança alimentar de suas famílias e comunidades e na produção de algum excedente para a comercialização e o aumento da sua renda monetária.

Nesse sentido, as estratégias de ampliação de segurança alimentar das famílias estiveram baseadas na produção de gêneros básicos, como, arroz, milho, mandioca, feijão e pequenos animais, principalmente para o autoconsumo, enquanto que as de comercialização foram estruturadas em três cadeias de valor: das frutas, inclusive nativas da região, do mel e dos diferentes produtos do babaçu, que têm como um dos seus pilares a associação entre geração de renda e conservação da biodiversidade do bioma amazônico.

Além disso, as organizações da região têm buscando influenciar na formulação de políticas públicas que contribuam para a estruturação das cadeias produtivas dos produtos agroextrativistas e agroecológicos. Com isso, inúmeras agroindústrias, com destaque para a de produção de mel, foram construídas com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Infraestrutura e do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios

Rurais (Pronat), assim como diversos projetos de cunho socioambiental foram apoiados pelo governo e organizações não governamentais. Contudo, essas agroindústrias encontram-se fora dos padrões exigidos pela legislação sanitária ou foram construídas em locais considerados inapropriados pelo poder público local, o que demonstra uma falta de adequação das normas legais e uma má compreensão por parte dos gestores públicos, gerando novos desafios/problemas para as famílias agricultoras.

Entre as disputas identificadas no território, está a decorrente do fato de a região possuir ainda extensos latifúndios que utilizam a monocultura de capins para a criação de gado de corte. Além do gado, nos últimos anos, a expansão da monocultura do eucalipto e da teca vem acarretando graves conflitos socioambientais. Outro conflito enfrentado pela população do território é a construção da Usina Hidrelétrica de Marabá, que, se for realizada, inundará grande extensão de terra e prejudicará muitas experiências de agroextrativismo e agroecologia construídas nesses vinte anos.

Região Metropolitana do

Rio de Janeiro – RJ

(Facilitação gráfica: p. 171)

Municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

Dinâmicas de construção da agroecologia e disputas no território: Historicamente, a região tem sido marcada por conflitos pela

manutenção do território da agricultura familiar e de pescadores em decorrência de um crescimento urbano desenfreado. Com empreendimentos espalhados por todo o estado do Rio de Janeiro, a elevada especulação imobiliária e a supervalorização das áreas ainda com cobertura verde, próximas às praias, outras formas de conflitos sociais e ambientais foram se constituindo. Mais recentemente, a região vivencia um caos expressivo causado por megaempreendimentos e intervenções urbanas relacionadas com a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas, intensificando um contexto de injustiças socioambientais. No caso da região metropolitana, há o conflito com a administração da unidade de conservação do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), mas também em outras áreas verdes da região, como a Serra da Misericórdia, situada no Complexo de Comunidades do Morro do Alemão.

Por outro lado, existem iniciativas de resistência com base em expressivas experiências de produção agroecológica, seja nos quintais urbanos ou nas roças arborizadas (agroflorestas) de agricultores(as) familiares do Maciço da Pedra Branca, região que abriga o PEPB.

Famílias agricultoras que ocupam os espaços urbanos e periurbanos da região metropolitana, bem como assentamentos rurais de reforma agrária e comunidades tradicionais remanescentes de quilombos estão experimentando novas formas de comercialização, por meio do acesso a [mercados institucionais e compras governamentais para a alimentação escolar, feiras agroecológicas e compras coletivas de consumidores da cidade organizados em redes](#) de

consumo consciente. Na luta pela valorização de seu papel, buscando romper com sua histórica invisibilização, seja perante a própria sociedade ou a gestão pública, os(a) agricultores(as) da cidade do Rio de Janeiro conseguiram obter suas Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), o que lhes possibilita vender seus produtos para escolas estaduais próximas às suas unidades de produção agrícola familiar.

Observa-se, portanto, que, mesmo diante de um cenário adverso, os movimentos de resistência buscam se ampliar e se fortalecer, ao configurar uma rede de iniciativas e entidades de assessoria que atuam na perspectiva agroecológica. Nesse sentido, também devido à própria proximidade geográfica, as populações tradicionais de famílias agricultoras camponesas e as comunidades de pescadores(as) artesanais têm demonstrado um potencial de unificação de lutas e resistências ao modelo de desenvolvimento com ênfase na industrialização.

Extremo Sul da Bahia – BA

(Facilitação gráfica: p. 172)

Municípios: Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapuã, Itabela, Itagimirim, Itamaraju, Itanhém, Itapebi, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabrália, Teixeira de Freitas e Vereda.

Dinâmicas de construção da agroecologia e disputas no território: Com uma área total de 30.667,49 km², em que residem pouco mais de 760 mil habitantes, a região faz limite com o Rio Jequitinhonha, ao norte; o estado do Espírito Santo, ao sul; o esta-

do de Minas Gerais, a oeste; e o Oceano Atlântico, a leste. O clima é tropical úmido, com pluviosidade média acima de 1.200 mm/ano. A diversidade biológica da região é uma das maiores do mundo, com predominância original de Mata Atlântica higrófila densa associada a áreas de campos, restingas e manguezais. Nesse território, estão cinco unidades de conservação de enorme importância: Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, Parque Nacional do Descobrimento, Parque Nacional do Pau Brasil, Parque Nacional do Alto Cariri e Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.

A partir da década de 1950, com o início do segundo ciclo de exploração madeireira (o primeiro foi o do pau brasil, nos primórdios da colonização portuguesa), o processo de supressão da vegetação foi tão intenso que, em três décadas, reduziu a cobertura de Mata Atlântica da região a apenas 5%. O modelo de desenvolvimento adotado nos últimos 20 anos, com a implantação de monoculturas de cana-de-açúcar e eucalipto e pastagens extensivas, que hoje ocupam 80% do território, também exerce enorme pressão sobre os recursos naturais remanescentes e as populações locais.

Nos vales dos Rios Jucuruçu e Itanhém, encontra-se uma população rural estimada em 40 mil pessoas, sendo 80% constituída de famílias agricultoras, assentadas da reforma agrária e indígenas da etnia Pataxó. Essas comunidades têm como atividades econômicas básicas a implantação de roçados anuais de milho-feijão-mandioca, a bovinocultura mista e os sistemas agroflorestais tradicionais de cacau, café e banana,

desenvolvidos em propriedades rurais com média de 20 hectares.

Em 2006, a partir de uma articulação regional das experiências em agroecologia, foi criada a Rede de Agroecologia e Agricultura Familiar do Extremo Sul da Bahia, com a participação de 14 organizações da agricultura familiar e indígena Pataxó. A rede ampliou a capacidade das organizações de realizar atos de enfrentamento ao agronegócio no território, ao possibilitar uma participação mais articulada nos diferentes espaços de debate, como conselhos, fóruns, audiências e consultas públicas.

A estratégia de promover momentos de discussão e reflexão, além de capacitação de lideranças comunitárias nos mais variados temas, tem conferido à rede um lugar de destaque no cenário regional como proponente de ações que aumentam a sustentabilidade dos sistemas produtivos familiares. Aliada a isso, a gestão de Fundos Rotativos Solidários (FRS), com mais de 400 famílias envolvidas em diferentes iniciativas de promoção da segurança alimentar, da autonomia financeira e do acesso aos mercados locais, tem garantido às organizações que compõem a rede avanços significativos na construção da agroecologia no território.

Chapada do Apodi – RN/CE

(Facilitação gráfica: p. 173)

Municípios: Apodi, Baraúna, Felipe Guerra e Governador Rosado (RN); e Alto Santo, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Quixeré e Tabuleiro do Norte (CE).

Dinâmicas de construção da agroecologia e disputas no território: A Chapada do Apodi

está localizada na divisa dos estados do Rio Grande do Norte e do Ceará. Desde os anos

2000, a população rural na parte cearense da região sofre um processo de desterritorialização devido à chegada de grandes empresas transnacionais e nacionais de fruticultura para exportação que se instalaram a partir do perímetro irri-

gado Jaguaribe-Apodi. Esse modelo de modernização agrícola trouxe implicações para o trabalho, o ambiente e a saúde das famílias, tais como: desapropriações; violência; comprometimento da segurança alimentar; mudanças nas práticas sociais e nos laços de vida comunitária; formação de *favelas rurais*; descumprimento da legislação trabalhista; redução da biodiversidade; degradação do solo pela monocultura; risco de desertificação; contaminação do ar e de águas superficiais e subterrâneas por fertilizantes e agrotóxicos.

Fruto de um processo histórico de luta e organização de movimentos sociais, a parte potiguar da Chapada se faz hoje conhecida em todo o Brasil como um território agroecológico de várias experiências exitosas, com destaque para a apicultura e a caprinocultura. O município de Apodi é o segundo maior produtor de mel do país e o maior do estado do Rio Grande do Norte em caprinovinocultura.

Apesar desse ótimo desempenho, em junho de 2011, o governo federal decretou a desapropriação de mais de 13 mil hectares



de terras do lado potiguar da Chapada, onde vivem mais de 800

famílias, para dar lugar à instalação do projeto de irrigação Santa Cruz do Apodi, proposto pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs). Tal ato evidencia uma política de irrigação que privilegia a expansão do agronegócio, a exemplo

do que ocorre no lado cearense do território.

Nesse contexto, fica patente a existência de uma disputa territorial entre o modelo de desenvolvimento rural pautado pela defesa da agricultura familiar, da agroecologia e da economia solidária e o do agronegócio. Diversos movimentos sociais estão unidos realizando seminários, atos de rua, dossiês de denúncia e articulações junto ao Ministério Público para reformular o projeto proposto pelo Dnocs, sendo essencial a resistência de mulheres, conduzindo atividades que vão desde a capacitação para a geração de renda até a organização e o engajamento na luta. Nesse esforço, destaca-se ainda o Acampamento Edivan Pinto, maior acampamento do MST do Brasil, com mais de 700 famílias, que ocupam as terras prometidas às empresas para a produção de monoculturas no perímetro.

Oeste de Santa Catarina – SC

(Facilitação gráfica: p. 174)

Municípios: Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Águas Frias, Anchieta, Anita Garibaldi, Arabutã, Arvoredo, Bandeirante, Barra

Bonita, Belmonte, Caçador, Caibí, Campo Belo, Campo Erê, Caxambu do Sul, Chapecó, Concórdia, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Cunha Porã, Cunhataí, Curitibaanos, Descanso, Dionísio Cerqueira, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Formosa do Sul, Fraiburgo, Galvão, Guara-ciaba, Guarujá do Sul, Guatambu, Iporã do Oeste, Ipuaçu, Ipumirim, Iraceminha, Irani, Irati, Itá, Itapiranga, Jardinópolis, Lageado Grande, Lages, Lindoia do Sul, Macieira, Maravilha, Marema, Matos Costa, Modelo, Mondaí, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Novo Horizonte, Otacílio Costa, Painsel, Palma Sola, Palmeira, Palmitos, Paraíso, Pinhalzinho, Pinheiro Preto, Planalto Alegre, Princesa, Quilombo, Riqueza, Romelândia, Saltinho, Salto Veloso, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, São Bernardino, São Carlos, São Cristóvão, São Domingos, São João do Oeste, São Joaquim, São José do Cedro, São José do Cerrito, São Lourenço do Oeste, São Miguel da Boa Vista, São Miguel do Oeste, Saudades, Seara, Sul Brasil, Tangará, Tunápolis, União do Oeste, Videira, Xanxerê, Xavantina e Xaxim.

Dinâmicas de construção da agroecologia no território: O Oeste Catarinense compreende os municípios desde a fronteira da Argentina até a região serrana do estado. Nesse território, busca-se trabalhar a agricultura camponesa, agroecológica, que tem como base a produção de alimentos saudáveis, a recuperação de sementes crioulas e o resgate de plantas medicinais. Tudo isso em resistência ao modelo de agricultura convencional, que é muito forte nessa região do estado e que muitas vezes acaba incorporando os agricultores e agricultoras nas cadeias de produção de frango, suínos,

leite e fumo. Esse sistema faz com que as famílias camponesas percam sua autonomia para produzirem alimentos saudáveis e diversificados.

Território do Sisal – BA

(Facilitação gráfica: p. 175)

Municípios: Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa-luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente.

Dinâmicas de construção da agroecologia e disputas no território: O território do Sisal, mais conhecido como Região Sisaleira da Bahia, está localizado no domínio morfoclimático do semiárido, no nordeste do estado, a pouco mais de 200 km de Salvador, abrangendo uma área de 21.256,50 km². Sua população é de 582.331 habitantes, sendo que 333.149 vivem na área rural, ocupando cerca de 65 mil estabelecimentos rurais, dos quais 93% são de base familiar. Aproximadamente 10% das famílias agricultoras da Bahia se encontram nessa região, das quais 68% são classificadas como praticamente sem renda.

O território apresenta uma vegetação bem diversificada, formada por plantas resistentes e adaptadas ao clima seco e árido, como o sisal, símbolo regional. As condições edafoclimáticas aliadas à histórica concentração da propriedade fundiária e da água, além da falta de investimentos, tanto na atividade agrícola como em outros setores que dinamizam a economia, resultaram em baixa remuneração do trabalho agrícola, desemprego, emprego de mão de obra

infantil e baixa qualidade de vida, exigindo grande esforço de toda a família para a sobrevivência nas propriedades rurais da agricultura familiar.

Desde que a atividade de exploração do sisal entrou em decadência nos anos 1970, a base econômica é a pecuária extensiva e a agricultura familiar de subsistência, sujeita a longos períodos de seca que ciclicamente atingem a região. Nos últimos anos, entretanto, também tem se implementado de forma muito intensa e desordenada a exploração de minerais em muitos municípios, o que vem causando graves desastres ambientais e sociais. Afinal, além dos males à saúde e ao ambiente infligidos pelas mineradoras, agricultores(as) e comunidades rurais estão tendo que deixar a atividade da agricultura para se tornarem empregados das grandes empresas e até mesmo realizando a mineração de forma clandestina em suas propriedades. Ainda assim, a agricultura familiar é uma das principais atividades econômicas da região.

Região Sul – PR/SC/RS

(Facilitação gráfica: p. 176)

Municípios: Antônio Prado, Arroio do Meio, Barão de Cotegipe, Bossoroca, Candiota, Canguçu, Casca, Caxias do Sul, Charrua, Dom Pedro de Alcântara, Erechim, Farroupilha, Garibaldi, Gravataí, Hulha Negra, Ipê, Mampituba, Maquiné, Montenegro, Morrinhos do Sul, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Osório, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Porto Vera Cruz, Sananduva, Santa Cruz, Santa Cruz do Sul, São Lourenço do Sul, Severiano de Almeida, Sinimbu, Terra de Areia, Torres, Três cachoeiras, Três Forquilhas, Tucunduva, Vacaria e Venâncio Ai-

res (RS); Adrianópolis, Antonina, Barracão, Bocaiuva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Castro, Cerro Azul, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Iracema do Oeste, Irati, Lapa, Laranjeiras do Sul, Mandrituba, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Morretes, Nova Aurora, Palmeira, Palotina, Paracity, Pinhais, Piraquara, Ponta Grossa, Querência do Norte, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, São Mateus do Sul, Tijucas do Sul, União da Vitória e Verê (PR); e Água Doce, Alfredo Wagner, Alto Bela Vista, Angelina, Bom Retiro, Caçador, Chapecó, Curitibaanos, Florianópolis, Fraiburgo, Garopaba, Itajaí, Joinville, Lages, Lagoa Vermelha, Lebon Régis, Major Gercino, Modelo, Nova Trento, Otacílio Costa, Palhoça, Palma Sola, Palmitos, Paulo Lopes, Piçarras, Porto União, Praia Grande, Rancho Queimado, Rio Fortuna, Saltinho, São Bonifácio, São Carlos, São Joaquim, São José do Cedro, São José do Cerrito, Seara e Urubici (SC).

Dinâmicas de construção da agroecologia e disputas no território:

A Região Sul conta com uma expressiva produção ecológica, o que tem favorecido a construção e o fortalecimento de diversas estratégias de abastecimento e comercialização dessa linha de produtos, tais como: feiras, mercado institucional, cooperativas de comercialização, cooperativas de consumidores, empreendimentos econômicos solidários, agricultura urbana, turismo rural, lojas virtuais, entre outras. Exemplos emblemáticos dessas estratégias na região são o Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecológica de Agroecologia e o Boxe Agroecológico na Central de Abastecimento (Ceasa).

A agroecologia vem desconstruindo a visão de que é utopia comercializar fora do grande varejo concentrador e excludente, ao acessar mercados que não seguem a lógica da competição e da exploração. Assim, busca canais alternativos para democratizar o acesso e popularizar o consumo de produtos ecológicos, em contraposição à proposta elitista dos nichos de mercado. Nesse sentido, novas formas de distribuição e circulação da produção da agricultura familiar e camponesa vêm sendo sistematicamente estruturadas por meio de dinâmicas que aproximam os atores sociais do campo e da cidade, privilegiando formas diretas e em rede nos mercados locais e regionais, com ênfase na economia solidária e na promoção do consumo consciente e responsável.

No Brasil, a elevada e crescente concentração do setor de comercialização e distribuição de alimentos é alarmante, principalmente após a ascensão do ideário neoliberal nos anos 1990, que instaurou uma política de abertura para o capital internacional, oferecendo condições vantajosas para a entrada das grandes redes no país. Assim, o Estado transferiu a responsabilidade do abastecimento alimentar para os oligopólios globais controlados pelo capital financeiro. Atualmente, três grupos competem pelo domínio do mercado nacional: Carrefour, Walmart e Pão de Açúcar, que detêm cerca de 60% do faturamento do segmento. Dessas três empresas, apenas uma é de origem brasileira, o Grupo Pão de Açúcar, embora 50% de seu controle já esteja nas mãos do Grupo Casino, da França.

Além de controlar a distribuição de alimentos, essas empresas têm poder de influenciar

a percepção dos consumidores, o que afeta diretamente padrões, normas e procedimentos exigidos dos fornecedores de alimentos e matéria-prima, gerando exclusão dos segmentos menos estruturados e com produção de menor escala. É nesse contexto que o PAA vem sofrendo ataques e tentativas de desmoralização. Através da chamada Operação Agrofantasma, que investiga presumidas irregularidades na operacionalização do programa no Paraná, foram presos 10 agricultores e um funcionário da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) do estado.

Zona da Mata – MG

(Facilitação gráfica: p. 177)

Municípios: Abre Campo, Acaiaca, Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caiana, Caparaó, Carangola, Coimbra, Diogo de Vasconcelos, Divino, Ervália, Espera Feliz, Fervedouro, Guidoal, Manhumirim, Matipó, Miradouro, Miraí, Muriaé, Orizânia, Paula Cândido, Pedra Dourada, Ponte Nova, Raul Soares, Rosário da Limeira, Sem Peixe, Simonésia, Viçosa e Visconde do Rio Branco.

Dinâmicas de construção da agroecologia e disputas no território: A região da Zona da Mata tem como características a topografia do *mar de morros*, a presença forte da agricultura familiar e uma expressiva rede de organizações e movimentos sociais.

A luta pelo acesso à terra é uma questão sempre presente, o que pode ser verificado pelas experiências de conquista desse direito protagonizadas por diversos movimentos na região: MST, via ocupações; movimento sindical, por meio da obtenção de créditos fundiários; e um grupo de Araponga, que venceu a conquista de terras em conjunto



através de fundo rotativo e solidário. Na região, que também é afetada pela construção de barragens e hidrelétricas, há uma presença importante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Outros problemas enfrentados no território estão relacionados à extração de bauxita (recurso mineral utilizado para a fabricação de alumínio) e à passagem de minerodutos, que escoam o minério de ferro desde a região próxima a Belo Horizonte até os portos no litoral, sendo a maior parte construída dentro de áreas de preservação permanente (APPs), causando grande impacto. Há também a presença de monoculturas, principalmente de café, pastagens e eucaliptos, que competem com a agricultura familiar. A constituição do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (Pesb), em 1996, gerou outro grande conflito pela ameaça de desapropriação de centenas de famílias. Diante da forte mobilização liderada pelos sindicatos de trabalhadores rurais, o Instituto Esta-

dual de Florestas (IEF) recuou, reduzindo a área do parque e garantindo a permanência das famílias em suas terras. A alternativa encontrada para a manutenção de atividades produtivas dentro do parque foi a agroecologia, especificamente via implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), que se mostraram extremamente eficientes no que se refere ao binômio produção-conservação na área de abrangência do Pesb.

Esse é um exemplo de que, apesar de todas as ameaças, as famílias agricultoras da região resistem e reafirmam a sua opção pela agroecologia, não só com sistemas agroflorestais, mas também com o uso de sementes crioulas, quintais diversificados, manejo dos solos, uso de plantas medicinais, homeopatia e uma quantidade enorme de práticas que valorizam o conhecimento ancestral e respeitam a natureza.

Há ainda outros avanços. Ao acessar o mercado via PAA e Pnae, as associações e

cooperativas tiveram incentivo para significativamente aumentar e diversificar a produção, contribuindo para o fortalecimento da agroecologia.

O protagonismo das mulheres também tem sido evidenciado pelo reconhecimento de seu trabalho no âmbito doméstico e nas atividades produtivas nos quintais e lavou-
ras, mas também pela conquista de espaços dentro das organizações da agricultura familiar, já que hoje muitas são presidentas e diretoras de sindicatos, associações e cooperativas. Apesar das conquistas de direitos, ainda é preciso avançar muito em termos de garantir a participação e a valorização do papel das mulheres no contexto da agricultura familiar e da agroecologia.

Congado, Caxambu e outras manifestações culturais comprovam a marcante presença de grupos de origem afro e indígena na região. Esses grupos, porém, ainda sofrem muitos preconceitos.

Sertão do São Francisco – BA

(Facilitação gráfica: p. 178)

Municípios: Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá.

Dinâmicas de construção da agroecologia e disputas no território: O território abrange uma área de 61.750,70 km², com uma população total de 520.782 habitantes, dos quais 148.122 (28,44%) vivem na área rural, sendo 31.768 famílias agricultoras e pouco mais de 2.300 famílias assentadas.

O Território Sertão do São Francisco coincide com o território da Diocese de Juazeiro,

mas inclui ainda o município de Canudos, que faz parte da Diocese de Paulo Afonso. Desde a década de 1970, o trabalho pastoral dessas dioceses vem contribuindo muito para a formação política e de identidade desse território e a valorização e o empoderamento das populações locais, sendo animado por D. José Rodrigues, conhecido como *Bispo dos Excluídos*, a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Na década de 1970, o território estava sendo impactado pelo primeiro grande projeto: a construção da represa do Lago de Sobradinho, na época o maior lago artificial do mundo em extensão. O projeto afetou a vida de 70 mil famílias, de quatro municípios, que foram abandonadas à própria sorte.

A população do território vive duas realidades distintas: de um lado, estão as famílias que habitam as margens do Rio e do Lago de Sobradinho; do outro, as que ocupam áreas de sequeiro dependentes da chuva, sendo a sua principal luta a defesa da terra, da água e do território, assim como a manutenção da caatinga em pé e da vida do rio. Na área de depressão sertaneja, com chuvas médias de 450 mm por ano, as comunidades têm se dedicado sobretudo à criação de animais (cabras, ovelhas e abelhas) em pasto nativo e à coleta de frutas, principalmente umbu e maracujá do mato. Para essas atividades de pastoreio e extrativismo, as comunidades estabeleceram um sistema de uso coletivo das terras, denominado como *fundo de pasto*, a partir do qual desenvolveram toda uma cultura ambiental, social, econômica e ecológica que tem permitido a manutenção da vida dessas comunidades há três séculos. Hoje esses grupos sociais são reconhecidos como

comunidades tradicionais de fundo de pasto.

As áreas ocupadas por essas populações são, como na maior parte do Nordeste e do Brasil, devolutas, ainda não regularizadas pelo Estado, o que favorece uma grande pressão de grileiros sobre essas comunidades com o intuito de forçar a venda para as empresas de mineração, carvoaria, energia eólica e projetos de irrigação.

As comunidades ribeirinhas estão sendo expulsas para dar lugar a empresas de irrigação para a produção de frutas, açúcar e álcool para exportação. As famílias que permanecem são obrigadas a adotar o sistema de produção do agronegócio, o que implica o uso constante de agrotóxicos. Vale ressaltar que a região tem um dos maiores índices de câncer do Brasil. Os pescadores que trabalham no lago, onde a água não é corrente, estão sendo induzidos pelo Estado a cultivar peixes em gaiolas e alimentá-los com soja transgênica, no mesmosistema das granjas de frango e porcos.

A luta pela preservação da caatinga e pela permanência das comunidades tradicionais no campo passa pela valorização do bioma e de sua gente, apontados, respectivamente, como região problema e povo sem perspectiva. Nesse sentido, iniciou-se um trabalho de construção do conceito de *convivência com o semiárido* em contraposição ao conceito de *combate à seca* ou *convivência com a seca*.



As famílias resistem, buscando exercer o direito ao autorreconhecimento enquanto comunidades tradicionais e exigindo a regularização de suas terras. Ao mesmo tempo, desenvolvem e implantam tecnologias de captação da água da chuva para o consumo e para a produção, assim como buscam aprimorar as técnicas de uso, conservação e recuperação da caatinga.

Nessa perspectiva, a prática de coleta e beneficiamento do umbu tem sido um marco na divulgação da sustentabilidade do semiárido e do seu povo.

Outra linha de ação tem sido a construção de uma proposta de educação pública contextualizada, que apresente o semiárido e seu povo dentro de um contexto positivo, propositivo, a partir do qual seja possível conhecer de fato as potencialidades, os desafios e as limitações do bioma Caatinga e de sua estrutura social. Organizações, redes e movimentos estão buscando a adesão dos municípios para a elaboração de leis que criem diretrizes educacionais contextualizadas e garantam a formação pedagógica continuada de professoras e professores e a elaboração de material didático diferenciado.

Rondônia – RO

(Facilitação gráfica: p. 179)

Municípios: Alta Floresta, Alto Alegre dos Parecis, Ariquemes, Cacoal, Jarú, Ji-Paraná, Machadinho do Oeste, Mirante da Serra, Monte Negro, Nova Brasilândia do Oeste,

Ouro Preto do Oeste, Porto Velho, São Francisco do Guaporé, Tarilândia, Urupá e Vale do Paraíso.

Dinâmicas de construção da agroecologia e disputas no território: Com mais de 237 mil km², o estado de Rondônia é caracterizado pela ocupação de migrantes em busca de melhores condições de vida, impulsionados pelo Plano de Integração Nacional (PIN), da década de 1970. Naquela época, a criação do estado tinha dois objetivos básicos: a abertura de uma nova fronteira agrícola e a diminuição da tensão em relação à luta pela terra em outras regiões do país. A proposta era baseada na utilização de mão de obra nordestina liberada pelas grandes secas de 1969 e 1970 e na noção de vazios demográficos amazônicos, tendo como lemas “integrar para não entregar” e “terra sem povo para um povo sem terra”. A falta de planejamento e estrutura para receber essa população, bem como o fato de essa política desconsiderar a presença de populações tradicionais e o seu modo de viver, acabou gerando conflitos agrários, doenças, desemprego, ocupação de áreas de reservas florestais e indígenas, além de uma grande degradação ambiental.

Devido ao grande número de povos indígenas no território, os conflitos se agravaram. Restou então aos camponeses atraídos para lá desmatar parte dos seus lotes para poder produzir. Posteriormente, chegaram os fazendeiros para comprar ou tomar as terras dos posseiros, instalando latifúndios com criações de gado e/ou monoculturas extensivas, aumentando substancialmente a pressão sobre os recursos naturais e o conflito por terras.

Os povos indígenas e camponeses foram apoiados pelas CEBs que, a partir da Teologia da Libertação, desvelavam para as populações tradicionais quem eram seus reais inimigos – os fazendeiros e o Estado, e não os povos camponeses.

Apesar da hegemonia dos grandes projetos empreendidos pelo capital nesse estado, o povo tem resistido e denunciado os crimes contra os direitos humanos, como a privatização das águas, a falta de uma reforma agrária que considere a diversidade e as necessidades básicas dos povos e a falta de apoio à comercialização da produção dos povos tradicionais por meio do comércio justo e solidário.

A produção agroecológica possibilitou a co-operação entre as famílias, a recuperação ambiental das terras e a geração de renda a partir de feiras agroecológicas, fornecendo alimento saudável a preços justos. Uma dificuldade comum nas pequenas feiras agroecológicas é a ausência de moedas de pequeno valor para passar troco aos clientes. Para resolver isso, os feirantes da Feira de Produção Agroecológica da Agricultura Camponesa (Fepac) de Mirante da Serra (RO) criaram o *caixa comum*. Assim, depois de escolherem seus produtos, os clientes se dirigem a um único caixa, de posse apenas de uma ficha, contendo a indicação do feirante que vendeu o produto e o valor devido. Além de garantir que sempre haja troco, a estratégia fortalece o processo organizativo dos 23 agricultores e agricultoras que contribuem com uma mensalidade e também uma quantia semanal. A feira, que acontece às quartas-feiras, a partir das 16h30, chega a movimentar R\$ 20 milhões por ano.

Essa mobilização cultural conseguiu atrair a juventude e apoiar o novo projeto de sociedade. Em Mirante da Serra, os movimentos sociais populares do campo – MST e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), além do projeto Padre Ezquiel – ajudam as famílias a dispensar os atravessadores por meio da comercialização direta nas feiras, do acesso ao mercado institucional (PAA e Pnae), da certificação participativa e da criação de uma moeda social.

Houve avanços também na implantação de experiências de Educação do Campo. A partir de um currículo diferenciado, as Escolas Família Agrícola (EFAs), que têm a agroecologia como princípio fundamental e a alternância como modelo pedagógico, promovem a construção de um conhecimento contextualizado e condizente com a realidade das comunidades. Rondônia possui seis EFAs, que abrangem 20 municípios, além de escolas dentro das comunidades.

Contudo, o hidronegócio, o agronegócio, a instalação de parques eólicos e a indústria mineradora continuam expulsando os povos indígenas de seus territórios, sem considerar que as inúmeras etnias são as guardiãs da biodiversidade no estado, ao manter historicamente uma relação harmoniosa com o meio ambiente.

Ainda existem muitos desafios e conflitos a serem superados em Rondônia, principalmente aqueles que violam os direitos das populações indígenas. No estado, vivem 56 etnias, entre elas: Tupari, Arara, Oram, Zoró e Gavião, que são acompanhadas pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). O estado também abriga outros 16

povos indígenas que vivem isolados nas florestas.

Além dos recorrentes conflitos agrários, alguns povos indígenas vêm sendo ameaçados pela construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), na região de Alta Floresta do Oeste, mais especificamente na bacia do Rio Branco, afluente do Rio Guaporé. Com essa série de PCHs, o Rio Branco teve seu curso fortemente afetado, o que gerou vários impactos: as águas baixaram; morreram peixes, tracajás e outros animais; a navegação ficou comprometida; além de outros prejuízos ambientais. Os índios que vivem na região nunca foram consultados sobre os empreendimentos nem tiveram compensações pelos prejuízos sofridos.

Diante desse panorama, as experiências agroecológicas do estado se organizaram e criaram a Rede Terra Sem Males, com o objetivo de articular os movimentos sociais para o embate com o agro e o hidronegócio e promover a agroecologia através da cooperação, da conservação das sementes crioulas, da educação contextualizada e da certificação participativa para acessar os mercados locais e institucionais.

Sudoeste do Mato Grosso – MT

(Facilitação gráfica: p. 180)

Municípios: Cáceres e Mirassol D'Oeste.

Dinâmicas de construção da agroecologia e disputas no território: As experiências visíveis durante a caravana são desenvolvidas em assentamentos da reforma agrária, que têm em média 12 anos de existência e são todos integrantes do Grupo de Intercâmbio em Agricultura Sustentável de Mato Grosso

(Gias). Há ainda em curso uma iniciativa de construção de articulação entre os assentamentos por meio de associações regionais, a exemplo da Associação Regional de Produtoras Agroextrativistas do Pantanal (Arpep) e da Associação Regional de Produtores Agroecológicos (Arpa).

A Arpa é hoje uma das principais referências do estado na produção agroecológica e na comercialização da agricultura familiar. Seus associados e associadas produzem hortaliças, frutas e legumes, vendendo não só nas feiras, mas também para o PAA e o Pnae.

No Assentamento Roseli Nunes, há a Escola Estadual Madre Cristina, considerada modelo de escola do campo. Em sua grade curricular, constam pautas como agroecologia, reforma agrária e economia solidária. A escola é coordenada pelas próprias famílias assentadas e militantes do MST e hoje conta com mais de 4 mil estudantes.


O assentamento, porém, vive atualmente a ameaça de ser desapropriado para dar lugar a uma empresa de mineração, pois ali, segundo o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral, foi descoberto, no fim de agosto de 2013, um depósito de fósforo e potássio.





4.

Seminários Temáticos



Os 14 seminários temáticos que aconteceram no terceiro dia do evento cumpriram função determinante na construção da convergência dos debates no conjunto do encontro. As análises críticas das trajetórias de construção da agroecologia no contexto dos territórios, que tiveram curso tanto na plenária inicial quanto nas sessões simultâneas, valorizaram os conhecimentos sistematizados nas caravanas e indicaram a expressão de cada um dos temas nesse rico processo.

Os seminários temáticos também foram, em muitos casos, oportunidades para o debate sobre a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pna-po) e seu instrumento operativo – o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) –, analisando criticamente as iniciativas frente às propostas da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) durante a negociação para sua elaboração junto ao governo em 2013. Nesses casos, os seminários também proporcionaram uma ampla socialização dos conteúdos do Planapo e consequente ampliação da mobilização desse público para o monitoramento e o controle social da execução do referido

plano nas diversas regiões, especialmente considerando-se que, em 2015, acontecerão os debates para a elaboração da sua nova versão (2016/2019).

Cada seminário contou com uma comissão organizadora que elaborou a ementa e ficou encarregada da coordenação da atividade, bem como da mobilização dos gestores públicos para participarem dos debates e verificarem em que medida as políticas públicas estão contribuindo ou não para o fortalecimento do campo agroecológico. Os temas foram escolhidos integrando as temáticas históricas com pautas bastante atuais, como a das normas sanitárias, dando sequência à coesão de forças iniciada no processo de “diálogos e convergências”. Os debates em cada seminário foram enriquecidos com as apresentações de experiências.

Foi a partir dos seminários temáticos que os conteúdos para a [Carta Política do III ENA](#) foram construídos, tendo sido posteriormente aprimorados por uma comissão encarregada de traduzir esses acúmulos nas diretrizes, reivindicações e posicionamentos do documento. Para tanto, ao final de cada seminário era feita uma sistematização dos anúncios e denúncias sobre cada um dos temas abordados.

Apresenta-se a seguir uma síntese das experiências, debates e propostas de cada seminário:

**Luta pela Reforma Agrária e
Reconhecimento dos Territórios dos
Povos e Comunidades Tradicionais:
desafios e perspectivas**

(Facilitação gráfica: p. 181)

Ementa:

Apesar das demandas históricas, das mobilizações sociais recentes e da inclusão da reforma agrária e dos direitos territoriais em instrumentos governamentais, como o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (diretrizes 2 e 4) e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (estratégia do eixo 02, objetivo 03), o Brasil vem vivenciando um processo de desaceleração – se não de total paralisia – das ações do Estado voltadas para o assentamento de famílias trabalhadoras sem terras e do reconhecimento de direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais. Essa paralisia é resultado de uma combinação de fatores históricos, econômicos, sociais e políticos, como a crescente demanda (externa) por *commodities* (matérias-primas) agrícolas e não agrícolas, os projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e as opções macroeconômicas de governo com a aposta na expansão do agronegócio como forma de manter a balança comercial favorável e o crescimento econômico.

Esses fatores provocam o aumento da demanda por terras e territórios, tanto via expansão das fronteiras agrícolas e sobreposição entre Unidades de Conservação de Proteção Integral e territórios de povos indígenas e co-

munidades tradicionais como pelas disputas em regiões consolidadas, resultando em oposição de setores do agronegócio e seus representantes nas diversas esferas de governo a qualquer reconhecimento de direitos que ameacem essa lógica de acumulação. Há, inclusive, uma ofensiva da Bancada Ruralista no Congresso Nacional visando anular direitos constitucionalmente assegurados.

A falta de acesso à terra e ao território gera violações ao direito humano à alimentação adequada e saudável desses povos e comunidades tradicionais. Diante disso, é fundamental aprofundar a compreensão do contexto e debater: quais são os desafios para as organizações que lutam por terra/território e pelo reconhecimento e proteção da sociobiodiversidade? Quais são as perspectivas de avanço no reconhecimento de direitos dos povos e comunidades tradicionais? Que experiências concretas nos indicam caminhos para a garantia do direito humano à alimentação e a promoção da agroecologia?

As experiências:

1) Assentamento Terra Vista do MST em Arataca (BA): Joelson, há 14 anos no MST, está há seis envolvido com a agroecologia e a considera uma oportunidade de unir povos e trabalhar a terra de maneira sustentável. Destaca a aliança da





presidenta Dilma com o agronegócio, assim como o massacre dos índios. Chicão, também do MST, faz um paralelo entre a chegada dos portugueses, que invadiram as terras brasileiras e extraíram recursos, e o atual modelo hegemônico que, com a implantação do sistema capitalista, incentiva o latifúndio das monoculturas, o uso crescente de agrotóxicos e o aumento da exploração mineral.

2) Comunidade Quilombola Mumbuca no Jalapão (TO): Ana Claudia, moradora do quilombo, reconhecido como tal em 2006, compartilha que até os anos 2000 as famílias viviam em um paraíso, trabalhavam em mutirão, utilizavam remédios caseiros, trocavam produtos sem necessidade de dinheiro e nem Coca-Cola conheciam. Com a chegada da energia elétrica em 2001, o aumento da dependência de insumos externos e a constituição do Parque Estadual do Jalapão, muita coisa mudou e hoje ainda não têm informações suficientes para lidar com as mudanças e garantir seus direitos. Com o parque e a criação de outras cinco unidades de conservação, foram impedidos de retirar árvores, de reformar suas casas e até uma morte ocorreu porque uma senhora foi obrigada a apagar o fogo que causou. A luta é grande e necessitam da compreensão dos órgãos públicos, pois a preservação já é feita pela comunidade.

3) Criação de Reserva Extrativista na Amazônia: Joaquim Belo afirma que a construção dos territórios é fruto da ação dos povos, a exemplo da criação da Reserva Extrativista (Resex) no estado do Amapá, depois de 30 anos de luta. O movimento extrativista, a despeito de algumas dificuldades, é um movimento muito forte, e o modelo de gestão é compartilhado, gerando mais de 15 mil empregos, embora ainda informais. Superaram a questão do uso dos agrotóxicos, sendo o maior desafio hoje a construção política e organizativa, em função da falta de entendimento com quem chega. Outra dificuldade é a existência de muitos conflitos entre os indígenas, mas o gargalo, de forma geral, é a falta de políticas públicas. Aos poucos vão se identificando com a agroecologia.

Elementos do debate:

A luta pela reforma agrária é uma questão de muitos conflitos. A apropriação de terras públicas, indígenas e quilombolas é crescente para a implantação de projetos que são impostos de cima para baixo, dominando assim a área rural e, em muitos casos, resultando em mortes. As agroindústrias, a pecuária, os monocultivos, as madeireiras e a mineração também dificultam muito esse cenário, aumentando os pontos de disputa. Projetos como esses fortalecem a classe dominante e enfraquecem as minorias.

A reforma agrária é o grande tema do século XXI, estando na base da crise ambiental e de abastecimento. Essa crise gera a percepção de escassez e reforça o papel bra-

sileiro de celeiro, de grande produtor de *commodities*, no tabuleiro mundial, aumentando assim a voracidade do agronegócio e do capital sobre as terras. O Incra, por sua vez, opera um conjunto de políticas, mas não consegue articulá-las na realidade dos assentamentos.

Falta infraestrutura, educação e escoamento da produção nos assentamentos da reforma agrária, assim como falta interesse dos governantes para resolver os problemas dos povos e comunidades tradicionais. Os conflitos que acontecem entre os povos indígenas enfraquecem a luta comum e necessitam ser equacionados buscando convergências.

Propostas:

- Regularização fundiária dos territórios indígenas, agilizando os processos de demarcação e garantindo a proteção física dos mesmos, em articulação permanente com movimentos indígenas e lideranças dos povos.
- Reconhecer e valorizar que territórios de povos e comunidades tradicionais são territórios agroecológicos.
- Retirar o extrativismo da dimensão da economia informal e garantir o seu reconhecimento econômico.
- Fortalecer os diálogos entre agroecologia e reforma agrária a partir dos territórios e promoção de intercâmbio de experiências
- Avançar na conquista de novos territórios.

- Garantir o combate ao analfabetismo nos assentamentos, com escolas contextualizadas e estímulo à arte e cultura..
- Aumentar as unidades de conservação (UCs), consolidando a gestão comum do território e reconhecendo a importância de economia extrativista.
- Necessidade de consulta prévia para a criação de UCs.
- Adequar a criação das UCs às populações locais no que diz respeito ao uso e ocupação das terras.

Agroecologia, Abastecimento e Construção Social de Mercados

(Facilitação gráfica: p. 182)

Ementa:

O seminário teve o objetivo de debater o tema de padrões de consumo e de acesso a mercados pelas práticas agroecológicas rurais e urbanas, partindo da atual conjuntura. Para essa contextualização inicial foram levantados os recentes episódios de criminalização do PAA, que resultou na prisão de agricultores no Paraná, e do recuo dessa política, sendo ressaltada a necessidade de se assumir uma postura ativa frente às dificuldades enfrentadas. Também foi resgatada a construção do Encontro de Diálogos e Convergências, em 2011, bem como seus desdobramentos. Foi realizado ainda um balanço, em especial sobre a articulação das práticas da economia solidária, da agroecologia e da soberania alimentar nos territórios.

A partir das experiências apresentadas, foi proposto um debate sobre algumas ques-



tões: Como ocorre a relação entre o rural e o urbano? Quais os seus desafios? Como a experiência acessa e propõe novas relações de mercado e com o consumidor? Como efetivar o abastecimento e a construção de circuitos curtos de produção, comercialização e consumo?

Espera-se que a contextualização e as experiências possam elucidar o cenário atual e dar abertura para traçar novos desafios para a proposta agroecológica e sua efetivação como alternativa para a produção, comercialização e consumo em territórios, seja por meio de mercados institucionais, grupos de consumidores responsáveis, pequeno varejo local, feiras, entre outros. Vale destacar que o tema é fundamental para que a agroecologia possa ser vista como importante para a sociedade, na medida em que está disponível ao consumidor, e este possa compreender como tais práticas garantem saúde, promovem trabalho, renda e soberania alimentar às comunidades locais.

As experiências:

- 1) Circuito Sul da Rede Ecovida: José Antonio da Silva, agricultor agroecológico

de Bocaiuva do Sul (PR), explicou que a Rede trabalha a construção de uma nova relação com os consumidores, baseada na confiança e na reciprocidade. A lógica de trabalho por grupos fortalece as famílias, que se organizam em núcleos distribuídos nos três estados do Sul. São 3.800 famílias em 200 municípios, organizadas em 400 grupos e associações, responsáveis por 200 feiras ecológicas, assessoradas e apoiadas por 35 ONGs, 15 comercializadores, 30 organizações e 27 núcleos regionais. O Circuito Sul atua na circulação e comercialização, construindo processos que escapam da lógica das redes de mercados e grandes atravessadores, reforçando a seguinte ordem de prioridade: mercados locais, comunidades, municípios, estado e, quando há sobras, para fora do estado. Para fugir da voracidade das regras do mercado, é obrigatório que quem vende pela Rede Ecovida também compre, estimulando assim a circulação de produtos de outras regiões. Ou seja, a região que produz hortaliças deve comprar frutas de outras regiões, garantindo a circulação e o abastecimento dentro da lógica da rede.

Atualmente 1.500 famílias participam do Circuito Sul e, juntas, discutem como superar o desafio da logística, uma vez que cada família produz um pequeno volume, embora bastante diversificado. Hoje, comercializam mais de 10 tipos de feijão e já sentem a importância do resgate dessas variedades na relação com os consumidores que, por conta disso, acessam memórias afetivas e vão reforçando os laços de reciprocidade.

- 2) RedeMoinho – Cooperativa de Comércio Justo e Solidário, na Bahia: conforme resgatou Diogo Rego, a Rede surgiu em 2008 a partir da inquietação de consumidores militantes da economia solidária e da agroecologia que tinham enormes dificuldades em consumir esses produtos. O grupo se organizou e, em 2010, decidiu constituir a RedeMoinho, para viabilizar tanto o consumo quanto a produção, pautada por princípios da comercialização transparente, da coletividade e do associativismo, de justiça ambiental, de produtos socialmente justos, ambientalmente sustentáveis e biologicamente saudáveis. A Rede atua com foco na soberania e segurança alimentar e possui um banco de sementes crioulas agroecológicas. Tem uma loja virtual (www.redemoinho.coop.br) e uma loja física em Salvador e se organiza a partir de núcleos de consumo para facilitar a logística, um dos maiores desafios que enfrenta. Realiza a distribuição dos produtos semanalmente, participa de eventos/feiras pontuais e distribui produtos no mercado atacadista. Também organiza intercâmbios entre famílias agricultoras e consumidores e participa de espaços de articu-

lação de políticas públicas, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e a Articulação Baiana de Agroecologia (Aaba). Entre os desafios da rede estão sensibilizar consumidores, aumentar a diversidade de produtos e produtores e incentivar, em parceria com outros atores, um mecanismo de certificação participativa.

- 3) Associação Regional de Produtores Agroecológicos (Arpa), em Cáceres (MT): Iraci, assentada da reforma agrária, contou que a associação foi criada há oito anos, a partir dos assentamentos da região de Cáceres implantados há 13 anos, para zelar pelo meio ambiente, geração de renda e o bem-estar das famílias. A Arpa organiza-se em grupos com no mínimo cinco famílias, pois não trabalha na lógica individual. Seus associados estão na luta por garantir a comercialização diferenciada e conseguiram com o sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais um local para levar os produtos. Acessaram o PAA e, apesar de sofrerem com a burocracia, seguiram lutando até conseguirem vender para os bairros mais carentes. Há dois anos acessam o Pnae. Com recursos próprios, adquiriram um caminhão usado que oferece suporte nas fases iniciais da comercialização. No entanto, nem todos abraçam a causa e se esmeram para conscientar novas famílias. Têm uma feira permanente e vivem o desafio de lidar com o “ciúme” de outras famílias, temerosas que lhe tomem o mercado.
- 4) Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Julian, do Fórum Brasileiro de Eco-

nomia Solidária (FBES), apresentou uma síntese com as principais mudanças anunciadas para o PAA, com destaque para o Manual de Operações da Conab (MOC 30), informando que, tanto no Consea quanto no Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar (FBSAN), os movimentos sociais estavam debatendo com o governo tais mudanças. João de Paula, da Associação São Francisco de Assis, de Irati (PR), deu um depoimento sobre a criminalização dos agricultores no episódio recente ocorrido no Paraná: Ele contou que as famílias trabalham com agroecologia desde 2002, numa região entranhada pela fumicultura e forte presença da soja. Em 2004, a associação dessas famílias foi a primeira a fazer a entrega de 100% de produção agroecológica. No entanto, os(as) agricultores(as) ficaram oito meses sem receber. Pagarão o preço da vanguarda, quando nem mesmo a Conab sabia exatamente como operacionalizar o programa. Iniciaram com um projeto de R\$ 30 mil e, após cinco anos, estavam chegando a R\$ 500 mil. Formaram lideranças que se dedicaram por uma década a aprender sobre esse processo, mas, depois do ocorrido, com a polícia entrando nas casas e revirando tudo, tratando as famílias como criminosas, ficou a pergunta: vale à pena se dedicar à agroecologia? Alguns agricultores ficaram dois meses presos, e hoje as famílias estão totalmente desmotivadas, o grupo desagregado e desanimado com a agroecologia, um grande trauma. O problema se deveu ao fato de os operadores do PAA não entenderem a lógica da coletividade, em que a cada mês a nota era tirada em nome de uma família, fazendo

o rodízio entre todas as famílias. Até hoje não receberam nada, os advogados estão pedindo mais recursos e as famílias não têm como pagar os honorários. Depois disso, ninguém na região quer trabalhar mais com o PAA nem com redes ou com agroecologia.

Elementos do debate:

Apesar do atual contexto de produção expressiva de *commodities* e alimentos, evidenciam-se problemas na matriz agrícola e agrária e na distribuição e acesso aos alimentos, resultado da intensificação da concentração corporativa no sistema agroalimentar, determinando padrões de produção e consumo e consolidando um quadro de insegurança alimentar. Um pequeno grupo de corporações domina o abastecimento e o varejo, desestruturando as relações entre produtores, consumidores e alimentos. A ausência de regulação e a implementação de políticas públicas fortalecem ainda mais esse modelo. Por outro lado, são tímidas as políticas públicas de apoio às dinâmicas econômicas locais e regionais. Faltam infraestruturas de apoio para dar condições aos agricultores de construir suas estratégias de mercado. Agrega-se a isso um conjunto de leis e normativas fiscais, sanitárias, territoriais, entre outras, que dificulta o processo de comercialização, agregação de valor, transporte e circulação de produtos da agricultura familiar.

Em contraposição aos moldes do sistema agroalimentar hegemônico, a perspectiva de construção de estratégias de mercados e de abastecimento de alimentos na agroecologia está pautada na aproximação entre

agricultores e consumidores; na conservação e uso sustentável dos ecossistemas e da agrobiodiversidade; no resgate e valorização da agrobiodiversidade e da cultura alimentar; e na facilitação e popularização do acesso aos produtos agroecológicos. Para tanto, as organizações da agricultura familiar e camponesa agroecológica desenvolvem redes e circuitos de comercialização que articulam em diferentes níveis – local, regional e nacional – a solidariedade, o consumo responsável, a soberania e segurança alimentar e nutricional, aproximando a agroecologia e a economia solidária. Como referência dessa realidade, podemos destacar: i) as feiras agroecológicas como espaço privilegiado de diálogo entre produção e consumo; ii) os grupos e redes de consumidores; iii) a aliança com o pequeno varejo e o tecido econômico local; iv) a abertura do mercado institucional para a agricultura familiar e camponesa, com destaque para o PAA e o Pnae, entre outros.

Particularmente no caso do PAA, a excessiva normatização do programa e o predomínio de sua execução por entes públicos, que prescinde de organizações sociais, põem em risco um dos maiores méritos do programa, que é o de articular as organizações sociais como co-gestoras e operadoras do programa, a exemplo do que ocorre no Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) e no Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), executados pela Articulação Semiárido (ASA Brasil) com recursos do governo federal. Repudiamos as ações de abuso de poder da Polícia Federal e a tentativa de criminalização das organizações sociais e dos agricultores e agricultoras. Exigimos a preservação das concepções originais do programa, a defesa

dos agricultores e a reparação dessas situações, bem como a correção dos atos realizados pelos organismos envolvidos.

Propostas:

- Moção de Apoio ao PL 4.685.
- Constar na Carta do III ENA o processo do plebiscito popular e a questão do marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSCs).
- Apoiar os agricultores no caso PAA por meio de uma moção e encontrando outros advogados sensíveis à causa.
- Intensificar as estratégias de luta contra as grandes empresas varejistas que incitaram essa criminalização.

Agricultura Urbana: semeando a agroecologia nas cidades

(Facilitação gráfica: p. 183)

Ementa:

A agricultura urbana e periurbana (AUP) contempla a produção de insumos agropecuários, as práticas de cultivo e beneficiamento agrícolas e a criação de animais nas cidades e nos seus entornos e está presente em todas as regiões metropolitanas brasileiras, com importância para o abastecimento e para a segurança alimentar e nutricional, contribuindo para a constituição de ambientes saudáveis.

Ainda que seja uma prática social de grande relevância, inexistente uma política nacional adequada à AUP. Nos estados e municípios, a situação é quase a mesma, com

poucas referências de políticas de incentivo. O Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS), que havia dado início à construção de uma política nacional de AUP, em 2014, de maneira arbitrária e não dialogada com a sociedade civil, decidiu acabar com as ações voltadas para essa categoria.



O seminário foi organizado com o objetivo de atualizar esse debate no Brasil, apresentando experiências concretas de resistência nos territórios. A ideia era também formular propostas de ações para remobilizar a AUP no MDS junto à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) e fazer pressão para que a AUP volte com destaque na Pnapo e no Planapo. Outro objetivo foi promover a interação entre atores da sociedade civil com experiências concretas de agricultura urbana nos territórios, colocando a seguinte questão: como fortalecemos nossas articulações no plano nacional em torno das experiências e organizações que atuam com AUP?

As experiências:

1) Articulação das experiências de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina, promovidas respectivamente pela Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, a AS-PTA e o Cepagro: essa articulação atuou na promoção de intercâmbios, encontros nacionais de agroecologia e

encontros sobre segurança alimentar e nas atividades da Rede Ecovida de Agroecologia.

Nos diálogos estabelecidos, as organizações procuraram rever as estratégias e técnicas, além de traçar caminhos para a captação de recursos a fim de obter condições mínimas para o funcionamento em rede. Com a percepção de que não há um fórum de debate e incidência política sobre agricultura urbana no cenário nacional, propôs-se a criação de um GT sobre o tema no âmbito da ANA. A proposta, contudo, não se consolidou e o debate da agricultura urbana continuou sem uma abordagem e uma referência nacional. Por outro lado, a participação das experiências de agricultura urbana de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo no processo de reestruturação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar (FBSAN) proporcionou a criação de um GT de Agricultura Urbana.

2) Articulação do grupo composto pela Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, a AS-PTA e o Cepagro com o governo federal: até o início do Governo Lula, as organizações da sociedade civil tinham um diálogo truncado com o governo federal no tema da AUP. Durante o primeiro mandato do Governo Lula, o diálogo com a sociedade civil se deu na formação do Programa Fome Zero, com o reconhecimento do acúmulo da sociedade civil sobre o tema. Na Conferência Na-

cional de Segurança Alimentar e Nutricional, foram estabelecidas as diretrizes para a agricultura urbana e foi encaminhada a realização de um diagnóstico sobre a realidade desse segmento no Brasil, sendo apresentados textos sobre as propostas de AUP que foram se fortalecendo, se aprofundando e se qualificando. A experiência ampliou o reconhecimento da necessidade de políticas públicas sobre o tema e também ressaltou a ausência de apoio do governo federal e universidades. A constatação desse cenário levou à proposta da criação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana. Em 2006/2007, foram contratados serviços com recursos federais para elaborar um diagnóstico em 11 regiões metropolitanas. Esse recurso foi compartilhado entre as organizações da sociedade civil e resultou numa publicação detalhando o cenário da AU e na realização de um seminário. Em 2008/2009, com apoio do MDS, foram formados os Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (Caup). Como a execução era realizada por prefeituras e universidades, a utilização dos recursos foi baixa. Contudo, em Minas Gerais foram realizadas atividades de intercâmbio e capacitação com integrantes do MST. Em 2013, houve uma mudança de orientação do governo federal e o MDS deixou de priorizar a AUP. Embora houvesse uma portaria



de regulamentação da política de agricultura urbana, o MDS estabeleceu um corte orçamentário para as ações sobre o tema. Ainda em junho de 2013, o FB-SAN, em parceria com o Consea, fez uma cobrança pública a respeito da posição do MDS e criou a Câmara Temática Desenvolvimento e Agricultura Urbana, assumindo a mediação com o governo federal. A partir de então, percebe-se que não há uma referência no governo federal sobre a AUP. O governo também não incorporou dotação orçamentária para as propostas da ANA para a AUP no Planapo.

Elementos do debate:

É necessária a afirmação do papel fundamental das práticas agroecológicas nos espaços urbanos e periurbanos. A agricultura urbana é uma prática social que confronta o atual modelo de desenvolvimento das cidades, propondo mudanças estruturais no uso dos espaços urbanos para a produção de alimentos, plantas medicinais e criações de animais, que resgatem a cultura rural nas cidades e promovam a conexão campo-cidade.

Reafirmou-se a importância do tema no âmbito da Articulação Nacional de Agroecologia e encaminhou-se a formação do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana, composto inicialmente pelas seguintes representações presentes no seminário: Avivac (RN),

Diaconia (PE), CMN (PE), Univasf Petrolina (BA), AUÊ (MG), Terra Viva (MG), Rede de Intercâmbio (MG), Coletivo Horta (SP), Cepagro (SC), Rede MNSAN (RS), Rede CAU (RJ), Aferq (RJ), AS-PTA (RJ), Verdejar (RJ), CRAS Projovem (RJ) e Agrovargem (RJ).

No âmbito das políticas públicas, ações relacionadas à agricultura urbana foram contempladas no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan). Por outro lado, o MDS, que vinha assumindo a construção de uma Política Nacional de Agricultura Urbana, decidiu arbitrariamente, em 2013, encerrar suas ações de promoção da AUP. A agricultura urbana consta no texto do Planapo, no entanto, não foram estabelecidas ações estratégicas, dotação orçamentária e responsabilizações sobre o tema.

Os participantes do III ENA apontam o MDS e o MDA como instituições responsáveis pela execução das ações previstas no Plansan e no Planapo, enquanto a Caisan deve figurar como instância articuladora na gestão de ações de promoção da agricultura urbana, já identificadas em outros ministérios: Educação, Saúde, Cidades, Ciência e Tecnologia. Além disso, a agricultura urbana deve ser assumida como tema central pela Comissão Permanente de Produção, Abastecimento e Segurança Alimentar (CP3) do Consea.

Propostas:

- Criar o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana.
- Criar GT-AU no FBSAN e na organicidade da ANA.

- Estabelecer interlocução sobre o tema com o MDA (enquanto executor da Planapo).
- Criar uma agenda de atividades e ações estratégicas.
- Elaborar a Carta da Agricultura Urbana no III ENA (ver adiante).
- Apontar prioridades para a Carta Política do III ENA.

Coletivo Nacional de Agricultura Urbana

CARTA DO III ENA

19 DE MAIO DE 2014

Nós, grupos de agricultores(as) urbanos(as), organizações e redes que atuam na promoção da agricultura urbana no âmbito da sociedade civil, reunidos no III ENA – Encontro Nacional de Agroecologia, em Juazeiro, Bahia, nos dias 16 a 19 de maio de 2014, ressaltamos a existência de inúmeras iniciativas promovidas e apoiadas por organizações, que demonstram a multifuncionalidade das práticas de agricultura urbana, as transformações que essas promovem na vida das pessoas e das cidades e sua relação com temáticas importantes no atual contexto brasileiro, como feminismo, reforma urbana, reforma agrária, saúde coletiva, economia solidária, justiça ambiental e soberania e segurança alimentar e nutricional.

O movimento pela agricultura urbana, impulsionado pela sociedade civil, fundamenta-se nos princípios da agroecologia e tem se configurado como um campo de convergência para o fortalecimento da organiza-

ção popular, especialmente a auto-organização das mulheres, que buscam superar as desigualdades sociais e econômicas e fazer a ação política a partir da articulação entre ações cotidianas nos contextos urbanos. Esta trajetória de articulação tem sido construída há mais de 15 anos por meio da realização de intercâmbios entre as organizações, da participação no I e II ENA, nos encontros do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) e das conferências de SAN, além de eventos específicos para a construção de políticas públicas de agricultura urbana no âmbito nacional e dos territórios.

A dura realidade social e as condições adversas enfrentadas por famílias que mantêm viva a prática da agricultura nos espaços urbanos contrastam com a riqueza de saberes observada nas experiências agrícolas que desenvolvem em suas casas e comunidades. Essas práticas não devem ser consideradas meras reproduções de hábitos e modos de vida de migrantes rurais nas cidades, pois revelam o caráter inventivo e interpretativo da realidade das(os) agricultoras(es). A memória da origem rural, quando parte da história dos sujeitos, pode fazer referência a uma experiência camponesa ou de agricultura familiar caracterizada pelo aprendizado com os pais, mães e avós sobre o cultivo de roças, o uso de plantas medicinais e nativas na alimentação e a criação de animais ou a vivências de práticas agrícolas nas quais já predominava o modelo da Revolução Verde ou do agronegócio, marcado por conflitos agrários, mudanças nas técnicas de produção e na relação com os recursos naturais e com a própria alimentação e saúde. É ainda importante considerar que a

cada dia moradoras(es) urbanas(os) de diferentes classes sociais, que nunca tiveram uma vivência anterior no campo, se interessam e passam a se dedicar às práticas agrícolas como um modo de vida mais saudável. A maioria das experiências tem em comum o protagonismo de mulheres, que desempenham um papel importante nos cuidados da segurança alimentar e na saúde da família e da comunidade, desafiando repensar os papéis de gênero socialmente construídos, a invisibilidade dos trabalhos domésticos realizados pelas mulheres e os desafios para promover sua autonomia financeira e inserção no mercado de trabalho. O acesso a livros, informações da mídia, além da inserção em processos de formação e capacitação em agroecologia promovidos por organizações sociais ou políticas governamentais têm papel fundamental na construção da agricultura urbana no contexto dos grandes centros urbanos contemporâneos.

A agricultura urbana está presente em todas as regiões metropolitanas brasileiras e contempla a produção de insumos agropecuários – dentre os quais a compostagem e a reprodução de sementes crioulas –, as práticas de cultivo e beneficiamento agrícola, o extrativismo e a criação de animais nas cidades e nos seus entornos.

Destacando as tipologias da agricultura urbana, encontramos hortas em quintais; hortas comunitárias; hortas em escolas, creches, centros de saúde, centros de referência em assistência social, universidades e penitenciárias; criação de animais; hortos medicinais; compostagem; minhocário; processamento e venda de alimentos

e produtos agrícolas; hortas em terraços e telhados; hortas em linhas de transmissão; propriedades rurais diversificadas dentro dos perímetros urbanos; assentamentos; ocupações; parques; áreas de proteção ambiental; praças; canteiros de estradas e rodovias; corredores ecológicos; parques hortícolas; programas de habitações populares; condomínios, entre outros.

Entendemos a agricultura urbana como uma forma de organização da população urbana para promover a autonomia na produção agroecológica de alimentos, a construção de novas relações de produção e consumo baseadas na economia solidária e a reconexão com a natureza nas cidades.

Observa-se atualmente a disputa de diferentes modelos de cidade em nossos territórios. O modelo de urbanização das cidades, pautado na lógica do mercado capitalista (empresariamento das cidades), gera desafios para a manutenção e a ampliação das práticas agroecológicas nesses espaços, como o alto valor da terra e dos impostos territoriais; a crescente transformação das áreas rurais em áreas urbanas através dos planos diretores; a pressão para a construção de novas unidades habitacionais; a degradação e contaminação dos recursos naturais (água, terra e ar). A agricultura urbana se insere na promoção de um modelo de desenvolvimento urbano mais justo e democrático, que supere a dicotomia campo-cidade e garanta o direito à cidade e à alimentação adequada e saudável para todos os seus habitantes.

Dentre as pessoas que praticam agricultura urbana identificamos uma diversidade enor-

me, desde pessoas individualmente nas suas casas ou coletivamente em hortas comunitárias ou espaços públicos. Percebemos uma participação efetiva de camponeses que vieram para as cidades e continuam suas práticas agrícolas nos espaços que ocupam. Encontramos também famílias agricultoras, cujos espaços se tornam urbanos, mas que permanecem com suas atividades agrícolas de produção vegetal, animal, processamento e comercialização. Também podemos identificar assentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, público do “CadÚnico”, trabalhadores sem-teto e sem-terra, desempregados. Identificamos profissionais liberais e servidores públicos praticantes, bem como crianças, jovens e idosos.

Percebemos a predominância das mulheres nas iniciativas de agricultura urbana. Muitas dessas mulheres têm origem rural e tiveram suas famílias expulsas do campo pelo avanço do agronegócio em seus territórios. Outras são de origem urbana e se aproximaram da agricultura pela preocupação com a saúde e com o alimento das famílias. A agricultura urbana representa a possibilidade de reconstrução de suas trajetórias e relações de gênero mais equitativas. Beneficia também os jovens urbanos, ampliando sua compreensão dos ciclos da natureza dos quais fazem parte, e estimula o seu protagonismo e novas possibilidades de inserção na sociedade.

A agricultura urbana desempenha papel social fundamental para a construção de paradigmas ecológicos, pois as atividades desenvolvidas na agricultura estão relacionadas diretamente aos ciclos da vida: da

germinação ao fruto maduro, os resíduos se transformando em adubo orgânico, a reprodução animal, o conhecimento da natureza e suas estações, os movimentos climáticos e as interpelações existentes nos ecossistemas. Destacamos também a importância da prática da agricultura como elemento terapêutico e casos de recuperação química e psicológica sendo alcançados por meio da agricultura urbana.

No campo da Segurança Alimentar e Nutricional, o governo foi pautado pela sociedade civil nas conferências de segurança alimentar a criar uma Política Nacional de Agricultura Urbana. Reconhecemos que houve um empenho do Ministério de Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS) em diversas áreas, tais como: a) na promoção de ações como a realização de um estudo, em 2006, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), que identificou mais de 600 iniciativas em 11 capitais brasileiras; b) na realização do 1º Seminário Nacional de Agricultura Urbana, em junho de 2007, em Brasília, que apontou diretrizes e princípios para orientar a ação federal; e c) no apoio, a partir de um edital em 2008, à implementação dos Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (Caups), que estimularam uma lógica territorial (metropolitana) para a política e a constituição de redes de atores locais para a sua implementação.

O governo ainda incorporou a agricultura urbana no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan), identificando o MDS como seu principal executor e interlocutor da sociedade civil.

No entanto, em 2013, o MDS interrompeu o processo de construção da política de agricultura urbana nos territórios e as ações para sua estruturação de forma arbitrária. Os recursos passaram a ser redirecionados para outros programas da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) – agora sem a participação da sociedade civil, que desde a 2ª Conferência Nacional de SAN, em 2004, acompanhava e apoiava as ações neste campo.

A Política e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo e Planapo), construídos de forma participativa, incorporam a agricultura urbana em seus eixos e estratégias gerais, embora não sejam definidas ações e metas específicas para o tema. É necessário, portanto, que na revisão da Planapo sejam explicitadas ações específicas, dotação orçamentária e instâncias responsáveis voltadas à promoção da agricultura urbana. Nesse sentido, consideramos imprescindível que o MDA assumira uma postura proativa e articuladora na gestão de ações de agricultura urbana juntamente com o MDS.

Reforçamos a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) como instância articuladora na gestão de ações de agricultura urbana promovidas pelo MDS e MDA, além daquelas já identificadas em outros ministérios (Educação, Saúde, Cidades, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia).

Reafirmamos o papel do Consea como um importante interlocutor entre o governo federal e a sociedade civil para a formulação e acompanhamento da execução das políticas públicas federais voltadas para a agricultura



ra urbana. Neste sentido, apontamos que a agricultura urbana seja assumida como um tema central pela Comissão Permanente de Produção e Abastecimento e Segurança Alimentar (CP3) do Consea.

Diante desse contexto, o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana se apresenta como ator comprometido com a luta e com a construção da autonomia das agricultoras e agricultores urbanos por meio da promoção da agroecologia e de programas e políticas públicas específicas para a agricultura urbana.

Comunicando um Brasil Agroecológico

(Facilitação gráfica: p. 184)

Ementa:

Discutir de que forma a comunicação pode ser utilizada como estratégia política junto aos movimentos sociais, especificamente os relacionados à agroecologia. Refletir acerca de experiências que compartilhem a percepção da comunicação como mobilização social; como possibilidade de intervenção da sociedade civil junto às políticas públicas; e como instrumento de resistên-

cia ao agronegócio e às grandes obras que interferem negativamente na vida da população do campo.

A agroecologia dialoga com a comunicação, buscando o intercâmbio de experiências, a produção de conhecimento e a valorização dos saberes locais. Comunicar um Brasil Agroecológico é, assim, estimular o debate sobre a articulação de uma comunicação em rede, que integre participantes de diferentes territórios com um propósito comum. Nesse sentido, além de divulgar e de produzir instrumentais, a comunicação pode atuar para fortalecer o movimento agroecológico, facilitando o espaço de interlocução entre o mesmo e a sociedade.

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), aprovada em 2012 por meio do decreto 7.794, representa uma conquista dos movimentos do campo, fruto de ações que muitas vezes perpassaram o campo da comunicação, desde mobilizações até a elaboração de materiais educativos alternativos. Garantir que tal política seja implementada, de fato, também concerne ao espaço comunicativo, daí a necessidade do

empoderamento do movimento agroecológico nessa temática.

As experiências:

1) Coletivo de Comunicadoras da Marcha Mundial das Mulheres: apresentado por Adriana, Cintia e Camila. Para a MMM, a comunicação é um direito. O movimento constrói a sua comunicação com o objetivo de desconstruir a realidade em que vivemos, de uma sociedade machista, racista e homofóbica. Por ser um movimento internacional, comunica-se em três idiomas (inglês, francês e espanhol), além do português, com o foco em “traduzir” o significado do que acontece nos países para que as mulheres se vejam e se solidarizem umas com as outras. Não há uma responsável pela comunicação, que acontece de forma descentralizada nos diferentes estados brasileiros. Entendem que a comunicação não é feita só por jornalistas, mas por todas, que produzem uma comunicação popular. Fazem parte das estratégias de comunicação os materiais impressos, tambores, camisas, estandartes e palavras de ordem (por meio da batucada feminista). Também produzem programas de rádio, a exemplo do que fizeram durante o III ENA com a Rádio Poste, evidenciando que sem feminismo não há agroecologia. Cunharam o conceito de feminismo 2.0, com a ideia de feminismo nas redes sociais. Apesar de ainda existirem dificuldades para as mulheres usarem a internet, seja pela carga de trabalho, seja porque onde vivem não há conexão, há iniciativas para ajudar as mulheres a conhecer e usar os instrumentos para a comunicação virtual. Por

meio de ações coletivas e articuladas, usando software livre, as mulheres utilizam o Facebook e o Twitter para viralizar alguns temas. Contudo, apesar de vir aumentando, a pauta feminista na internet é ainda muito limitada, concentrando-se mais nas questões de gênero do que em pautas mais polêmicas como aborto e a divisão sexual do trabalho. Há também o blog colaborativo da MMM, onde todas as militantes da marcha podem escrever. Organizaram uma cobertura colaborativa do encontro internacional, realizado em São Paulo em agosto de 2013, e contaram com o apoio de um coletivo de comunicação com entidades/movimentos parceiros para a produção de vídeo, rádio, etc. Para a MMM a comunicação se dá “nas ruas, nas redes e nos roçados”. Sabem da necessidade de empoderamento das ferramentas de comunicação para que possam interferir na forma como as mulheres são pautadas nos meios de comunicação, inclusive nos meios mais alternativos. Também por isso, acharam importante produzir um material para o coletivo de comunicadores do ENA, de forma a colaborar e orientar uma abordagem feminista para a comunicação do encontro, com exemplos de como dar visibilidade às mulheres e não reforçar estereótipos. Para a Marcha, fazer comunicação é um projeto político.

2) Projeto Vidas Paralelas – Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA): apresentado por Claudiano e Vani. Embora a comunicação seja uma prioridade para o MPA, o movimento sente muita dificuldade em estabelecê-la, em produzir conteúdo e em acessar os meios para

tal. O Projeto Vidas Paralelas (PVP) – desenvolvido em 2012 pelo Departamento de Saúde Coletiva da UnB, com o apoio do Ministério da Cultura – propõe uma comunicação feita a partir do olhar das populações. Três eixos compõem o projeto: o urbano, o indígena e o do campo. Neste último, o projeto ajudou a fortalecer o coletivo de comunicadores do MPA e a divulgar e denunciar os conflitos que envolvem as comunidades rurais, dando visibilidade às lutas e às dinâmicas de atuação do movimento. O território escolhido foi o Polo Gesseiro de Pernambuco, onde o MPA faz um trabalho de articulação com as comunidades, assim como destas entre si. O MPA também atua nas redes sociais e mantém um site na internet. Considerando que 95% de todo gesso produzido no Brasil vem desse Polo, o principal desafio do movimento é formar grupos de militantes que façam a comunicação. Realizaram a primeira oficina em julho de 2013, onde foram trabalhados alguns temas como o impacto do gesso na saúde, na agricultura e na economia. Aprenderam a editar vídeos, atividade praticada na segunda oficina do projeto, em janeiro de 2014 (além da formação, o projeto contribui com equipamentos). Mas o MPA ressalta que não basta formar, é preciso também mobilizar a população que vive na região do Polo. As experiências são muitas, e agora se faz necessário visibilizá-las.

- 3) Rede de Comunicadores do Semiárido Mineiro – Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha: apresentada por Helen e Ericson. A Articulação do Semiárido (ASA) surge para mostrar as potencia-

lidades da região semiárida, revelar os conflitos e a violação de direitos e para evidenciar que o problema não é a falta de água, mas sim as injustiças e a má distribuição da água. A comunicação da ASA se faz nesse contexto, para quebrar o estereótipo de miséria da seca. A origem da Rede está ligada aos trabalhos do GT Comunicação conduzidos em encontros, oficinas e momentos de formação para rádio e produção de notícias. Em 2009, avaliou-se como estratégia sair de uma estrutura de GT para uma estrutura mais política, optando-se pela criação da Rede para incorporar a questão do direito à comunicação e promover ações mais articuladas de comunicação em rede. Com o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) foi possível a contratação de comunicadores populares e a produção do jornal *Candeeiro*. Mas não bastava produzir o boletim e o banner, era necessário procurar outras formas de fazer comunicação. A partir dessa compreensão, buscou-se priorizar os encontros presenciais. Há um direcionamento político da rede, buscando o direito à comunicação; a democratização dos meios de comunicação; a visibilidade da disputa de projeto de sociedade – anúncio e denúncia –; e dar voz a quem não tem, como mulheres e jovens. Com as formações, surgiu a necessidade de um espaço para a troca de experiências que fortalecesse os comunicadores populares das comunidades, um espaço de animação para quem está fazendo comunicação nas comunidades e de capacitação para o uso de ferramentas. Inspiraram-se na Escola de Fotógrafos Populares da Maré e sua experiência de formação popular; na Escola de Ati-

vismo, que traz um olhar atualizado de perspectivas de intervenção social da comunicação; e na Assessoria de Comunicação da ASA (ASACom). Desenvolveram uma proposta de cinco módulos itinerantes: semiárido mineiro – território de disputa e a contribuição da comunicação popular (notícias e redes sociais); imagens humanas – o anúncio e a denúncia da comunicação popular (fotografia); desigualdades sociais e concentração de riquezas – a reforma agrária da terra e do ar (rádio); territórios e identidades – o papel da comunicação para o fortalecimento de um povo (vídeos populares); e ativismo e mobilização social (diversos meios). Desejam uma comunicação “do” e “no” semiárido; que busque a democratização dos meios de comunicação; que valorize a cultura e os modos de vida locais; que lute por outra sociedade e que gere reação na sociedade; que reforce a identidade do semiárido e a identidade camponesa; que comunique lutas locais, sem perder o vínculo com o global; como instrumento de formação e educação; como estratégia da mobilização social em rede e comunitária; que dê direitos a todos e todas de se comunicarem. Por isso, para comunicar um Brasil Agroecológico é necessário articular as diferentes iniciativas e articular-se em rede. A



Rede conta hoje com 40 comunicadores populares.

Elementos do debate:

Precisamos enfrentar um sistema perverso, que associa políticas que estimulam desigualdades sociais, concentração de riquezas e meios de produção e que massacra nossa sociedade, em especial mulheres, jovens, negros e povos e populações tradicionais. Esse projeto em curso tem em seu alicerce um “setor” de mídia concentrado, forte e imbricado, umbilicalmente ligado ao capital e relacionado às forças mais conservadoras e reacionárias de nossa política. Revelar esses conflitos, violações de direitos e injustiças sociais e ambientais é fundamental para a construção de outro projeto de nação. Essa é uma das faces da comunicação necessária para a radicalização da democracia em nosso País.

O Brasil Agroecológico que queremos tem uma comunicação plural, dialógica, horizontal e em rede. É um modelo, aliás, já desenvolvido por inúmeras organizações, redes e movimentos que integram a ANA. O intercâmbio e o fortalecimento dessas experiências, ampliando o *corpus* da comunicação que queremos, potencializam nossas ações e constroem novos espaços de trocas de saberes para o enfrenta-

mento ao agro e ao hidronegócio. Acreditamos que a comunicação é um direito fundamental que deve ser defendido pela ANA para a efetivação da democracia em nosso país e para a consolidação da agroecologia como o único modelo possível para a agricultura brasileira.

Propostas:

- Intercâmbio entre as experiências desenvolvidas pelas redes e pelas articulações.
- Lançar mão de intercâmbios virtuais com o que já foi produzido pelas organizações.
- Simplificar a linguagem para a população em geral.
- Produzir cadernos com a linguagem simples e de humor.
- Foi solicitado que os presentes assinassem o Projeto de Lei de Iniciativa Popular para uma Mídia Democrática (www.paraexpressarliberdade.org.br) em busca de mais democracia, liberdade, diversidade e pluralidade na nossa comunicação.

Conflitos e Injustiças Ambientais

(Facilitação gráfica: p. 185)

Ementa:

O sistema do capital avança atualmente sobre a natureza, mercantilizando bens naturais que sustentam a vida no planeta, inclusive a humana. Esse modelo gera conflitos que ameaçam também os processos de construção da agroecologia nos territórios. A questão ambiental não diz respeito à racionalidade mais ou menos “ecológica” das

escolhas técnicas, mas sim à disputa entre diferentes formas de apropriação e uso dos recursos ambientais, sendo, por um lado, fonte de sobrevivência para os povos e, por outro, fonte de acumulação de lucros para as grandes corporações. O conceito de desigualdade ambiental permite afirmar que o sistema do capital faz com que os danos decorrentes de práticas poluentes recaiam principalmente sobre grupos sociais vulneráveis, configurando uma distribuição desigual dos benefícios e malefícios do desenvolvimento econômico. Basicamente, os benefícios destinam-se a grandes interesses econômicos, enquanto os danos ficam para os grupos sociais despossuídos. Tal quadro desafia a ciência, as práticas acadêmicas, as políticas públicas e os grupos sociais, que se organizam em resistência a esse modelo e em defesa de direitos.

Tendo em vista que boa parte desses danos prejudica diretamente as famílias e comunidades tradicionais e camponesas que vivem em um processo de expropriação e violação de direitos nos territórios, o seminário foi organizado para promover um debate sobre os conflitos, injustiças e impactos ambientais; pensar coletivamente a importância dessa leitura na estratégia de construção da agroecologia; e debater, compartilhar, problematizar e trocar experiências de conflitos e resistências surgidas nesse contexto, com o intuito de fortalecer as lutas nos territórios.

As experiências:

- 1) Associação de Moradores do Piquiá de Baixo, Paraopeba, Itaqui, em São Luís (MA): apresentada por Florêncio de Sou-

sa, liderança comunitária, e Carlos, da Rede Justiça nos Trilhos. A comunidade de Piquiá existe há mais de 40 anos e tem cerca de 320 famílias. Após a chegada da Vale e a implantação das minas de extração para siderurgia, que se situam bem próximas à cidade de São Luís, o lugar virou uma área industrial. A comunidade luta para sair do local, pois convive diariamente com o pó de cor preta que se dispersa no ar provocando impactos à saúde e sujando as casas, além de sofrer com atropelamentos constantes, especialmente de crianças, pelos trens que fazem o transporte de minérios e, devido à baixa velocidade, levam em média 20 a 30 minutos para atravessar a comunidade. No rio já não há mais peixes. Existe um projeto de reassentamento da comunidade, premiado na Colômbia, que foi elaborado de forma participativa e aprovado pela Caixa Econômica Federal. Uma dificuldade enfrentada foi a aquisição do terreno, que demorou dois anos para ter os trâmites na Justiça resolvidos. As famílias já plantam no local adquirido, mesmo sem o aval da prefeitura. Apesar de perceber a falta de interesse do Poder Público em resolver a situação, a população continua insistindo e não perde a esperança de se mudar para a nova área.

- 2) Projeto Minas-Rio, no Complexo Industrial Portuário do Açú, em São João da Barra (RJ): apresentado por Noêmia Magalhães, moradora de uma comunidade impactada, e por Eduardo, da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), de Niterói (RJ). É considerado o maior projeto de mineração do mundo, com uma mina

de 560 km de extensão. Em São João da Barra a extração do minério se dá em uma área de 7.200 hectares de terras desapropriadas por decreto, aprovado numa sessão sem quórum para tal, que mudou a condição do distrito de rural para industrial. Houve muitas remoções conflituosas com a ajuda violenta da polícia. Para a construção do porto foram dragados canais e construídos um estaleiro, duas unidades de siderurgia e o polo, impactando a restinga. A região é considerada a terceira maior produtora de pescados e a primeira produtora de abacaxi do País, e toda essa produção está inviabilizada por esse projeto. As áreas de pesca foram cercadas, a água e a luz de muitas casas foram cortadas, quarteirões foram fechados, houve tiros – uma verdadeira operação de guerra para a retirada das famílias. A empresa LLX, de Eike Batista, instalou várias placas impedindo a passagem e o acesso das famílias às águas. Além disso, foi construída uma mansão perto da lagoa para receber as autoridades. Vários pactos políticos foram feitos entre governos e empresas que facilitaram a entrada das últimas na região. As terras estão salinizadas, assim como as águas e planícies. Dona Noêmia mora há 18 anos no local e sempre alimentou, junto à família, o sonho de praticar uma agricultura saudável. Foi surpreendida, assim como outros agricultores e pescadores, com a chegada do projeto e dos seus impactos. Ao serem abordados para a venda dos terrenos, começaram a questionar a saída do local. Fundaram uma associação para enfrentar a luta e passaram por muitos momentos de embate, coa-

ção e violência. Dona Noêmia teve um revólver apontado para sua cabeça e seu carro, utilizado para as mobilizações, foi roubado. São muitos os traumas, mas as ações continuam e hoje já faz cinco anos que o grupo resiste sem sair do local. Estão acontecendo algumas reintegrações de posse; as ações da empresa de Eike Batista caíram bastante durante a forte mobilização e há o apoio de dois deputados na luta. Dona Noêmia precisou de segurança pessoal, disponibilizada pelo programa de proteção. Ela sabe que a luta é coletiva, mas está à frente de um processo de muitos embates e, por isso, perigoso. Muita gente já foi embora assustada, mas ela permanece, mesmo sentindo-se ilhada.

- 3) Associação Indígena Kaaportahury e o embate com madeireiros no território indígena Alto Turiaçu, no noroeste do Maranhão: apresentada pelos índios Osmar Ka'apor e Irakadju. São 12 aldeias, com 2.100 indígenas Ka'apor, na única reserva do estado do Maranhão. Estão se organizando para articular a luta, mapeando as áreas desmatadas: são 530 mil hectares no total, dos quais, estimam, 200 mil já estão desmatados pelos madeireiros que continuam a invadir as áreas. Primeiro os madeireiros tiram a madeira e depois colocam pasto. Os índios querem preservar a área, sabem da importância da floresta em pé. Nem a Funai, nem os governos fazem algo efetivo. Existe um projeto que hoje forma gestores na área de saúde e educação no Centro de Formação de Saberes. Estão protegendo áreas, plantando sistemas agroflorestais e participando de intercâmbios de experiências.

- 4) Impacto da mineração de urânio na comunidade Riacho das Pedras, em Santa Quitéria (CE): apresentada pela agricultora Liduína Paiva e o estudante Rômulo Paiva, da Escola Família Agrícola Dom Fragoso. A comunidade tem pouco mais de 80 famílias que vivem da agricultura. As empresas Galvani e INB são as responsáveis pela extração do urânio no consórcio Santa Quitéria e, durante muitos anos, propagandearam aos quatro ventos os benefícios da chegada do projeto ao local. Sob o mote da geração de empregos, iludiram famílias, jovens, comunidades inteiras. Já foram investidos mais de R\$ 870 milhões. Em 2010 foi realizado um seminário em parceria entre o Núcleo Tramas, da Universidade Federal do Ceará, o MST, a Cáritas Diocesana e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em que as famílias começaram a ser informadas sobre os impactos e os riscos da atividade. Hoje elas sabem das sérias implicações e se organizam para enfrentar o assédio das empresas, que estão diariamente nas comunidades, cooptando lideranças. Sabem também que, assim como em Caitité, na Bahia, os benefícios vendidos pelas empresas não são reais. Lá, a radiação dispersa pelo vento polui águas e já começa a comprometer a venda dos produtos da comunidade, recusados por consumidores temerosos por sua saúde. É grande a preocupação com a abertura do município à mineração e com o descaso do poder público frente aos impactos da atividade.

- 5) Conflito no Xingu frente à construção da Usina de Belo Monte: apresentado pelo índio Kaiapó Amauri e por Ramon, da Fu-



nai. São oito milhões de hectares e muitas aldeias com difícil acesso. Existe grande preocupação com os impactos advindos da construção da Usina que, entre outros aspectos, irá inundar toda uma aldeia. Os Kaiapó afirmam que estão começando a entender o agronegócio, as mineradoras e projetos como o de Belo Monte e seus impactos na vida das comunidades indígenas e na sua reprodução. Amauri lembra os tempos do avô, quando caminhavam livremente por longos trechos, mas hoje, com as terras sendo tomadas, isso não é mais possível. Estão se organizando para enfrentar essa situação, mas não dispõem de recursos para se articular. Sabem que o governo está obcecado pela usina e que são os próprios índios que devem se preocupar com a preservação. Há muita incerteza, desconfiança e preocupação com o futuro.

- 6) O caso dos caiçaras no sul de Parati/RJ: apresentado por José Ferreira, agricultor agroflorestal. José Ferreira é conhecido na região e uma referência no manejo sustentável. Sua propriedade recebe visitas e estágios o ano todo. A permanência

de sua família na área está garantida por enquanto, mas os últimos quatro anos têm sido de muitos desafios no embate com os órgãos ambientais, que não compreendem sua forma de manejar o sistema, protegê-lo e preservá-lo. Proibiram seu manejo, multaram-no, intimaram-no. Está na ANA desde 2002, fez contato com os movimentos e todos ficaram preocupados com a situação. José Ferreira também está muito preocupado, pois várias famílias tiveram suas propriedades lacradas e estão proibidas de trabalhar. Sabe que existe um interesse imobiliário muito grande na região, mas não vai desistir da luta. Tem recebido ajuda financeira de algumas pessoas e, em março, recebeu a intimação para comparecer ao tribunal. Fez contato com o movimento da economia solidária e da agroecologia. Foi feito um abaixo-assinado com mais de 100 assinaturas, e cartas de apoio de todo o Brasil foram remetidas ao tribunal. Um caso inédito na região, José Ferreira conseguiu o direito de permanecer na sua casa, mas não está feliz com o resultado porque várias famílias estão passando pela mesma dificuldade. Sabe

que a resistência mora na união e que os movimentos precisam se unir e lutar para que leis assegurem a permanência das famílias em seus territórios.

Elementos do debate:

As injustiças ambientais também se manifestam na forma de violência contra mulheres e as juventudes. Na Chapada do Apodi/RN e CE, permanece a estratégia de cooptação de lideranças por parte das empresas, a exemplo de vários casos relatados. A luta do Apodi é um grande avanço para a conquista dos territórios, mas o que tem marcado os conflitos é o uso do corpo das mulheres, inclusive com deputados defendendo o envio de prostitutas para “acalmar os operários”. As mulheres perdem seu encanto e sua vida, enxergando na prostituição uma alternativa. Quando se diminui o acesso à terra, as mulheres são muito afetadas. As marisqueiras que não podem mais exercer a atividade agora estão mais expostas à violência doméstica. Enquanto não olharmos de forma integral para a produção, a reprodução e o consumo, não vamos superar os conflitos.

Destaca-se o acirramento da disputa por terra e território, bem como as novas formas que essa disputa vem assumindo a partir de um processo de reordenamento normativo, que visa ampliar o acesso das atividades intensivas em recursos naturais (como mineração, agronegócio e infraestrutura) aos territórios.

Percebe-se também o aumento de conflitos e da violência do Estado por meio de seus agentes de repressão, o que se verifica pela

intensificação das desapropriações compulsórias, com o uso cada vez mais violento da força policial. Soma-se a isso uma forte tendência de flexibilização da legislação ambiental e de proteção de direitos territoriais, por meio dos processos de licenciamento ambiental, com forte incentivo do Estado desenvolvimentista nas esferas federal, estaduais e municipais.

O Estado tem atuado como parceiro do capital, das corporações, dos latifundiários e dos grandes empreendimentos em favor do modelo de desenvolvimento econômico neoliberal, sempre às custas dos recursos e das populações. Verifica-se um aumento da reintegração de posses em favor desses agentes do capital. Notadamente, observa-se o crescimento do número de assassinatos de indígenas e de diversas lideranças comunitárias, bem como a intensificação da criminalização dos movimentos sociais e dos povos tradicionais e camponeses.

Está havendo uma grande destruição das reservas naturais com assoreamento, aumento da salinização das águas e da terra, animais silvestres desaparecendo, equilíbrios sendo afetados e a resiliência diminuindo.

Propostas:

- Sem discussão pela permanência e conquista dos territórios não se faz agroecologia. É preciso fazer o diálogo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) no âmbito da Cnapo, no intuito de exigir do Estado que pautar a questão dos conflitos para que se possa garantir o direito ao território; a autonomia das comunidades; respeito a essas populações e suas práti-

cas agroecológicas; bem como a garantia de permanência em suas terras.

- Garantir a descentralização dos recursos do Planapo, com editais públicos menos burocráticos, mais flexíveis e simples para que as associações possam ter acesso.
- Fortalecimento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA): animar o Intermapas, possibilitando que os próprios territórios alimentem o sistema com informações a respeito dos conflitos vividos. Refletir e atualizar o Intermapas dos territórios, com um instrumento online de atualização em tempo real.
- Ampliar as articulações entre movimentos sociais, redes e instituições.
- Construir uma política nacional de direitos aos atingidos por injustiças ambientais.
- Organizar ações unificadas.
- Buscar formas de fortalecimento de organizações em rede.
- Propor políticas relacionadas ao tema.

Construção do Conhecimento Agroecológico: interação entre Ater, Pesquisa e Ensino

(Facilitação gráfica: p. 186)

Ementa:

Historicamente, as instituições brasileiras de extensão, pesquisa e ensino perpetuaram no Brasil um ideário baseado na modernização da atividade produtiva no meio rural, disseminando um enfoque conven-

cional caracterizado pelo difusionismo, pelo ensino bancário e pelo paradigma científico-tecnológico da Revolução Verde. O saber dos agricultores foi desprestigiado e considerado ultrapassado. Esse modelo de produção e disseminação de conhecimentos foi responsável pelas grandes transformações no meio rural brasileiro, pelo avanço do agronegócio e por grandes impactos sociais e ambientais.

No entanto, na contracorrente, milhares de experiências protagonizadas pela agricultura familiar camponesa e por povos e comunidades tradicionais, em convivência com diversos contextos socioecológicos e orientadas por estratégias baseadas na diversidade, oferecem alternativas concretas de produção sustentável, norteadas pelos princípios da agroecologia. Da mesma forma, há uma crescente abertura nas instituições de extensão, pesquisa e ensino, sejam elas governamentais ou não governamentais, para renovar seus conceitos e métodos em direção à promoção de maiores níveis de sustentabilidade dos agroecossistemas. Essas experiências atuam em contraposição ao modelo social e econômico excludente que prevalece no campo.

Na educação formal, muitas iniciativas vêm sendo colocadas em prática através de atividades de extensão e pesquisa, mas também de cursos e disciplinas em agroecologia (ou com ênfase em agroecologia) em todos os níveis educacionais. Muitas dessas iniciativas acontecem em instituições ligadas aos movimentos sociais comprometidos com uma educação do campo e com novas abordagens metodológicas. Outras foram motivadas pelo Estado e, não raras vezes, repre-

sentam espaços de resistência e inovação, em instituições de ensino moldadas pelo enfoque pedagógico convencional. Essas experiências se integram de forma contextualizada às realidades dos territórios e aos agroecossistemas neles existentes. Consideram que é o território o lugar da produção de saberes e da generalização dos conhecimentos universais. Essa mediação se faz por meio das redes territorializadas que têm na dinâmica dos agricultores-experimentadores a base social e cultural para a orientação da agenda da pesquisa científica, da extensão e do ensino.

O objetivo desse seminário temático foi dar visibilidade a essas experiências e socializar os objetivos da Planapo com relação ao eixo sobre conhecimento, analisando se as iniciativas propostas correspondem aos desafios apresentados.

As experiências:

1) Rede Ater/NE: apresentação da Rede, que hoje congrega 12 organizações da sociedade civil que fazem Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) no Nordeste, com destaque para os estudos de caso realizados no processo de formação protagonizado pela Rede e pelas famílias e grupos da agricultura familiar assessorados pelas organizações que dela fazem parte. Cabe ressaltar que esses estudos tiveram sua publicação lançada no mesmo dia do seminário durante o III ENA. A ideia central foi destacar a importância do processo de formação endêmico, a partir das experiências territoriais e do acúmulo político e metodológico das organizações na construção do conhe-

cimento. A apresentação evidenciou a importância de um processo de formação que não seja compartimentado em temas, mas que, ao contrário, parta da visão de que todos os temas estão atuando de forma sistêmica e integrada no contexto dos territórios.

2) Polo da Borborema, na Paraíba: apresentação da experiência de constituição e fortalecimento do Polo, organização que atua em 15 municípios do agreste paraibano a partir do empoderamento e protagonismo dos(as) agricultores(as) e suas organizações. A experiência evidencia o papel fundamental do movimento sindical na luta camponesa, que foi se constituindo a partir das necessidades concretas das populações e em sintonia com a assessoria de organizações da sociedade civil na construção do conhecimento. Nas palavras de Rose, que apresentou o seminário, *não admitimos que famílias que estão há anos nesse território não tenham direito a expressar e garantir seu conhecimento*. Nessa trajetória, destacou-se a importância de ações e instrumentos para esse processo de empoderamento e organização do Polo, a exemplo dos intercâmbios, das experimentações, do protagonismo das organizações, da constituição de redes, de diagnósticos participativos, entre outros.

3) Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM): apresentação do NAC, constituído a partir de uma chamada do CNPq, que agrega estudantes, técnicos, professores e colaboradores no desenvolvimento de

ações conjuntas. Foram apresentadas as iniciativas em que o NAC está envolvido, bem como sua estratégia de ação e princípios. Destacaram-se as etapas para o desenvolvimento das suas atividades, que incluem a necessidade de conhecer a realidade, refletir sobre a mesma, para então construir um plano de ação; executar esse plano, integrando os eixos de formação, pesquisa e assessoria; e monitorar todo o processo de forma participativa. Foi ressaltada a dimensão da pesquisa e do ensino dialogando com a assessoria técnica e a formação.



tem interesse na agricultura familiar e procura trazer cada vez mais uma parcela desse setor para funcionar sob a sua lógica, e isso se reflete na construção de políticas públicas. Como disputar os territórios, fazendo com que as políticas públicas para a agricultura familiar sejam apropriadas pelas famílias que neles vivem, evitando assim a subordinação da agricultura familiar pelo agro-negócio? O território pode ser pensado como espaço onde se produz conhecimento, não podemos retroceder nessa questão, precisamos superar a fase em que o conhecimento é “transferido” do técnico para o agricultor.

Elementos do debate:

A ciência não é a única detentora do saber. Agricultoras e agricultores espalhados pelo Brasil afora estão no centro da produção desse conhecimento. É preciso trabalhar a ideia da construção do conhecimento a partir do território, pois devemos considerar a base natural e os processos históricos, econômicos, sociais e culturais. As experiências que são aqui apresentadas trazem essa dimensão, além da ideia de redes formadas pelos mais diversos atores a partir da base territorial.

A agroecologia tem se mostrado forte na dimensão da disputa pelos territórios. Os territórios estão sendo violados, mas é importante perceber também que o agronegócio

A Articulação Semiárido (ASA) já está no III Encontro de Agricultores Experimentadores, que são produtores de conhecimento, e este está vinculado ao território. A necessidade agora é avançar para uma produção de conhecimento que venha articular a ciência, o ensino e a Ater. Que instrumentos de políticas precisamos? Não basta haver pesquisa em agroecologia e recursos para Ater. O desafio é articular essas dimensões e criar instrumentos de política pública que façam avançar a agricultura familiar camponesa e a transição agroecológica nos territórios.

Não se pode pensar que a Ater vai continuar sendo unidirecional. Como financiar as comissões do Polo Sindical da Borborema, por exemplo? É um desafio para a política

e também para as próprias organizações. São as próprias organizações dos agricultores que têm que organizar os grupos. Não é somente um debate com o poder público, mas com as próprias organizações. Para que seja possível as organizações se colocarem nesse papel, temos que propor também a criação de políticas públicas que viabilizem isso.

A experiência da Rede Ater/NE nos coloca um desafio no campo da assessoria técnica. Fomos formados para transformar agricultores em empresários. Temos que reconhecer que precisamos avançar muito em como entender o território, como os agricultores se organizam. O ensinamento da Rede evidencia que o processo de formação dos técnicos e técnicas a partir de experiências bem-sucedidas tem que ser visibilizado. Temos que voltar à lógica das redes de organizações de Ater, ao uso de ferramentas metodológicas comprovadamente bem-sucedidas, como os intercâmbios e tantas outras.

A unidade de organização na agroecologia é o agroecossistema. Será que estamos atentos a isso? Estamos atentos a como os agricultores se organizam? Muitas vezes não entendemos a lógica de organização dos subsistemas. A fim de nos prepararmos para fazer diálogos e entendimentos, precisamos compreender a realidade e o agroecossistema; analisar os territórios; falar em transição, não somente da unidade produtiva, mas especialmente do território. Os bancos de sementes, os fundos rotativos, entre outros, dependem de redes para que o território seja uma unidade de transição agroecológica.

Estamos discutindo na Cnapo como se formam e articulam redes nos territórios. Precisamos pensar formas, editais, intensificar os núcleos e redes que articulem a Ater com pesquisa, com a Embrapa. Não vamos dar o salto se continuarmos apoiando as instituições e os processos separadamente. O desafio no Planapo é fazer complementação aos instrumentos que já existem. Temos chamadas de Ater, temos ONGs, temos Ematers que estão tentando se aproximar, estamos diante de uma grande oportunidade para avançar, inclusive a partir da existência da própria Pnapo. A Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) está sendo criada. Por outro lado, é preocupante o fato de não estar sendo construída com a sociedade civil – ao contrário, ao que parece, pode reforçar a disputa para o lado do agronegócio. Fica a pergunta de como articular ensino, pesquisa e extensão, tendo o território como referência de unidade de transição.

Construção do Conhecimento Agroecológico: educação do campo

(Facilitação gráfica: p. 187)

Ementa:

Até meados dos anos 1980, a educação no espaço rural foi um direito historicamente negado às populações do campo, especialmente aos agricultores familiares camponeses. Essa negação possui duas dimensões que se complementam: uma de ordem quantitativa, no sentido da ausência de políticas educacionais, onde o argumento preconceituoso da “baixa complexidade das atividades desempenhadas por estas populações” não demandava a escolarização formal das mesmas.

A segunda dimensão é de ordem qualitativa, pois, mesmo com o acesso à escolarização, as populações do campo sempre tiveram uma educação *copiada* das bases curriculares do espaço urbano, onde o campo é visto como lugar do atraso, a ser modernizado. Essa concepção perdura até os dias atuais, carregando consigo um forte apelo ideológico da necessidade de mudanças na maneira como as populações camponesas constroem seus territórios de vida, de trabalho e de cultura no campo. Na contramão dessa história, diversos movimentos sociais se organizaram e vêm desenvolvendo inúmeras experiências de educação que valorizam o saber, o trabalho e a cultura das populações do campo. Nos últimos 20 anos, a partir da pressão que movimentos sociais têm realizado, algumas dessas iniciativas têm sido incorporadas como políticas públicas pelo Estado.

A educação do campo tem promovido uma maneira nova de construção do conhecimento, em que trabalho, produção e pesquisa estão intrinsecamente relacionados. Dessa forma, o enfoque agroecológico vem sendo incorporado no âmbito dessas iniciativas de formação, especialmente em cursos profissionalizantes das ciências agrárias. Por outro lado, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) 2013-2015 apresenta elementos pouco significativos no que tange a essa temática. Assim, o objetivo deste seminário temático foi colher e sistematizar informações que pudessem gerar aprofundamento do debate na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), assim como apontar estratégias para o fortalecimento da construção do conhecimento agroecológico a partir de políticas públicas de Estado.

Elementos do debate:

A educação do campo é uma luta de valorização da cultura e da vida no campo e de enfrentamento ao avanço do agronegócio. É, portanto, uma luta agroecológica! É necessária uma educação que tenha como referência o campo, aliada à necessidade de novas práticas que respeitem as diferenças culturais e locais, valorizem os saberes e reconheçam a importância da escola na realidade das pessoas. São muitos os resultados positivos obtidos com as experiências em educação do campo: o retorno e fortalecimento da juventude rural; o reconhecimento e valorização das realidades e comunidades locais, facilitados pelo método da alternância; e o enraizamento das pessoas em seus territórios.

A educação do campo não pode ser entendida como educação rural, mas sim deve favorecer o entendimento das relações entre campo e cidade; relação entre a educação do campo e a agroecologia. As unidades pedagógicas precisam incorporar a dimensão da agroecologia de uma forma mais sistêmica e a educação precisa ser entendida não apenas como uma técnica, mas tratada como um movimento.

Também há um potencial no uso das sementes como estratégia na relação da educação do campo com a agroecologia. No entanto, há uma denúncia quanto ao cerceamento do agronegócio que constrange o potencial da relação entre educação do campo e agroecologia.

As experiências e desafios da educação do campo giram em torno do seu empodera-

mento e inserção nos processos que incidem sobre o presente e o futuro, em busca do reconhecimento do campo como espaço prioritário na garantia do direito à educação. Entre as dificuldades destacam-se: o crescente avanço do agronegócio e esvaziamento do campo, em função da expansão do trabalho e desenvolvimento de uma agricultura patronal, impedindo a efetivação dos direitos à terra, à cultura, ao trabalho e à educação; o fechamento das escolas – muitas prefeituras levam as crianças para a cidade, em condições precárias de estradas e transportes, com a finalidade de reduzir custos; falta de infraestrutura e docentes qualificados, professores e professoras sem formação específica para trabalhar com a realidade do campo; poucos recursos investidos nas Escolas Família Agrícola (EFAs), em materiais didáticos e formação de educadores(as); conteúdos com foco no agronegócio, e não nos povos do campo, sem práticas e conhecimentos em agroecologia, que está sendo vista apenas como uma questão técnica.

Somada a esses fatores, a formação de educadores é outro desafio. A universidade incentiva o academicismo e os(as) educadores(a)s que residem no campo estão deixando de voltar para suas comunidades; o material didático contém imagens sexistas, machistas ou do agronegócio, e o ensino é focado na avaliação externa das políticas gerais com enfoque nas provas avaliativas (Enem, Enade, etc.).

Existem ainda muitas dificuldades de acesso a políticas públicas e recursos para a formação da juventude rural: o precário acesso à terra e ao crédito, bem como

a burocracia, impede uma educação de qualidade, gratuita e pública, que tenha o campo como referência; escolas alienadas dos interesses do campo estimulam o abandono dos estudos; os(as) educandos(as) são forçados a se deslocar para a cidade, com currículos desvinculados das necessidades e interesses do campo e da agroecologia.

É preciso ocupar a universidade, que hoje é ocupada pelo capital e sindicatos universitários que não se contrapõem às normas estabelecidas. Há poucos(as) professores(as) das universidades envolvidos com a questão agrária, e os(as) poucos(as) que lecionam em cursos de agroecologia não têm nenhuma formação no tema.

É necessário também enfrentar as dificuldades no âmbito das políticas públicas, da luta pelo acesso à terra e da construção de uma agricultura voltada à agroecologia, promovendo uma visão do campo como espaço de vida e riqueza, e não de ausência, valorizando o conhecimento local.

Contudo, as lutas dos movimentos sociais do campo vêm, na sua *práxis* histórica, fortalecendo processos organizativos; influenciando políticas para a educação (a exemplo da formulação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo, em 2002); construindo parcerias com universidades para a execução de diversos projetos; elaborando materiais paradidáticos; consolidando uma concepção de educação fundamentada em alternâncias educativas e na geração coletiva dos saberes; intensificando a criação de cirandas infantis em todos os espaços políticos dos movimentos sociais para dar acesso à participação das



mulheres; e fortalecendo as Escolas Família Agrícola (EFAs) que existem em vários estados, voltadas para a educação de jovens agricultores(as).

O MST segue na luta pela implementação de escolas nos acampamentos e assentamentos. A sua experiência na formação de educadores(as) e técnicos(a)s no campo da agroecologia é modelo. A educação do campo é construída com os costumes e jeitos de fazer agricultura que precisam ser ouvidos no processo educativo. As pessoas são materiais didáticos vivos que irão ajudar a escola. Esses livros vivos estão recolhidos e desvalorizados nas comunidades. Resgatar a cultura é viver bem, é agroecologia.

Propostas:

- Apoio à Campanha pelo não fechamento das escolas do campo e pela reabertura das escolas fechadas.
- Fortalecimento dos diálogos entre agroecologia e educação do campo a partir dos territórios e promoção de intercâmbio de

experiências, vinculando as práticas da educação básica do campo.

- Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) para o campo no qual os conteúdos dialoguem com as realidades territoriais.
- Marcar presença na elaboração dos planos municipais e estaduais de educação, na perspectiva de, pelo menos, garantir as propostas da educação do campo que foram incluídas no Plano Nacional de Educação.
- Inclusão da discussão agroecológica nos Comitês e Fóruns Estaduais de Educação do Campo.
- Fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar.
- Divulgação dos fundamentos e princípios da agroecologia nos espaços institucionais da educação (escolas, universidades, institutos, secretarias de educação, entre outros).
- Envolvimento dos sujeitos na construção de políticas públicas.

- Construção de projetos que trabalhem de forma abrangente a sociedade, e não somente a escola.
- Oferta da educação infantil ao ensino superior no campo.
- Produção de material didático que respeite os potenciais e as particularidades das diferentes realidades.

Normas Sanitárias: para quê e para quem?

(Facilitação gráfica: p. 188)

Ementa:

Os padrões de qualidade expressos nas normas sanitárias atuais reforçam a lógica excludente e concentradora do atual sistema agroalimentar, baseado em um modelo de produção e processamento de alimentos padronizados em larga escala, com uso intensivo de insumos químicos (como agrotóxicos, aditivos, embalagens plásticas), em detrimento de sistemas mais sustentáveis, diversificados, artesanais, de conhecimentos tradicionais e inclusivos. As normas sanitárias têm descaracterizado a produção de alimentos tradicionais, artesanais, de base familiar, ao aproximá-la da industrialização e da artificialização, aumentando custos e afastando-a de sua origem artesanal e de pequena escala. Essas normas também têm comprometido as características socioculturais inerentes a esse modo de produção.

O seminário teve como objetivo refletir – a partir das experiências – sobre o papel da produção de base familiar, agroecológica e tradicional na valorização, resgate e disseminação dessas práticas alimentares e da

culinária, preservando assim a cultura, a biodiversidade e a autonomia das famílias nas diversas regiões do país. Também buscou apontar os desafios e dificuldades colocados pelas normas sanitárias para essas experiências; contribuir para a reflexão e promover a troca de experiências sobre iniciativas de inclusão produtiva; e apresentar a construção e as conquistas com a resolução RDC 49 da Anvisa, de 31 de outubro de 2013 (sobre Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária).

Entre as questões de debate, destacamos: Como classificar e definir baixo risco e alto risco sanitário? Como garantir que os costumes e os conhecimentos tradicionais sejam levados em conta na aplicação da normativa? Como dar mais força para a Anvisa nos diálogos com as Visas estaduais e municipais? Como quebrar a resistência das Visas? Como utilizar a normativa para o diálogo local das experiências produtivas? Como avançar no trabalho com produtos cuja responsabilidade pela fiscalização é do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), não sendo abrangidos pela resolução da Anvisa (p. ex., polpas de frutas e produtos de origem animal)? Como mudar a lógica de uso excessivo de embalagens plásticas, que geram lixo e podem contaminar os produtos? Como mudar o padrão induzido pela legislação da superindustrialização e ultraprocessamento dos alimentos?

Os depoimentos:

- 1) Diva, produtora orgânica do Oeste Catarinense (SC): desde 1996 os(as) produtores(as) da região lutam para atender as

normas sanitárias e a tributação. A maior dificuldade está com os produtos de origem animal. A região é grande produtora de derivados de leite e de carne suína. Foi nesse lugar que a Sadia, a Aurora e a Seara começaram seus projetos e, hoje, há 168 agroindústrias na região. Há cerca de 70 produtores de queijo artesanal que têm sofrido muito com a legislação, vendendo seus produtos na calada da noite para que os prejuízos não sejam maiores ainda. Sabem que os consumidores têm que entrar na luta junto com os produtores. Já fizeram algumas audiências, mas o Estado não se sensibiliza com a causa. Não acreditam no Mapa.

- 2) Luciano Machado, da Associação de Produtores de Queijo Canastra (MG): há mais de 200 anos os(as) agricultores(as) produzem queijo de forma tradicional utilizando o leite cru, hoje o grande vilão da atividade. São dois mil produtores do queijo na Serra da Canastra e, desde 1999, foi proibida a entrada do produto no mercado de Belo Horizonte. Hoje o queijo pode circular dentro do estado, mas não pode sair para outros estados. A Anvisa exige rotulagem, mas os agricultores não conseguem viabilizá-la, pois o que protege o queijo é a casca – as normas não entendem a lógica do que é vivo e natural, trabalham pela lógica de produtos esterilizados, “mortos”. Os produtores estão pressionando para possibilitar uma adequação das normas, como a de não usar a água clorada, que mata as bactérias e estraga o queijo.
- 3) João Palmeira, do extremo norte do Tocantins: são mais de oito mil famílias

assentadas desde os anos 1990, entre o Araguaia e o Tocantins. São 30 agroindústrias, sendo algumas apoiadas pelo Pronaf Infraestrutura. O maior desafio se coloca para as agroindústrias caseiras, especialmente as de polpa de frutas, que enfrentam uma série de dificuldades impostas pela legislação e estão paradas por conta disso. Muitas famílias estão desestimuladas com a venda direta para o governo. Estão fazendo um diálogo para a implantação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) nos municípios.

- 4) Francisca, quebradeira de coco babaçu (TO): sua organização tem uma pequena agroindústria, mas que está fechada, com refrigeradores cheios de polpa que não pode ser vendida. Apoiadas por uma ONG, as mulheres mobilizaram jovens para plantar frutas, animaram as famílias e começaram a se organizar e vender, tanto para o PAA quanto para o Pnae. Mas chegou a Vigilância e interrompeu o processo. Todo mês chega a alta conta de energia para pagar, e a cada dia a preocupação aumenta. Enquanto os filhos consomem sucos industrializados cheios de componentes químicos prejudiciais à saúde, as quebradeiras seguem com os refrigeradores cheios de polpa de frutas da região.

Falas dos gestores públicos:

- 1) Gilson Sales, veterinário do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), órgão responsável pela inspeção sanitária de produtos de origem animal e vegetal: começou a trabalhar na área de fiscalização em 2005 e reforça que tem gran-

de respeito pelo povo da Canastra e por isso tem trabalhado com uma pesquisa sobre a maturação do queijo canastra. Concorde que o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (Rispoa) de fato tem privilegiado a agroindústria e, em 2010, devido à pressão popular, saiu o decreto federal 7.216/10, dando autonomia aos estados para fazer legislação própria. A Emater, o IMA e a Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais juntaram-se e formularam a Lei 19.746/11 e o Decreto 45.821/11. Essa legislação possibilita que os agricultores sejam capacitados para serem responsáveis por suas propriedades e também permite que continuem produzindo, dando-lhes um prazo de dois anos para se adaptar às normas.

- 2) Rosilene Santos, da Assessoria de Articulação Institucional da Anvisa: uma das poucas gestoras que tem encabeçado o debate internamente no órgão, superando grandes resistências. Não é especialista nem pesquisadora e defende que as pessoas que tenham história de atuação devem estar dentro das estruturas do Estado para ajudar a transformá-las, o que reconhece como grande desafio. A Anvisa é uma reguladora que historicamente tem atuado somente para os grandes, decidindo com o aval dos seus pesquisadores. A partir de 2011, a direção colegiada colocou no planejamento estratégico a atuação correlacionada com as políticas sociais do governo brasileiro, com foco na erradicação da pobreza e na formalização das atividades econômicas dos pequenos negócios, integrando-se ao Plano Brasil Sem Misé-

ria no eixo da inclusão produtiva, agregando segurança sanitária. Agora esse trabalho precisa ser articulado com outras instituições governamentais e não governamentais. O mais importante é a lógica que a Anvisa vem adotando, que se traduz no aperfeiçoamento do trabalho realizado pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária junto aos microempreendedores, aos empreendimentos familiares rurais e aos empreendimentos econômicos solidários, visando à geração de renda e emprego. Antes, usavam primeiro o poder de polícia e depois de prender é que iam conversar. Segundo a assessora, agora essa prática está mudando. A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 49/2013 é uma norma da Anvisa que nasce para estabelecer regras de regulação de atividades de interesse sanitário. Foi a primeira vez que a Anvisa ouviu falar em economia solidária, seus técnicos ainda não entendem nada sobre isso. Mais de 5.600 pessoas participaram ativamente do processo de construção da norma através da consulta pública. A RDC 49 é uma vitória do povo e já está em vigor desde abril de 2014 – contudo, para ter validade nos municípios e estados, é preciso que as autoridades locais façam leis próprias (além disso, infelizmente, as vigilâncias sanitárias não seguem automaticamente as normas da Anvisa). Seu maior impacto é a mudança de paradigma dentro da Vigilância Sanitária, que não compreende a lógica da agricultura familiar e não reconhece a inexistência de parâmetros legais, técnicos e científicos para justificar algumas normas. Os procedimentos de regulação em geral não são transparentes, feitos

para não funcionar, enquanto o site da Anvisa é confuso, não facilitando o acesso a informações.

Elementos do debate:

A inadequação das normas sanitárias atuais frente ao modo de produção de base artesanal e familiar se constitui em uma das principais barreiras para o acesso da agricultura familiar aos mercados formais e institucionais (PAA e Pnae). A legislação sanitária está construída dentro do mesmo paradigma do agronegócio, que considera os produtos vivos e naturais como perigosos e os químicos e artificiais como seguros ao consumo. Há uma lógica perversa que coloca a segurança sanitária como questão exclusivamente técnica, quando na realidade representa um debate de campos políticos antagônicos. As conquistas em legislações sanitárias específicas, como certas leis estaduais e a RDC 49/2013 da Anvisa, têm se mostrado insuficientes.

Propostas:

É preciso desencadear um processo de construção coletiva de uma legislação e fiscalização sanitárias específicas para a produção artesanal e familiar, que valorize os diversos saberes e envolva, além dos técnicos, outros atores essenciais, como produtores, consumidores, movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Em virtude da dificuldade de diálogo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), propomos que a fiscalização de todos os produtos da agricultura familiar seja retirada de sua competência.

Como medida de urgência, essa competência deveria ser transferida para a Anvisa – especialmente no caso das polpas de frutas. É preciso articular o debate da vigilância sanitária dentro do campo da agroecologia e levar a discussão para o âmbito local nos municípios. É necessária também a organização de um seminário nacional e a criação um grupo de trabalho específico sobre esse tema.

Plantas Medicinais e Agroecologia: cultivando saúde e disseminando saberes tradicionais

(Facilitação gráfica: p. 189)

Ementa:

São inúmeras as experiências agroecológicas de cultivo de plantas medicinais que se constituem em verdadeiras *farmácias vivas* e contribuem para a soberania alimentar, a promoção da saúde e a conservação da agrobiodiversidade. As mulheres do campo sempre estiveram à frente da diversificação de culturas, do cultivo de plantas medicinais e do despertar para a transição agroecológica das unidades familiares. A importância disso se reflete não só no rendimento da produção dos sistemas, como também na reprodução dos modos de vida camponeses nas mais variadas realidades do Brasil.

São também as mulheres agricultoras que garantem, de geração para geração, a passagem de uma grande variedade de conhecimento acerca das qualidades, propriedades e aplicação das plantas para a saúde humana e animal.

O seminário foi um momento de resgate e valorização desse conhecimento tradicional,

muitas vezes desqualificado pelas indústrias farmacêuticas a serviço de grandes transnacionais que contribuem para a consolidação do mercado da doença e que incentivam a substituição de remédios caseiros pelos sintéticos. Nosso objetivo também foi refletir sobre o papel das mulheres no cultivo, no preparo e no uso das plantas medicinais, identificando as potencialidades e principais desafios a fim de fortalecer esse movimento de resistência que luta pela autonomia das mulheres e pela soberania dos povos, além de dinamizar ações de articulação em torno do tema.



intercâmbio e à dinâmica de agricultor(a) a agricultor(a). Por meio de comissões temáticas o polo trabalha as seguintes questões: sementes; água; juventude (valorizando o que os jovens já fazem); mercado (criando estratégias para a venda de sua produção); rearborização; saúde e alimentação. A Comissão Saúde e Alimentação é composta majoritariamente por mulheres. Foi feito um diagnóstico sobre plantas nativas, em que se identificou que as mulheres têm o cuidado com suas plantas para fazer remédios, lambedores, chás, já dispondo de tais plantas. Os membros da comissão destacaram a importância da produção e da valorização do conhecimento das mulheres sobre as plantas medicinais e do trabalho feito por elas. Além disso, têm realizado o fortalecimento de redes de produtores(as) experimentadores(a)s e das visitas de intercâmbio, para que as mulheres vejam diferentes realidades com relação ao acesso à água e à forma de produção de mudas, passando a trocar conhecimentos e pensar alternativas. Começaram a realizar cursos sobre segurança alimentar, beneficiamento de frutas, fabricação de remédios caseiros, mutirão para preparação da multimistura, oficina sobre criação de pequenos animais, etc. A Comissão de Saúde e Alimentação tem se mostrado um importante espaço do diálogo. Durante esse processo, viram a contribuição do trabalho com as plantas medici-

As experiências:

- 1) A Comissão Saúde e Alimentação do Polo da Borborema (PB): apresentada por Ana Paula Cândido. O Polo da Borborema é uma rede de sindicatos e organizações da agricultura familiar que articula 15 municípios e mais de oito mil famílias. Possui como objetivo a construção de um projeto de desenvolvimento local baseado no fortalecimento da agricultura familiar agroecológica. Tem como princípios metodológicos essenciais na construção de sua trajetória o reconhecimento e a valorização do papel das agricultoras e dos agricultores como sujeitos do processo de construção do conhecimento; a valorização do conhecimento local; a leitura compartilhada da realidade; o estímulo à experimentação; o estímulo ao

nais para a dinâmica de organização das mulheres, bem como a importância do arredor de casa. A valorização das práticas tradicionais das mulheres, como a gestão do arredor de casa, constrói uma nova percepção sobre a importância desse espaço para o bem-estar, para a segurança alimentar e a economia da família. Nos processos de intercâmbios as mulheres passaram a perceber que são capazes e começaram a trocar seus conhecimentos. Os fundos rotativos foram dinâmicas trabalhadas no processo de capacitação. A Comissão de Saúde e Alimentação está em 90 comunidades de nove municípios, envolvendo cerca de 1.300 mulheres que estão reordenando seus arredores de casa por meio de fundos rotativos solidários. Mais de 600 mulheres são guardiãs das plantas medicinais e estão envolvidas no processo de troca de conhecimento; 91 mulheres, de seis municípios, fortaleceram seus quintais com a implantação de campos de palma consorciados com galinhas. Mais de 800 mulheres fazem parte da rede de guardiãs da semente da paixão; 30 mulheres comercializam em bancas próprias nas feiras agroecológicas e 20 são fornecedoras regulares; 50 mulheres estão envolvidas no programa do PAA em seis municípios; 200 experimentam os fogões agroecológicos e animam fundos rotativos em cinco municípios; 20 mulheres participam e organizam o trabalho de silagem em quatro municípios. Criaram ainda a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, que já está em sua 5ª edição. É para elas um momento de celebrar suas conquistas, mas também de cobrar e mostrar para os governos com o

que não estão satisfeitas. As plantas medicinais foram a porta para tirar muitas mulheres do isolamento.

- 2) Saúde integral, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/SC): apresentado por Andréia da Silva Fossá. A proposta do MMC/SC é comunitária, com o intuito de ajudar o povo a redescobrir suas raízes e recuperar sua própria consciência de cidadania, tornando-se agente ativo do seu processo histórico. É uma medicina popular, baseada na sabedoria de todas as mulheres camponesas. A luta pela saúde integral tem sido um grande desafio para as mulheres camponesas. O MMC/SC entende por saúde integral um conjunto de ações que proporcionam o bem-estar de todos os seres vivos. É preciso pensar a integração entre os seres que fazem parte do nosso dia a dia, a importância do solo, da água, dos seres que nos dão sustentabilidade. Entre as ações que têm sido realizadas estão o horto medicinal; o cultivo de alimentos saudáveis e diversificados; a recuperação de sementes e plantas nativas; e o estudo para entender como funciona a sociedade. A agroecologia provoca mudanças de ideias, hábitos e costumes, enfrentando as imposições do agronegócio e da sociedade neoliberal que destroem a biodiversidade, contaminam o ambiente e padronizam a alimentação, provocando doenças, dor, desequilíbrios e sofrimento. É com esse entendimento que as mulheres estão organizando hortos de plantas medicinais e alimentícias a partir do princípio da agroecologia. A questão da saúde está presente em praticamente todas as atividades realizadas

pelo MMC/SC. Sua dinâmica de trabalho é executada por meio de oficinas, conduzidas periodicamente a partir da realidade dos grupos – 78 grupos em Santa Catarina – e abrangendo diversos temas: a importância dos hortos de plantas medicinais, aromáticas e alimentícias como locais de referência para aprender sobre os princípios ativos das plantas e como usá-las; construção de hortos nos municípios que ainda não os têm para serem locais de estudo e práticas; identificação das plantas medicinais, cuidado com a coleta, o preparo e a valorização do seu princípio ativo; troca de conhecimentos sobre nomes de plantas (que planta é essa, para que serve); valorização do saber tradicional sobre as plantas e seus usos (como alimentos, para controle de insetos, etc.), incluindo trocas de receitas; construção de planos de manejos agroecológicos, passando para a implementação em unidades de produção e o desenvolvimento das práticas; e aprofundamento dos conhecimentos sobre agroecologia. As oficinas são realizadas pelas próprias mulheres, é o conhecimento científico somado ao conhecimento de cada um(a). Também se discute sobre outros problemas vividos pelas mulheres, como a violência.



3) Farmácias Caseiras, no âmbito do Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul (MMC/RS): apresentada por Cátia Bauer. O trabalho de resgate, cultivo e coleta de plantas medicinais que realizam na região litorânea do Rio Grande do Sul teve início no fim dos anos 1980, ainda de forma bem isolada e tímida. O fortalecimento aconteceu nos anos de 1992/93, com a formação de 25 grupos de base em nove municípios da região. Esses grupos conquistaram espaços físicos para realizar as formações e manter a dinâmica de se encontrar uma vez por semana para a manipulação das plantas medicinais. Também discutiam a agroecologia, a soberania alimentar, a questão de gênero e o machismo. As plantas foram uma forma de atrair as mulheres para discutir outros temas. Os remédios produzidos por elas começaram a surtir bons resultados e cada vez mais as pessoas procuravam por eles. Não eram mais apenas chás, mas essências de plantas, elixires que, combinados, traziam alívio e cura para diversas doenças. Todos podem ter acesso, não há cobranças monetárias, apenas apoio para continuar o trabalho. Posteriormente, essa ação foi disseminada para outras regiões do Rio Grande do Sul, municípios onde tinham grupos de base. Realizaram muitas oficinas, buscando levar conheci-



mentos de uma região para outra. Hoje as leis proíbem a manipulação das plantas medicinais, pois não há segurança, criam muitos entraves para mais uma vez tirar o protagonismo e a independência das mulheres. Algumas das farmácias amanheciam fechadas, mas elas levavam para casa, continuavam fazendo, porque acreditavam na importância desse trabalho: *Mas nós resistimos, pois o nosso trabalho é em prol da saúde e do bem comum. Luta e Resistência em Defesa da Vida!*

- 4) Projeto Vida do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEP), em Bragança (PA): apresentado por Maria do Socorro. O MMNEPA trabalha com mais de 40 grupos de mulheres no estado do Pará, sendo o de Bragança um dos grupos acompanhados. Maria coordena o projeto há 15 anos, com o trabalho da Farmácia Viva. Começaram com apenas duas pessoas e já chegaram a ter 18 famílias envolvidas. Hoje são 14 famílias que trabalham e são convidadas para irem às comunidades ensinar como cultivar as plantas, como produzir hortas. Visitam,

ensinam como plantar, como cultivar. Plantam, compram, trocam experiências e produtos. A produção por mês chega a R\$ 15 mil. Têm parceria com um hospital, cujos médicos lhes encaminham algumas crianças. O grupo conta com uma massagista. Também participam técnicos(as) de enfermagem e professores(a)s de universidades. Recebem muitas visitas de universidades, que fazem pesquisas com o grupo. Trabalham juntos(as) e organizados(as) e reutilizam materiais. Há sempre a preocupação com os remédios, em como produzi-los: trabalham com roupas adequadas, sendo a rotulação muito importante, com as informações sobre a data de produção e a composição. As crianças também participam com as mães. Todo ano realizam o planejamento, com a participação de todo o grupo. Trabalham ainda a espiritualidade: têm 45 minutos de oração, de 6 em 6 meses; e fazem visita da santa nos comércios. Participam de vários cursos sobre medicina natural, feiras, intercâmbios. Tratam crianças com desnutrição: uma delas tinha 3 quilos aos 6 anos, hoje tem 14 anos e é forte. *Nosso*

projeto é Projeto Vida, trabalhamos com o método bioenergético.

Elementos do debate e propostas:

Durante milênios, homens e mulheres aprenderam a conhecer as plantas e usar suas propriedades. As plantas foram durante quase toda a história a maior e mais importante fonte de substâncias medicamentosas para aliviar a doença nos seres humanos. O conhecimento sobre os efeitos curativos das plantas foi se somando de geração a geração e se manteve vivo na forma do que chamamos de medicina popular. Com a indústria da medicina oficial, passamos por um período de esquecimento popular. A memória e a cultura do povo foram sendo sufocadas, pois a medicina oficial nega tudo o que seja diferente ou estranho à sua prática.

Hoje, redescobrimos a nossa cultura. As informações trazidas até nós por nossos antepassados estão sendo resgatadas, agregadas a novos conhecimentos. Isso é repassado em várias oficinas, para que não se perca o conhecimento, fazendo o resgate dessa história. O saber popular é enriquecido com o saber científico, assim o interesse pelas plantas medicinais aumenta, tanto por parte do povo como pelos profissionais de saúde, que optam por uma nova alternativa por meio da pesquisa científica e pela redescoberta do valor do saber popular.

Para pensar sobre as plantas medicinais é importante saber que a palavra “medicina” vem do latim “medicare”, que significa “curar, sarar”. A medicina é a ciência que

cura doenças, possuindo em seus fundamentos o respeito ao ser humano. Será que a medicina tem feito isso? Será que temos acesso de fato?

As falas trouxeram a percepção de que as mulheres são cuidadoras não por obrigação, mas por vocação. Fazem porque sabem fazer e fazem bem. O que foi apresentado foi apenas uma amostra do que é feito, pois existe muito mais. Essas experiências são o resultado do conhecimento acumulado das mulheres, passado de geração a geração. Uma parte foi sendo perdida, mas uma parte está sendo recuperada e aperfeiçoada no cuidado durante a coleta, na produção. Esse trabalho tem que trazer autonomia para as mulheres, além da financeira. Ao trabalhar plantas medicinais, aromáticas e alimentares, elas estão praticando agroecologia. “Sabemos o que defendemos”, elas dizem. Sabem também que os agrotóxicos estão dificultando esse trabalho e que é preciso avançar na luta para afastar os venenos: *Temos que avançar para manter nossa produção saudável até o consumo.*

Plantas são parte do debate sobre soberania alimentar. As plantas medicinais não são apenas os chás, mas o elemento nutricional de todos os alimentos, do nosso consumo. As frutíferas nativas têm seu valor nutricional. As mulheres sabem que a construção do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) foi uma luta de foice. Há um debate para adequar a produção às normas, que estão voltadas para as indústrias farmacêuticas. Fica a questão: só há diretos desde que se produza para vender para as indústrias? Não é permitido que tenhamos uma produ-

ção saudável, que possamos ter um manejo adequado. Passar veneno de vez em quando pode? Ter limites para o veneno resolve?

Há vontade política de alguns gestores municipais para a entrega de chás nas farmácias do SUS; existem alguns(mas) médicos(as) que são corajosos(as), que orientam as pessoas. Legalmente não podem fazer isso, só podem sugerir os fitoterápicos, por isso são poucos(as) os(as) que apoiam a produção popular das plantas medicinais. É preciso construir a cumplicidade, fortalecer as farmácias populares. *Não se pode contar para todo mundo onde se compra aquele remedinho. Mas é preciso resistir, continuar fazendo. Se precisar correr, corra! É necessário fortalecer nossa organização, nossas hortas e nossos conhecimentos.* Sempre criminalizaram e culpabilizaram as mulheres, pois foi com o conhecimento delas que foram desenvolvidos tantos desses remédios hoje comercializados legalmente.

Deixamos nos levar pela medicina moderna, porque ela tem efeito mais rápido, mas tem efeitos colaterais. Temos que construir parcerias e fazer o enfrentamento. Em cada lugar a luta é diferente. Temos que mudar a legislação das plantas medicinais. Temos que avançar na construção do conhecimento e nas nossas propostas. No contexto de criminalização das mulheres, o conhecimento tradicional pode se perder. Esse conhecimento não pode ser apropriado pela ciência, que aprende com as mulheres, suga e registra seus saberes, apropriando-se da sabedoria popular. Esse conhecimento é patrimônio dos povos. *Fortalecer a luta em defesa da vida! Todos os dias!*

Financiamento e Agroecologia

(Facilitação gráfica: p. 190)

Ementa:

O seminário temático teve como objetivo central debater o financiamento para a agroecologia com foco nas experiências com fomento e crédito, avaliando tanto as iniciativas das organizações produtivas como as políticas públicas na perspectiva da socialização dos aprendizados e da identificação dos resultados, entraves, desafios e formas de superação.

No contexto de implementação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), enfrentamos o desafio de avançar na construção de políticas de fomento e crédito que concorram efetivamente para a ampliação e fortalecimento das práticas agroecológicas. O seminário buscou, assim, contribuir para estimular e fortalecer as diversas experiências de financiamento voltado à agroecologia e aos processos de transição agroecológica, bem como para a construção de instrumentos no âmbito do Planapo.

As experiências:

1) Fundo Rotativo do Polo da Borborema (PB): apresentado por Giselda. O Polo contempla 15 municípios e está organizado em comissões que tratam dos mais diversos temas, como juventude, sementes, água, mercado, etc. Nesse contexto, o Fundo Rotativo Solidário tem um papel fundamental, na medida em que alavanca processos locais e garante pequenos recursos para as iniciativas. No caso apresentado, a agricultora compartilhou

a experiência de acesso ao fundo no âmbito da Comissão de Saúde e Alimentação, com foco nas mulheres. Foi a partir da viabilização do fogão ecológico que o debate sobre saúde e autonomia das mulheres começou a ganhar força. Por meio de diagnósticos locais, foram sendo evidenciados os principais desafios a serem superados, como o acesso limitado das mulheres à terra, considerando a preferência dos maridos por roças de milho e feijão. A experiência de acesso ao fundo tem permitido às mulheres, além de empoderamento e abertura para o diálogo sobre a importância da saúde, a criação de laços de solidariedade e reciprocidade. Existe o desejo de que todas possam acessar o fundo e participar dessa dinâmica, assim vão se criando grupos de interesse que, a partir da gestão coletiva, vão propiciando a formação e o fortalecimento dos processos e das pessoas, especialmente das mulheres. Esses grupos têm conseguido aprimorar os arredores de casa – onde foram sendo constituídos verdadeiros laboratórios naturais –, além de obter expressiva melhora na saúde da família com o uso de plantas medicinais e o aumento da qualidade e da diversidade da alimentação. Isso tem repercutido nas mais diversas áreas. Muitas mulheres hoje estão à frente de organizações do Polo e, com isso, a rede tem sido fortalecida. Exemplo disso tem sido a Caminha-



da contra a Violência, que na sua última edição mobilizou mais de 3.500 pessoas.

2) Agroindústria familiar no âmbito da Rede Eco-vida: apresentada por Amanda Marfil, cuja família lida com a terra desde 1995. Conforme os filhos foram crescendo, a família sentiu a necessidade de agregar valor à propriedade e decidiu pela agroindústria, inicialmente caseira, com a montagem de uma pequena cozinha. No ano passado conseguiram ampliar a cozinha por meio do acesso ao crédito. Amanda tem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e sabe da dificuldade que é isso no âmbito da agricultura familiar, especialmente para as mulheres. Por ser apenas uma DAP por propriedade, esta normalmente está associada ao homem, ficando a mulher sempre em segundo plano, aumentando ainda mais sua invisibilidade. Amanda conta que, para ter sua DAP, precisou arrendar parte da terra de seu pai. Declarou que não concorda com a ideia de que jovens e mulheres são apenas empregados(as) da propriedade. Também mencionou as dificuldades com a Vigilância Sanitária no caso da agroindústria.

3) Fundo Dema: experiência apresentada por Manoel de Matos, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Santarém (PA). O Fundo Dema é um instrumento de acessibilidade de comunidades rurais aos recursos públicos. Há dez anos o

fundo luta pelo fortalecimento dos povos da floresta (indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, ribeirinhas e da agricultura familiar) e pela promoção da justiça ambiental e climática. Por meio de uma gestão democrática, o fundo apoia iniciativas coletivas propostas por um conjunto de famílias ou grupo organizado que deseje desenvolver alguma experiência agroextrativista ou evento político de formação. Os recursos vêm da apreensão de madeira ilegal. Nessa década, as experiências apoiadas estimularam ações e estratégias de desenvolvimento local e acesso às políticas públicas. Por meio do apoio e da divulgação de modos de produção agroflorestal, o fundo vem contribuindo para melhorar a qualidade de vida dos povos da floresta, apontando caminhos para sua reprodução social e econômica.

Elementos do debate:

Estamos vivendo um importante processo de construção e afirmação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e, nesse contexto, é imprescindível a elaboração e implementação de instrumentos de crédito e fomento que viabilizem a transição agroecológica.

Um dos grandes desafios é abranger a diversidade de sujeitos com potencial para acessar as políticas, em especial as mulheres e os jovens, que têm sentido enorme dificuldade em desenvolver seus projetos diante dos entraves impostos para a obtenção da DAP, para citar um exemplo.

Devemos lembrar que financiamento não se restringe somente ao crédito. Existem diver-

sas alternativas como as que foram apresentadas aqui, como os Fundos Rotativos Solidários e o Fundo Dema, que têm trazido mudanças substantivas para a melhora da qualidade de vida de milhares de pessoas nos territórios brasileiros. As experiências são as fontes de aprendizado para aprimorar instrumentos que impulsionem essas estratégias e ampliem seus desdobramentos.

É sabido que nos processos históricos as mulheres convivem com desigualdades expressivas e que, em muitos casos, o Estado acaba reforçando essas situações por meio de algumas políticas e a forma de acessá-las. Um exemplo é o Pronaf Mulher: existe a linha, existe o recurso, mas o acesso é insignificante.

Outro desafio a ser considerado é a assistência técnica para a boa aplicação do crédito/fomento, sendo necessário dialogar com as especificidades do campo e sua diversidade de sujeitos.

Propostas

- Fortalecer e ampliar as iniciativas de Fundos Rotativos Solidários.
- Construir planilhas de custos que orientem a implementação do crédito.
- Reconhecer os projetos e a organização produtiva de jovens e de mulheres, criando condições objetivas para o acesso a linhas de crédito e fomento, incluindo os quintais produtivos e o autoconsumo.
- Reconhecer os sistemas agroecológicos na sua diversidade produtiva.

- Rever e ampliar as políticas de financiamento do Planapo, estruturando instrumentos que viabilizem a transição agroecológica e reconheçam a diversidade implícita no campo agroecológico.
- Reavaliar o formato da DAP para que possa incluir um campo onde se identifique a produção da mulher.

Saúde e Agrotóxicos

(Facilitação gráfica: p. 191)

Ementa:

O Brasil se tornou nos últimos cinco anos o país onde mais se consome agrotóxicos no planeta, com graves impactos socioeconômicos, ambientais e sobre a saúde da população. O uso indiscriminado de venenos agrícolas e seus impactos constituem tema estratégico para a construção da agroecologia nos territórios.

Nessa perspectiva, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) 2013-2015 apresenta um diagnóstico do uso desses insumos, induzidos no país para a implantação da Revolução Verde, e propõe, entre as iniciativas necessárias e urgentes para o enfrentamento do problema, ações integradas que promovam a revisão e o debate sobre diversos aspectos ligados ao uso de agrotóxicos e seus impactos. A criação de um Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (Pronara) que



trate do tema na intensidade necessária foi estabelecida como meta do Planapo. O objetivo deste seminário temático foi colher/sistematizar informações/subsídios para o Grupo de Trabalho sobre Agrotóxicos (GT-Agrotóxicos), responsável pela elaboração do Pronara dentro do Planapo. Também foi objetivo socializar os conteúdos do Planapo, bem como mobilizar as lideranças do movimento agroecológico para o monitoramento da execução do Plano em suas respectivas regiões/territórios.

Os depoimentos:

- 1) Hugo, professor de uma escola agrícola do município de Rio Verde (GO), sobre a tragédia que aconteceu provocada pela pulverização aérea de agrotóxicos levando à contaminação coletiva dos alunos e professores: *Foi uma situação muito traumática para todos que estavam na escola e que foram vítimas de uma grande irresponsabilidade.* Gestor da escola, com 280 alunos, que no dia 13 de maio de 2013 foram surpreendidos por pulverizações aéreas, no momento do lanche. Inicialmente as crianças ficaram felizes com o avião, mas o vento forte logo tratou de espalhar o agrotóxico que respingou sobre os(as) presentes, provocando rapidamente reações como ardor na garganta, falta de ar, irritação na pele dentre outras. A cidade mais próxima da escola, rodeada pelas áreas do assentamento onde ocorreu a pulverização, fica a 216 km e a única alter-

nativa que restou ao professor foi seguir de carro após tentativa sem sucesso de pedir ajuda ao Samu. O caso mostrou-se bastante sério, mas, depois de várias horas, entre a chegada das crianças no hospital e o atendimento, foi dada alta para 36 pessoas, entre crianças e funcionários. Ao voltar para a escola, logo após se alimentarem, as crianças passaram mal novamente, sendo todas levadas para a cidade de Rio Verde. Com promessas do poder público de acompanhar o caso, houve pressão para que as aulas fossem retomadas para o cumprimento do calendário escolar. Mas, ao retornarem, os sintomas e o mal-estar continuaram até que entenderam que não houve uma orientação correta. Começou então uma série de pressões, vindas de vários lados, para tentar abafar a real situação. Somente depois da visita da Dra. Lia Giraldo, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), é que a população foi orientada sobre o que aconteceu e como proceder com relação ao tratamento, atestando que a escola encontrava-se contaminada. O professor foi pressionado a não receber a imprensa e os fazendeiros começaram a ameaçá-lo, havendo a necessidade de escolta policial. Hoje sua vida está um inferno, já que os donos da empresa que fez a pulverização continuam ameaçando-o. A prefeitura não oferece mais nenhum



apoio às crianças, que estão contaminadas e com vários problemas de saúde e alergias.

O professor tem medo do que pode acontecer no futuro com a vida dessas crianças e fica triste ao perceber que o acidente já caiu no esquecimento, mesmo com a vida dessas famílias tendo sido afetada dessa forma.

Alguns professores tiveram hemorragias. Dentre estes, alguns desenvolveram câncer na boca. A vida do professor nunca mais voltou ao normal. Houve uma audiência em Brasília, mas o senador de Goiás desqualificou o depoimento das pessoas. Ainda hoje o advogado da empresa tenta incriminar o professor, alegando que o mesmo abandonou as crianças, não prestando socorro às vítimas.

- 2) Lia Giraldo, pesquisadora da Abrasco: *Trata-se de uma tragédia! As pessoas estavam desamparadas e pediram à Abrasco para que desse apoio. Fomos seis pesquisadores ao Ministério Público e deu para perceber que ninguém quis assumir responsabilidades, com informações muito deturpadas. Dois produtos agiram nessa intoxicação: piretroides (desreguladores que mimetizam hormônios, alterando-os) e neurotóxicos, que causam tonturas, vômitos, diarreia, uma série de problemas respiratórios, problemas cardíacos – tudo o que as vítimas tiverem está relacionado com a intoxicação por esses produtos. Não conseguimos que as crianças tives-*

sem uma cópia da ficha de intoxicação para que pudessem usar nas suas ações. Até hoje esse laudo não foi acessado, não existe, isso seria uma garantia da memória do acontecido. Houve várias audiências públicas, várias discussões no Senado, houve até o assédio moral praticado por um senador. A qualidade dessas audiências é duvidosa, principalmente em relação ao que se encaminha de concreto. Foi um acidente? O que é um acidente? Como tratar isso a partir dessa experiência? É denúncia, mas também um anúncio. Qual a mensagem positiva desses depoimentos?

Elementos do debate:

Em áreas de grandes plantios a pulverização aérea de agrotóxicos é muito utilizada. No interior de São Paulo, a atividade realizada de forma irresponsável também tem causado sérios danos. Fábricas de agrotóxicos continuam se espalhando, mesmo em lugares onde a sociedade organizada tem feito pressão e cobrado explicações.

Outro problema, além da pulverização aérea, é o uso de agrotóxicos de forma irresponsável para culturas não autorizadas e em etapas do processo produtivo para as quais não são indicados, e tudo isso somado à ausência de fiscalização.

Diante do exposto pelo professor Hugo, fica clara a necessidade de mais pressão popular, tanto para que sejam dados os devidos encaminhamentos quanto para que se façam conhecer os nomes dos congressistas ruralistas que acobertam esses crimes. É preciso que todos se engajem na campanha contra a bancada ruralista.

No Ceará não é diferente, uma liderança já foi assassinada e há muitos problemas com pulverização aéreas e por trator. Assim age o agronegócio: destrói, derruba, desequilibra, joga veneno. É um mercado de US\$ 8 bilhões que faz questão de esconder o lado ruim, omitindo e pressionando as vítimas dos casos agudos e crônicos. As empresas têm a coragem de afirmar que os ocorridos se devem ao uso equivocado e que os agricultores não têm cuidado. Mas ainda assim essas empresas agem com o apoio governamental, uma vez que recebem aporte de R\$ 147 bilhões para o agronegócio (enquanto a agricultura familiar recebe apenas R\$ 24 bilhões).

O Fórum Nacional de Combate ao Uso dos Agrotóxicos tem pressionado no sentido de reverter essa situação, tanto especificamente no caso da escola em Rio Verde quanto de forma geral no país. Não é possível desenvolver a agroecologia se não houver o programa de redução do uso de agrotóxicos e a limitação do seu uso no país. É preciso enfrentar essa situação.

Está claro que é necessário combater o uso dos agrotóxicos, além de construir as alternativas. Precisamos avançar na construção de uma agenda comum, juntando esforços às pautas contra os transgênicos, bem como às pautas sobre soberania e segurança alimentar. Temos uma necessidade urgente de chamar outros setores da sociedade para se engajarem nessa luta. Como exemplo, podemos citar a campanha contra o tabagismo que, a partir do envolvimento de diversos setores e a implantação de várias restrições, criou condições para o envolvimento da opinião pública.



Os conflitos não são colocados de forma ampla na mídia, são deturpados, escondidos. As empresas também manipulam as informações que distribuem para a imprensa. O agrotóxico é elemento importante para denunciar o modelo, temos que nos preparar para essas manipulações. Fica a pergunta: como construímos instrumentos para informar a sociedade?

É impossível a construção da agroecologia sem a inversão da situação dos agrotóxicos no Brasil. Não há convivência possível!

A situação do uso de agrotóxicos no Brasil é absolutamente insustentável, insuportável, inaceitável e precisa ser urgentemente revertida. O modelo de desenvolvimento do agronegócio é dependente de venenos agrícolas, que expressam um dos mecanismos de violência desse modelo contra todas as formas de vida. Não temos dúvidas de que muitas pessoas têm adoecido e morrido pelo uso de agrotóxicos. São muitos casos de intoxicações, câncer, suicídios, alteração do desenvolvimento das crianças e adolescentes e muitos outros impactos na saúde. É muito sofrimento! Quando denunciemos as rela-

ções entre o uso de agrotóxicos e adoecimento, somos perseguidos e ameaçados. Basta!

O Brasil não pode continuar sendo o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, além dos não contabilizados e que são contrabandeados de outros países. Esse escandaloso aumento do uso de agrotóxicos, relacionado também com a liberação de sementes transgênicas, afeta a qualidade dos alimentos e da água que bebemos, bem como contamina animais, plantas, solos, ar e fontes e mananciais de água.

É impossível avançar na construção da agroecologia, do conhecimento agroecológico, das experiências agroecológicas, das iniciativas de abastecimento de produtos agroecológicos sem reverter a situação dos agrotóxicos no Brasil.

Os agrotóxicos ameaçam a vida no planeta, são uma questão de saúde pública e de segurança nacional, por isso reafirmamos que não existe uso seguro de agrotóxicos. Vamos combater a ideia de níveis aceitáveis de contaminação dos alimentos, da água e do corpo dos trabalhadores e trabalhadoras.

Queremos o fim da pulverização aérea, o banimento dos agrotóxicos proibidos em outros países. Exigimos o fim da isenção fiscal aos agrotóxicos e o destino dos recursos arrecadados para o fortalecimento da agroecologia e a recuperação dos ecossistemas degradados.

Não aceitamos o relaxamento da legislação e nem o desmonte das instituições de regulação e controle dos agrotóxicos: é obrigação da Anvisa e do Ibama proteger a saúde da população e o ambiente.

Precisamos reforçar em todas as instâncias, momentos e espaços as bandeiras do fortalecimento da agroecologia e do fim dos agrotóxicos e brejar a expansão do agronegócio sobre os territórios da agricultura familiar, indígena, quilombola e camponesa, exigindo a demarcação de zonas livres de agrotóxicos e transgênicos.

O III ENA conclama todos os agroecologistas, todas as organizações agroecológicas e demais setores sociais a priorizarem o engajamento sistemático e permanente na luta contra os agrotóxicos.

Propostas:

- Conclamar todos os agroecologistas, todas as organizações agroecológicas e demais setores da sociedade a priorizarem o engajamento na luta contra os agrotóxicos.
- Denunciar a falácia do uso seguro de agrotóxicos.
- Combater a ideia de que existe um nível de contaminação aceitável.

- Exigir o fim da pulverização aérea.
- Exigir o banimento dos agrotóxicos já proibidos em outros países.
- Fim da isenção fiscal aos agrotóxicos.
- Mudar a concepção de *acidente* para tragédia, crime, trauma, prevendo punições em toda a sua amplitude.
- Criação de zonas livres de agrotóxicos.
- Reforço para a criação de espaços de discussão e organização, tais como os Fóruns Estaduais de Combate aos Efeitos do Uso de Agrotóxicos.
- Conclamar os agroecologistas a levantarem a bandeira da luta contra os agrotóxicos.
- Lutar contra o desmonte das instâncias de regulamentação.
- Identificar, denunciar e agir contra os candidatos que defendem os agrotóxicos e contra a criação da CTNAgro.
- Reforçar a política de redução dos agrotóxicos.
- Fortalecimento da campanha e divulgação do dossiê da Abrasco em relação aos agrotóxicos.
- Envio, pela ANA, de um comunicado para todas as entidades no sentido de reforçar o engajamento.
- Realização de campanhas de massa para toda a sociedade, denunciando e estimulando o engajamento.

- Crítica e retirada do vídeo da TV Escola relativo à produção dos alimentos, que ilude sobre a importância do agronegócio e da Revolução Verde na produção de alimentos.
- Fortalecer a discussão da criação da vigilância popular de saúde como metodologia para tentar reverter a contaminação dos agrotóxicos.
- Garantia, pelo governo, de que a alimentação escolar seja fornecida baseada em alimentos livres de agrotóxicos.

Sementes e Agrobiodiversidade

(Facilitação gráfica: p. 192)

Ementa:

O acesso a recursos genéticos, bem como sua livre utilização e circulação, é condição indispensável para a promoção da agroecologia. O avanço territorial das monoculturas e a erosão genética causada pela disseminação de sementes híbridas e melhoradas, hoje agravada pela contaminação por transgênicos, reforçam a importância de se promoverem ações de conservação das sementes crioulas, varietais e orgânicas. São usadas diferentes estratégias por organizações de agricultores e agricultoras, povos indígenas e comunidades tradicionais pelo país para preservar essa diversidade. Mais recentemente, o governo federal, por meio da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), lançou iniciativas de fortalecimento dessas ações. À luz de três experiências de manejo de sementes, o seminário discutiu essas políticas e a forma como elas podem ser aperfeiçoadas.

As experiências:

- 1) Associação Biodinâmica e o Desafio da Produção de Sementes de Hortaliças: experiência apresentada por Wladimir Moreira, da Associação Biodinâmica (ABD). Localizada no sul de Minas Gerais, a experiência tem como enfoque o fortalecimento da autonomia e da soberania dos agricultores em relação à produção de sementes para o cultivo de hortaliças, assim como para a troca e venda do excedente da produção. O projeto tem quatro anos e envolve quatro associações das comunidades de Serras Verdes, Serras de Santana, de Maria da Fé e do Assentamento Santo Dias. A partir da identificação de guardiões de sementes no sul de Minas, o trabalho iniciou com a multiplicação/produção dessas sementes. A ABD realiza diagnóstico das condições, melhoramento participativo e capacitação dos(as) agricultores(as), diálogo de saberes, produção orgânica de sementes, etc. Também é feita a divulgação dos materiais com dias de campo de agricultor(a) para agricultor(a) e com o estabelecimento de campos de produção de sementes em maior escala. Há a avaliação dos materiais pelos produtores e pelos consumidores, sendo que o processo de construção da experiência passou pela elaboração de um diagnóstico participativo, envolvendo os agricultores em capacitações para a produção de sementes e em trocas de experiência e intercâmbios. A capacitação dos agricultores passa pelas seguintes etapas: a) identificação das condições climáticas e de solos locais; b) identificação das cultivares adaptadas ao local, c) realiza-

ção de ensaios de cultivares; e d) capacitação em técnicas de manejo em produção de sementes. Estão em desenvolvimento o melhoramento e a produção de diversas sementes, também em parceria com o pesquisador da Embrapa Altair Machado e outros parceiros, a exemplo do Mapa. A seleção das variedades é feita em dias de campo de agricultor(a) para agricultor(a), através do método de linha de elite, buscando garantir a produção de sementes remanescentes para contexto de intempéries. A estratégia é integrar as diferentes fases do processo produtivo, fazendo com que o agricultor seja produtor de hortaliças e, ao mesmo tempo, trabalhe pela sua autonomia de sementes. No último ano, foram produzidos 40 kg de sementes de cenoura, abóbora, vagem, ervilha torta, alface, tomate, repolho, agrião, rúcula, adubação verde, feijão e milho. São estimuladas também estratégias diferenciadas de troca e comercialização a partir do entendimento de que sementes e autonomia são direitos dos(as) agricultores(as).



ternacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (Tirfaa), da FAO (órgão da ONU para Alimentação e Agricultura). A rede envolve povos e comunidades tradicionais camponesas, sindicatos de trabalhadores(as) rurais, associações comunitárias, organizações de assessoria técnica do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, pesquisadores da Embrapa (unidades Cerrados e Cenargen), professores do NAC/UFVJM, UFMG, IRD e Unimontes e agências de cooperação internacional (HEKS e Actio-nAid). A rede atua numa região de transição para o Cerrado, com forte presença de conflitos. As organizações locais trabalham na região desde os anos 1980, promovendo a agroecologia, a convivência com o semiárido, a soberania alimentar e os direitos humanos. São 20 organizações que atuam em aproximadamente 80 municípios, envolvendo 10 mil famílias camponesas. A rede busca promover a valorização da cultura alimentar local, os espaços de troca estruturados nas feiras, os espaços de resgate da cultura local, a valorização e a conservação das espécies nativas da agrobiodiversidade local. Estimula o uso combinado de diferentes ambientes, áreas preservadas com Sistemas Agroflorestais (SAFs), na perspectiva de ampliação da resiliência. A partir de 2012, por meio de um processo de seleção internacional promovido pela FAO, iniciou-se a elaboração do Plano de Ações

- 2) Rede de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro: apresentada por Fernanda e Elisângela, do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM). Trabalho realizado na região do Norte de Minas Gerais no âmbito do Fundo de Repartição de Benefícios do Tratado In-

Estratégicas para a conservação e o uso e a gestão compartilhada da agrobiodiversidade no semiárido Mineiro como estratégia para a adaptação às mudanças climáticas e para a soberania alimentar dos povos e comunidades tradicionais. O processo de elaboração do plano foi o resultado de um esforço de mais de dez anos e tem sua abrangência em todo o Norte de Minas Gerais. Envolveu diretamente 700 pessoas, sobretudo povos e comunidades tradicionais camponesas.

- 3) Experiência do Povo Indígena Krahô: apresentada pela pesquisadora Terezinha Dias, da Embrapa Cenargen. A pesquisadora contextualizou a dificuldade que a empresa tem em se relacionar com a população em geral, especialmente os povos indígenas. A experiência é fruto das parcerias entre a União das Aldeias Krahô – Kapéy, a Rede Ypãtuw (Amigos dos Krahô), a Funai e a Embrapa. No Brasil existem 230 povos indígenas e 180 línguas vivas, e a conservação do idioma está relacionada com a conservação das variedades de plantas. O povo Krahô, do grupo Timbira, tronco linguístico macro Jê, soma cerca de 3 mil pessoas vivendo em 28 aldeias, em um território de 302 mil hectares no nordeste do Tocantins (municípios de Itacajá e Goiatins). Essa é a maior área contínua de Cerrado preservada e habitada por um único povo do Brasil.

A conservação de recursos genéticos na Embrapa se deu, ao longo de 40 anos, a partir de expedições para coleta de material. Existem coleções e geladeiras para o armazenamento de sementes e materiais. Em 1995, um grupo de indígenas

quis o material que foi armazenado pela Embrapa, coletado em uma dessas expedições. Eles haviam perdido o milho tradicional, o milho da mulher estrela. Em cinco anos conseguiram elaborar um primeiro acordo, a partir do qual foi realizado um projeto de etnoconservação: resgatar o antigo e introduzir o novo. A experiência foi também precursora das feiras de sementes tradicionais. Com esse projeto, ganharam o Prêmio Internacional Slow Food e há oito anos os Krahô não pedem mais sementes para a Funai.

Fala dos gestores públicos:

- 1) Rogério Dias, da Coordenação de Agroecologia (Coagre) do Mapa: a Coagre tem atuado no sentido de romper com a lógica dos últimos 40 anos. Há grandes problemas com o conhecimento técnico adquirido nas universidades pela maior parte dos agrônomos. Foi criado um programa de apoio a bancos de sementes de variedades de adubos verdes, cujo objetivo é reduzir a dependência por fontes externas de nutrientes. Estão sendo instalados e capacitados 330 bancos comunitários para a reprodução e disseminação dessas variedades. Estão sendo elaborados 10 cadernos técnicos, com orientações para a produção de sementes de diferentes variedades a fim de garantir os meios para que a produção comunitária de sementes tenha qualidade efetiva, juntamente com o acompanhamento técnico. Dois aspectos estão entre os mais importantes: o processo de produção e o material que dá origem à produção de sementes para multiplicação. Outro trabalho importante é mapear o material genético

de qualidade produzido nas instituições públicas. Esse levantamento está em processo por meio de uma consultoria contratada pelo Mapa. Depois disso, é necessário pensar estratégias para multiplicar os materiais identificados. Duas situações se apresentam: os agricultores familiares que querem distribuir e comercializar sementes entre si não precisam de Registro no Mapa (o Renasem) e as sementes por eles produzidas não precisam estar cadastradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC). No entanto, para colocar sementes no mercado formal, esses registros são necessários. É necessário subsidiar a produção dessas variedades para avaliar as possibilidades de comercialização do material produzido. Depois disso, é preciso identificar as experiências/organizações/redes que estão trabalhando com a temática na perspectiva de reprodução e distribuição desse material. Os Institutos Federais de Educação podem ser grandes parceiros nesses processos. É preciso montar uma rede envolvendo instituições públicas que possam colaborar para dar suporte às redes da sociedade civil.

- 2) Programa Nacional de Sementes e Mudanças para a Agricultura Familiar do MDA: apresentado por Onaur Ruano, da Secretaria de Agricultura Familiar/SAF. O MDA está dialogando com instituições de pesquisa, universidades e Embrapa para identificar os desafios para a produção de sementes para a agricultura familiar. Um dos grandes problemas é a produção de sementes orgânicas. Alguns órgãos públicos fazem a distribuição de sementes inadequadas para a agricultura familiar.

Há a perspectiva de publicação de um edital de R\$ 10 a 20 milhões para a implantação de bancos de sementes comunitários na região semiárida. O governo dispõe de R\$ 50 milhões para fazer a aquisição e distribuição dessas sementes através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). É preciso adequar os instrumentos de distribuição de recursos do governo para repassar para as organizações da sociedade civil. Em maio deste ano houve um Seminário Nacional de Produção e Manejo de Material Genético para a Agricultura Familiar, onde foram lançadas as bases para a estruturação do programa. O programa vai funcionar para garantir a qualidade do material de origem pelas organizações públicas. Os agricultores das redes serão qualificados pelas instituições locais de pesquisa e cadastrados para atuar como produtores desse material. Parte da missão dessa rede será produzir material para os programas de distribuição de sementes do governo. O programa também buscará a relação com as organizações da sociedade civil e estabelecerá uma parceria com o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) para a produção de sementes orgânicas de hortaliças.

Elementos do debate:

Seria interessante se a Pnapo pudesse dialogar e fortalecer as estratégias de pesquisa participativa, como instrumento de valorização das variedades e das comunidades. Hoje está sendo discutido pelo MDA um programa de conservação de sementes, e esta estratégia deve passar pela Pnapo. A ampliação das casas de conservação das se-

mentes é outro ponto que deve ser discutido com a Embrapa.

Nos últimos 40 anos, a lógica do modelo hegemônico de desenvolvimento rural levou a se retirar os recursos genéticos dos agricultores, e nos dias atuais essa lógica está cada vez mais reforçada pelas grandes corporações. Apenas uma variedade de milho é distribuída pelo programa do MDA para toda a região do semiárido. As experiências locais em curso apontam para a possibilidade de garantir a autonomia dos agricultores na gestão dos seus recursos genéticos. Temos que cobrar do Estado uma ação mais enérgica para a proteção das variedades e das comunidades que estejam interessadas em trabalhar nessa perspectiva, no âmbito do Planapo.

A criação da Pnapo é o reconhecimento de uma luta que envolve um amplo conjunto de pessoas e organizações. No âmbito da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), está estruturada uma subcomissão temática que trata das sementes. Está entre as diretrizes da Pnapo a valorização da agrobiodiversidade. Os desafios de grande envergadura encontram-se no fomento à conservação e fortalecimento das redes. As ações do plano estão estruturadas em três grandes eixos: sementes crioulas, orgânicas e varietais.

O Decreto 7.794/12 (que criou a Pnapo) altera aspectos da Lei de Sementes, permitindo que agricultores familiares possam comercializar sementes, inclusive em outros estados, o que foi uma garantia importante. O decreto dispensa as sementes crioulas de cadastros formais, como o Renasem.

Algumas iniciativas do plano apontam ainda para avanços da política no reconhecimento dos guardiões da agrobiodiversidade, na pesquisa com os agricultores e na qualificação e apoio às organizações que se habilitem como mantenedoras de variedades de sementes.

Os tratados internacionais (como o Tirfaa) e leis nacionais que defendem o livre uso das sementes pelos agricultores fortalecem a base normativa com que trabalham.

O PAA é excelente, mas limitado à questão alimentar. Já o Cadastro Ambiental Rural (CAR) vai gerar uma demanda muito grande por sementes não alimentares, a exemplo de espécies arbóreas nativas, encontrando lacunas na produção desse tipo de sementes. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) está se mobilizando junto a organizações da sociedade civil para a criação de um programa a exemplo do PAA para sementes e mudas arbóreas, com tendência a valorizar os pequenos viveiristas, que não trabalham sob a lógica do RNC e do Renasem

Propostas:

- Formar pesquisadores na Embrapa que entendam de metodologias participativas; fazer um cadastro de variedades crioulas e tradicionais; investir na conservação e em mecanismos de melhoramento participativo; e olhar para as espécies que dialogam com a segurança alimentar e regional.
- Abrir os bancos de germoplasma da Embrapa.



- Declarar zonas livres de transgênicos, valorizar as comunidades indígenas e quilombolas nesse sentido.
- Desburocratizar o PAA Sementes.
- Alinhamento das ações da Funai de distribuição de sementes com as diretrizes da Pnapo.
- Incorporar o debate sobre sementes e autonomia no currículo da engenharia agrônoma.
- Mapear as áreas de diversidade genética e estabelecer nelas zonas livres de transgênicos.
- Intensificar a comunicação com a sociedade, alertando para o risco dos transgênicos e reforçando a importância da agroecologia.
- Fortalecer as redes de movimentos sociais e organizações, bem como as articulações das Escolas Família Agrícola (EFAs), associações e cooperativas; envolver assentados e comunidades tradicionais.

Sociobiodiversidade

(Facilitação gráfica: p. 193)

Ementa:

A partir de experiências concretas desenvolvidas em ambientes e regiões bastante diversas, os participantes do seminário discutiram os avanços e os obstáculos enfrentados pelas populações tradicionais com relação ao desenvolvimento territorial.

A conservação da biodiversidade é fundamental para a sobrevivência da nossa espécie, na medida em que propicia a manutenção de processos como a fotossíntese; a ciclagem das águas; a conservação dos solos; a polinização; o controle de pragas; e a competição entre organismos – fatores que são a base da nossa segurança alimentar. A sociobiodiversidade expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade dos sistemas socioculturais. O uso tradicional da biodiversidade em suas formas mais diversas constitui um bem cultural de valor inestimável, uma vez que esses povos, ao utilizarem os recursos naturais, também promovem a sua conservação – justamente, é nos povos e

comunidades tradicionais (índigenas, quilombolas, extrativistas, castanheiros, faxinalenses, vazanteiros, fundos de pastos, caiçaras, agricultores familiares, entre outros) que a biodiversidade brasileira, ameaçada pelo avanço do agro-negócio, encontra a sua defesa.



Partindo do relato de experiências desenvolvidas em territórios amazônicos, do Cerrado e da Mata Atlântica, o seminário possibilitou a reflexão sobre as diferentes formas de ocupação e uso das águas, das florestas e da terra para a produção e reprodução da vida das populações com base na biodiversidade.

As experiências:

1) Reserva Extrativista Tefé, Amazonas: apresentada por Francisco Freitas Nunes. A produção do pirarucu encontra dificuldades na região por conta da distância e do isolamento dos centros de comercialização e da burocracia para o seu escoamento. A região passou pelo ciclo da borracha, da madeira, das peles e do peixe. Com a percepção de que o peixe acabaria e as gerações futuras estariam comprometidas, o manejo do pirarucu foi iniciado após o fim do ciclo das culturas antes relacionadas. Nos anos 1970, já se imaginava a criação de unidades de conservação, porém as leis e a burocracia impediam um manejo adequado à demanda das comunidades e do comércio.

A necessidade de proteção e manejo do pescado despertou o interesse da criação da Reserva Extrativista (Resex) para desenvolver a cadeia produtiva do pirarucu. Porém, as leis de proteção à espécie, que não consideravam o manejo, mas somente a comercialização, dificultaram a exploração desse recurso. O plano de manejo foi apoiado por instituições parceiras (CNS, Ibama, ICMBio, etc.), considerando uma cota possível de pesca e controle de saída do pescado da Resex. A autorização da pesca é cedida pelo Ibama, atendendo a regras próprias do plano de manejo e das leis afins. O manejo do pirarucu envolve toda a família em todas as fases. A comercialização é feita em feiras itinerantes, mercados, frigoríficos e compradores de outros municípios. O preço varia de R\$ 5 a 7, e isto é possível devido à política de preços mínimos defendida pela Conab. Os atravessadores e pescadores ilegais são impedidos de comercializar, pois são produtos sem certificação, resguardando a comercialização pelas comunidades tradicionais, que têm várias despesas como aluguel de barco, refrigerador, gelo, etc. Mesmo com tudo isso, as regras só valem a partir do momento que a comunidade recebe a concessão de uso real da terra, sendo que, nessa unidade, por exemplo, estão esperando a concessão há 14 anos. Hoje o pirarucu está garantido para as futuras gerações e está gerando trabalho e renda. A gestão é feita pela associação de mo-

radores do local. Porém, ainda persistem gargalos: conflito com invasores; falta de estrutura para escoamento e evisceração do pescado; associações com dificuldade no acesso às políticas de preço mínimo; o envolvimento do poder público municipal com a atividade (geralmente os prefeitos são contra o manejo); e produto sem certificação sanitária. A falta de escolaridade dos produtores e de assessoria técnica impossibilita a elaboração de projetos para acessar as políticas públicas do governo. O próximo passo dos moradores da Resex é buscar melhores condições para manejo, processamento e escoamento do pescado.

- 2) Reserva Extrativista Alto Juruá (AC): apresentada por Jacinta. A história da região começa com a exploração dos seringueiros pelos patrões seringalistas. Agora, com a criação da Reserva Extrativista no território, os trabalhadores são autônomos. Com a dificuldade de acessar políticas públicas, a Resex iniciou um trabalho com sistemas agroflorestais como questão de ordem, porque *manter a vida na Resex é manter a floresta em pé*, promovendo a sustentabilidade dos povos no território. Por outro lado, quando as políticas chegaram, foram impostas de cima para baixo e não serviram para o real desenvolvimento da Resex. As águas do Rio Juruá são muito importantes porque, além de fornecerem o pescado, são a principal via de acesso para chegar à sede do município (Marechal Thaumaturgo) e à principal cidade da região (Cruzeiro do Sul) para comercializar a produção. A meliponicultura faz parte do sistema de produção das agroflorestas da Resex,

sendo uma atividade muito importante, pois, além da produção do mel, vendido em média por R\$ 50,00/litro, as abelhas promovem a polinização das hortaliças e essências florestais. A produção extraída das florestas está chegando às escolas, através dos programas públicos como o PAA. As Resex são fiscalizadas diretamente pelo ICMBio e por isso recebem muita pressão em relação ao uso dos recursos naturais. De acordo com os moradores, o ICMBio deveria contribuir com a gestão, e não simplesmente realizar a fiscalização das atividades. Afinal, é o ICMBio que dispõe de pessoal, instrumentos e recursos para promover o manejo ecológico da reserva. Nesse aspecto, a comunidade pode ser parceira do ICMBio, porque sabe como fazer a gestão dos recursos naturais do território. Por outro lado, vale ressaltar que foi o instituto que fomentou a criação da Resex, pois entendeu as especificidades dos povos do local. Outro conflito importante é a respeito da proposta de criação da Terra Indígena (TI) Apolina Arara, que se sobrepõe à Reserva Extrativista Alto Juruá – a criação da TI pressupõe a retirada de toda a população extrativista do local. Por outro lado, a população extrativista possui parceria com os índios Ashaninka, cujo território faz limite com a Resex – as duas populações se apoiam mutuamente no território.

- 3) Movimento Interestadual das Quebradeiras do Coco Babaçu (MIQCB), no Maranhão: apresentado por Francisca Nascimento. As quebradeiras de coco babaçu enxergaram a necessidade de se organizar para enfrentar e superar os entraves

à execução de sua atividade extrativista. Articulou-se um movimento de mulheres trabalhadoras para lutar pelo direito ao acesso ao coco, impedido por fazendeiros. O Babaçu Livre é a maior bandeira do movimento e deve ser reconhecida, pois é o babaçu que garante a renda para esse conjunto de famílias do Norte e Nordeste do país. O MIQCB atua em quatro estados e oito regionais. De início, as mulheres do movimento tinham vergonha de serem quebradeiras de coco, mas agora estão mais conscientes e têm orgulho de ser o que são. O movimento reconhece que o PAA, o Pnae e a Política de Garantia de Preço Mínimo para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) são avanços, apesar da dificuldade de o babaçu entrar na alimentação escolar. As prefeituras alegam que os alunos não vão querer consumir o babaçu e utilizam essa justificativa para não inserir a farinha do mesocarpo no cardápio da merenda escolar da região. O principal desafio no momento é aprovar a Lei do Babaçu Livre, para garantir a sua extração das palmeiras, e conseguir atender as regras da Legislação Sanitária para o seu consumo. As quebradeiras argumentam que *as empresas que produzem alimentos industrializados, de forma que não conhecemos, estão no mercado*, enquanto o coco babaçu, que é produzido localmente, encontra restrição pelas autoridades locais. A associação organiza a comercialização nas feiras e mercados. No Piauí, 50 mulheres acessaram o PAA e estabeleceram um contrato de R\$ 50 mil para a entrega do produto ao longo do ano. Ainda é pouco para o tamanho da oferta de babaçu na região, porém é um importante avanço da

parceria entre as quebradeiras de coco e o mercado institucional de alimentos no Brasil. Essas mulheres organizadas seguem trabalhando animadas por músicas da cultura local, que trazem elementos de suas vidas e da relação com os babaçuais.

- 4) Reserva Extrativista no Médio Juruá (AM): apresentada por Manoel Cunha. A história dos seringueiros começou com os ciclos da borracha. Após a queda da importância desse produto, teve início o conflito com os pecuaristas e madeireiros que promoviam a derrubada das florestas. Dessa resistência nasceu o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), que se organiza sobre os seguintes pilares: garantia do território; fortalecimento da organização social; produção e conservação ambiental; e inclusão dos povos extrativistas no projeto de desenvolvimento, pois eles têm papel reconhecido na preservação dos ecossistemas. Na Resex, o uso do território e dos recursos naturais é coletivo e nunca houve conflito entre as várias famílias que trabalham na área de coleta de sementes. A associação dos moradores é que recebe a concessão de uso da terra, e não a família. O CNS escolheu a Unidade de Conservação (UC) para a garantia do território, porque nela as famílias usam e conservam seus recursos naturais, enquanto os fazendeiros e madeireiras só visam a derrubada da floresta. Há na Resex áreas em que os moradores nunca pisaram. Essas áreas fazem limite com uma terra indígena e as duas comunidades as protegem.

5) Rede Juçara, na Mata Atlântica: apresentada por Fábio dos Reis. A palmeira juçara é considerada prima do açaí e se encontrava em risco de extinção devido à derubada para a retirada do palmito. Muito além do palmito, essa planta possui uma diversidade de materiais com importância reconhecida pelos povos tradicionais, como as ripas e as folhas para a construção de casas, sementes para o repovoamento e artesanato, além dos frutos. Por isso ela só estava protegida verdadeiramente nos territórios das comunidades tradicionais. Hoje o foco da exploração está no fruto, e não no palmito, o que, por si só, já garante sua preservação. A partir de 2008 um grupo de instituições, que trabalhava de diferentes formas com a juçara, reuniu-se para discutir a importância do trabalho com a espécie e contou com o apoio do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Falar dos territórios e da planta é falar das pessoas! A Rede Juçara se estende desde o Rio Grande do Sul até o norte do estado de São Paulo, sendo importante para discutir a necessidade das famílias que criam a identidade territorial nesses locais e dependem desse patrimônio. As UCs na Mata Atlântica restringem a exploração econômica nesse bioma e não permitem a criação de infraestrutura para o beneficiamento, certificação e comercialização. Por outro lado, essa espécie encontra-se em risco de extinção e o governo não cria um plano de manejo para a palmeira. As dificuldades encontradas são muitas: sobreposição das UCs e comunidades que nelas vivem; a legislação ambiental e sanitária; e a falta de reconhecimento da identidade socioam-

biental da juçara. Outro desafio é identificar o valor nutricional do fruto, havendo a demanda de estudos para garantir a segurança alimentar da população.

6) Rede Cerrado: apresentada por Álvaro Carrara. O Cerrado tem a chapada, o tabuleiro, a encosta e a vazante/várzea. É nesses territórios que se encontram as populações tradicionais, e elas conhecem bem esse patrimônio. Os quilombolas identificam paisagens nos seus territórios que a literatura não considera, como o tabuleiro, a chapada, a vazante e o carrasco, e por isso devem ser considerados em programas de recuperação dos biomas. Com o reconhecimento dessas paisagens é que se faz possível fortalecer, recuperar, preservar esses ecossistemas. A resistência das comunidades indígenas, quilombolas, geraizeiras, vazanteiras, assentadas, entre outras, é o que garante hoje a conservação da sociobiodiversidade. As comunidades respeitaram seus limites territoriais, e sua organização permitiu demarcações de seus territórios, com a criação de Resex, Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), auto-declarações de comunidades tradicionais e mapeamento de conflitos socioambientais. A territorialidade, além de promotora da sociobiodiversidade, atua como contraofensiva à invasão das terras indígenas, quilombolas, extrativistas. A água depende da proteção da territorialidade e o conhecimento tradicional dialoga com o ensino, a pesquisa e o desenvolvimento. Para a garantia da territorialidade e da sociobiodiversidade, necessita-se de infraestrutura para promover as iniciativas e

a sustentabilidade das políticas públicas. As comunidades produzem mapas que identificam os conflitos, o manejo de seus sistemas produtivos e o planejamento de suas intervenções. O sistema de produção é agroextrativista, com coleta, produção agrícola e criação. Esses sistemas buscam garantir a segurança e soberania alimentar e nutricional, a geração de trabalho e renda, o envolvimento da juventude e uma maior participação das mulheres. No entanto, o Planapo não inclui a necessidade da infraestrutura para apoiar a cadeia produtiva nas reservas.

Elementos do debate:

Os povos extrativistas, que têm suas ações marginalizadas pelo modelo de desenvolvimento oficial, estão sendo cada vez mais prejudicados pelos grandes projetos. Essas pessoas estão precisando ir cada vez mais longe em busca de lenha para suas casas, cavando poços cada vez mais profundos para alcançar a água necessária às suas atividades domésticas, dentre outros problemas. Sabe-se que desconsiderar as ações dos povos tradicionais é desperdiçar um conjunto de experiências, métodos, relações e símbolos construídos por centenas ou milhares de anos, que guardam uma enorme riqueza ausente nos processos de produção e distribuição de alimentos da agricultura moderna.

Apesar do seu grande volume, a produção das comunidades extrativistas não apare-

ce nos sistemas oficiais de produção dos governos. No mercado Ver-o-Peso, no Pará, por exemplo, 40 toneladas de açaí são comercializadas por dia, mas isso não aparece nos registros do governo. Por ser comercializada informalmente, essa produção está invisível e, assim, parece não ter importância. É com a biodiversidade que a territorialidade dos extrativistas ganha importância.



Historicamente, os territórios de grande sociodiversidade sempre foram ameaçados por agentes externos, como os colonialistas que viam os povos nativos como selvagens, desconsiderando seus costumes, cosmovisão, experiências, diversidade, opiniões e limites territoriais. Na realidade atual, essa visão se aprofundou tanto que se comporta como verdade nos campos políticos, sociais e jurídicos, impondo-se hegemonicamente no campo econômico e em grande parte do imaginário da sociedade.

Porém, outra realidade está se reafirmando nesse cenário, uma vez que os povos tradicionais estão se autoidentificando como legítimos donos dos territórios, pois sua coexistência com o ambiente passa a ser prerrogativa para as lutas por mudanças de atitudes e pela preservação do bem comum – a biodiversidade.

A política das Reservas Extrativistas tem cumprido seu papel de conservação am-

biental e promoção da melhoria da qualidade de vida das famílias que nelas moram. Ao alcançarem a autonomia, com a regularização da terra, as famílias estão mais felizes, são donas de suas próprias vidas e não temem mais os patrões. Houve aumento do empoderamento das famílias e, assim, a diminuição dos atravessadores, pois o ICM-Bio é quem acompanha a comercialização dos produtos extraídos das UCs. Hoje são 80 Unidades de Conservação e mais de 200 pedidos de reconhecimento aos órgãos responsáveis.

A sociobiodiversidade é uma questão muito ampla e interage com diversas dimensões que incidem sobre a cultura camponesa, como comercialização, patentes, certificação, germoplasma, flora e fauna, conhecimento local, acesso à terra, territorialização e organização política. Ou seja, trata da íntima ligação entre as tradições socioculturais dos povos e o ecossistema específico em que estão inseridos.

A sociobiodiversidade no Brasil é marcada por um histórico de opressão, injustiça social, conflitos por terra e crimes ambientais, o que provoca perdas irreversíveis no âmbito socioambiental, cultural e econômico. Cria-se um ambiente propício para crimes contra os direitos civis e ambientais a partir da erosão genética, perda da biodiversidade, extinção de comunidades tradicionais, mudanças nos hábitos alimentares, etc. Isto se dá, principalmente, devido ao modelo de desenvolvimento do país, que tem os recursos naturais como fonte de matéria-prima e seus povos como empecilho ao desenvolvimento econômico. Ciclos da borracha, madeira, extração de

minérios, geração de energia, monoculturas, pecuária extensiva são algumas das atividades implantadas desde o período da colonização até os dias atuais. As organizações sociais iniciam suas lutas a partir da identificação desses inimigos e da união para enfrentá-los, construindo estratégias de resistência e afirmação de sua territorialidade, buscando assim manejar os recursos e preservá-los. A luta é clara, pois só existe a sociobiodiversidade se for garantido o acesso ao território. A coevolução com o ecossistema local, criando assim os agroecossistemas, constrói o conhecimento tradicional sobre os territórios, possibilitando o manejo adequado dos recursos naturais. Novos desafios surgem com a criação das estratégias de resistências dos povos, pois muitas políticas públicas não chegam de fato a ser acessadas nos seus territórios e a legislação não é adequada às suas realidades, a exemplo dos problemas enfrentados no acesso a mercados (dificuldades no transporte, vigilância sanitária, crédito, etc.). As conquistas para a sociobiodiversidade estão baseadas no reconhecimento, na criação das reservas extrativistas, no acesso a mercados institucionais, na busca por melhorias dos produtos e na autodeclaração das comunidades como afirmação de sua identidade territorial.

Propostas:

- Utilizar a força do III ENA para identificar por que as políticas públicas não chegam às Resex e também criar mais Unidades de Conservação (UCs) que permitam o uso sustentável dos recursos naturais.

- Alertar o Ministério do Meio Ambiente sobre o que está ocorrendo, pois seus planos/políticas não estão chegando aos estados.
- Fortalecer a relação do rural com o urbano, com o cuidado de não se limitar à questão comercial.
- Ter as terras de UCs de uso sustentável do babaçu reconhecidas.

Acesso e Gestão das Águas

(Facilitação gráfica: p. 194)

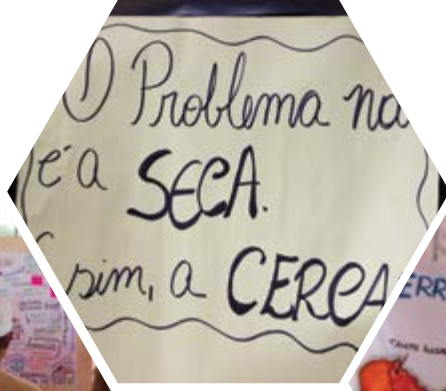
Ementa:

O seminário tratou sobre a convivência com o semiárido a partir de experiências exitosas de acesso e gestão das águas. A discussão foi feita sob o olhar institucional, de programas e processos, mas também teve foco local, através da experiência de uma agricultora. Contribuiu para essa avaliação o dossiê sobre perímetros irrigados, que joga luz sobre o impacto de grandes projetos nos modos de vida das pessoas que habitam essas áreas.

As experiências:

- 1) Exposição do Dossiê Perímetros Irrigados – A expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido (Maiara Melo Rocha): o dossiê surge da aproximação entre o M21, movimento que articula diversas instituições no território, e as lutas do Apodi-RN. A discussão da proposta foi realizada entre movimentos dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte. A elaboração do dossiê incluiu cinco perímetros

irrigados, sendo três no CE e dois no RN, onde foram realizados estudos de caso, envolvendo diversos movimentos sociais da região. O dossiê pode ser encontrado no site www.perimetrosirrigados.net. Os perímetros constituem um modelo de produção *modernizante* e incentivam culturas mais rentáveis, desviando o debate da reforma agrária para a proposta de colonização, desenvolvida a partir da seleção de irrigantes para ocupar lotes dos perímetros públicos. A partir de 2011, com o Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), surge uma nova política de irrigação no país, que prevê R\$ 6,9 bilhões de investimento, em mais de 193 mil hectares de terra. Essa expansão beneficia somente o agronegócio e é justificada pelo discurso da seca. No entanto, todos os perímetros estão instalados em vales úmidos, que poderiam lançar mão de outros formatos de produção, ficando evidente a articulação com grandes obras. Os perímetros provocam uma mudança radical no modo de produzir e desarticulam o modo de vida camponês. Os mesmos introduzem culturas exóticas, degradando o patrimônio genético local. Além disso, exercem uma forte pressão sobre os aquíferos, extraindo água em volume superior à capacidade de recarga, sendo estimado um déficit de quatro milhões de metros cúbicos por ano (aquífero Jandaíra, em 2008). A água que chega por meio dos canais não atende às necessidades da população; além disso, os perímetros representam uma contrarreforma agrária. Há ainda um uso intensivo de agrotóxicos nos monocultivos, representando um enorme risco de contaminação; é feita, inclusive, pulveri-



zação aérea. Foram realizadas análises de água de diversas fontes e locais de armazenamento, chegando-se à conclusão de que todos tinham resíduos de agrotóxicos. A Chapada do Apodi está sendo seriamente ameaçada por um projeto de irrigação na região. Os movimentos da região estão resistindo a esse processo, cobrando seus direitos e denunciando a violação desses direitos e os impactos sobre os povos do território.

- 2) Convivência com o Semiárido, no sertão de Sergipe: apresentada por Dona Cida, agricultora. Dona Cida possui uma área de uma tarefa e participa de um grupo de mulheres que trabalha com apicultura e agricultura agroecológica. Uma esperança da região é a Articulação Semiárido (ASA), pois foi quem levou tecnologias e conhecimento aos agricultores do sertão. Em apenas uma tarefa, Dona Cida planta diversas culturas. Ela também cria ovelhas, galinhas e ainda tem um jumento que substituiu uma junta de bois, por avaliar que o jegue consome menos água e forragem, além de ser mais adaptado à região. O esterco das ovelhas, do jegue

e da galinha é aproveitado para adubar os cultivos. A família se alimenta com qualidade e ainda vende o excedente, o que complementa a renda familiar. Utiliza o sistema mandala de hortas, cultiva de forma diversificada e adensada, consorciando culturas de ciclo curto, médio e longo, produzindo frutas, verduras e forragem. *Não quero que minha família coma produtos da feira tradicional, que são contaminados com agrotóxicos.* A água da cisterna é armazenada como estratégia para os momentos de mais escassez, quando acaba a água de uma pequena barragem.

- 3) Apresentação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS): apresentada por Rocicleide, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS. *O desafio é promover o acesso à água para suprir as necessidades básicas, considerando a água como um direito humano, reconhecido inclusive pela ONU.* Como gerenciar a água, como dialogar com as políticas de Estado em relação a isso? Nós somos diversos, na cultura e na ocupação da terra, nos rela-

cionando com ela também de forma diferente. Nos últimos dez anos, a sociedade tem passado por mudanças com relação à discussão desse tema: a agroecologia não era reconhecida e hoje temos uma situação bem diferente. Ainda não é um modelo hegemônico, mas há certo reconhecimento por parte do Estado. Hoje existe um plano específico para a agroecologia, que é também fruto de um processo social. Essa construção é longa, mas temos conseguido sistematizá-la e torná-la uma pauta no âmbito do Estado. É necessário que políticas públicas sejam implementadas para que isso se torne um modelo dominante. Na questão da água, queremos destacar a experiência com o Programa de Cisternas, que se concretizou por meio da articulação via ASA. Há dez anos o programa acontece e já foi investido em torno de R\$ 1 bilhão. O acesso à água não é igual em todas as regiões. O mais importante quando se discute a seca é o aprendizado na discussão da convivência com o semiárido. Esse é um conceito recentemente reconhecido pelo Estado, que tem um reforço muito grande através do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC). A cisterna de 16 mil litros, que armazena água para consumo humano, é uma estratégia para garantir o acesso mínimo à água, direito que sofre com o aproveitamento político a fim de beneficiar o abastecimento por pipas d'água, por exemplo. Há um confronto, em algumas regiões, do agronegócio com povos tradicionais no acesso à água. *Estamos em um momento de dar uma guinada nessa discussão, onde podemos transformar as experiências em políticas públicas para transformar a realidade, que não sejam paliativas, mas que tragam alter-*

nativas para a sociedade nos seus diversos biomas. Nesse sentido o MDS tem feito um esforço, a exemplo do programa "Água para Todos". Deveremos atingir, este ano, mais de um milhão de cisternas, que era um número considerado distante quando começou a proposta.

Elementos do debate:

As apresentações trouxeram informações de grande impacto, mostrando um cenário que nos ajuda a refletir sobre o que queremos e o que não queremos para a população. O direito vem a partir da luta, nos mais diversos espaços e territórios.

Os comitês de bacias hidrográficas são um espaço de disputa, mas também um ambiente de resistência e denúncia que os movimentos sociais precisam ocupar. É importante a nossa presença de forma qualificada nesses espaços.

Dentro dos trabalhos da ASA se foca muito na questão da água, mas é preciso focar mais no acesso à terra, porque esse é um problema muito grave. Sem isso não vamos avançar muito, pois o agronegócio está avançando por ter a posse da terra.

Apoiar a agroecologia é mostrar para os gráudos que esse não é o modelo que queremos, porque oprime e mata. A Monsanto está se instalando, trazendo uma grave ameaça para o povo. Temos que apoiar a luta pela água, combatendo o domínio por parte dos latifundiários, e resgatar a nossa cultura de fazer agricultura adaptada ao semiárido, como faziam nossos avós. A propaganda diz que a transposição do Rio

São Francisco é para os pequenos, quando a gente sabe que beneficiará só os grandes.

Essa dificuldade de acesso à água também acontece no Sul, onde muitos agricultores já não têm água para a produção de hortaliças, por exemplo.

O programa das cisternas chegou para quem nunca teve acesso à água. As pessoas vão aprendendo e experimentando tecnologias inéditas. O governo faz as políticas, mas muitas vezes elas não atendem à diversidade de realidades do Brasil. Ficamos nos perguntando por que essas experiências não são consideradas nas escolas. Estamos construindo um novo modelo, temos que investir nos jovens para consolidar essas propostas.

A agroecologia contribui muito para a qualidade e manutenção das águas. As cisternas são importantes, mas precisamos revitalizar os nossos rios e recuperar as áreas degradadas. Os rios estão assoreados, por isso há inundação quando chove e seca quando a chuva não vem.

Muitos crimes ambientais são cometidos, sem que haja fiscalização. São usados pacotes que incluem agrotóxicos. A região de Petrolina e Juazeiro tem um dos maiores índices de câncer do Brasil. A pesquisa de casos de câncer também foi feita no dossiê, que identificou 38% a mais onde tem perímetros, em comparação com locais onde não há irrigação. No entanto, os órgãos públicos ligados ao tema não admitem que esse cenário seja resultante do uso de agrotóxicos. Há um estudo, a partir de medulas de agricultores que usaram agrotóxicos, de-

tectando alterações em cromossomos, indicando que serão futuros portadores de câncer e, no entanto, não temos uma legislação que trate desse tipo de situação.

É preciso reforçar a proposta da moção de apoio ao povo do Baixo Jaguaribe, considerando que interessa à sociedade ter modelos mais saudáveis de fazer agricultura. Temos percebido que não é possível a convivência da agroecologia com o agronegócio, pois essa vizinhança provoca contaminação nas áreas dos agricultores agroecológicos. A agroecologia interessa à sociedade porque é promotora de direitos.

A agroecologia respeita a natureza, por isso precisa ser mais divulgada. A ASA contribui com seus programas nesse sentido, fortalecendo a agroecologia. Vemos muitos que não têm água ou cuja água está poluída, enquanto grandes empresas têm grandes estruturas à sua disposição.

A agroecologia é também uma questão de saúde, em contraposição à doença que é promovida pelo agronegócio. O veneno está presente nos mais diversos alimentos que consumimos nos supermercados, não só nas frutas e verduras, mas também nos biscoitos, nas caixas de leite da Nestlé.

A escola, em vez de incentivar a permanência das pessoas no campo, contribui para que a gente saia. É preciso fortalecer a discussão da agroecologia na educação, contextualizando-a; é preciso mais investimento na educação do campo, sendo fundamental incluir no currículo o reuso e técnicas mais inteligentes de irrigação, que gastem menos água.

A agroecologia interessa à sociedade, primeiro porque preserva a água e desconcentra a renda, promovendo mais justiça. Para fortalecer o movimento, é fundamental que saia uma moção contra os perímetros irrigados, contra esse modelo de usar dinheiro público em favor de poucos. Perímetros irrigados não contribuem para a reforma agrária.

O dossiê apresentado nos mostra que o desenvolvimento imposto a nós não é o que queremos, porque concentra, destrói e polui; não alimenta a população, porque tudo é exportado; individualiza, porque enriquece só um grupo, joga veneno no rio, matando o peixe que iria alimentar a população. Então é um modelo que não nos interessa. A tecnologia social da cisterna de placa, construída em mutirão, agrega as famílias, ao contrário das cisternas plásticas que chegam prontas. A exposição de Dona Cida traz a certeza de que, mesmo numa pequena área, é possível produzir alimentos saudáveis, valorizando o conhecimento local. Isso nos dá mais força para lutar.

Propostas:

Precisamos, urgentemente, de uma proposta mais ampla, transparente e eficaz de revitalização de águas, prevendo um desenho que contemple a dimensão urbana, com modelos e políticas claras que protejam as reservas hídricas, partindo de estra-

tégias para evitar a poluição dessas águas, tais como descargas de esgotos domésticos, hospitalares e industriais, assim como a contaminação pelo uso de agrotóxicos e outros agentes. No âmbito rural, propomos ampliação das ações de gestão e estocagem de água para beber, produzir e demais usos domésticos, a exemplo do P1MC e do P1+2 no semiárido, a partir da construção de tecnologias sociais adaptadas às características de cada região e gestadas pelas próprias comunidades. Repudiamos os modelos de acesso à água vigentes no país, que não podem coexistir com a proposta agroecológica, a exemplo do hidronegócio, perímetros irrigados, monocultivo do eucalipto e demais práticas culturais que requerem grandes volumes de água dos mananciais do subsolo.

É necessário pôr um fim no atual modelo dos perímetros irrigados, a exemplo da Chapada do Apodi e do Vale do Jaguaribe, partindo da compreensão de que essas estruturas produtivas, da forma como estão planejadas, constituem elementos contaminantes, concentradores de água e terra, ameaçando fortemente o projeto agroecológico. Os perímetros provocam uma mudança radical nas formas de produção e desarticulam o modo de vida camponês. Introduzem culturas exóticas, degradando o patrimônio genético local. Além disso, exercem uma forte pressão sobre os aquíferos, extraíndo água em volume superior à capacidade de recarga.

O SERTA
FRANCIS



CONFLITOS!

GRANDES EMPRESAS

IRRIGAÇÃO

LAGO SOBRADO

FECHA ESCOLAS

FRUTICULTURA COM VENENO

MONOCULTURA CANA

SECA

SOLTA

PERCA DO TERRETO O DAS COMUMEDADES

DIREI TERRA

MEGAEVENTOS

MEGAEMPREENHIMENTOS

DESENV MENTO

PARA Q

À CUSTA DE Q

95% DAS MARGENS DO SÃO FRANCISCO FORAM DESMATADAS!

CÂNCER

ALTISMO

VIOLÊNCIA

"A EDUCAÇÃO HOJE É ARTIFICIAL!"

CRECIME LTO URBANO DAS CIDADES SEM A RDO

EDUCALITO

T

CONTR CRIOL BIODIV

GRANDES EMPRESAS

LAGO SOBRADO

FECHA ESCOLAS

FRUTICULTURA COM VENENO

MONOCULTURA CANA

SECA

SOLTA

PERCA DO TERRETO O DAS COMUMEDADES

DIREI TERRA

MEGAEVENTOS

MEGAEMPREENHIMENTOS

DESENV MENTO

PARA Q

À CUSTA DE Q

95% DAS MARGENS DO SÃO FRANCISCO FORAM DESMATADAS!

CÂNCER

ALTISMO

VIOLÊNCIA

"A EDUCAÇÃO HOJE É ARTIFICIAL!"

CRECIME LTO URBANO DAS CIDADES SEM A RDO

EDUCALITO

T

CONTR CRIOL BIODIV

PLENÁRIA DAS JUVENTUDES

POR QUE INTERESSA ÀS
JUVENTUDES APOIAR
A AGROECOLOGIA?

CUIDAR DA TERRA, ALIMENTAR A SAÚDE,



III ENA

ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA

5.

Plenária das Juventudes¹

Por que interessa às juventudes discutir a agroecologia?

No bojo da pergunta colocada para a juventude no III ENA, aconteceu a Plenária da Juventude, valorizando um conjunto de ações realizadas com jovens durante o processo preparatório e mesmo antes dele, culminando com o evento em Juazeiro, cujo objetivo foi discutir o sentido, a luta e o protagonismo de jovens na construção da agroecologia. A ideia é criar formas mais solidárias e equitativas de vivenciar, debater e construir propostas a partir das dinâmicas de mobilização social capilarizadas nas milhares de comunidades em que as juventudes vêm atuando, especialmente no que diz respeito à promoção da qualidade de vida dos(as) jovens e ao seu reconhecimento enquanto sujeitos de direito.

Contextualizando

Desde 2012, a partir da realização da Cúpula dos Povos, organizações da sociedade civil situadas no Nordeste – Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema), Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, Centro de Es-

tudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (Cetra) e Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas (Caatinga) –, em parceria com organizações de cooperação internacional – Terre des Hommes e ActionAid –, elaboraram um conjunto de propostas que pudessem contribuir na formação das juventudes e fortalecer suas dinâmicas nos seus territórios de atuação. O III Encontro Estadual de Jovens Agricultores(as) Multiplicadores(as), por exemplo, promovido pelo Centro Sabiá na Zona da Mata de Pernambuco, em janeiro de 2013, teve como foco o tema *Juventude e Agroecologia: um olhar político cidadão*. Outro exemplo é o VII Fórum Social da Juventude Rural, que ocorreu em novembro do mesmo ano, organizado pela Assema. As ações desenvolvidas nesse contexto somaram-se e contribuíram para que acontecesse, em março de 2014, a Caravana Agroecológica e Cultural das Juventudes do Nordeste Rumo ao III ENA.

A Caravana das Juventudes do Nordeste aconteceu no Sertão do Araripe (PE), com a participação de aproximadamente 100 jovens, além de técnicos(as) das organiza-

¹ Texto editado a partir de relatório elaborado por Janaina Paiva / Centro Sabiá, Linalva Cunha Cardoso Silva / ASSEMA e Avanildo Duque / ActionAid.

ções e assessores(as) de comunicação. A proposta tinha como pauta a necessidade de considerar a juventude enquanto sujeito de direito e ator importante no processo de construção da agroecologia. Além disso, a metodologia foi pensada como um exercício descentralizado de análise coletiva dos contrastes entre diferentes padrões de desenvolvimento rural. A partir dessa concepção, as juventudes foram mobilizadas a pensar e refletir a agroecologia no âmbito das suas culturas, tradições e diversidade, com atenção às especificidades do jeito de cada um(a) contribuir para a construção dos conhecimentos e a afirmação do paradigma agroecológico.

O debate foi ampliado e 29 organizações parceiras distribuídas em seis estados da região Nordeste foram mobilizadas a compartilhar experiências, conhecimentos, anseios, fortalecendo assim a identidade juvenil e a luta pela construção da agroecologia. As juventudes presentes compreenderam que é preciso dar cada vez mais visibilidade à sua participação nos espaços políticos de intervenção direta. Afinal, os(as) jovens têm esse jeito novo de dar continuidade à luta pelo reconhecimento da agroecologia pela sociedade, tendo um papel fundamental para garantir a soberania e o fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica.

Ao escolher o Território do Sertão do Araripe, a intenção era trazer para o debate os fatores de cunho histórico, social, político e ambiental que atingiram de forma contundente a vida das famílias das comunidades tradicionais da região, levando à expulsão de muitas delas. Por meio das rotas de ex-

periências visitadas, os(as) jovens puderam perceber o impacto do polo gesseiro e da ferrovia transnordestina e debater as soluções para o enfrentamento dos sérios problemas. Como contraponto, dez experiências bem-sucedidas protagonizadas por jovens foram visitadas, enriquecendo o debate e motivando os(as) participantes. Ao final, um ato público na cidade de Ouricuri (PE) consagrou a caravana, reforçando a luta por um *Brasil Agroecológico para todos e todas!*

Nesse bojo, emergiram as respostas à pergunta: **Por que interessa às juventudes discutir a agroecologia?**

- Porque é preciso intervir mais nas políticas públicas existentes, de modo que levem em consideração as necessidades e o jeito de ser e estar dos(as) jovens enquanto sujeitos de direito.
- Porque não se faz agroecologia sozinho(a), e sim em grupo, em família, com seus pares.
- Porque as juventudes também querem contribuir com o processo produtivo de alimentar o povo para o bem viver de todos(as).
- Porque as juventudes também lutam por qualidade de vida digna no campo.
- Porque as juventudes do Nordeste querem fortalecer os valores, os saberes, a cultura, a biodiversidade dos povos tradicionais e, portanto, sua identidade.

O conjunto de reflexões, somado a essas respostas, resultou na construção do do-

cumento político *Carta das Juventudes do Nordeste para o III ENA*, que ratifica o desejo das juventudes de serem protagonistas na construção da agroecologia, expresso também na vontade de garantir sua participação efetiva no III ENA.

A plenária

Aconteceu na manhã do primeiro dia do III ENA, sob o lema *Por que interessa às juventudes discutir a agroecologia?*. Ao som de uma alegre batucada, jovens percorreram o campus da Univasf mobilizando cerca de 300 pessoas para participarem da plenária.

Entre os objetivos, destacam-se: dar visibilidade à participação e ao trabalho realizado pela/com/para a juventude pelas organizações presentes no III ENA; compreender que o(a) jovem é um membro indissociado do seu contexto e, sendo assim, a sua participação é estratégica para conferir às futuras gerações uma continuidade do processo de construção sociopolítica de seus territórios; apresentar os motivos que instigam jovens a discutir a agroecologia como uma alternativa concreta para a melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras, além da valorização da produção de alimentos saudáveis e o estímulo à permanência das juventudes no campo.

Em círculo, dançando ao som da Canção da Terra, de Pedro Munhoz, deu-se início à plenária. Após a apresentação das organizações, grupos e segmentos, um breve histórico dos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs) assentou o terreno para os depoimentos e debates que se seguiram.

Com a contribuição de três jovens que compartilharam as ações em que estão envolvidos(as) em seus territórios e a partir da pergunta tema da plenária, procurou-se refletir sobre o que de fato tem sido feito para a melhoria da qualidade de vida das juventudes, em especial, as do campo.

Betsaida Moreira é quebradeira de coco babaçu, atual diretora da Assema, integrante do grupo produtivo de sua comunidade e do grupo de jovens local, mãe e trabalhadora rural. Ela falou em nome de mais de 100 jovens que participaram da Caravana das Juventudes do Nordeste, destacando a importância da atividade para que fosse possível perceber o quão próximas estão as juventudes das potencialidades da região e dos desafios dos embates entre os modelos antagônicos de desenvolvimento rural. Compartilhou sua percepção de que sua realidade no Maranhão é muito parecida com a exposta na caravana, onde o agronegócio tem excluído pessoas para dar lugar a obras que fortalecem apenas o capital. Destacou também a importância de ver como as juventudes são guerreiras e resistentes, buscando alternativas para melhorar suas vidas, bem como a de suas famílias e comunidades. Mencionou ainda o conjunto de grandes mudanças provocadas pelo êxodo rural na vida das juventudes, que em muitos casos são forçadas a migrar para os grandes centros urbanos. Reforçou, ao final, a importância da articulação entre organizações da sociedade civil e movimentos sociais que apoiam e incentivam a criação de estratégias para o empoderamento dos(as) jovens, oportunizando a construção de conhecimentos, a socialização de informações, a troca de



experiências, dentre outras questões, que contribuem para a permanência digna e prazerosa das juventudes no campo.

Paulo Mansan, da Pastoral da Juventude Rural (PJR), fez uma reflexão sobre a disputa entre os modelos de desenvolvimento para a agricultura: de um lado, o agronegócio, que tem se fortalecido e avança sob os cuidados de uma bancada ruralista, um empresariado disposto a apoiá-lo e um governo permissivo e omissor. Do outro lado, a agroecologia, ainda não compreendida por muitas esferas do governo e em grande desvantagem nesse cenário de disputa com o grande capital. Citou exemplos como o novo Código Florestal e o perímetro irrigado do São Francisco, notadamente favoráveis ao agronegócio. Hoje existem bons projetos e políticas públicas que caminham na direção da construção da agroecologia,

mas ainda são de difícil acesso, especialmente para as juventudes, que, apesar disso, não desistem das lutas. Exemplo dessas dificuldades é o fato de que o volume mais expressivo de recursos para a juventude no âmbito do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Plapapo) é para a aquisição de maquinário, e não para acesso a crédito para viabilizar a produção. Apesar de alguns avanços, como a criação da Secretaria Nacional de Juventude, não existe ainda nenhuma política pública efetiva que seja estruturada e adequada à realidade das juventudes que hoje se encontram no campo. O que existem são projetos, em sua maioria, bem difíceis de serem acessados, sendo que aqueles que mais se aproximam da realidade da juventude são o Pró-Jovem Rural e o Crédito Fundiário. As contradições são enormes, não se trabalha para que o(a) jo-

vem fique no campo. Assim, a sucessão da terra, que antes era enorme, hoje se encontra reduzida. Paulo finalizou sua fala provocando a plenária a refletir sobre o papel das juventudes na construção do Planapo, compartilhando a dificuldade em garantir a participação nas instâncias competentes para tal e convocando a juventude a votar no Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana sobre o Sistema Político.

Tainá Soares, da Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil (Rega), iniciou compartilhando o processo de gênese da rede. Segundo ela, a maior motivação desse processo é promover e manter a articulação entre os mais diversos grupos de agroecologia no Brasil. Por meio do viés agroecológico, tem sido possível trabalhar a permanência das juventudes no campo. Nesse contexto, as organizações desempenham um papel especial, ao garantirem processos e ações que estimulam os(as) jovens a serem multiplicadores(as) dos conhecimentos gerados. No entanto, ao tomar as terras das famílias, o agronegócio tem expulsado as juventudes do campo. Além disso, o preconceito e a imagem distorcida da juventude rural reproduzidos pela mídia fazem com que os(as) jovens se envergonhem da sua identidade rural, incentivando ainda o consumismo e a artificialização da vida. Tainá destacou ainda a influência nefasta que as drogas têm tido, entrando com toda força no meio rural e tirando a vida de muitos(as) jovens. Nesse beco, aparentemente sem saída, surge a agroecologia como alternativa de valorização da cultura, das raízes, quebrando diversas barreiras existentes, em especial, as que separam jovens e adultos.

Vozes da Plenária

Neto/CE: *Não há presença da juventude na assembleia legislativa, e o ensino é voltado para o agronegócio. Precisamos nos organizar para fortalecer a luta pela agroecologia em todos os espaços onde estamos.*

Luiz (PJR): *Sou militante da PJR e estou trabalhando com hortas escolares, fazendo todo o processo com as crianças, para que, desde pequenas, elas possam aprender sobre os cuidados com a terra e a agroecologia possa entrar na vida das famílias de maneira efetiva.*

Larissa/CE: *A proposta de educação trabalhada nas Escolas Família Agrícola (EFAs) é uma ótima oportunidade para desenvolver a agroecologia em nosso país. Todos(as) aprendem através do exercício da prática e da teoria.*

Elsa/SC: *A dificuldade que o(a) jovem tem para poder chegar à universidade é muito grande, pois os cursos são todos voltados para o agronegócio. O Estado tenta colaborar, mas come no mesmo prato do agronegócio.*

Principais elementos do debate

São muitos os aspectos que impactam negativamente a vida da juventude camponesa no Brasil, entre eles, a falta de políticas acessíveis e pertinentes às distintas realidades; a dificuldade de criar fontes de geração de renda e a consequente falta de autonomia; a baixa ou pouca qualificação profissional; a precarização da educação do campo; o pouco ou nenhum acesso a crédito rural; a enorme dificuldade de acesso à terra e, no caso do semiárido, acesso à água; e um contexto político que favorece o modelo do agronegócio em detrimento da agroecologia.

Os anseios e os desafios a serem superados são comuns entre as juventudes de todo o Brasil, mesmo com as substantivas diferenças socioculturais e geográficas. A luta é a mesma seja onde for, e a busca por alternativas que viabilizem a permanência dos(as) jovens no campo é compartilhada.

Vídeo “Diz Aí, Juventude”

Encerrando a Plenária das Juventudes, foi exibido um dos episódios da [série Diz Aí, Juventude Rural, do Canal Futura](#). Tais programas foram gravados na Zona da Mata, no Agreste e no Sertão nordestino, por meio de uma parceria do Canal Futura com as organizações Centro Sabiá e Caatinga, em Pernambuco; Assema, no Maranhão; AS-PTA, na Paraíba; Cetra, no Ceará; e o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop), na Bahia.

Encaminhamentos da plenária

- Elaborar proposta para a Carta Política do III ENA.
- Realizar um encontro das juventudes agroecológicas.
- Ocupar espaços nos territórios.
- Criar espaço no [Facebook](#).
- Discutir a possibilidade de um GT Juventude no âmbito da ANA.
- Realizar uma oficina no III ENA para dar continuidade aos debates da plenária.
- Criação de uma comissão responsável pelos encaminhamentos da plenária.

Oficina “Diz Aí, Juventude Rural”

Por considerar o tempo da plenária insuficiente para debater as questões da juventude, 60 jovens se reuniram no terceiro dia do III ENA para conduzir a oficina “Diz Aí, Juventude Rural”. A ideia era dar continuidade às discussões suscitadas na Plenária, tendo como foco os assuntos abordados nos vídeos produzidos pelo Canal Futura – educação informal e cultural; acesso à terra; e Fundos Rotativos Solidários – e fazendo uma interface com a pergunta norteadora do III ENA.

Após a exibição dos episódios, os(as) jovens puderam falar sobre a temática trazida de acordo com as vivências em seus territórios. Seguiu-se então um rico debate que trouxe questões específicas das realidades de cada um(a), ampliando o olhar para a importância da organização; do resgate e da valorização dos conhecimentos tradicionais; da luta e da garantia da terra para o desenvolvimento de ações concretas; da atuação coletiva para obter as conquistas; e da participação em espaços de trocas, como intercâmbios e mutirões.

Refletiram também sobre a relação entre as mudanças conjunturais exigidas e o reconhecimento e a valorização das formas de ação das juventudes. O consenso é de que é importante aproveitar o estado de espírito e a disposição que os mais novos têm para lutar, utilizando a música, os dramas, o teatro, a fotografia e os meios de comunicação como alternativa de divulgação das ações positivas feitas por eles(as), mas também como espaço de denúncia sobre o que o modelo de desenvolvimen-

to vigente tem feito com a vida das pessoas, com os territórios e, principalmente, com o meio ambiente.

Falaram do sonho de mudar o mundo a partir da conscientização sobre a importância da preservação ambiental e da necessidade de superar as divergências ainda presentes na maioria das famílias que não acreditam nos(as) jovens. A burocracia, sobretudo para acessar o crédito, também foi trazida como uma questão que atrapalha muito a juventude. E fecharam com chave de ouro dizendo que *as juventudes precisam ter vez e voz e que a voz do(a) jovem deve ser provocada e privilegiada em todos os espaços onde esteja, além de não desistir do sonho e da luta nunca!*

Na sequência, todos(as) foram convidados(as) a deixar o seu recado num painel de tecido que estava exposto no chão da sala com o título: “Diz Aí, Juventude Rural”. O painel foi levado ao ato público realizado no último dia do evento sobre a ponte que liga Juazeiro (BA) a Petrolina (PE).

Contribuições das juventudes para a Carta Política do III ENA

- A agroecologia vem para que os(as) jovens permaneçam no campo. Para tanto, reafirmamos que é preciso investimento e desburocratização do acesso a créditos e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).



- A reforma agrária ainda é um grande desafio para a permanência das juventudes no campo.
- O desejo de continuar no lugar de origem está atrelado às possibilidades de geração de renda.
- O atual modelo educacional não valoriza a cultura das comunidades em que as juventudes estão inseridas, apenas tem trazido questões prontas para profissionalizar os(as) jovens. É preciso criar estratégias que garantam uma educação contextualizada, com metodologias que dialoguem com as diferentes realidades do campo.
- A identidade das juventudes camponesas precisa ser garantida, a partir de processos de formação que suscitem o sentimento de pertencimento nos(as) jovens.
- É necessária a criação de políticas estruturantes para combater o êxodo rural. Para tanto, é importante elaborar uma moção sugerindo aos governantes a criação de um Plano Nacional pelo Direito das Juventudes Permanecerem no Campo.

- *Queremos um espaço para discussão política!* Sugestão de criação de um GT das Juventudes na ANA, viabilizando instrumentos de comunicação para dar visibilidade às ações das juventudes nos territórios.

- Sugestão de criar estratégias para a concretização do Encontro Nacional das Juventudes Agroecológicas (Enja).

Moção pelo Direito das Juventudes Permanecerem no Campo

As juventudes comprometidas com a agroecologia, que se fazem presentes no III Encontro Nacional de Agroecologia, ocorrido entre os dias 16 e 19 de maio, em Juazeiro (BA), querem denunciar o contexto de ampla expulsão das e dos jovens da agricultura familiar, camponesa, indígena e de povos e comunidades tradicionais de seus territórios, que decorre do modelo de desenvolvimento rural hegemônico baseado no agronegócio.

O contexto de concentração de terras, combinado ao modelo de produção agroexportador, que se baseia no monocultivo, na utilização de tecnologias de alto custo econômico e de nocivo impacto ambiental e na exploração da mão de obra da classe trabalhadora, influencia as dinâmicas econômicas, sociais, territoriais e culturais vivenciadas pelas juventudes no âmbito das comunidades rurais, aprofundando as desigualdades no campo brasileiro.

As relações capitalistas estendem seu efeito perverso a partir da desterritorialização dos povos do campo, em especial das juventudes, na medida em que desqualifica a cultura e a identidade camponesa e destitui o povo do campo do acesso aos direitos.

É preciso destacar, ainda, que esse fenômeno migratório se manifesta de forma

mais intensa entre as jovens mulheres, devido às desigualdades de gênero, consolidadas a partir da cultura patriarcal.

A negação do direito da juventude de permanecer no campo é incompatível com a construção de um Brasil Agroecológico. Afinal, ele só será possível a partir da diversidade e do protagonismo dos sujeitos do campo. Nesse sentido, a luta dos movimentos e organizações que constituem o campo da agroecologia deve compreender a disputa do modelo de desenvolvimento, partindo também da afirmação das e dos jovens como sujeitos estratégicos da vivência agroecológica, que devem ter o direito de permanecer no campo, tendo acesso ao conjunto de direitos que promovam sua autonomia e emancipação.

Nesse sentido, a juventude do campo afirma o direito à terra, por meio da reforma agrária, como demanda central, que deve estar articulada ao conjunto de políticas voltadas à produção, à comercialização e à geração de renda, bem como às políticas de educação, saúde, esporte, cultura e lazer contextualizadas com a realidade camponesa. Portanto, exigimos que o governo brasileiro estruture e implemente o *Plano Nacional pelo Direito da Juventude Permanecer no Campo*, onde constem as ações, metas e orçamento de políticas públicas que alcancem os e as jovens da agricultura familiar, camponesa, indígena e de povos e comunidades tradicionais.

Assinam esta moção:

Acesa – Associação Comunitária em Educação, Saúde e Agricultura

ActionAid Brasil

Assema – Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão

ASA – Articulação Semiárido Brasileiro

Caatinga – Centro de Assessoria e Apoio a Agricultores e Instituições Não Governamentais

Centro Sabiá

Cetra – Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador

Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

Efase Monte Santo – Escola Família Agrícola de Monte Santo

Feab – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

Fetraf/Brasil – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada

Levante Popular da Juventude

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PJR – Pastoral da Juventude Rural





6.

Plenária das Mulheres²

(Facilitação gráfica: p. 195)

O processo preparatório

O seminário *Mulheres Rumo ao III Encontro Nacional de Agroecologia*, organizado pelo Grupo de Trabalho Mulheres da ANA (GT Mulheres da ANA), aconteceu no mês de novembro de 2013, na cidade de Curitiba, no Paraná, e contou com a participação de 80 mulheres representantes de diversas organizações e movimentos sociais ligados à agroecologia, ao feminismo e ao direito das agricultoras familiares e camponesas do Brasil. Os objetivos principais do evento foram refletir sobre a agroecologia e as políticas públicas associadas e afinar as pautas e os temas para o III ENA, promovendo para tanto um debate sobre a desigualdade no acesso de mulheres rurais às políticas, com a intenção de construir propostas concretas para a superação desses e outros desafios e entraves. O evento iniciou com visitas de intercâmbio a experiências protagonizadas por mulheres, a exemplo da cozinha comunitária na comunidade de Conceição dos Correias, no município de Campo Magro, e a agroindústria da família Escher de produtos lácteos, molho de tomate, pães, geleias e beneficiamento de hortaliças. A programação também

incluiu uma mesa redonda com o governo federal, um debate sobre o crédito para as mulheres rurais e uma mesa sobre Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para mulheres. As participantes do seminário tiveram ainda a oportunidade de acompanhar a plenária final da Caravana Agroecológica e Cultural do Sul, que estava sendo conduzida coincidentemente na mesma ocasião na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A Plenária

Sem Feminismo não há Agroecologia!

Na tarde do dia 17 de maio, aconteceu a *Plenária das Mulheres* sob a grande tenda central do III ENA. Entoando cânticos feministas, a batucada da Marcha Mundial de Mulheres convocou todas a participar da importante mobilização. Após homenagearem uma companheira assassinada no Rio de Janeiro e abençoarem a plenária com um banho de cheiro com ervas da Amazônia, foi feito um resgate da história da constituição e da atuação do GT Mulheres da ANA. Em seguida, as companheiras fizeram a leitura do folheto produzido a partir do [seminário](#)

² Texto editado a partir de relatório elaborado por Antônio Augusto Lopes Neto / CTA-ZM.

Mulheres Rumo ao III ENA

realizado durante o processo preparatório para o evento, debateram o conteúdo entre si e compartilharam na plenária suas mais diversas e ressonantes vozes. Como num movimento de tear, foram costurando os sonhos, os desafios e as conquistas, reafirmando a luta e se fortalecendo na coletividade. Foi feita então uma sistematização das vozes da plenária. E, após o lançamento de mais uma edição do Prêmio Margarida Alves, a plenária foi encerrada ao som de mais batucada, cantiga e poesia.



Amazônia, enquanto a batucada entoava o canto. Evocou-se em seguida o lema *Sem Feminismo não há Agroecologia* e a plenária foi convidada a cantar no ritmo da batucada: *Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher... pois a luta não é só dos companheiros, participando sem medo de ser mulher...*

Convite à participação

Vai entrar na roda dançando, gira roda girando, a ciranda vai girando, as mãos vão se encontrando, e as mulheres que estão olhando vão entrar na roda dançando, gira, gira, girando, gira roda girando...

Às 15h do dia 17 de maio, a batucada feminista da Marcha Mundial de Mulheres começou a entoar cânticos feministas convocando as mulheres a participarem da plenária na tenda central do III ENA.

Após destacarem que a plenária era também uma homenagem a uma companheira assassinada num assentamento no Rio de Janeiro, pediram que todas as presentes unissem as mãos por um mundo sem violência. As companheiras foram então convidadas a purificar o ambiente molhando as mãos no banho de cheiro preparado com ervas da

Rita Teixeira, da Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (RMERA), deu as boas vindas às mulheres presentes e destacou a importância da plenária para refletir sobre a participação das mulheres no III ENA. Para ela, o evento é uma oportunidade de trazer à luz os processos protagonizados por elas e as formas de inserção da causa feminista nos temas estratégicos. Além disso, oferece a possibilidade de discutir como as mulheres constroem uma ação coletivamente, fortalecendo-se politicamente no processo de construção da agroecologia. Assim, a plenária foi colocada como um espaço de partilha e debate para conhecer e reconhecer o que está acontecendo nos mais diferentes locais, com o objetivo de ampliar a discussão sobre o papel das mulheres, refletir sobre as conversas que ocorreram durante o processo preparatório, abordar questões como paridade, qualidade da participação das mulheres e os significados do que já foi acumulado até o momento no âmbito das comunidades, assentamentos, entre outros espaços.

Contextualizando a gênese e a caminhada do GT Mulheres da ANA

Beth Cardoso, do GT Mulheres da ANA e do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais (CTA-ZM), contextualizou a construção do GT e reforçou que todo o trabalho que vem sendo realizado é fruto do que as mulheres vêm acumulando, das suas ideias, conversas e discussões. Com a missão maior de dar voz e visibilidade às mulheres e suas experiências na construção da agroecologia, o GT surgiu em 2004, dois anos após a criação da ANA, que se deu durante o I Encontro Nacional de Agroecologia. Naquela ocasião, a questão de gênero estava colocada como uma das várias sessões temáticas do ENA, tendo um grupo de discussão que concentrava os debates. À época, muito embora já houvesse um coletivo de mulheres e organizações preocupadas com a pauta das mulheres na ANA, havia dúvidas sobre qual a melhor forma de dar voz e visibilidade a essas demandas e lutas. A partir dessas reflexões, as mulheres envolvidas no processo começaram a pensar juntas e mobilizaram outras mulheres para um seminário, convidando as organizações e movimentos agroecológicos que trabalhavam com gênero e feminismo e organizações feministas que trabalhavam com agroecologia. O GT Mulheres da ANA foi então criado com o desafio de construir um caráter diferenciado, não trabalhando apenas a reflexão de gênero na agroecologia, mas também debatendo todos os temas abordados nos outros GTs da ANA a partir do ponto de vista das mulheres. Criou-se deste modo uma dinâmica para garantir a participação de mulheres em todos os outros GTs, para que elas mesmas pudessem

expressar e defender posições a partir do olhar das mulheres. E assim, desde 2004 esse GT tem acumulado muita reflexão, sistematizado diversas experiências, elaborado publicações a exemplo das regiões Nordeste, Amazônica e Sul do Brasil, e dado voz e visibilidade às mulheres e sua contribuição protagonista para a construção da agroecologia, bem como acumulado para atuar na formulação de políticas públicas para as mulheres. Outro importante eixo de trabalho do GT tem sido organizar os processos preparatórios das mulheres para a incidência nos espaços de formulação de políticas públicas e eventos da ANA, a exemplo do que ocorreu em 2013, com a realização do [seminário Mulheres Rumo ao III ENA](#). Tal seminário oportunizou que as mulheres discutissem e refletissem sobre as mais diferentes temáticas relacionadas à agroecologia e sobre como incidir durante o evento, garantindo qualidade e efetividade em suas participações.

Vanessa Schottz, do GT Mulheres da ANA e da Fase, compartilhou a sua emoção diante da expressiva participação de mulheres no encontro, destacando a importância daquela plenária como um espaço para discutir, sob a ótica das mulheres, os assuntos que seriam debatidos nos Seminários Temáticos do dia seguinte, bem como para dar visibilidade ao papel das mulheres na agroecologia. Ela também apontou que, assim como aconteceu no II ENA, o GT produziu um folheto que foi distribuído nas pastas com os conteúdos dos debates e reflexões produzidos no âmbito do seminário preparatório [Mulheres Rumo ao III ENA](#). O folheto também retrata da forma mais fidedigna possível o que foi produzido nesses anos de

existência do GT, servindo de ponto de partida para aquecer o debate, complementar as informações, trazer novos elementos e qualificar a participação das mulheres, reafirmando com contundência o lema *Sem Feminismo não há Agroecologia!* E por quê? Porque o feminismo, ao lutar pelos direitos das mulheres, reforça o respeito pela diversidade, contribuindo para que a agroecologia se contraponha ao modelo de desenvolvimento hegemônico. O que se quer, portanto, é uma agroecologia transformadora, crítica, um projeto para que a sociedade enfrente as desigualdades de gênero e também os pilares patriarcais e machistas do capitalismo. Nesse sentido, a proposta que está colocada é refletir sobre qual o papel que a agroecologia tem na vida das mulheres e qual o papel das mulheres na construção da agroecologia.

Olhar a partir da América Latina

A equatoriana Maria de Los Angeles Quirola Ordoñez, representante do Movimento Latino-Americano e Caribenho de Agroecologia (Maela), falou sobre a realidade no sul do Equador e a importância que as mulheres têm no movimento agroecológico no seu país, transformando-se em verdadeiras guardiãs do campo, muitas vezes assumindo a totalidade da atividade agrícola para que os homens sigam em busca de oportunidades de geração de renda fora do meio rural. Desse modo, as mulheres estão sobre-

carregadas, pois, além de assumirem esse papel, cuidam dos filhos, das famílias e são responsáveis pela venda dos produtos. Por isso, o Maela vem convocando as mulheres a ocuparem diversos espaços de decisão e discussão para se fortalecerem.

Leitura e discussão - folheto *Sem Feminismo não há Agroecologia!*

Após as falas iniciais, as mulheres foram convidadas a fazer uma leitura do folheto para nivelar os assuntos, ampliar o debate e organizar a participação nos Seminários Temáticos. Sugeriu-se que todas lessem a parte introdutória, que trazia a síntese do trabalho do GT mulheres da ANA, e a última parte, destacada em vermelho, sobre o lema central *Sem Feminismo não há Agroecologia!* Depois, organizaram-se em duplas ou grupos para debater um ou mais temas dos 14 destacados no folheto – os mesmos que no dia seguinte seriam discutidos nos Seminários Temáticos do Encontro – e, em seguida, socializaram suas impressões em plenária.



Dadas as orientações, antes de partir para a atividade, outra cantiga foi puxada:

Embarca, mulher, embarca, molha o pé, mas não molha a meia, viemos de nossa terra fazer barulho na terra alheia

Embarca, mulher, embarca, molha o pé, mas não molha a meia, viemos de nossa terra fazer barulho em Juazeiro

Embarca, mulher, embarca, molha o pé, mas não molha a meia, viemos de nossa terra fazer barulho em Juazeiro.

Vozes da Plenária

Maria Noelci – Porto Alegre/RS: Integrante da Rede de Mulheres Negras para a Segurança Alimentar e Nutricional, Maria homenageou as mulheres presentes, em especial as negras, destacando a contribuição do III ENA para o desenvolvimento do trabalho das mulheres. A partir de seu lugar, de mulher negra, destacou que se faz necessário acrescentar a dimensão das desigualdades étnico-raciais quando se fala em gênero, assim como é preciso falar dos distintos feminismos, pois não há uma hegemonia, e sim diferentes segmentos que entendem o feminismo a partir de suas realidades. Finalizou reforçando que sem os feminismos não há como discutir a agroecologia.

Celia – Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBS-San): Para Celia, as mulheres estão contribuindo para a construção do conceito, em disputa, de agroecologia, assimilando e incluindo, para tanto, a perspectiva de que existem diversos feminismos.

Célia Souza – Casa da Mulher do Nordeste/ Articulação Semiárido (ASA)/Sertão do Pajeú/PE: O que é o feminismo para nós? O feminismo é a luta pelo direito das mulheres na sociedade e o feminismo quer pautar nossos direitos. Como as mulheres são invisibilizadas nesse processo, precisamos discutir isso na agroecologia, que não é um movimento todo bonito, pois ainda há muita desigualdade de gênero. É por isso que a

gente reafirma o nosso lema *Sem Feminismo não há Agroecologia!*

Marilene Rodrigues Rocha – presidente do STR de Santarém/Tapajós/PA: O que mais chamou a atenção é a educação do campo, porque as mulheres não têm condição de deixar os filhos na escola. São, portanto, violentadas de diversas maneiras, nos assentamentos, quando não conseguem acessar os estudos, quando não têm água para beber, quando não têm saúde. *Precisamos, e é nosso direito, ter igualdade!*

Ione Noronha Souto – assentada da reforma agrária/Unaí/MG: Destacou a coragem das mulheres em participar do III ENA, exemplificando com seu próprio caso, pois, ao comunicar ao filho e ao marido que participaria, escutou “O que você vai fazer lá?”. Ione afirmou que, ao voltar, diria que foi saber e reconhecer que as mulheres têm valor e que não estão se reunindo e se fortalecendo por acaso. *A vitória é nossa, sohamos, sofremos e continuaremos a lutar!*

Conceição Mesquita – agricultora experimentaladora/Trairi/CE: Afirmou que a agroecologia só está dando certo porque as mulheres desempenham um importante papel na sua construção. Destacou o orgulho por consumir sua produção livre de agrotóxicos, uma conquista da caminhada agroecológica. Para ela, cada mulher partilha um pouco de sua sabedoria em espaços como o III ENA e contribui, por exemplo, com a conservação da biodiversidade, mantendo bancos de sementes.

Silvana Mateus – Ubatuba/SP: Chamou a atenção para o fato de o folheto não mencio-

nar os conflitos nas unidades de conservação. Destacou o enorme desafio de ter que se provar que os agricultores e agricultoras sabem onde e como plantar e que não têm condições de deixar suas áreas.

Maria de Lourdes de Souza Nascimento – Coletivo de Mulheres Organizadas do Norte de Minas Gerais:

Destacou que a participação das mulheres se dá desde o início da agricultura, quando perceberam como ocorria a dispersão de sementes pelos animais e passaram a cultivar a terra. Isso já era agroecologia, apenas não se sabia ainda. Para Lourdes, é preciso discutir temas como: outorga da água, lei de utilidade pública da terra, invasão de terras dos povos e comunidades tradicionais, grandes projetos, ausência de crédito e desrespeito em todos os sentidos para com as mulheres nesses contextos. Não somos mercadorias, nossos corpos não estão à venda. Somos agricultoras agroecológicas detentoras da vida e da sua manutenção no planeta. Queremos punição para os violentadores e acesso a recursos e condições para fazer agroecologia, que é o projeto de desenvolvimento no qual acreditamos. Somos muitas, somos fortes e seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!

Denise – comunidade de fundo de pasto/ Curaçá/BA:

Nós nos identificamos com a questão da reforma agrária e com o reconhecimento dos territórios de fundo de pasto. Até 2007, as comunidades tradicionais de fundo de pasto recebiam os títulos de propriedade dos territórios coletivos, sendo interrompido esse processo nos anos que se seguiram. Em 2009, o governo da Bahia apresentou um projeto de lei que garantia a regularização desses territórios e, a partir daí, iniciou-se uma expres-

siva luta das comunidades de fundo de pasto com grande articulação das mulheres das associações. O projeto de lei foi aprovado em 2013. Embora tenhamos algumas conquistas, o contrato é de concessão de uso por 90 anos, prorrogáveis, sendo que com prazo até 31 de dezembro de 2018 para que as comunidades se reconheçam como de fundo de pasto. E isso é um absurdo, pois, dentro da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as comunidades tradicionais têm o direito à garantia dos seus territórios. Precisamos fortalecer essa luta, e as mulheres têm um papel importante nisso.

Suelda Varela Caldas – Centro de Estudos e Assessoria Aplicados ao Desenvolvimento (CEAAD)/RN:

Iniciou sua fala externando a preocupação em relação à educação, com o fechamento de várias escolas nas comunidades, principalmente para crianças menores, assim como a ausência de creches. Isso tem preocupado as mães, pois elas não têm com quem deixar os filhos quando precisam trabalhar, muitas vezes tendo que levá-los para estudar na cidade. Outra preocupação é ligada à falta de recursos para as mulheres e jovens que se dedicam à agricultura. Como permanecer no campo sem trabalho e sem financiamento? Os homens precisam ajudar nessa luta pela agroecologia, e as mulheres também precisam de escolaridade, principalmente na área técnica, capacitando-se para assessorar no fortalecimento da agroecologia. Sem Feminismo não há Agroecologia!

Selma Glória – Movimento de Organização Comunitária (MOC)/BA:

Devemos reconhecer o papel do feminismo e das organizações das mulheres e feministas na intervenção e

na discussão envolvendo a agroecologia. Devemos reconhecer que houve avanços e que todas as organizações, mesmo as mistas, têm tido um outro olhar, uma outra postura sobre a participação das mulheres. Mas precisamos interferir mais, porque a maioria das organizações que prestam serviço de Ater é mista. Não podemos, portanto, naturalizar o tratamento por parte de técnicos e técnicas quando não incentivam a participação das mulheres, não valorizam a participação das mulheres. Outra coisa é que precisamos provocar mais nesses espaços como é vista e pautada a questão da violência contra as mulheres, principalmente as mulheres do campo, onde o acesso aos mecanismos de enfrentamento da violência é menor. Então, como é que a gente pensa e vê a agroecologia para além da relação com a terra? Precisamos construir as relações nos espaços onde a participação dos homens é maior. Acho que a gente deu um salto bacana, interessante, mas a gente precisa ousar mais e dizer o que queremos pra essa agroecologia.

Maria Eliana Lima Santos - Federação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf Brasil)/BA: Sobre a reforma agrária, reconhecemos o que já foi feito, mas é preciso dizer aquilo que não foi feito. Direciono, portanto, o recado para nossas amigas de governo que estão sentadas aqui. Sou assentada há 11 anos e até hoje essa terra não saiu. A luta pela reforma agrária é muito grande. Nós mulheres devemos fazer intervenção e debater essas questões. Temos algumas conquistas, como o título em nome da mulher, e isso não podemos esquecer, mas devemos continuar a luta. Com relação à saúde e aos agrotóxicos, sabemos que são os grandes que usam, enquanto os pe-

quenos é que são os mais atingidos. Reforma agrária já!

Rita Maria Barbosa de Souza – Rede de Agricultura Urbana/RJ: Faço parte do projeto de plantas medicinais e estou na Rede de Agricultura Urbana e dos Quintais Produtivos da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Conseguimos a primeira Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) de agricultor urbano para o Pedro. Quero dizer para todos que estão aqui no ENA que as mulheres precisam ser reconhecidas com força. Pelo mundo, todas as mulheres são violentadas quando seus direitos são tomados, quando sua agricultura é cortada, quando sua terra é tirada. Mulheres, lutem pelos nossos direitos! Este ENA veio e temos que cobrar do nosso governo crédito, porque, hoje, se a mulher tem marido, ela tem direito a crédito, se não tem marido, não tem direito. Temos que cuidar do nosso planeta, cuidar da água, porque sem água é impossível fazer a agroecologia. Foram as mulheres que fizeram a agroecologia, com remédio caseiro, com as plantas medicinais, e não somos reconhecidas por isso. Queremos conquistar todos esses espaços dos muitos ENAs que ainda virão, mas é necessário que a gente participe mais. Eu quero pedir um grito de liberdade para as mulheres do País que não têm direito de estudar porque o Estado não dá esse direito. Liberdade! Viva o terceiro ENA!

Terezinha David Justino – assentada da reforma agrária em Unaí/MG: Moro em assentamento e estou aqui para dizer para vocês que sou trabalhadora rural. Criei nove filhos, tive um marido meio atrasado e cuidei de todos com medicina caseira. Nunca levei um filho meu ao médico e descobri com as minhas amigas que vivo com a agroecologia desde

que nasci. Fui parteira, sou viúva, moro sozinha, cuido da minha chácara e tive o prazer de receber o pessoal da Cáritas de Paracatu, que me visitou para conhecer e pegar meus remédios caseiros e passar para os jovens.



Letícia Pereira – Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)/SC: *Foi um grande equívoco a liberação dos transgênicos no Brasil, e nosso papel e das organizações da agroecologia é levar para a sociedade a conscientização sobre o tema. Nós temos que ter clareza sobre esses dois projetos de agricultura: um é esse de morte, e o outro é de vida, e as mulheres são as protagonistas dessa discussão.*

Uma senhora de 61 anos: *Não se identificou, mas criticou o sistema capitalista e a forma como o mesmo vem massacrando as mulheres por meio de opressão e violência, reforçando a necessidade de lutar contra o machismo. Disse ainda que nunca foi ao médico e que sempre se tratou com plantas medicinais, ressaltando a preocupação com a transgenia. Para ela, a luta das mulheres é muito maior, pois exige mexer com toda a estrutura capitalista, que é a base de todos os problemas.*

Roselita Vitor – Polo Sindical da Borborema/PB: *Este momento é histórico nos ENAs, na trajetória da ANA. Se não fosse por essa perseverança, se não fosse pela luta, nós não estaríamos nesta plenária. Nós mulheres estamos trazendo o debate para a agroecologia e assim estamos transformando as relações*

entre homens e mulheres. O documento que estamos lendo é a expressão desse movimento que o GT tem construído nesses anos todos. Lá no Polo da Borborema, a partir da experiência das plantas medicinais, temos hoje o movimento Pela vida das mulheres e pela agroecologia!, que é a nossa marcha, como tantas outras no Brasil. Este ano conseguimos reunir 3.500 mulheres do nosso pequeno território para discutir as diferentes formas de violência que sofremos e a invisibilidade sobre o tema.

Vilma Celeste Bispo de Oliveira – Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (Cedasb): *Quando a mulher se acorrenta através do medo, ela perde oportunidades e acaba sendo tratada como bicho do mato por fazer certos trabalhos. Então vamos quebrar a corrente da opressão, do racismo, vamos melhorar nossa vida no campo! Vamos avançar, pois, quando você recua, a tendência é desaparecer. Temos que nos representar.*

Francisca Eliane Viana (Neneide) – Rede de Comercialização Solidária Xique-Xique/RN: *Conquistamos algumas coisas, mas não concordamos com tantas outras. Somos nós que plantamos nossos frutos, que cuidamos das nossas galinhas, só que as cooperativas que pegam nossa produção é que são vistas. Também temos problemas com vigilância sanitária, que diz o que serve para vender no mercado convencional, nos obriga a terceirizar nossa mão de obra e não sabe que os*

produtos das mulheres servem para vender diretamente. Seguiremos em marcha.

Leonarda Lopes de Souza – Instituto de Permacultura da Bahia (IPB)/Várzea da Roça/BA: *As mulheres têm mais cuidado com as sementes para manter o banco genético, para organizar. Elas têm também mais criatividade para fazer vários pratos e doces. As mulheres são quem mais produz na roça, mas são os homens que levam a fama e o dinheiro.*

Maria Zélia Carvalho Oliveira – Movimento de Organização Comunitária (MOC)/BA: *Nossa preocupação maior é com as sementes transgênicas e também com os agrotóxicos. Estamos reféns dessas empresas poderosas e, ainda por cima, nós mulheres que produzimos é que somos barradas pelo estado na hora de comercializar. Também somos nós que ficamos sem condições melhores de produzir. Que essas falas não fiquem só aqui, que sejam levadas para outros espaços, pois nós sofremos muito com essas coisas!*

Assentada da reforma agrária na Chapada do Apodi/RN: *Destacou que as mulheres não vão deixar de lutar, de resistir. Reforma agrária já!*

Maria de Fátima Alves Lima – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR)/Crato/CE: *Nós mulheres somos agredidas e violadas até pela presidenta. Sofremos com a transposição do Rio São Francisco, que está destruindo nosso território, pelo que peço ajuda à ANA.*

Lourdes Maria Monteiro Tavares – Rede de Agricultores Tradicionais da Amazônia(Rea-

ta)/AM: *Sem comunicação, não chegamos longe, nosso produto não chega no mercado. A falta de comunicação é muito ruim, temos dificuldades para contornar isso. Reivindicamos mercado justo para nossos produtos e temos que nos libertar. A mulher sofre sim, mas ela é batalhadora.*

Selma: *Brindou a plenária com sua poesia:*

Eu sou mulher e não tenho ouro nem prata pra comprar,

Tudo que quero e com muita compostura encaro,

Sem lugar nesse espaço,

E muito porque não sou bicho

E sempre sou mulher e disso não me engano,

Para onde vai a mais encantada dos animais,

Estou indo buscar os meus direitos,

E ainda hoje não me engano

Porque sou a mais bela dos animais

E nunca me engano.

Amanda Cristina Bentes do Lago – Grupo Beija-Flor/Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)/AP: *Precisamos lutar pela humanização do parto!*

Maria José Ferreira Lima Alves – agricultora familiar/TO: *Cooperada da Cooperfruto, ela reforçou a importância de aprofundar a questão do crédito para as mulheres, pois percebe que a maior parte da produção da*

central do cerrado, com seus mais de 200 produtos agroecológicos, vem do trabalho feito pelas mulheres.

Josefa Santos de Jesus – Articulação Semiárido (ASA)/SE: *Falou em nome das trabalhadoras rurais e compartilhou sua música sobre a dificuldade das mulheres de se aposentarem ao final de uma vida toda dedicada ao trabalho na roça:*

Agricultor, veja o que vou dizer, vou contar sua história pra todo mundo ver

Pra ver se entende sua situação, que a gente tem direito e muitos não da razão

Mulher da roça, mulher da roça, pele queimada, cabelo seco e mão grossa

Mulher da roça, mulher da roça, pele queimada, cabelo seco e mão grossa

O agricultor vai pra roça com a mulher, chega lá, ele divide o trabalho que vai fazer

Eu planto milho e a mulher planta o feijão, pra ver se sobra o trigo pra amanhã fazer o pão

Mulher da roça, mulher da roça, pele queimada, cabelo seco e mão grossa

Mulher da roça, mulher da roça, pele queimada, cabelo seco e mão grossa

Essa mulher, ela já vive humilhada, desde quando nasce, pois não tem onde morar

Eu fico triste quando vejo alguém dizer que a mulher que não tem terra não pode se aposentar

Mulher da roça, mulher da roça, pele queimada, cabelo seco e mão grossa

Mulher da roça, mulher da roça, pele queimada, cabelo seco e mão grossa

Essa mulher, quando vai se aposentar, ela sofre humilhação, que precisa você ver, pedindo ao vizinho, ao meu irmão pra ajudar a se sustentar, mas não acha quem te dê

Mulher da roça, mulher da roça, pele queimada, cabelo seco e mão grossa

Mulher da roça, mulher da roça, pele queimada, cabelo seco e mão grossa.

Síntese das vozes da plenária

- As mulheres constroem, inventam a agroecologia. Conservam as sementes e, assim, conservam a história, conservam as práticas. Mesmo o Estado e as empresas dizendo que o que faziam era uma expressão do atraso, tiveram fé, força, persistência.
- Acreditam na agroecologia e fazem com que a mesma continue a existir no país, afirmando que está dando certo, que o caminho é esse.
- Sabem que não basta ter recursos financeiros para acessar alimentos bons para a saúde, que evitam a ida ao médico. Sabem que é no quintal que estão as plantas que geram a saúde. Mas também querem ter acesso a recursos por meio do crédito, querem renda e já não toleram mais ouvir que o trabalho é da família, que quem gere os recursos é o

homem. Isso não é favor, é direito, fazem e fizeram por onde merecer.

- Aprenderam e aprendem com o feminismo que o que acontece dentro de casa, no seio familiar, também é uma questão política, que o conflito se reproduz porque o Estado não enxerga as mulheres de forma inteira, e sim como apêndices dos maridos.
- A divisão sexual do trabalho ainda é muito forte e gera grande ônus para as mulheres, que assumem cada vez mais atividades no âmbito da agricultura, mas não veem os homens assumindo parte das tarefas domésticas, o que as sobrecarrega e aumenta a sua invisibilidade.
- A violência contra as mulheres é muito forte e triste, e o capital lança mão do patriarcado para destruir a integridade dos corpos das mulheres e conseguir adentrar nos territórios. Lutar para acabar com a violência contra nossos corpos é lutar contra a invasão dos nossos territórios.
- A destruição dos territórios está relacionada ao fato de a reforma agrária não avançar. Ao não enfrentar essa questão, o Estado acaba não reconhecendo as trabalhadoras e trabalhadores rurais e sua importante função de cultivar de forma cuidadosa a terra.
- Conquistamos muitas coisas, mas há muito por conquistar ainda. As multinacionais avançam no controle sobre as sementes, da mesma forma que o patriarcado está entranhado no capitalismo e reproduz seus modos de dominação sobre os corpos das mulheres.

- A autonomia que se deseja e pela qual se luta não diz respeito apenas à relação com o Estado, mas também ao jeito de lidar com a terra e com as pessoas.
- A agroecologia só existe hoje porque tem gente lutando e fazendo. Trata-se de um modo de vida em construção que, para se realizar de forma plena, precisa garantir que as mulheres sejam valorizadas, que seu trabalho e contribuição sejam reconhecidos. É preciso continuar lutando contra a desigualdade e a opressão.
- Queremos ser livres!

Cantando para encerrar

Para encerrar o momento de discussão, dona Edite, da zona rural de Palmares, do estado de Pernambuco, compartilhou com as companheiras uma bela canção:

Sou mulher e me confesso consciente do papel que necessito assumir

Com a força e a coragem, minha gente, eu combato o problema a seguir

Sou mulher e sofro duas vezes

Nossa luta tem que ter muita firmeza pra acabar com a ambição que se mantém

Sou mulher que carrega as marcas do passado, de um tempo de miséria e ilusão, mas trago no peito a raiva das exploradas, submissas de geração em geração

Vivo no passado e no presente e tenho um sonho que queremos conquistar

de ver o mundo inteiro em corrente, de ver a vitória uma dia dessas começar

As mulheres de hoje em dia são submissas, porque é uma opção geral

O sistema dá origem a tudo isso pra poder acumular o capital

Em todos os lugares diferentes temos direito de viver e ver nossos filhos felizes e contentes e pra isso é que se luta até vencer

Nós queremos um país transformado, liberdade para todo o povo

E o povo livre é um povo sem patrão

Vamos juntos transformar a sociedade pra mulher ter direito e ser parceira e junto ao homem conquistar a igualdade.

Lançamento do Prêmio Margarida Alves

Por fim, todas as presentes participaram do lançamento do Prêmio Margarida Alves, apresentado por Irene Cardoso, presidenta da Associação Brasileira de Antropologia (ABA); Alessandra Lunas, da Secretaria de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); e Karla Hora, da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A plenária foi então encerrada com uma grande ciranda feminista.





mulher trabalha





7.

Seminário Internacional

III ENA debate o panorama da agroecologia no mundo

A crescente influência da agroecologia na agenda política internacional foi debatida em painel realizado no dia 18 de maio, como parte da programação do III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA). A atividade se iniciou com uma saudação enviada em vídeo por Olivier De Schutter, ex-relator especial da ONU para o direito humano à alimentação.

Sintonizado com o III ENA, De Schutter afirma que já passamos do momento de nos perguntar se a agroecologia é ou não uma opção para o futuro da agricultura e da alimentação. Para ele, frente ao aprofundamento da crise alimentar, as questões a serem respondidas são *quando* e *como* a comunidade internacional vai promover a agroecologia como alternativa aos padrões dominantes. *Não podemos deixar que a crise fique ainda pior. Precisamos preparar uma transição, mas a hora de agir é agora, disse.*

Após a exibição do vídeo, representantes de organizações da sociedade civil da América

Latina, da África e da Europa presentes no III ENA teceram comentários sobre os desafios da promoção da agroecologia em seus países e regiões. O painel contou também com a intervenção de Onaur Ruano, representante do governo federal, membro do Comitê Brasileiro do Ano Internacional da Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena.

A agroecologia no Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF)

Segundo Paulo Petersen, diretor-executivo da AS-PTA e coordenador do painel, o crescente reconhecimento internacional da agroecologia é uma resposta à tomada de consciência sobre a insustentabilidade dos padrões dominantes de organização dos sistemas agroalimentares e seus efeitos na acentuação das crises alimentar, ambiental, energética, social e econômica no planeta. Para ele, a perspectiva agroecológica está sendo cada vez mais apontada como a única alternativa capaz de equacionar e dar respostas consistentes à crise sistêmica global.

O III ENA não poderia deixar de enviar sua mensagem ao exterior. Afinal, a decisão da ONU de dar visibilidade à agricultura familiar foi uma conquista nossa, da sociedade civil. Mas, ao fa-

zermos essa celebração, temos também que apontar os caminhos e as razões pelas quais esperamos que a agricultura familiar seja reconhecida. Vários países instituíram políticas específicas para a agricultura familiar, mas a experiência brasileira demonstrou que não basta o Estado apoiar genericamente a agricultura familiar. Se as políticas públicas nessa área forem desenhadas pelo viés produtivista que caracteriza a modernização agrícola, elas acabam induzindo as famílias agricultoras a depender cada vez mais das grandes cadeias agroindustriais e do mercado financeiro, convertendo-se em mais um elo subordinado ao agronegócio, afirmou.

Para Petersen, esse cenário de incertezas e disputas demonstra a relevância da pergunta que pauta o III ENA: *Por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia?*

Com base nas experiências sistematizadas em todas as regiões do país na preparação do nosso encontro, viemos demonstrar que a agroecologia é o único enfoque para o desenvolvimento da agricultura familiar capaz de dar respostas consistentes a essa crise que coloca a humanidade em uma verdadeira encruzilhada histórica, concluiu.

Vozes da América Latina, África e Europa

Os convidados internacionais presentes no painel manifestaram a importância do movimento brasileiro pela construção da agroecologia, destacando seus vínculos com os movimentos sociais que lutam pela defesa e pelo fortalecimento da agricultura familiar e dos povos e das comunidades tradicionais como a base sociocultural da agricultura do futuro.

Para o colombiano German Alonso Vélez, membro da RedSemillas, temos no Brasil uma condição que não se vê em seu país. *Aqui, o governo brasileiro reconhece e apoia agendas de luta do movimento agroecológico. Na Colômbia, muitas famílias camponesas estão sendo perseguidas porque guardam sementes crioulas. Isso começa a ser considerado um crime. Tratados como os de Livre Comércio e a dinâmica da globalização estão acabando com a agricultura familiar, disse. Todos na América Latina olhamos com muita atenção para os ensinamentos do movimento agroecológico no Brasil, acrescentou.*

Para Karen Read, da Biowatch South Africa, muitos anos de colonização e influência de culturas de fora afetaram a agricultura de seu país, a África do Sul, onde os movimentos sociais também estão lutando pela criação de uma política nacional voltada à agroecologia. *Mas ainda estamos no rascunho da proposta e, até o momento, nada foi oficializado. Ela levará para sua terra a mensagem das mulheres do III ENA: Sem feminismo não há agroecologia!. Um novo paradigma na agricultura precisa passar pelo empoderamento das mulheres. Afinal, são elas que protegem as sementes e a biodiversidade, complementou.*

Zayaan Kahan, da organização Surplus People Project, afirma que, ao apoiar o agronegócio, o governo sul-africano marginaliza a maioria da população. *O agronegócio acessa água por um preço muito baixo, enquanto o povo passa sede. Toda a alimentação à base de milho e de soja está contaminada com transgênicos. Também para nós o acesso à terra é o principal problema. Temos muitas afinidades que unem e fortalecem nossas lutas.*

Edith van Walsum, diretora da ONG holandesa Ileia, lembrou que seu país é o segundo maior importador de soja do Brasil. *A China, um país 100 vezes maior que a Holanda, é o único país que importa mais soja que nós.* Diante dessa realidade, questionou: *O que fazemos com tanta soja num país tão pequeno? Produzimos leite de gado e carne de porco e nos tornamos o maior exportador de produtos lácteos do mundo. Isso não é sustentável.* Walsum apontou a necessidade de um movimento agroecológico de escala planetária que seja capaz de transformar radicalmente a ordem dominante nos sistemas agroalimentares modernos.

Para ela, *um movimento global como esse dependerá do fortalecimento de movimentos nacionais e locais como os do Brasil.* É necessário estar “globalmente conectados e localmente enraizados”, como diz o lema da Rede AgriCulturas, composta por organizações do campo agroecológico de países da Europa, África, Ásia e América Latina. *Aqui, a AS-PTA é a organização que apoia a conexão entre o movimento agroecológico brasileiro e a Rede AgriCulturas. Divulgamos experiências brasileiras em revistas publicadas em inglês, espanhol, francês, chinês e em línguas locais da Índia para um público de mais de um milhão de pessoas de 150 países. Olhamos para a agroecologia no Brasil como uma fonte de inspiração. Esse encontro é um exemplo da força desse movimento construído de baixo para cima.*

A referência brasileira

Em sua saudação ao III ENA, Olivier De Schutter ressaltou o importante papel que

o Brasil tem a desempenhar no cenário internacional no campo da institucionalização da agroecologia. Para ele, o debate que a comunidade internacional tem feito para a definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que serão adotados a partir de setembro de 2015, em substituição aos Objetivos do Milênio, é uma oportunidade única para a inserção da agroecologia na agenda política dos países. Cada país deve instituir um Plano de Ação que terá sua execução monitorada com a participação da sociedade civil.

Ao encerrar o painel, Onaur Ruano, diretor do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), concordou com a importância atribuída à mobilização da sociedade civil para que mudanças nesse sentido aconteçam. Lembrou que tanto a instituição do Ano Internacional da Agricultura Familiar Camponesa e Indígena (AIAF), pela ONU, quanto o lançamento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), pelo governo brasileiro, são expressões da pressão das organizações da sociedade. No Brasil, a implementação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) é um caminho importante para a internalização da agroecologia nas políticas públicas. Mas o avanço na direção das propostas que estão sendo debatidas no III ENA dependerá da contínua articulação de movimentos sociais dentro e fora do Brasil.



8.

Feira de Saberes e Sabores

Contornando a tenda central das principais atividades do III ENA, a Feira de Saberes e Sabores foi o ponto de encontro dos(as) participantes. Dividida por delegações estaduais, a feira contou com 35 estandes que representaram a diversidade da produção agroecológica no Brasil. Alimentos e artesanatos de todo o país estavam expostos ao público, que teve a oportunidade de conhecer diversos produtos típicos não encontrados facilmente nas prateleiras dos grandes supermercados.

A sua organização foi autogestionada, de forma descentralizada, e ficou a cargo de cada delegação a forma de apresentação estadual nos espaços. As barracas somente foram indicadas, e todos os ornamentos e produtos foram trazidos de fora. Pupunha, coco babaçu, rambutão, buriti, umbu e açaí foram alguns dos frutos à venda. O mel, temperos e plantas medicinais de diversas regiões também se destacaram. Toda compra ou conversa recebia por tabela uma aula sobre os conhecimentos tradicionais associados aos produtos e seus derivados.

A árvore do cupuaçu, por exemplo, é típica do Pará, tem tronco grosso e folhas gran-

des e dá um fruto muito saboroso. *Com o cupuaçu, a gente faz tudo o que você imaginar: sorvete, creme, doce e também recheio para bolo, que é uma delícia. Não tem um aniversário que o recheio do bolo não seja de cupuaçu*, contou Socorro Lima, agricultora de Santa Maria (PA), participante da feira.

De acordo com Marcos Jacinto, do Instituto Elo Amigo, do Ceará, a Feira de Saberes e Sabores montada no III ENA foi um espaço de infinita riqueza, e não somente em termos produtivos, *mas sobretudo em aspectos relacionados à organização, à participação da mulher e à diversidade de produtos agroecológicos, com destaque para o artesanato vindo das diversas regiões brasileiras, mostrando a cultura e o aproveitamento racional das riquezas naturais que cada região tem. A feira foi, acima de tudo, um espaço de troca de conhecimento, produtos e sementes, onde os agricultores e agricultoras puderam deixar um pouco de suas histórias e experiências e colher de outros, ou seja, um espaço de construção do conhecimento*, afirmou.

Segundo Rejane Alves, da Articulação do Semiárido da Paraíba (ASA-PB), a feira foi uma expressão viva da riqueza que temos no nosso país e do caminho que estamos construindo tendo como base a agroeco-

logia. *Em cada região, sempre víamos um grupo dialogando, divulgando suas práticas agroecológicas. Agricultores e agricultoras mostrando sua produção, afirmando e reafirmando a construção e a reconstrução dos seus conhecimentos de vida, de luta e convivência com o seu lugar. Como foi bonito ver todos os povos trocando suas sementes, falando das suas experiências de vida, do manejo da agrobiodiversidade e dos seus saberes culturais!*, exclamou.

Para dona Deleia Santos, do Assentamento Visconde de Casimiro de Abreu, no Rio de Janeiro, a feira do ENA foi um lugar de constante passagem e movimentação. *A programação acabava, mas lá era nosso ponto de encontro. Muitas coisas diferentes se reuniram em um só espaço. Sementes, mudas, remédios, artesanato. Para o Rio de Janeiro, foi um espaço para conhecer também a produção do outro. O limão e o húmus da Dona Marilza de Campos, o mel do Renato e tantos outros produtos. Tem que ter feira sempre, pois nem sempre temos nos municípios apoio para a comercialização dos produtos agroecológicos, complementou a agricultora.*

O momento da troca de sementes

A troca de sementes foi especial, como pode ser visto no vídeo produzido pelos organizadores, pois era possível ver a alegria e os sorrisos estampados na cara dos agricultores, lembrou Lara Angelo, da Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil (Rega). Foi um momento único, onde agricultores e agricultoras, além de espalharem e levarem para casa sementes, muitas delas até então desconhecidas, guardadas

há gerações, conversaram sobre seus usos e formas de cultivo. Também mostraram a incrível variedade que há em cada região do Brasil. A soberania das sementes é um passo fundamental para a agroecologia, destacou.

Para a agricultora Maria Inês, do Norte de Minas Gerais: *Sem as sementes criou-las, nós não somos nada. Todo ano a gente guarda e todo ano a gente tem as sementes... Graças a Deus nunca faltou. Deixando umas novidades e levando outras novidades para casa. É mais ou menos o que o agricultor Romualdo, de Araponga (MG), também pensa: A troca é uma forma de espalhar as sementes que nós, agricultores e agricultoras, dentro da nossa comunidade, estamos produzindo e de trocar com os companheiros e companheiras que produzem sementes de regiões diferentes. E, na propriedade, semear essas sementes faz você relembrar daquelas coisas.*

Galdino, de Viçosa (MG), levou milho catetinho, feijão crioulinho e araçá-boi para trocar na Feira de Sementes do III ENA. A quem ofereceu um punhado de milho e feijão, o agricultor recomendou: *Plante na lua minguante, assim não dá fungo nenhum!*. Esse é um dos muitos exemplos de troca de saberes e sabores durante a feira, que recebeu os mais de 2.000 participantes e onde foram vendidos centenas de produtos da agricultura familiar.

De acordo com Fabrício Vassalli, da secretaria da Articulação Mineira de Agroecologia (AMA), na feira de sementes estavam presentes representantes de todos os povos e regiões. *Foi uma celebração do*

trabalho realizado pelos diversos povos do campo, das águas e das florestas na preservação do patrimônio genético, da agrobiodiversidade e, sobretudo, da diversidade cultural brasileira. E complementou com alguns sentimentos comuns dentro dessa diversidade:

Há uma preocupação geral em relação à ameaça das monoculturas nas roças e nas mentes, mas também compartilhamos um sentimento de dádiva e de reconhecimento de cada um dos povos ali presentes enquanto guardiões da agrobiodiversidade e protagonistas na construção da agroecologia no Brasil. A ameaça das monoculturas aflige porque muitos de nós sabemos o quanto têm gerado de erosão em nosso patrimônio genético. Já a dádiva se expressa no desejo de partilhar essa imensidade de produtos colhidos com “os parentes”, como gostam de dizer os indígenas e quilombolas. E, por fim, existe um reconhecimento mútuo da capacidade de cada trabalhador e

trabalhadora ali presente de enfrentamento do agronegócio, através de seu trabalho diário no campo, trabalhando a diversificação da produção, a conservação das variedades crioulas e disseminando essas sementes e mudas pelo país. Realizamos, assim, um trabalho silencioso, porém de grande importância no enfrentamento às grandes empresas, que tentam cercar e dominar o uso de sementes no campo do Brasil, afirmou Fabrício.


Ali foram trocadas muitas variedades de feijões, milho crioulo, abóboras, plantas de adubação verde, cacau, cupuaçu, sorgo, pimenta, alface, mostarda e outras hortaliças, gila, melancias, coité, amendoim, gengibre, castanhas, açaí, juçara, gengibre, açafraão, favas, maracujá, café, variedades de macaxeira, chuchu, cana, sementes, flores e cascas de plantas medicinais e sementes de árvores de todos os biomas brasileiros, relatou Fabrício Vassali.





9.

Oficinas Autogestionadas: Espaço para trocas e aprofundamento de conhecimentos



As oficinas autogestionadas realizadas durante o III ENA também foram espaços abertos para a expressão da diversidade da agroecologia e dos grupos presentes. Possibilitaram tratar de aproximadamente 40 temas, que foram inscritos de forma descentralizada, buscando garantir um equilíbrio na composição das mesas de debates, que contaram com a presença tanto de agricultores e lideranças de movimentos ou entidades como de gestores públicos e técnicos. As oficinas também possibilitaram uma ampla participação, viabilizando a troca de experiências e a aproximação entre as delegações dos vários estados. Os participantes enviaram à comissão organizadora do encontro as ementas descrevendo as atividades das oficinas e organizaram de forma autônoma as instalações. Dessas atividades, saíram elementos que foram incorporados à Carta Política do III ENA.

Economia solidária, feminismo, sementes, circuitos locais, fitoterapia, conflitos e outras temáticas marcaram a tarde do dia 18 de maio. Participantes se espalharam pelo campus da Univasf, movimentando tendas e ocupando as salas com o intuito de apro-

fundar debates sobre assuntos específicos. Entre as oficinas realizadas, algumas se destacaram, como a sobre o Programa Ecoforte, criado no âmbito do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), financiado com recursos da Fundação Banco do Brasil, do Fundo Amazônia e do Fundo Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o objetivo de apoiar organizações que atuam na promoção da agroecologia, extrativismo e produção orgânica. Oficinas relacionadas à arte também tiveram ampla participação, como a de estêncil e a de poesia. A oficina sobre o II Simpósio de Saúde e Ambiente foi importante para avançar na preparação do evento, que ocorreria meses mais tarde, entre os dias 19 e 22 de outubro de 2014, e deu continuidade ao processo de Diálogos e Convergências estabelecido pela ANA com organizações de outras áreas. Nessa perspectiva, o ENA também se mostrou um espaço de fortalecimento das relações organizativas no campo agroecológico.

Segundo Natália Almeida, da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (Aarj), que coordenou as inscrições dessas atividades, as oficinas autogestionadas reforçaram o papel dinâmico da programação do III ENA,

ao possibilitar que os participantes interagissem de forma livre, fosse propondo atividades ou escolhendo em qual das propostas gostariam de se inserir. O próprio nome do espaço expressou o protagonismo das organizações, coletivos e pessoas que propuseram esses ambientes de troca de saberes e práticas, reforçando o papel da atuação em rede da ANA.

Com um dos auditórios lotados, o filme “O Veneno Está na Mesa 2” foi lançado no III ENA, outro importante momento na programação das oficinas e proposto pela Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. O debate animado após a exibição reuniu agricultores e agricultoras, pesquisadores e os comitês locais espalhados por diversas partes do país. Além da troca de impressões sobre o novo documentário de Silvio Tendler, denúncias foram feitas pelos participantes, apontando as ameaças claras que ainda enfrentamos para a ampliação e o fortalecimento da agroecologia no Brasil, exemplificou Almeida.

Articulação no Sertão do São Francisco

As oficinas também tiveram um caráter de articulação, no sentido de promover momentos de encontros entre lideranças, agricultores(as) familiares, técnicos(as), acadêmicos(as) e organizações sociais para traçar estratégias regionais. Essa foi a proposta, por exemplo, da oficina de Articulação Regional de Agroecologia no Sertão do São Francisco dos Estados da Bahia e Pernambuco, organizada pelo Núcleo de Pesquisa e Estudos em Agroecologia (Nupesa) Sertão Agroecológico, da Univasf, com apoio do Conselho Nacional de Desen-

volvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O debate realizado durante o III ENA serviu como ponto de partida para uma articulação que seguiu avançando na região nos meses seguintes.

De acordo com o Coordenador do Nupesa (Univasf/CNPq), Helder Ribeiro Freitas, identificou-se a necessidade de troca de informações e experiências entre os grupos/organizações da região, de modo a dar maior visibilidade ao trabalho desenvolvido, bem como articular ações possibilitando a ampliação da rede e o desenvolvimento da agroecologia junto à população. A construção dessa rede tem como objetivo, segundo ele, criar um espaço de diálogos e convergências para a construção do conhecimento agroecológico a partir das experiências em curso em diversos locais do Sertão do São Francisco.

A articulação já realizou três encontros e vem buscando se consolidar através de ações integradas e trocas de experiências entre os grupos socioprodutivos, urbanos e rurais, inseridos nas dinâmicas territoriais de convivência com o semiárido, seja nas áreas irrigadas, seja nas áreas de sequeiro. Esses grupos também buscam fazer uma avaliação compartilhada das intervenções dos atores locais e da implementação de políticas públicas de cunho agroecológico. Além disso, a rede vem somando esforços para o desenvolvimento de diversas iniciativas, entre elas: pesquisas voltadas às áreas de sequeiro; produção de fruteiras e caprinovinocultura; apoio à organização com base em metodologias participativas; criação de estratégias associativas para a produção de

base ecológica; construção de mercados sociais com foco na economia solidária; e participação de forma justa nos mercados institucionais, afirmou Helder Ribeiro.

Em outubro de 2014 (portanto, cinco meses após o III ENA), a articulação realizou uma atividade de planejamento envolvendo cerca de 40 pessoas de 20 instituições que atuam no universo da agroecologia, com foco em algumas questões norteadoras: O que impede o desenvolvimento da agroecologia no Sertão do São Francisco? Qual o entendimento dos grupos que a rede representa? O que nos une? Quais os objetivos da articulação? Quais ações de comunicação devemos desenvolver para a promoção da agroecologia no Sertão do São Francisco? Também estiveram na pauta contextos territoriais, as reais demandas dos(as) agricultores(as), as pesquisas que estão sendo desenvolvidas e o porquê de ser estratégico participar dessa articulação/rede.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): avanços e desafios

A oficina Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi organizada a partir de uma construção conjunta do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) com o pesquisador Silvio Porto, tendo duplo objetivo: refletir sobre as mudanças



normativas que estão em curso e como elas têm sido vivenciadas pelas organizações; e validar a metodologia de pesquisa sobre o PAA elaborada por Porto no âmbito de sua dissertação de mestrado em agroecologia.

Essa oficina reuniu cerca de 30 organizações que atuam diretamente com o PAA nas diferentes regiões do país e, segundo a comissão organizadora das oficinas, foi uma das mais procuradas pelos(as) participantes(as) do III ENA. De um lado, as organizações reforçaram que o programa foi uma conquista social da máxima relevância por possibilitar, sobretudo a partir das modalidades operadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em parceria com as organizações, o fortalecimento do tecido associativo local, a qualificação da dinâmica organizativa, a aproximação com os consumidores e a garantia da segurança alimentar e nutricional.

O PAA se constituiu um programa de caráter universal, a partir da proposição do Consea, com o intuito de permitir um enlace entre produção e consumo, com vistas a fomentar a produção da economia familiar (agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais) e assegurar alimentos para o público em insegurança alimentar e nutricional, afirmou um dos participantes.

Por outro lado, foram muitos os relatos que apontaram como o aumento das exigências normativas e de procedimentos tem dificultado sua execução e gerado desestímulo para a participação no programa. As mudanças normativas que têm sido impostas, em contrapartida, não tratam das questões que levaram ao processo de criminalização das organizações que operam o PAA no Paraná.



Os participantes avaliaram ainda que essas mudanças colocam em risco, justamente, as principais inovações e contribuições do PAA para as famílias agricultoras: sua capacidade de propiciar maior participação das organizações sociais como cogestoras do programa e de fortalecer a dinâmica associativa, com a promoção

de diferentes arranjos produtivos e possibilitando a construção social do mercado em nível local. Concluiu-se ser necessário que o programa invista no fortalecimento do tecido social e de uma dinâmica que poderia servir como um embrião para a implantação de uma política de abastecimento alimentar e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, aponta Silvio Porto.

Para Vanessa Schottz, membro do FBS-SAN e do GT Mulheres da ANA, a oficina produziu importantes subsídios para a atuação articulada do FBSSAN, da ANA, dos movimentos sociais e do Consea, com vistas a fortalecer o debate com o governo, no âmbito do Grupo Consultivo do PAA.

Agroecologia na Amazônia

A oficina Agroecologia na Amazônia, que tinha como objetivo a construção de metas e ações para o fortalecimento da agroecologia na região, reuniu mais de 50 pes-

Os novos procedimentos são praticamente todos dirigidos às operações envolvendo as organizações sociais (cooperativas e associações), tornando mais burocrático e bem mais trabalhoso aprovar uma proposta e executar um projeto junto à Conab. Os dados da execução orçamentária e financeira obtidos até a realização do III ENA comprovam essa afirmação: 70% dos estados do Nordeste não haviam liberado pagamentos para novos projetos em 2014, e a grande maioria dos estados no país apresentava baixíssima execução. Para alguns, a impressão que se tem é que estão construindo um novo PAA. Em função das dificuldades enfrentadas pelas cooperativas e associações, houve uma ampliação da participação de municípios, levando a uma prefeiturização do programa. Esse processo se verifica pelo aumento das assinaturas dos Termos de Adesão entre o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e os entes federados.

soas e contou com inúmeros depoimentos de agroextrativistas, quebradeiras de coco babaçu, indígenas, quilombolas, movimento de mulheres, entre outros grupos, sobre os modos de vida dos povos da floresta e sobre como se vive a agroecologia na Amazônia. Alguns pontos levantados e discutidos durante essa oficina integraram a Carta Política do III ENA, tais como: a urgência da garantia da regularização dos territórios indígenas e quilombolas, a demanda por assistência técnica adequada às comunidades tradicionais e a importância do reconhecimento e da viabilização das práticas agroecológicas e sustentáveis dos povos da Amazônia.

A extrativista Rita Teixeira, da Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (RMERA) e do GT Mulheres da ANA, ressaltou as ameaças que os grandes projetos e a mineração representam ao avanço da agroecologia nos últimos anos. Na região do nordeste paraense, é a extração de pedra e areia, do dendê e do eucalipto que está imprensando as agricultoras familiares, disse ela.

Rita lembrou também das dificuldades das comunidades quilombolas, pois, ainda que o governo reconheça seus territórios, não agiliza a sua regularização, isolando essas populações do acesso a recursos públicos. Segundo a extrativista, outro aspecto rele-

vante desse movimento é que o resgate da origem, dos costumes, dos saberes, dos cultos, dos cantos, das danças e da cultura das comunidades tradicionais faz a juventude se aproximar da agroecologia: Porque agroecologia é isso, é todo um contexto. Não são ações isoladas, destacou.

Em relação à comercialização, Rita lembrou que houve um grande avanço em experiências agroecológicas, com o incentivo à produção sustentável e à venda de produtos por grupos de mulheres. Entretanto, ressaltou que as exigências da legislação sanitária para a agricultura familiar, sobretudo no âmbito do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), aumentaram as dificuldades das mulheres de comercializarem seus produtos, principalmente mel de abelha e polpas de frutas, em função dos obstáculos impostos pelo serviço de inspeção municipal e da vigilância sanitária nos municípios.

A regularização das áreas indígenas, o apoio à produção agroecológica e a maior aproximação com as organizações da ANA foram demandas enfatizadas em várias falas de representantes indígenas presentes na oficina. Diante desses pontos levantados, a coordenação da ANA Amazônia ficou com a tarefa de acolher essas e outras propostas no período de construção do plano de ação estratégico para a articulação.



AGRICULTURA DA MORTE

AGRICULTURA DA MORTE

AGRICULTURA DA MORTE

AGRICULTURA DA MORTE

AGRICULTURA DA MORTE

AGRICULTURA DA MORTE


AGRICULTURA DA MORTE

AGRICULTURA DA MORTE

AGRICULTURA DA MORTE

10.

Atos Públicos: O III ENA nas ruas



Aproximar a sociedade dos princípios e propostas da agroecologia foi um dos objetivos do III ENA. Para tanto, torna-se necessário melhorar o diálogo com o público e disseminar os valores inerentes a essa forma diferente de lidar com a natureza e estabelecer relações humanas. Os quatro atos públicos realizados no dia 19 de maio tiveram o papel de potencializar a mensagem do III ENA, permitir a troca de experiências entre seus participantes e os moradores de Juazeiro, bem como pautar a mídia local e nacional com as mobilizações na cidade. Intervenções simultâneas em três locais diferentes, abordando temas distintos, uniram-se depois na ponte que liga Juazeiro (BA) a Petrolina (PE), somando ao todo aproximadamente mais de 2 mil pessoas.

A entrega de uma carta das mulheres ao presidente da Embrapa Semiárido, a denúncia das experiências com mosquitos transgênicos na região e um protesto na porta da agroquímica multinacional Monsanto foram as iniciativas, conforme a reportagem reproduzida a seguir. Na ponte, os manifestantes estenderam um painel denunciando os malefícios dos agrotóxicos

e dos transgênicos e apresentaram algumas reivindicações dos movimentos.

Ato em defesa da agroecologia fecha ponte entre Juazeiro e Petrolina³

Foram realizados quatro atos públicos no último dia (19) do III ENA para dialogar com a população local e pautar a imprensa nacional e regional. Ocorreram em lugares e momentos distintos até se concentrarem na ponte que liga Juazeiro (BA) a Petrolina (PE), interrompendo o trânsito durante quase uma hora.

Saindo do campus da Univasf, em Juazeiro, a caminhada foi de cerca de dois quilômetros até a ponte Presidente Dutra, que liga a cidade baiana a Petrolina, em Pernambuco. Pelo menos 2 mil pessoas participaram desse ato, entre agricultoras e agricultores da cidade e do campo, ribeirinhos e representantes de povos tradicionais de todo o país, ocupando a via de 800 metros. Em defesa da agroecologia, balançaram seus chapéus de palha, símbolo da agricultura camponesa, e saudaram o Rio São Francisco.

Durante cerca de uma hora, os(as) manifestantes fizeram a interdição da via, sob sol forte e

³ Colaboraram com este texto Alan Tygel, Áurea Olímpia, Camila Nobrega, Eduardo Sá, Gilka Resende e Laudénice Oliveira.

nuvens graúdas. A beleza das águas do Velho Chico, que resiste à destruição do agronegócio, encantava os presentes, que fizeram questão de alertar a população ao microfone: *Esse rio não aguenta mais tanto agrotóxico das transnacionais!* O vento tremulava bandeiras vermelhas, feministas e muitas outras em defesa da agroecologia e, como dizia uma das canções do protesto, “anunciava esperanças”.

Ninguém melhor para animar o ato sobre a construção de um novo modelo de agricultura do que uma mulher grávida. Helen Santa Rosa, comunicadora popular de Minas Gerais, puxava a cantoria no carro de som com uma barriga de sete meses. *Agroecologia é vida! Agronegócio é morte!*, repetia acompanhada de um coro. *Irá chegar um novo dia, um novo céu, uma nova terra e um novo mar. E nesse dia o oprimido, na sua voz, a liberdade irá cantar. E nesse dia o forte, o grande e o prepotente irá chorar até o ranger dos dentes*, cantava ela, que integra o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM).

Já na subida da ponte, um painel medindo oito metros de altura por 12 de largura denunciou: *Agrotóxicos e transgênicos matam. Apoio a agroecologia por uma vida saudável no campo e na cidade*. O grande tecido passou por cima das cabeças que constroem na prática a agroecologia, para então ser pendurado em um dos lados da ponte, com o objetivo de alertar a população local sobre os riscos do atual modelo de desenvolvimento do país.

Essa é uma causa que a gente abraça: a libertação de um povo explorado por um sistema político dominante. Nós trabalhadores rurais

precisamos lutar, nos unir contra um modelo de agricultura que só visa o lucro, afirmou Miraci da Silva, 61 anos, agricultora do Mato Grosso.

Indígenas também defendem a agroecologia

A população indígena também fortaleceu o grito. Indígenas Krahô cantavam em sua língua originária a satisfação de estarem no III ENA. *Essa música diz que nós indígenas estamos como pequenas emas correndo, todas felizes*, disse Jecilda Crukoy, do Tocantins. Ela e outros integrantes de povos tradicionais declararam que essa foi uma oportunidade de saber o que *seus parentes passam em outros cantos do Brasil*.

Viajamos três dias e três noites até Juazeiro. Estou conhecendo mais da agroecologia. Eu converso com outros indígenas, outras aldeias. É bom saber o que eles passam e se unir, falou Bepnhoti Atydjare, da aldeia Floresta Protegida, no Pará. Ele conta que lá não conseguem mais fazer seus cultivos e ainda as comidas que chegam da cidade *trazem problema de barriga para as crianças*.

De acordo com Leosmar Terena, do Mato Grosso do Sul, os povos tradicionais estão denunciando o modelo de desenvolvimento predominante no Brasil. Para ele, a agroecologia é algo muito mais amplo que a dimensão econômica, ambiental e social. Um modo de vida cujo sistema fortalece a relação do ser humano com o passado e com o futuro, sendo solidário também com as próximas gerações.

Reforçamos a agroecologia como a única saída para a sociedade. É, acima de tudo, um modo

de vida. A agroecologia indígena é pensada no sentido da sustentabilidade em todas as suas dimensões. Não podemos pensá-la sem a inclusão dos jovens, crianças, mulheres, etc. A agroecologia é o fortalecimento de valores tradicionais, da humanidade e da solidariedade, explicou.

Mulheres ocupam a Embrapa

Realizadas simultaneamente, no início da manhã, outras três manifestações em defesa da agroecologia e contra o agronegócio desaguaram como afluentes na ponte sobre o Rio São Francisco. Um dos atos reuniu cerca de 300 mulheres no escritório da Embrapa Semiárido, em Petrolina. Elas reivindicaram que a empresa de pesquisa trabalhe dentro de uma perspectiva de produção de alimentos saudáveis e diversificados, bem como denunciaram a falta de políticas públicas voltadas para as mulheres camponesas.

A representante do Movimento de Mulheres Campesinas, Noemi Krefta, cobrou que a Embrapa cumpra o seu papel de empresa pública. *Este momento é muito importante na vida das mulheres do campo. Queremos frisar que a Embrapa precisa cumprir o que tem nos seus documentos e que nós mulheres do campo devemos lutar pelo nosso direito de produzir alimentos saudáveis e diversificados. Não queremos que o agronegócio invada nossos quintais. E digo que não há possibilidade de coexistência entre os dois tipos de agricultura neste país, nem no mundo. A agroecologia é o nosso projeto.*

Para a sindicalista e assentada de Camamu (BA), Maria Andrelice dos Santos, o momento foi oportuno para se fazer essa ação de

ocupação relâmpago. *Não poderíamos deixar passar, precisamos aproveitar esses momentos porque temos as nossas inquietações com esse centro de pesquisa, do jeito que ele vem sendo aplicado para a agricultura familiar, especialmente para as mulheres agroecológicas, do campo e de outros assentamentos, avalia.*

O chefe-geral da Embrapa em Petrolina, Pedro Gama, ao receber o documento com as reivindicações das mulheres, disse que a Embrapa local tem feito um esforço para apoiar a pesquisa de base agroecológica. *Certamente, essas reivindicações casam bem com o esforço que estamos fazendo. Já temos vários pesquisadores que têm abraçado essa causa e incorporado essa preocupação nas suas pesquisas. Vou pegar o documento de vocês e encaminhar com a maior celeridade possível, comprometeu-se.*

Ato público denuncia riscos de mosquito transgênico em Juazeiro (BA)

A intervenção ocorreu no Mercado do Produtor e denunciava o uso de um mosquito *Aedes aegypti* geneticamente modificado (GM), ou transgênico, que está sendo testado no município com o pretexto de combater a dengue. Um grupo de 50 pessoas, entre agricultores e agricultoras, técnicos e pesquisadores da área, distribuiu panfletos informativos à população que circulava no local. Um balão gigante com o símbolo dos transgênicos e o desenho do mosquito acompanhou o grupo pelo mercado em cima de um carro de som.

O Brasil é o único país a liberar a produção comercial do mosquito geneticamente

modificado, já testado no Panamá, nas Ilhas Cayman e na Malásia. A proposta da empresa inglesa Oxitec, que detém a patente da tecnologia, é produzir um mosquito transgênico e liberar os machos dessa espécie no meio ambiente para cruzar com fêmeas nativas, o que geraria uma larva que supostamente não sobreviveria, eliminando assim o mosquito.

A empresa trabalha com uma premissa de que reduzindo-se a população de mosquito a incidência da doença diminuiria, fato que não foi comprovado nas áreas de teste. Além disso, ao se liberar os machos GM podem ser liberadas também fêmeas modificadas, pois o controle da separação não é 100% eficaz. Estas estariam livres para picar as pessoas e se reproduzir, e não se tem informações sobre as consequências que isso pode trazer, alerta Gabriel Fernandes, assessor técnico da AS-PTA.

A produção comercial do mosquito foi autorizada no mês de abril deste ano (2014) pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), instância deliberativa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Para analisar a situação, compareceu ao III ENA José Maria Gusman Ferraz, biólogo, doutor em agroecologia, professor do mestrado em agroecologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e integrante da CTNBio à época em que o pedido de liberação do mosquito foi analisado.

O especialista produziu um parecer técnico alertando sobre os riscos: Mostramos que havia de fato o escape de fêmeas e verificamos que não estavam fazendo o levantamento sobre a redução da doença nem es-

tudos sobre as áreas de esgoto a céu aberto. Em Jacobina, houve um aumento da doença, sendo decretado estado de calamidade pública. Quando reduzimos a população de uma espécie de mosquitos, outra espécie tende a ocupar o lugar, no caso, a do *Aedes albopictus*, que transmite, além da dengue, a malária e a febre amarela. O risco é que uma possível mutação do vírus gere uma doença ainda mais potente ou que outras espécies de mosquitos sejam contaminadas pelo vírus da dengue, afirma.

Outra preocupação dos ecologistas é que não há garantia de que as larvas não sobrevivam, pois, mesmo em condições ideais, 3% delas sobrevivem, e a empresa que produz o mosquito sabe disso. É impossível fazer pesquisas independentes sobre esse assunto, pois o mosquito é patenteado pela empresa, que produz toda a literatura que temos a respeito. Isso, por si só, já deveria ser motivo de desconfiança, diz Camilo Rodriguez, professor da Escuela de Ingeniería Universidad do Chile.

A empresa Moscamed, que tem um convênio com a Oxitec para a venda do mosquito, está instalada em Juazeiro. Apesar de há meses os mosquitos transgênicos estarem sendo liberados, a população desconhece o experimento. Márcia Faustino e Valdênia Almeida trabalham em um restaurante do Mercado do Produtor. As duas já tiveram vários casos de dengue na família e dizem que nunca ouviram falar do assunto: *Eu estou vendo só agora vocês falarem e vendo esse panfleto, mas nunca tinha ouvido falar e fiquei curiosa*, conta Márcia. De acordo com Gabriel Fernandes, as organizações da sociedade civil vão acionar o Ministério Públi-



co para barrar o uso do mosquito, cuja eficiência ainda não foi comprovada. *E vamos continuar a disseminar informações sobre o tema para a sociedade*, concluiu.

Protesto contra a Monsanto em Petrolina

Cerca de 100 participantes do III ENA protestaram na mesma manhã (19) em frente à unidade de pesquisa da Monsanto, em Petrolina. No local, são feitos experimentos com milho e sorgo geneticamente modificados. Foram colocadas diversas cruzeiras na porta da empresa simbolizando as mortes provocadas pelos transgênicos e agrotóxicos da empresa.

Segundo o agricultor Vilmar Lermen, de Exu, em Pernambuco, não é possível a coexistência entre a agroecologia e os agrotóxicos e transgênicos: *Essa mutação genética tem provocado inúmeros distúrbios ambientais nos biomas. Queremos que a sociedade possa escolher livremente os alimentos que quer comer e que o meio ambiente seja preservado*, disse Vilmar.

Além das cruzeiras, foi colocada uma placa na frente da empresa com os dizeres: “Fora Monsanto”. Em toda a Unidade, não há nenhuma identificação da empresa: o motivo talvez seja a péssima imagem construída em torno dela no mundo. A última Marcha contra a Monsanto, em 2013, teve ações em mais de 50 países. A empresa é acusada de possuir uma estratégia de dominação dos agricultores e agricultoras, através do monopólio das sementes e da cobrança de taxas sobre a produção.

Esse é um ato simbólico para que possamos conversar com a sociedade. Temos a proposta de convivência com os diferentes biomas brasileiros, da autonomia das famílias. Esse modelo que a Monsanto implementa é feito para gerar dependência, afirma Vilmar, que acusa o governo brasileiro de ser conivente. *A CTNBio aprovou os transgênicos no Brasil e a Embrapa apoia essas pesquisas (...) Mas temos uma proposta de segurança alimentar, de convivência com as condições ambientais, e estamos firmes nesta luta com todos os povos da humanidade pela soberania*, concluiu.



11.

Plenária Final

(Facilitação gráfica: p. 196)



A Plenária Final foi o momento de consagração do evento, reunindo um bonito coletivo que, emocionado, aclamou a Carta Política do III ENA.

A atividade teve início com uma mística e, logo em seguida, os(as) representantes do governo foram convidados a compor a mesa e compartilhar suas impressões sobre o evento. A Carta Política foi então lida sob gritos da plenária e comentada pelo Ministro Gilberto Carvalho, que a considerou como *um verdadeiro programa de governo, de vanguarda, com os pés no presente e os olhos no futuro*. Após as manifestações da plenária, foram destacadas as nove moções elaboradas durante o evento e, por fim, todos e todas foram convidados a participar do encerramento do Encontro às margens do Rio São Francisco.

Flavio Bastos, representante do Governo da Bahia, mencionou a disposição política do Estado em seguir fortalecendo e investindo na agroecologia. O Presidente da Fundação Banco do Brasil (FBB), *José Caetano*, ressaltou o apoio da fundação às mulheres empreendedoras e aos jovens e sinalizou: *Espero que o resultado do encontro*

também possa contribuir para que consigamos aplicar os recursos destinados no edital Ecoforte, no montante de R\$ 25 milhões. Para encerrar, parabenizou a realização do evento e colocou a FBB como parceira no desenvolvimento da agroecologia no Brasil. O Assessor da Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), *Chico Oliveira*, saudou a mesa em nome do ministro e disse que o BNDES está junto com a FBB não somente no evento, mas em várias outras frentes de fortalecimento da agroecologia. Destacou que a função do BNDES nesse processo é espichar o “S” da sigla do banco e terminou desejando que seja dada a necessária organicidade a esse movimento para garantir o que já conquistou.

O diretor de Transferência de Tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), *Waldir Stumpf*, salientou o caráter público da empresa e sua obrigação de ser parceira nesse processo de construção de soluções tecnológicas, trabalhando para e com a agricultura familiar numa transição agroecológica cada vez maior dentro do sistema Embrapa de pesquisa. Destacou também que a empresa conta com 47 unidades no Brasil para trabalhar junto com a agricultura familiar

visando o fortalecimento da agroecologia. *Lilian Rahal*, Secretária Adjunta de Segurança Alimentar do MDS, agradeceu o convite feito ao ministério para participar do evento e elogiou a metodologia utilizada que, com seu caráter participativo, contribuiu muito para reforçar a necessidade de ampliar cada vez mais a capacidade de escuta pública dos anseios da sociedade. Para a secretária, a oportunidade de conhecer as experiências em curso nos mais diversos territórios ajuda a melhorar a atuação do governo e trabalhar de forma conjunta com os diversos atores da sociedade. Encerrou entoando o lema *Sem feminismo não há agroecologia!*, ao destacar o protagonismo das mulheres.

Encerrando a fala dos gestores públicos, o secretário nacional de Agricultura Familiar *Valter Bianchini* iniciou mencionando o fato de que a agricultura tem pelo menos 10 mil anos de existência e que muitas coisas aconteceram nesse processo. Segundo ele, pode-se dizer que a agroecologia, de alguma maneira, remonta a esse remoto início,

quando a agricultura procurava meios de se fazer possível diante das condições e potencialidades de cada local. Em contrapartida, pediu que os(as) presentes entendessem que, nessa trajetória, o agronegócio é muito recente. Destacou a importância e o significado da Pnapo e do Plano Brasil Agroecológico, lançado pela presidenta. Após ressaltar que o plano foi fruto de um enorme esforço, o secretário mencionou alguns de seus principais pontos: universalização da Ater para todos(as) os(as) agricultores(as) em transição agroecológica e o investimento na formação/qualificação dos(as) agentes de Ater para tornar isso possível. Também destacou os avanços do atual Plano Safra e dos centros de pesquisa.

Encerradas as falas dos(as) gestores(as), *Paulo Petersen* e *Maria Emília* da ANA leram de forma alternada a íntegra da *Carta Política do III ENA*. Durante a leitura, a plenária se manifestou várias vezes, aclamando com veemência alguns trechos da mesma, tais como o que repudia o uso de dinheiro público para comprar sementes transgêni-



cas; a crítica ao predomínio de instituições municipais na operação de convênios com o PAA; a denúncia da criminalização dos movimentos sociais, agricultores e agricultoras; a exigência da mudança nas normas sanitárias para alimentos processados que consideram as substâncias químicas como mais seguras do que os agentes biológicos; a demanda pela retirada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) da regulamentação das bebidas; a criação do coletivo nacional de agricultura urbana; entre outros.

Após a leitura, o Ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral da Presidência (SGP) da República, foi convidado a falar. Ele iniciou sua fala trazendo um abraço em nome da presidenta e agradecendo o convite para participar. Enfatizou o fato de que a SGP fez questão de comparecer e estar presente nos diversos espaços e atividades realizadas durante todo o evento, mesmo diante da agenda concorrida com a proximidade da Copa do Mundo. Segundo ele, a decisão do governo federal de apoiar o III ENA expressa o reconhecimento da importância do evento. Quanto à Carta Política, classificou-a como um importante documento, com críticas pesadas, mas pertinentes, e se comprometeu a entregá-la pessoalmente à presidenta. Destacou ainda que, embora assuma um tom de cobrança para os momentos atuais, a Carta deve ser encarada como um belíssimo programa de governo, pois aponta um modelo de sociedade que precisamos ter neste país.

Carvalho reforçou também o papel que a militância tem nessa vanguarda que é a agroecologia, ao apresentar propostas ino-

vadoras necessárias para construir a sociedade que queremos e desejamos. Reconheceu que o modelo de desenvolvimento em curso já está esgotado e que seus princípios são mortais para o futuro da humanidade. Não se furtou de comentar sobre a ironia de que o atual governo, que tanto trabalhou para a inclusão social, ainda continua assentado nesse velho modelo de desenvolvimento. Nesse ambiente hostil, as propostas e a construção da agroecologia representam um novo modelo, que não será possível sem a Reforma Política, pois, de fato, a grande maioria da sociedade ainda não compreende o que está sendo proposto. *Atualmente, não há correlação de forças para que as questões essenciais da Carta possam se tornar realidade, pois, enquanto houver grupos hegemônicos e poderosos, a exemplo da bancada ruralista no Congresso, não teremos como caminhar rumo a esse novo modelo. Precisamos, além da participação, ter um Congresso Nacional que represente a maioria do povo e não esteja a serviço prioritariamente dos poderes econômicos.*

A despeito de todos esses desafios, o ministro comprometeu-se a acolher o conteúdo da Carta e trabalhar por meio da Cnapo e do Consea para construir esse novo cenário. Finalizou afirmando que *o vento da história está a favor da agroecologia. A humanidade clama uma forma de vida nova. Espero que cada uma das pessoas aqui presentes siga reenergizada para fortalecer ainda mais a militância e não desanimar frente às dificuldades. O governo está de portas abertas para o diálogo*

Durante a plenária final, foram elencadas as nove moções elaboradas durante o III ENA:

- Apoio às famílias e comunidades da Chapada do Apodi (RN).
- Pela aprovação da Lei Geral da Economia Solidária – PL 4685.
- Pelo direito das juventudes a permanecerem no campo.
- Pelo repúdio contra o veneno do agronegócio em Rio Verde (MG).
- Do Conselho Nacional de Populações Extrativistas.
- Dos povos indígenas presentes no III ENA.
- Apoio e solidariedade aos agricultores e agricultoras e funcionários da Conab em relação à criminalização do PAA.

- Da caravana do Tocantins em repúdio à manifestação discriminatória da Senadora Kátia Abreu.

- Repúdio ao PL 0268 e às sementes suicidas *Terminator*.

Ao final da atividade, e reforçando o desafio de ampliar o movimento e fazer valer o Brasil Agroecológico, todos e todas foram convidados(as) a se levantar para caminhar até as margens do Rio São Francisco para o belo e emocionante encerramento do III ENA.

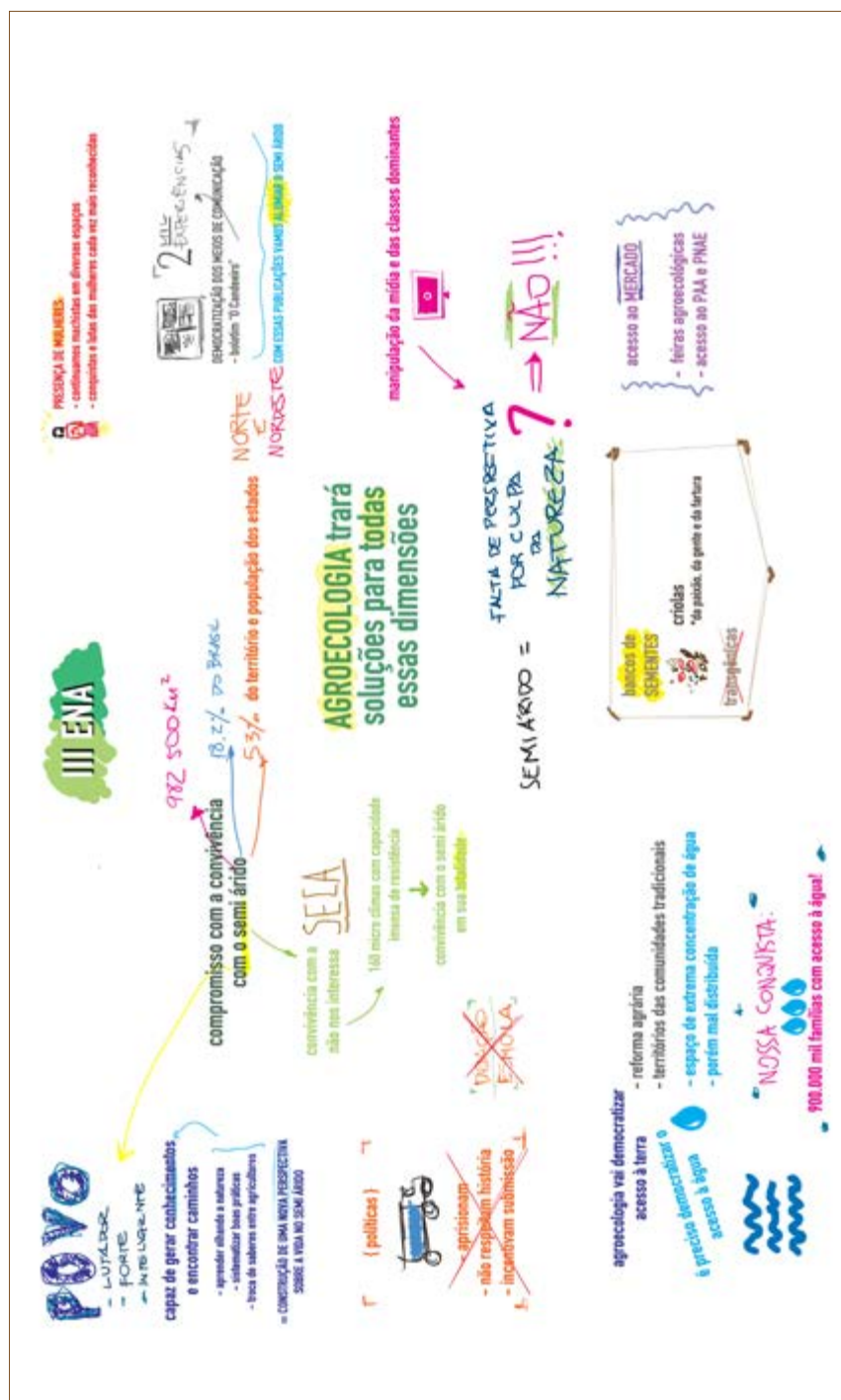
Viva a Agroecologia!





ANEXO I

Facilitações Gráficas



PLENÁRIA DE ABERTURA
Facilitação gráfica: Pedro Henrique Ishikawa



SERTÃO DO ARARIPE - PE
 Facilitação gráfica: Muriel Parreira Duarte Gonzales



LESTE PAULISTA E REGIÃO MOGIANA-SOROCABANA - SP
Facilitação gráfica: Larissa Fernandes Miranda (Coletivo Casa Viva)

DESENVOLVIMENTO

ervas
mediciais

**CONVIVÊNCIA
COM A
REALIDADE LOCAL**
"Nós temos que aprender
a conviver com
o nosso bioma"

**INDÍGENAS
QUILOMBOLAS
POPULAÇÕES TRADICIONAIS**

**ESCOLA
FAMÍLIA
AGRICOLA**

**CUIDADORES DA
BIODIVERSIDADE**

**COOPERATIVISMO
DA AGRICULTURA
FAMILIAR**

acesso a
políticas
públicas e
mercado

organizações
FORTES
e articuladas
no território

**defesa da
Reforma Agrária**
"terra de vida"

**DEFESA DA
AGROECOLOGIA**

**PARTICIPAÇÃO
E CORAGEM
DAS MULHERES**
"Sem feminismo
não há socialismo"

**AUTONOMIA
E LIBERDADE**

**CRIAÇÃO
DE NÚCLEOS
DE RESISTÊNCIA**

"Os mártires da
terra são nossos
animadores na
caminhada"

**SOFREM
VIOLÊNCIA**

**LEIS
INADEQUADAS**

CONTRADIÇÕES DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS
GOVERNAMENTAIS

**BICO DO
PAPAGAIO
TOCANTINS**

MULHERES E JOVENS TÊM
DIFICULDADE DE ACESSAR
CRÉDITO

**AÇÃO DAS
MULTINACIONAIS**

**AVANÇO
DO AGRONEGÓCIO**

agrotóxicos
TRABALHO
ESCRAVO

desterritorialização
dos camponeses
\$ expulsão da terra
\$ saída dos jovens
do campo

ATER
MODELO
EXCLUDENTE

Especulação
"terra de negócio"

CONFLITOS



REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO
Facilitação gráfica: Ramon Teixeira

sessão territorial: **OESTE DE SANTA CATARINA**



“a diferença brutal na diferença da relação da AGROECOLOGIA com a natureza e do AGRONEGÓCIO com a natureza”



PORQUE AGROECOLOGIA?

o mundo começou com agroecologia

garantir um futuro digno

justiça

dignidade

respeito

sobrevivência

esperança

diversidade

amor à vida

soberania alimentar

semente vista como continuidade da vida

cuidado com a saúde

fortalecer a luta em defesa da vida



DIVERSIDADE construindo um projeto comum



papel FUNDAMENTAL das comunidades e das mulheres na gestão do CONHECIMENTO



mulheres camponesas construindo uma nova agricultura e novas relações

Movimento de Mulheres Camponesas



“na agroecologia é a **FAMÍLIA** que decide, e não só o homem”

“a terra é a minha maior riqueza. Quanto melhor a gente cuidar, melhor”

“o homem só pensa no lucro. Ele não pensa que está prejudicando a terra”

“a mulher quando quer vencer, ninguém segura. A gente tem a força, a gente é mãe”

“a mulher quando quer vencer, ninguém segura. A gente tem a força, a gente é mãe”

“a mulher ainda tá muito presa nos alicerces da casa”

MODELO CAPITALISTA DE AGRICULTURA:

- agrotóxicos
- transgênicos



90% das bolsas de estudos são destinadas a projetos ligados ao agronegócio

IMPOSIÇÃO DE UM MODELO FEITO PELAS GRANDES EMPRESAS

“quá é o direito de uma empresa de tirar de mim o direito de ter uma galinha capira, ou um porco...”

agronegócio reforça as relações **DESIGUAIS** entre homens e mulheres

FORMAS DE RESISTÊNCIA A PARTIR DA AGROECOLOGIA

resgate do conhecimento sobre plantas medicinais

recuperação das sementes Crioulas

“que seu alimento seja o seu remédio e que seu remédio seja o seu alimento” (Miguel Alencar)



AGROECOLOGIA

PERMACULTURA

SEM FEMINISMO NAO HÁ AGROECOLOGIA

OESTE DE SANTA CATARINA

Facilitação gráfica: Pedro Henrique Ishikawa

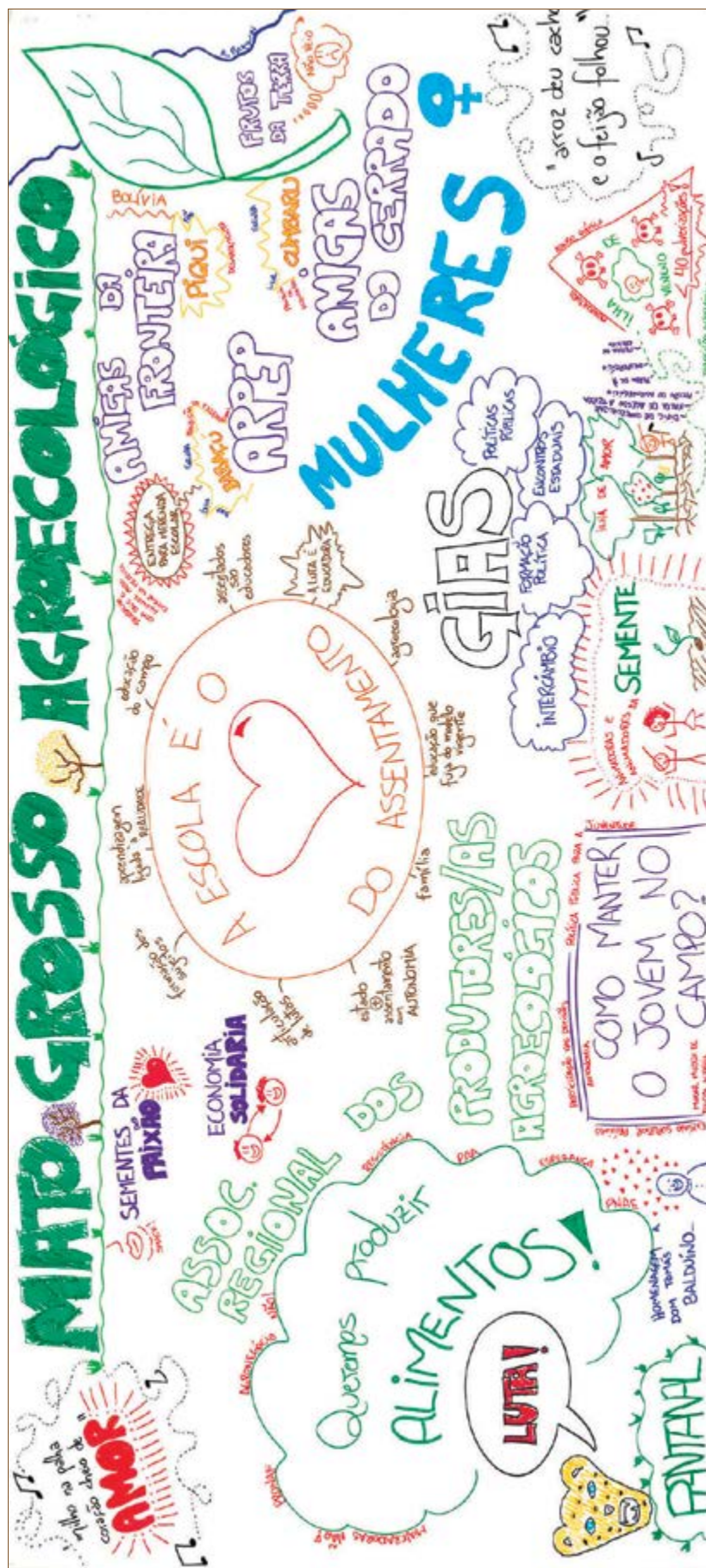


EAIII





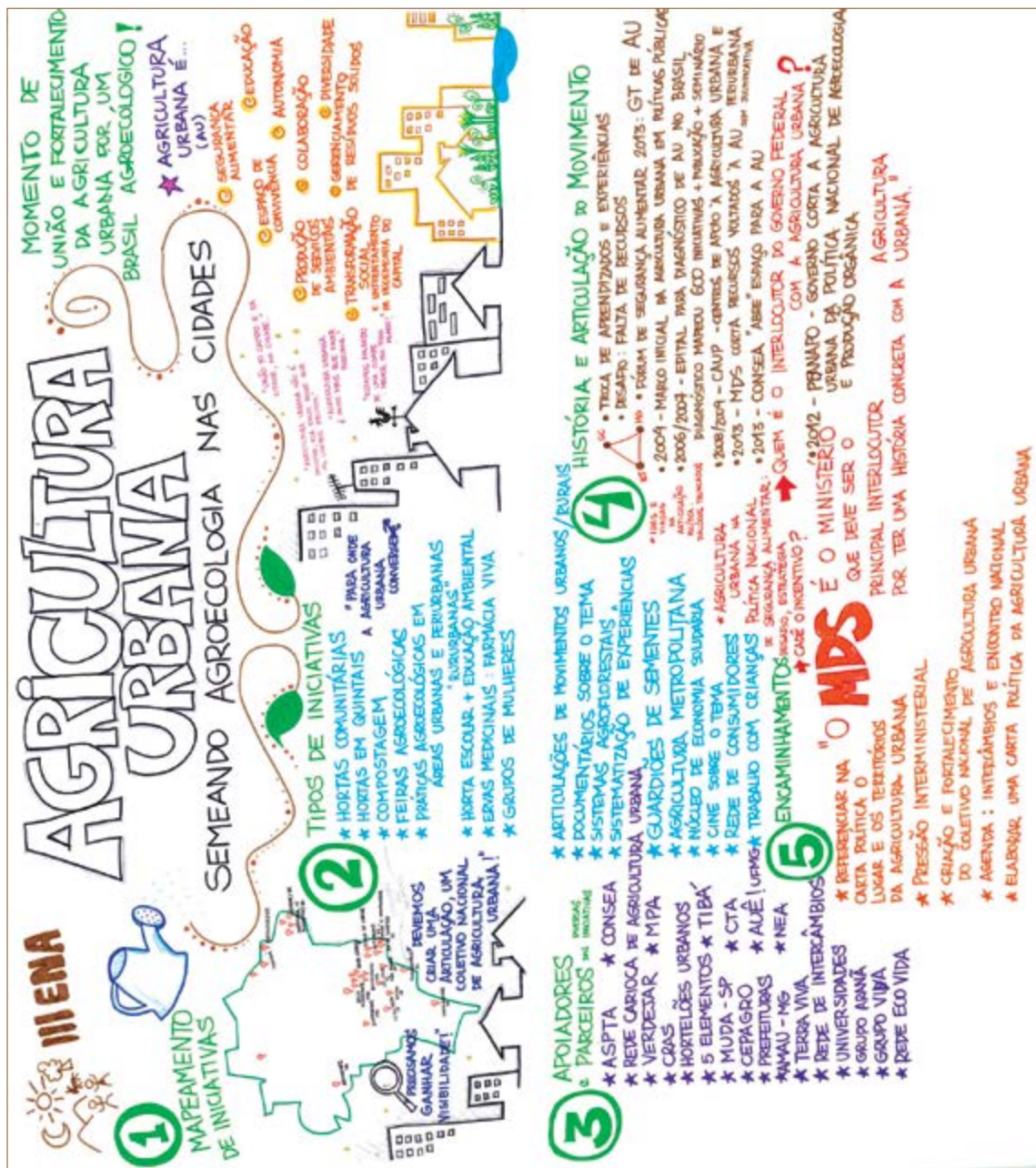
RONDÔNIA
Facilitação gráfica: Gui Neves



SUDOESTE DO MATO GROSSO - MT
Facilitação gráfica: André Biazoti

AGROECOLOGIA, ABASTECIMIENTO, MERCADOS

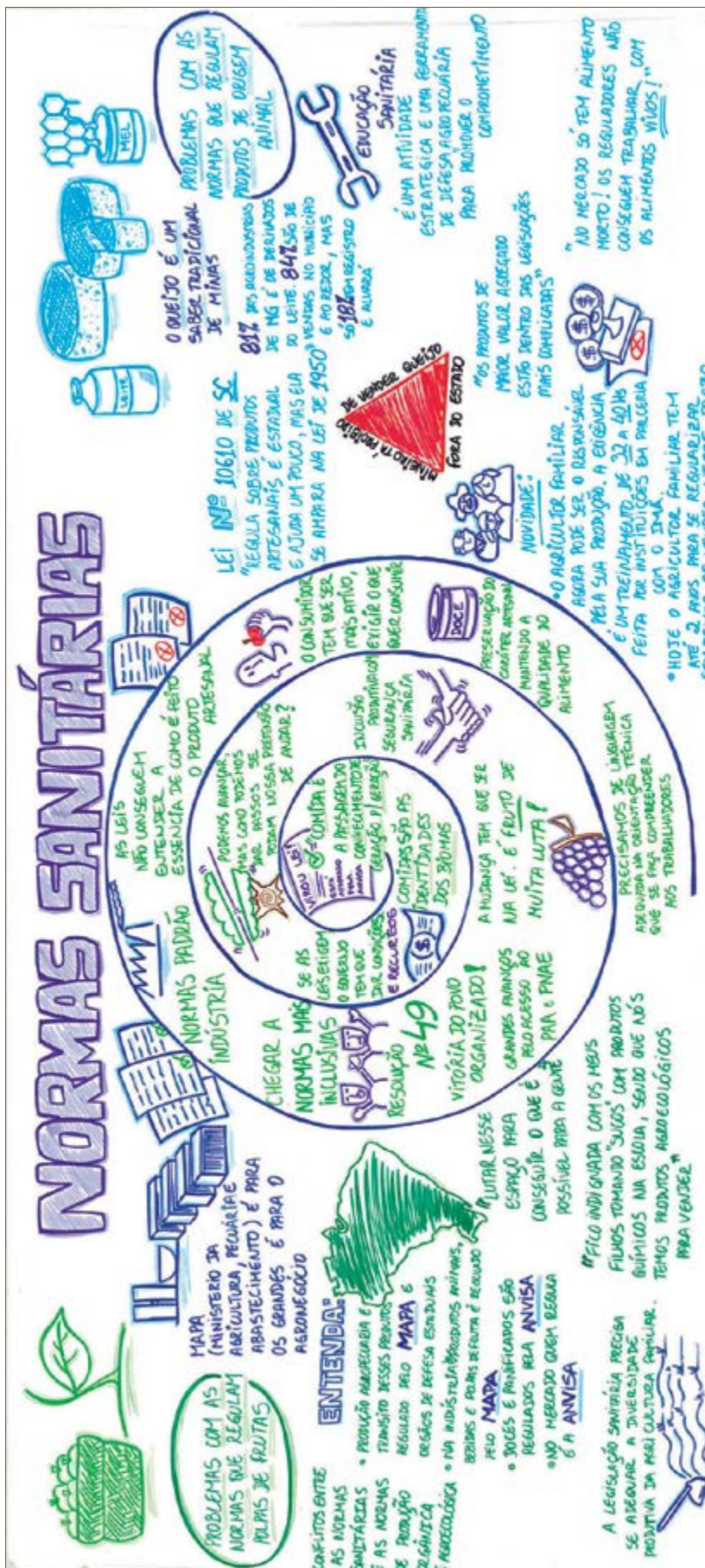






CONFLITOS E INJUSTIÇAS AMBIENTAIS
Facilitação gráfica: Raissa Theberge





NORMAS SANITÁRIAS: PARA QUÊ E PARA QUEM?
Facilitação gráfica: Bruno Cared

CULTIVANDO SAÚDE E DISSEMINANDO SABERES TRADICIONAIS



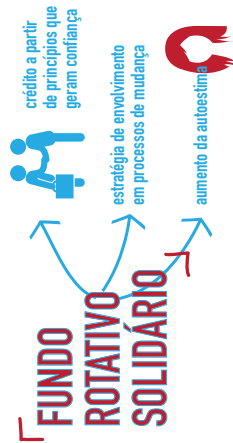


FONTES DE FINANCIAMENTO
recursos de mutas e venda de produtos apreendidos

OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO

POLÍTICAS PÚBLICAS
PRONAF: Programa ECOFORTE, programas estaduais
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
FOMENTO MULHER

REALIZAÇÃO PELO FINANCIAMENTO
- família
- produção
- processamento
- comercialização



FINANCIAMENTO: **ENTRAVES**

- obter DAP
- mentalidade predominante machista
- vigilância sanitária
- postura inadequada de agentes de extensão rural
- postura burocrática e personalista do agente financeiro
- planilhas do banco não contemplam necessidades

COMPROMISSO DA ASSESSORIA TÉCNICA É IMPORTANTE PARA SUPERAR DIFICULDADES

NÃO ESTÃO NO PLANO NACIONAL DE AGROECOLOGIA



PRONAF MULHER

instrumento para superar a histórica relação de desigualdade de gênero



RISCOS

apropriação dos recursos do PRONAF pelos interesses do AGROMECÓCIO

estagnação dos valores do PRONAF da reforma agrária

erosão do compromisso do governo com a agricultura familiar e a reforma agrária

falta de diálogo e de integração entre e dentro as instâncias do governo: **FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL**

DAP
adequações para distinguir a produção da mulher e dos jovens

PROPOSTAS

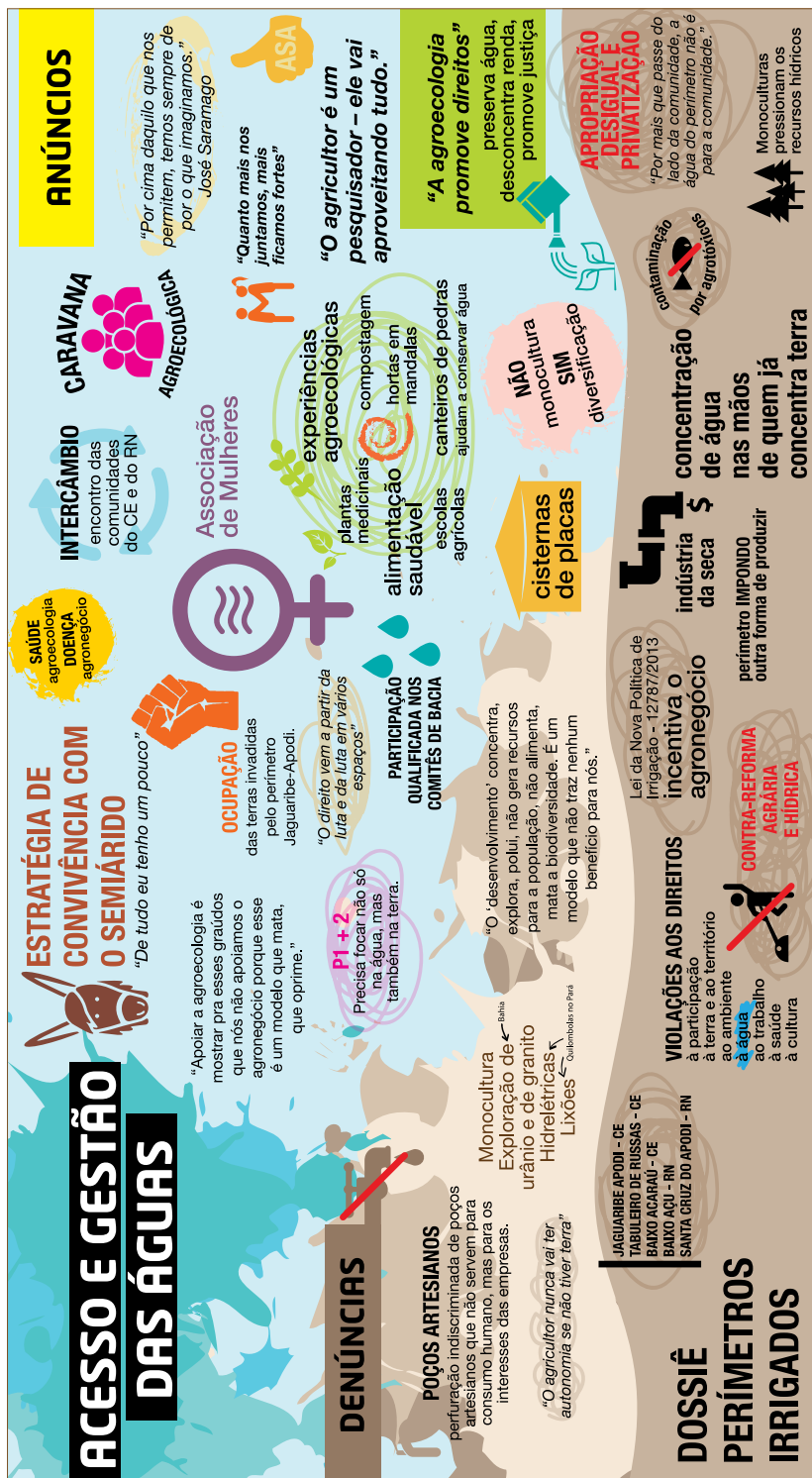
CRÉDITO SUBSIDIADO

SEM LIMITE DE VALOR
(de acordo com o projeto se define o valor)

CARÊNCIA



financiamento que seja voltado a apoiar os **MODOS DE VIDA** e a **BIODIVERSIDADE**



ACESSO E GESTÃO DAS ÁGUAS
Facilitação gráfica: Gabriela Garcia Juns



PLENÁRIA DAS MULHERES

Facilitação gráfica: Gabriela Garcia Juns

ANEXO 2

Listas de Participantes

Delegação do Acre

	Nome	Organização
1	Adair Pereira Duarte	SOS Amazônia
2	Aline Leonardo Xavier Oliveira	Associação São Francisco
3	Amiraldo Sereno Kaxinawá	ASKPA
4	Anagildo Lima Camara	Soc. Agrícola Praia da Amizade
5	Antonia Joana Batista da Costa	ACS Amazônia
6	Antonio Batista Araujo	Associação Amoprear
7	Antonio Jose Nascimento Melo	Asareaaj
8	Cleide Nascimento de Souza	CNS
9	Edilson Rosa da Silva Katukina	AMAAIAC
10	Edione Felix Pereira	PESACRE
11	Eduardo Amaral Borges	PESACRE
12	Fernanda Viera Mendes	Seringal Cachoeira
13	Francisco Bezerra de Mesquita	Associação Boa União
14	Genésia Santos da Silva	Cooperativa Nova Cintra
15	Haroldo Sousa Oliveira	Pesacre
16	João Pereira Rodrigues	Associação Nova Vida
17	José Marcondes Rosa	AMAAIAC
18	Jose Rodrigues de Araujo	CNS

19	Josias Pereira Kaxinawá	AMAAIAC
20	Kleiton Xavier de Oliveira Ormonde	CPI
21	Laélia Pacheco de Queiroz	Associação Boa Fé
22	Lisiane de Araujo Pedrosa	FETACRE
23	Marcus Vinicius G. Franco	ACS Amazônia
24	Maria da Cruz Silva Luz	Ass. Ramal Igarapé Esperança
25	Maria de Fátima Rocha Alves e Silva	FETACRE
26	Maria José Nóbrega de Albuquerque	CTA
27	Mariana Ciavatta Pantoja Franco	AFLORA
28	Marnilda Correia de Souza	SOS Amazônia
29	Paula Lima Romualdo	Comissão Pró-Índio
30	Raimundo Nonato Alves Cruz	Associação do Igarapé Suíço
31	Sandra Maria dos Santos Vale	Asareaaj
32	Sebastiana Marcedo da Silva	CTA
33	Severino da Silva Brito	Comunidade Wilson Pinheiro
34	Silvane Oliveira Elias	CTA
35	Solange Meireles da Cunha	CTA

Delegação de Alagoas

	Nome	Organização
1	Aberaldo Jonas de Carvalho Alves	Cáritas Palmeira
2	Cicera Maria da Silva	COPPABACS
3	Cicero Rodrigues da Silva	F.Delis ASA
4	Cinthia Cristina Santos Fontes	ASA-AL
5	Cristina França Soares	CDECMA

6	Eriberto Félix Bezerra	Cactus
7	Geuzomar Soares Ferreira	SOMAR
8	Ivan dos Santos	Cactus
9	Jose Aparecido Araújo	CDECMA
10	Maria Aparecida Matias Silva	Associação Comunitária
11	Maria Claudelvânia Borges Gonçalves	MMTRP-AL

12	Maria de Lourdes Barreto	ASA-COPPABACS
13	Maria Francisca da Silva Alcântara	STTR
14	Regimere Santos de Melo	Cactus
15	Rozeane de Moura	Cactus
16	Salete B. de oliveira	MPDC
17	Sebastião Rodrigues Damas-ceno	COPPABACS

18	Soraya de Carvalho Lemos	CDECMA
19	Terezinha Maria da Conceição	MMC/AL
20	Valdinez Cordeiro Alves	MMTRP-AL
21	Wanderson Mulato de Andrade	AAGRA
22	Wellington Silva de Oliveira	Cáritas Diocesana

Delegação do Amapá

	Nome	Organização
1	Adamor Braga da Silva	CNS
2	Amanda Cristina Bentes do Lago	Grupo Beija-Flor
3	Bianor Sarmiento Gemaque	Ass. Renascer

4	Deuzelina de Azevedo Pereira	ATTAX-C
5	Jucileide Souza Moreira (Qui-lombola)	AMDA
6	Nilton Conceição Videira (Qui-lombola)	AQRCILM

Delegação do Amazonas

	Nome	Organização
1	Edna Bernardo Maia	Reata/Idam/IA
2	Erminda Mendes do Nascimento	Reata
3	Francisca Ferreira da Silva	Reata
4	Francisco Pinheiro da Costa	Reata
5	João Bosco André Gordiano	Reata/Idam

6	Joaquim Protazio da Silva	Reata
7	Lourdes Maria Monteiro Tavares	Reata
8	Maria da Gloria Araújo	Reata
9	Maria Enilde Lunier de Araújo	Reata
10	Rosineide Guimarães Paes	Reata

Delegação da Bahia

	Nome	Organização
1	Abelmanto Carneiro de Oliveira	MOC
2	Adelice Ferreira de Souza	Terra Viva
3	Ademilson da Rocha Santos	ASA
4	Advaldo Batista dos Santos	Asamil
5	Aginaldo Rocha Santos	Cáritas

6	Aion Sereno Alves da Silva	
7	Alajaque de Jesus Souza	IPB
8	Alcides Peixinho Nascimento	IRPAA
9	Alessandro Santos Santana	IRPAA
10	Alianildo da Silva Quaresma	SASOP
11	Aline Santos de Sousa	FASE

12	Altino Bonfim	UFBA
13	Ana Célia dos Santos Pereira	SASOP
14	Ana Celsa Bomfim Souza	SASOP
15	Ana Dalva Souza Santana	MOC
16	Ana Lúcia Lira de Araujo	Terra Viva
17	André Pinheiro dos Santos	Terra Viva
18	Andreia Maria Santos Sacramento	Grupo de Mulheres FASE
19	Angélica Conceição da Silva	SASOP
20	Aniceto Elias de Queiroz	SAJUC
21	Antonio Carlos de Souza	ASA/AP1MC
22	Antonio Otavio de Souza	IRPAA
23	Arivaldo Correia Santos Pinheiro	ADIPS
24	Arlene Andrade Guimarães	Rede Moinho
25	Arlindo Rozeno de Sena	MOC
26	Beatriz Pereira dos Santos	MOC
27	Beronice Ferreira da Silva	ASS
28	Cacilda A. dos Santos Araújo	Fundação APAEB
29	Caio Tatamiya Rodrigues	ASAMIL
30	Catarina Silveira Camargo	IPB
31	Cicero Felix dos Santos	IRPAA
32	Cícero Gabriel A. Santiago	CAA
33	Claudio K. dos Santos	CAA
34	Cleiton de Almeida Gonçalves	Fundação APAEB
35	Clérison dos Santos Belém	IRPAA
36	Cristovão de Jesus Santana	ARCAS
37	Daniela Alves de Souza	COFASPI
38	Dayse Batista dos Santos	CUT/IFPI
39	Deise Cristina C. dos Santos	IRPAA
40	Delcy Araujo da Silva	CAA
41	Delfino Maia de Matos	MOC
42	Diego Leonardo de A. Souza	Sítio Gabriela
43	Dulce Naiara Carvalho Ferreira	SAJUC
44	Edelzute Abreu Ramos	ADIPS

45	Edson Oliveira da Silva	MOC
46	Eliane Pereira de Almeida Vale	CEDASB
47	Elson de Oliveira	SASOP
48	Enio da Cunha Dias Magalhães	Fundação APAEB
49	Erasmio Ribeiro Sodré	Agrocoop
50	Erisvalda Maria de Souza	Associação
51	Erisvaldo Afro dos Santos	Barriguda
52	Erivania Chagas Sousa	MMTR
53	Fabiana Longo Ribeiro	Ass. Coqueiro Jucuruçu
54	Fábio Luíz Seixas Costa	Gaia
55	Florianio de Oliveira Rios	AAMAM - Assoc. Apicultores
56	Francisco Colli	Terra Viva
57	Francisco José da Silva	SASOP
58	Francisco Rosângelo Marcelino da Silva	ASA/AP1MC
59	Genival da Conceição Santos	FASE
60	Geovanio Silva dos Santos	APAEB Serrinha
61	Gerciano de Souza Procopio	SASOP
62	Getúlio Tigre de Oliveira	CEBASB
63	Gildete Pereira da Silva	APAEB-SHA
64	Gilmar Ramos da Silva	Grupos Jovens
65	Girlandia Miranda de Sousa	IRPAA
66	Givanildo dos Santos Silva	MOC
67	Henrique Oliveira de Araújo	CAA
68	Hilda Rios dos Santos	IPB
69	Ideilton Amador dos Santos	Cáritas
70	Irany da Silva Dos Santos	APPR
71	Irene Santos de Jesus	APAEB Serrinha
72	Isabel da Cruz Santos	FETRAF
73	Ivanete Ferreira Rodrigues Brito	Barriguda
74	Jandira Pereira Neves Lopes	ASAMIL
75	Jardel Hebert Lisboa Oliveira	ASCOOB
76	Joana Almeida do Nascimento	STTR
77	Joana da Conceição Palma	SASOP

78	João Barbosa dos Santos Sobrinho	ISFA
79	João Luiz Amorim da Silva	SASOP
80	João Novaes Filho	Cáritas
81	Joares Roberto dos Santos	SASOP
82	José Agnaldo Mendonça de Oliveira	MOC
83	José Antonio de Souza	ARCAS
84	José Conceição Ferreira	Terra Viva
85	José Ivamberg Ferreira Silva	MOC
86	José Lucas Santos	COFASPI
87	Josemario Santana Bonsucesso	ASCOOB
88	Jousivane dos Santos Silva	Comitê de Mas-saroca
89	Jucélio Oliveira Santana	IPB
90	Juciara Rocha dos Santos	FASE
91	Julia Scaglioni Serrano	IPB
92	Juliana Alves de Souza	COFASPI
93	Juliana Santedicola Andrade	Asamil
94	Kamilla Ferreira da Silva Santos	MOC
95	Kiara de Jesus Nascimento	ARCAS
96	Laiane Diniz da Silva	CAA
97	Leonarda Lopes de Souza	IPB
98	Leonidio Nascimento Galvão Filho	Cáritas
99	Linderson Batista da Silva	IRPAA
100	Luciana Longo Ribeiro	Cafaed Terra Viva
101	Luciana Neves Sarno	Cáritas NE3
102	Maedson Silva Araújo	ASA-BA
103	Manoel Trindade da Silva	ADIPS
104	Marcos André Santos Santana	SASOP
105	Maria Andrelice Silva dos Santos	SASOP
106	Maria Conceição Pereira Souza	Caritas
107	Maria das Graças F. dos Santos	SASOP
108	Maria de Glória Soares Barreto	FASE
109	Maria Domingas Francisca dos Santos	ASS

110	Maria Gilvaneide Silva dos Santos	COFASPI
111	Maria Henária Costa Rocha	SASOP
112	Maria José de A. Santos	MOC
113	Maria Jucicrene de A. da Silva	IRPAA
114	Maria Luiza N. de Oliveira	MOC
115	Maria Neide Borges da Silva	CEDASB
116	Maria Rosa de Jesus	CAA
117	Maria Silvia de Jesus	APAEB Serrinha
118	Maria Zélia Carvalho de Oliveira	MOC
119	Maricelia da Silva Santos	CDAM
120	Marli Alves Passos	SASOP
121	Mateus Jonnei Carneiro Lima	MOC
122	Mateus Santos Machado	CUT/IFPI
123	Mauricio Silva Araujo	Cáritas NE3
124	Mariza da Silva e Silva	CDAM
125	Mauro Cardoso dos Santos	Cáritas
126	Miralva Ferreira Costa	Terra Viva
127	Nadilton Almeida de Andrade	FASE
128	Naidison de Quintellla Baptista	ASA MOC
129	Nailton de Jesus Santos	CETA
130	Nelzidete Costa Santos	IRPAA
131	Nildnea Andrade Sousa	Cactus
132	Nilton Pires Braz	Terra Viva
133	Noeme de Carvalho	IPB
134	Onezinda Evangelista Franca	IRPAA
135	Patricia Imbassahy Ferreira	Cáritas
136	Paula de Oliveira Rios	Comunidade Ponto de Mairi
137	Paula Silva Ferreira	Agrocoop
138	Paulo Jose de Macedo	SAJUC
139	Rachel Pinto de Santana	MOC
140	Rafael Santos Neves	ASA/AP1MC
141	Regina dos Reis Almeida	Cáritas
142	Renato Evangelista Pereira	CEDASB

143	Renato Gonçalves dos Santos	Terra Viva
144	Renilda de Oliveira Miranda	MOC
145	Robson Aglayton Cabral Rodrigues	COFASPI
146	Rosa Carneiro de Souza	MOC
147	Sandra Almeida da Silva	COFASPI
148	Silvane Barbosa dos Santos	FASE
149	Silvania da Silva	Cactus
150	Silvanice Rodrigues dos Santos Silva	ARCAS
151	Sirleide dos Santos Sodré	CAA
152	Tainá de Lima matos	MOC
153	Tainan Oliveira Fernandes de Almeida	Cáritas NE3
154	Tiago Pereira da Costa	IRPAA

155	Uilson Viana de Souza	Cáritas
156	Urias Rios de Oliveira	MOC
157	Vagner Ramos Correia	Diocese de Livramento
158	Valdevan Honorato dos Anjos	SASOP
159	Valdinei da Silva Ribeiro	Cáritas
160	Valéria Andrade de Jesus	IPB
161	Vanuza Neves Vieira	Fundação Grupo Esquel Brasil
162	Veronice Santos de Sousa	FASE
163	Victor Leonam A. de Moraes	IRPAA
164	Vilma Celeste Bispo de Oliveira	ISFA
165	Wellington da Silva e Silva	Rede Moinho

Delegação do Ceará

	Nome	Organização
1	Alba Valeria Cavalcanti	ASA
2	Amália Santiago de Sousa	FCVSA
3	Amanda Leite de Sampaio	Rede de Comunicadores
4	Ana Elenice Moraes Silva	CPT
5	Ana Karoline Rodrigues Dias	ESPAF
6	Ana Maria Pereira da Silva	Comissão OCARA
7	Andrea Sousa Lima	ESPLAR
8	Antonia Erineide Moreira da S. Sousa	Forum Microrregional
9	Antonia Marta da Silva Lopes	IAC
10	Antonio Gomes Barbosa	ASA
11	Antônio José de Souza Santiago	Fetraece
12	Antonio Sousa Pinto	RBJA
13	Averardo Alves Moreira	CETRA
14	Bertulino Alcântara Matos	FVSA
15	Carine Santos da Silva	Terra Mar

16	Cecília Dayana da Costa Melo	IEA
17	Claudio Almeida Ribeiro	AP1MC/ASA
18	Cláudio Souza da Silva	ESPAF
19	Daniela Silva	ASA
20	Emanuelle Rocha dos Santos	TRAMAS
21	Francisca Amoglesia Teixeira Coelho	Ris-Sobral
22	Francisca Cristina do Nascimento	CETRA
23	Francisca da Conceição de Sousa	Movimento de Mulheres
24	Francisca Malvinier Marcedo	FCSSAN
25	Francisco Celio dos Santos	CETRA
26	Francisco Diógenes Saldanha	OBAS
27	Francisco Helison Moreira Coutinho	PRA-UFC
28	Francisco Jean Oliveira Silva	SETAH
29	Francisco Pereira da Costa Sobrinho	TRAMAS
30	Francisco Rômulo Franco Paiva	TRAMAS

31	Francisco Valyres de Sousa	TerraMar
32	Franderlan Campos Pereira	MST
33	Gleyciane Bezerra Teles	CETRA
34	Helenildo de Oliveira Francelino	Cáritas
35	Ian Silva Andrade	MAB
36	Itamara Bernardo de Mesquita Silva	CADESC
37	Izabel de Sena Silva	OBAS
38	João Ernesto Mota Martins	ESPLAR
39	João Felix de Sousa	IAC
40	João Lemos Soares	
41	Jonas Carvalho	STTR
42	José Júlio Rodrigues	Rede de Agric. Agroecologicos
43	Larissa Rodrigues de Sousa	FCVS
44	Lucas Gonçalves Cavalcante	Cáritas-Crateús
45	Luciana Mendes dos Santos	Fórum Microrregional - Crateús
46	Luciene Cipriano Oliveira	Colônia dos pescadores
47	Luduina de Almeida Paiva	TRAMAS
48	Luis Eduardo de Sousa Santos	EFAI - ESPAF
49	Luis Eduardo Sobral Fernandes	CETRA
50	Maitê Edite Sousa Maronhas	AP1MC -ASA
51	Manoel Francisco da Silva	STTR-Tianguá
52	Manoel Jorge Pinto da Franca	OBAS
53	Manoel Nielson A. Vidal	APA-Porteiras
54	Manoel Oliveira Melo Neto	IAC
55	Manuel Libanio de Sousa	CPT
56	Manuel Messias Bezerra	MST
57	Mara Crislane de Oliveira	Cáritas
58	Marcos Jacinto de Sousa	Elo Amigo
59	Marcus Saymon Lima Barbosa	CONTACTE
60	Margarida Maria de Souza Pinheiro	CETRA

61	Maria Aparecida Aragão Mesquita	STTR
62	Maria Dalva Nascimento Vieira	CETRA
63	Maria das Dores da Silva Me-deiros	CDDH-AC
64	Maria de Fátima Alves Lima	STTR Crato
65	Maria de Jesus Alves Vieira	Elo Amigo
66	Maria de Lourdes de Sousa Oliveira	CETRA
67	Maria do Socorro Rodrigues Gomes	OBAS
68	Maria Neila Ferreira dos Santos	FCVSA CETRA
69	Mayara Albuquerque	IAC
70	Mikaelle Cavalcante de Brito	CDDH-AC
71	Monaiane Silva Sá	EPAF
72	Monica Ramos de Paulo	MST IEA
73	Najla de Sousa Falcão	Residência Agrária /UFC
74	Natália Ribeiro De Sousa	Residência Agrária /UFC
75	Paulo Cesar Oliveira Andrade	Cáritas Itapipoca
76	Paulo Ferreira Maciel	Fórum Araripense
77	Paulo Jose Gomes Ferreira	CETRA
78	Raul Bankiza de Oliveira	IAC
79	Regilane Alves dos Santos	CETRA
80	Relciana Lima	MMM
81	Ricardo Wagner Teixeira Fernandes	OBAS
82	Rita Maria de Oliveira	CETRA
83	Rodrigo Alexandre de Lima	Cáritas Diocesana de Sobral
84	Ronaldo Pedro da Silva	Carrapato Cultural
85	Samara Pereira dos Santos	ESPLAR
86	Samoel Severiano	Ris-Sobral
87	Selisvaldo Pereira Lima	STTR Sobral
88	Valtemir Carneiro Moreira	Pescador Artesanal

Delegação do Espírito Santo

	Nome	Organização
1	Adelan Correia Alcântara	MPA
2	Adevalter Raymundo de Souza	MST
3	André Geaquinto Ferri	APTA-ES
4	Ariadna Patricia Ribeiro	MMC
5	Bruno Eduardo Pilon	MPA
6	Bruno Moreira de Almeida	RACEFFAES
7	Carlos Alexandre de Oliveira	CPT
8	Danilo Gonçalves Mendes	RACEFFAES
9	Darleni Jurema Rosa Verly	FETAES
10	Demetrius Oliveira Silva	APTA-ES
11	Deuzira Tolentino da Silva Conte	MPA
12	Deyvid de Oliveira Soares	MPA
13	Domingos de Jesus	ASSIN/INCAPER
14	Douglas Alvaristo Fernandes	MPA
15	Edimar dos Santos Amelio	MST
16	Edite dos Santos	Quilombola
17	Elias Braun	FETAES
18	Flávia dos Santos	Quilombola
19	Geovana Luke Hert	MMC
20	Gessi Cassiano	Quilombola
21	Gilsana Silva dos Santos Kiepert	RACEFFAES

22	Gleison Mendes Maciel	FETAES
23	Harã Porto Sampaio	RACEFFAES
24	Hélia de Barros Kobi	Grupo Kapi'xawa
25	Ireni Pancieri Barbosa	APAC
26	Jailson Bonna	RACEFFAES
27	Joana Junqueira Carneiro	ASSIN/INCAPER
28	Jose Lucio Lopes	ASS. Veneciana
29	José Moreira Mota	FETAES
30	Juliana Schumacher	FETAES
31	Natali Lima Silva	RACEFFAES
32	Nilmaria Rocha Guirra	MPA
33	Paulo Henrique Dionizio Luiz	NEA
34	Raone Machado Lopes	ASS. Veneciana
35	Raquel Cristina Ramos	COMBOIO
36	Renan Baptista Monteiro	COMBOIO
37	Rozilda Lourenço Machado Lopes	ASS. Veneciana
38	Tálita Vieira Fideles	ASSIN/INCAPER
39	Thales Adriano Knack Benevitz	MPA
40	Uanderson Kiepert	RACEFFAES
41	Verônica Sian Capaz	MMC
42	Wislânia de Souza Albani	RACEFFAES

Delegação de Goiás

	Nome	Organização
1	Alamilton Cruz de Oliveira	Coopcerrado
2	Dirlene da Glória Rodrigues	CPT
3	Douneto Ribeiro da Costa	CPT
4	Édipo Santana Benvindo	EFAGO

5	Elias da Silveira Pinto	EFAGO
6	Ernesto Timóteo da Silva	Assoc. Peq. Prod. P.A. Campo Formoso
7	Fábio José da Silva	CPT
8	Hugo Alves dos Santos	Escola São José do Pontal

9	Igor Henrique Almeida Santana	EFAGO
10	Iridiani Graciele Seibert	MMC
11	João Messias de Araújo	Assoc. Peg. Prod. P.A Cachoeira Bonita
12	Kenia de Sousa	EFAORI
13	Lucimar Pereira Cavalcante	FETRAF
14	Marconey Correia da Silva	PJR
15	Maria de Lourdes Bueno	MCP
16	Maria Lúcia Sena da Silva	Assoc. dos Agri. Nordeste de Goiás
17	Maria Luiza da Silva Oliveira	Pastoral da Saúde

18	Maria Tereza de Moraes	COOPERSIL
19	Marieta José Batista Carneiro	Acampamento São José do Descanso
20	Moisés Coelho dos Santos	CPT
21	Pedro Henrique Moreira Souza	MCP
22	Tábata Neves Rosa	MCP
23	Valdivino Lopes do Nascimento	Acampamento São José do Descanso
24	Wesley Júnior de Andrade	MST
25	Zenaide Ferreira Soares da Silva	CPT

Delegação do Maranhão

	Nome	Organização
1	Agenor Nepomuceno Damascena	Assema
2	Antonio Anísio Pinheiro	IFMA
3	Arlete Bandeira	WyTy-Cate
4	Betsaida de Sousa Moreira	Assema
5	Carlos Antonio Bonfim Pereira	Tijupá
6	Caroline de Sousa Cunha	IFMA
7	Claudielma Lima de Araújo	Assema
8	Elza Silva de Souza	Assema
9	Eugenio Nascimento Cantanhede	Tijupá
10	Francisca Maria Pereira	MIQCB
11	Gleice de Araújo Moraes	Assema
12	Yracadju K'aapor	Associação Ka'apor Ta'hury do Rio Gurupi
13	Ivaldina Mendes Torres	Tijupá
14	Ivanessa Ramos Mariano	Assema
15	Ivanilce Silva dos Santos	Tijupá
16	Jean Carlos Silva Alves	AUEFAMA
17	João Correa dos Santos	ACONERUQ

18	José Ma. Mendes Andrade	
19	José Raimundo Ferreira Melo	ACESA
20	José Uliano Camilo	
21	Josilene Gonçalves Silva	Assema
22	Linalva Cunha Cardoso Silva	Assema
23	Lucileide Reis	ACESA
24	Luiz Antonio Gusmão	Assema
25	Luzia Mendes da Silva	Tijupá
26	Maria da Paz Araújo Teixeira	COOSPAT
27	Maria do Socorro Batista Mendes	ACESA
28	Maria Léia Borges dos Reis	Tijupá
29	Maria Sônia Pereira dos Santos	Tijupá
30	Moises Matias Ferreira de Souza	Panakuí
31	Osmar K'aapor	Associação Ka'apor Ta'hury do Rio Gurupi
32	Raimunda Nonata Cantanhede	Tijupá
33	Raimundo Alves da Silva	ACESA
34	Raimundo Lima da Silva	ACESA
35	Raimundo Silvestre Sampaio	AVESOL

36	Rivaldo Lisboa Martins	Assema
37	Rosenilde Gregória dos Santos Costa	MIQCB
38	Rubenice Costa Rodrigues	Tijupá
39	Sebastiana Gomes Sirqueira	UAEFAMA
40	Severiana dos Santos	ACESA

41	Silvio Santana da Silva	COAPIMA
42	Valdener Pereira Miranda	Assema
43	Welliton Bispo Souza	COOSPAT
44	Yratowy K'aapor	Associação Ka'apor Ta hury do Rio Gurupi

Delegação do Mato Grosso

	Nome	Organização
1	Adelson Almeida Souza	MST
2	Alessandra B. da Silva	CPT
3	Angelo Jesus de Campos	Mutuca Quilombola
4	Cezar Pina Cassiano	MST
5	Cidirlene Alexandra Cunha	GIAS
6	Cleiton Silvestrim	AJOPAM
7	Daniella Correa Alvarenga	Copervia MAB
8	Deize da Costa Almeida Machado	CPT
9	Domicio Lourenço de Paulo	ARPA
10	Elisangela Sodrê	ICV
11	Elza Gonçalves Pires	ARPA
12	Emília Gonçalves Manduca Ribeiro	GIAS
13	Erisberto Romão de Almeida	Marcolana
14	Helena de Jesus Moreira	APROFECO
15	Helena Mara Silva das Neves	FASE
16	Jefferson do Nascimento	Copervia MAB
17	João Carlos Victor Pereira da Silva	Copervia MST
18	José Gomes da Silva	ARPA
19	José Wilson Catelan	ARPEP

20	Josefa Aparecida Francisco	GIAS
21	Kezia Cristina da Cruz Silva	FASE
22	Lucia Boselli Leite	ARPEP
23	Luzia Alves da Silva	ARPEP
24	Maria Ap. de Jesus Rodrigues	ARPEP
25	Maria Margarida de Oliveira Barbosa	APRSC
26	Maria Rosa Borges da Silva	ARPEP
27	Martinha Negarote	Indígena
28	Mikael Henrique da Silva	AJOPAM
29	Miraci Pereira Silva	ARPA
30	Ronaldo Adriano da Silva	MST
31	Sandra Regina Gomes	ICV
32	Satirio dos Santos	Mutuca Quilombola
33	Saulo Magnani Thomas	Grupo Sementes
34	Suzanne Gabrielle Scagila	Instituto Centro de Vida
35	Valdivino Jose Marque	CPT
36	Wanda Carneiro Gerales	ARPEP
37	Wellington Douglas Rodrigues	MST-LPJ
38	Zeinho Negarotê	Indígena

Delegação do Mato Grosso do Sul

	Nome	Organização
1	Alaide de Souza	Gati – Gestão Ambiental de Terras Indígenas
2	Ana Maria Duarte Urtado	Gati – Gestão Ambiental de Terras Indígenas
3	Celio F. Fialho	Gati – Gestão Ambiental de Terras Indígenas
4	Celsia Rocha Martins	GGati – Gestão Ambiental de Terras Indígenas
5	Cleiton da Silva de Souza	Gati – Gestão Ambiental de Terras Indígenas
6	Eduardo Inagaki	Gati – Gestão Ambiental de Terras Indígenas
7	Gerson José Rodrigues	Gati – Gestão Ambiental de Terras Indígenas
8	Ismael Martini	Gati – Gestão Ambiental de Terras Indígenas

9	Joanice R. Xavier	Gati – Gestão Ambiental de Terras Indígenas
10	João Leoncio	Gati – Gestão Ambiental de Terras Indígenas
11	Laucídio Marques	Gati – Gestão Ambiental de Terras Indígenas
12	Leosmar Antonio	Gati – Gestão Ambiental de Terras Indígenas
13	Maria Beuzário	Gati – Gestão Ambiental de Terras Indígenas
14	Nilda F. Varga	Gati – Gestão Ambiental de Terras Indígenas
15	Renata Alves dos Santos Aguilar	Gati – Gestão Ambiental de Terras Indígenas
16	Saulo A. Rodrigues	Gati – Gestão Ambiental de Terras Indígenas
17	Urbano Escalante	Gati – Gestão Ambiental de Terras Indígenas

Delegação de Minas Gerais

	Nome	Organização
1	Adriana Santos Nascimento Pereira	CAA/Fetaemg
2	Adriano Lira Campos	Cáritas Araçuaí
3	Alan Oliveira dos Santos	CAV
4	Alexandre de Sousa Monteiro	Rede AMAU
5	Álvaro Alves Carrara	CAA-NM
6	Ana Lúcia de Paula	STR Araponga
7	Ana Maria Rocha	SRT Porteirinha
8	Anadélia Ioná Oliveira de Souza	Rede de Intercâmbio
9	Angélica da Silva Lopes	CTA-ZM
10	Anisia Lima de Souza Santos	CAV
11	Anna Crystina Alvarenga	CAA-NM
12	Antônio da Silva Campos	CAT
13	Antonio Jose Agostinho	SRT Rio Pardo

14	Antonio Ribeiro	Rede AMAU
15	Arcilo Elias dos Santos	SRT Rio Pardo
16	Aremita Aparecida Vieira dos Reis	NAC/UFVJM
17	Aureo Alves Caitano	STR
18	Bernardo Moreira de Souza	CAT
19	Breno de Mello Silva	CTA-ZM
20	Carlito Dias Rocha	Campanha contra os agrotóxicos
21	Carmelita Almeida da Silva	CAT
22	Célia Nunes Correa	Xakriabá
23	Christina Maria de Freitas Grupioni	OCA
24	Cintia Ferreira da Silva	CAV
25	Claudio Gonçalves de Oliveira	CAT
26	Clemes Braz da Conceição	CAT
27	Daniela Adil O. de Almeida	AUÊ/UFMG

28	Danielle Alves de Lima R. Moura	REDE/AMAU
29	Débora Bonoto de Aguiar	CTA-ZM
30	Deivid Vinícios de Sousa Silva	OPL
31	Denise Morone Perígolo	Rede de Intercâmbio
32	Denize Cardoso Ramos	Cáritas Jequitinhonha
33	Ednan Pereira da Silva	STR Varzelândia
34	Edson Lucas Quintiliano	SRT Porteirinha
35	Eduardo José de Almeida	Sintraf - Esp Feliz MG
36	Eliane Aparecida Magalhães Souza	Asfaltg
37	Elisângela Ribeiro de Aquino	CAA-NM
38	Eltemir Pereira Barbosa	CAV
39	Elton Mendes Barbosa	STR Porteirinha
40	Emília Torres da Silva Guedes	Cáritas
41	Erikson Levy Ammann Jardim	Cáritas Jequitinhonha
42	Eugênio Martins de Sá Resende	SEAPA-MG
43	Eunice Izabel dos Santos	CTA-ZM
44	Eva Francisca de Jesus Santana	SRT Porteirinha
45	Evina Teixeira da Cruz	ITAVALE
46	Fabício Vassalli Zanelli	AMA-MG
47	Fernanda Testa Monteiro	Rede Agrobio
48	Fernando Flavio Fernandes Rangel	Rede Amau Terra Viva
49	Fernando José R. Gentil	Rede Simonésia
50	Fracisco Elder Cupertino da Silva	Conquista Terra
51	Geraldo Gomes Barbosa	CAA-NM
52	Germana Ferreira Santos	CAV
53	Gerry Gomes Dias	CAV
54	Glauco Regis Florisbelo	CTA-ZM
55	Gonçalo Eleutério dos Santos	CAT
56	Guilherme Pereira Cruz	Cáritas de Paracatu

57	Heitor Mancini Teixeira	UFV
58	Iago Adão	EFA
59	Igor Borges Peron	EFA
60	Ilzete Rodrigues de Lima	CAT
61	Imir de Jesus da Cruz Vales	Ass. Quilombola Var- gem do Inhaí
62	Ione Eva Gonçalves Noronha	Cáritas de Paracatu
63	Irineu Gonçalves Pereira	Sintraf Divino -MG
64	Ivan José de Amorim	STR
65	Ivanete Marcedo de Freitas	EFA Puris Araponga MG
66	Jaciara Aparecida Borges Querubim	Sintraf Esp. Feliz -MG
67	Jaime Alves dos Santos	Cáritas
68	Janete Aparecida Silva	STR Porteirinha
69	Jaqueline Cardoso Zeferino	ECOAR/UFV
70	Jaqueline Medina de Cássia Lopes da Silva	CTA-ZM
71	Jerre Ribeiro Sales	Cáritas Januária
72	Jésus Brasilino da Silva	Rede de Intercâmbio
73	João Nondas Mendes Cardoso	Ass. Itinga
74	João Reis Alves dos Santos	CAV
75	Joaquim Brasilino dos Santos	SRT Porteirinha
76	Juseleno Anacleto da Silva	FETRAF MG
77	Laís Rocha Pereira	EFAMA Fundamental
78	Leonor Maria de Sousa Azevedo	OPL
79	Ligia Rodrigues da Silva	AFA
80	Luana Santos Dayrell	Rede AMAU
81	Lucas Guilherme de Paulo Santos	STR Araponga
82	Luciano Rezende Ribeiro	CAA-NM
83	Lucimar de Lourdes Gon- çalves Martins	STR Simonesia NACAB
84	Luiza Rachel Alves Salgado Costa	NAC/UFVJM
85	Maíra Pereira Santiago	MMM
86	Manoel Messias Neves da Silva	Cáritas Baixo Jequitinhonha

87	Marcelo Rodrigues de Almeida	CAT
88	Márcia Yoshie Kasai	CTA-ZM
89	Marcilene Gonçalves Pereira Coelho	STR SM MM
90	Marcilene Oliveira Santos	SRT Rio Pardo
91	Márcio José da Silva	Rede AMAU
92	Márcio José Martins	CAT
93	Maria Aparecida Alves de Souza	MST
94	Maria da Conceição Caetano	Movimento de Mulheres
95	Maria de Lourdes de Souza Nascimento	CAA-NM
96	Maria de Lourdes Mateus	Congado de Airões - CTA
97	Maria Elei Nogueira Souza	GRUPO A
98	Maria Eliza Cota e Souza	Cáritas Almenara
99	Maria Ilza Ramalho de Souza	Cáritas Araçuaí
100	Maria Inês Cardoso Barbosa	Cáritas Araçuaí
101	Maria Madalena da Silva	CAT
102	Maria Madalena Oliveira Leite	CAA-NM
103	Maria Soares Silva	SRT Porteirinha
104	Maria Suely Alves dos Santos Guimarães	CAT
105	Marilda Quintino Magalhães	Rede MG
106	Mary Vitória Delazzari	Movimento de mulheres
107	Moises Miguel Estevam Santos	EFA
108	Mônica Ferreira de Britto Lyra	EWE UFJF
109	Nara Córdova Vieira	CTA-ZM
110	Neiva Celia de Souza	MMZMLM - CTA
111	Nélcio Pereira	CAA-NM
112	Nilton Fábio Alves Lopes	CAA-NM
113	Nilza de Souza Sales Ferreira	CAA-NM
114	Nina Abigail Caligiorno Cruz	CTA-ZM

115	Otaviano Antonio Rodrigues de Lima	Cáritas Paracatu
116	Paulo Cesar Gomes Amorim Junior	CTA-ZM
117	Paulo Eugenio Pereira dos Santos	Cáritas de Paracatu
118	Paulo Roberto Batista dos Santos	CAV
119	Paulo Sergio Gomes	Associação Regional
120	Pedro Ademir Soares Pereira	CAV
121	Priscila Schultz Fonseca Baptista	CTA-ZM
122	Ramon da Silva Teixeira	Comboio Agroecológico
123	Regiane Patrícia de Oliveira	SRT Porteirinha
124	Reginaldo Antônio de Matos	Ass. Quilombola Paraguai
125	Renata Vilete de Amorim	MMZMLM - CTA
126	Ricardo Ferreira Vital	ITAVALE
127	Ricardo Lopes Trindade	ITAVALE
128	Romário Costa Coelho	EFA Itaobim
129	Romualdo José de Macedo	REJU
130	Ronaldo de Almeida	SRT Rio Pardo
131	Ronaldo P. Monteiro Gomes	Cooperdom Divino
132	Santos Batista de Oliveira	CAT
133	Santos Evaristo Maximiano	Ass. Quilombola Mata dos Crioulos
134	Sebastiana Antônia dos Santos	CAT
135	Sebastião Augusto Estevão	FOMENE - MG
136	Sebastião Rodrigues da Silva	CAT
137	Silvana Souza Alves Soares	STR Porteirinha
138	Silvânia Costa	Rede AMAU
139	Sonia Aparecida de Sousa	STR
140	Terezinha Davi Justino	Cáritas Diocesana
141	Tiago Macedo de Souza	SRT Porteirinha
142	Valdivina Gonçalves de Oliveira	Cáritas Diocesana
143	Valdomiro da Mota Brito	Cáritas Januária

144	Valéria Alves Pereira	CAA
145	Valmir Lopes de Queiroz	Cáritas Regional/MG
146	Valteir Soares Antunes	Cáritas Araçuaí
147	Vladimir Dayer Lopes de Barros Moreira	Cáritas Baixo Jequitinhonha
148	Wanessa Alves Pereira de Souza	NAC/ UFVJM

149	Willer Araújo Barbosa	UFV
150	Wilson Pereira de Souza	STR
151	Zulmira Rodrigues de Sousa Silva	OPL - Organização do Povo de luta

Delegação do Pará

	Nome	Organização
1	Alzira de Sousa Viana	A.M.P.A.I.T.
2	Andreza da Costa almeida	Assentamento Manoel
3	Antonio Ferreira Gonçalves	Associação Amorema
4	Antonio Rodrigues dos Santos	COOMAPLAS
5	Bepkaeti Kayapó	AFP
6	Bepnhoti Atydjare	AFP
7	Cintya Karoline Varjão Faro	UFPA
8	Clarice Seabra da Silva	Abacatal
9	Claudia Sousa de Oliveira Pojo	Fase/Amazônia
10	Edilena Cristiana Teixeira de Oliveira	STTR-STM
11	Elisangela Trzeciak de Mesquita	Cooptrans Semma Med
12	Érica Fagundes da Silva	A.M.Q Raizes do Bacuri
13	Franquismar Maciel de Souza	APACC/PA
14	Gracideia Oliveira da Cruz	STTR
15	Guida Rodrigues de Alfaia	Asmojax
16	Ivan Teixeira Leal	ASAPAP
17	Iza Maria Castro dos Santos	Asproexpa/CEAPAC
18	Jakson Carvalho Serafim	CFR
19	Jorgenor Rosário de Oliveira	
20	Jose Maria do Carmo Lira	ARQUIBAC
21	Ladilson Amaral	STTR
22	Leonidas Bentes de Farias	STTR Santarém
23	Lourenço Bezerra Lima	Fase/Amazônia

24	Lucenildo Pontes Pimentel	CFR Belterra
25	Luciene Alves Godinho	
26	Manoel Edivaldo Santos Matos	STTR-STM
27	Marcia Eunice Lima Pinto	Ass. Reg. Salgado
28	Maria da Glória Barros	MMNEPA
29	Maria do Céu dos Santos Lima	MMNEPA
30	Maria do Socorro Almada dos Santos	STTR-Itaituba
31	Maria do Socorro dos Santos Vera	MMNEPA
32	Maria do Socorro Lima da Silva	MMNEPA
33	Maria Irlanda de Almeida	CFRB
34	Maria Ivete Bastos dos Santos	STTR-STM
35	Maria Janaina dos Santos	MMNEPA
36	Maria Laurinete dos Santos Ribeiro	MMNEPA
37	Maria Liriolinda Viana Pereira	APACC
38	Maria Lizete Aleixo Monteiro	MMNEPA
39	Maria Nunes Albuquerque	A.M.Q Raizes do Bacuri
40	Maria Rosa Sousa Godinho	CEAPAC
41	Maria Síría de Lima Leal	ASAPAP
42	Marilene Rodrigues Rocha	STTR/STM
43	Matheus Henricus Antonius Otterloo	FASE
44	Mauriléa Muniz Palheta	UCODEP
45	Paula Camila Marques do Carmo	AMA

46	Raimunda da Costa Almeida	STTR
47	Raimunda Sandra Ferreira da Costa	CEFT-BAM
48	Raimundo Nonato Filho	MST
49	Rosilene Pinto da Mota	STTR/STM
50	Rossilan Martins da Rocha	ANA Amazônia
51	Sandra Leuci Ferreira Gonçalves	STTR Linoeiro
52	Selma Ferreira da Costa	STTR-Belterra

53	Silvia Teixeira da Silva	Fase Amazônia
54	Terezinha Ermelindra R. da Silveira	MMNEPA
55	Valquiria Ferreira de Oliveira	AQUIBAC
56	Vânia Regina Vieira de Carvalho	Fase Amazônia
57	Vicente do Carmo Dos Santos Figueiredo	STTR
58	Zeferino de Oliveira Lima	

Delegação da Paraíba

	Nome	Organização
1	Alex Barbosa dos Santos	Coletivo Regional
2	Alexandre Marques das Neves	CAMEC
3	Ana Paula Cândido da Silva	Polo da Borborema
4	Anailson Santos de Almeida	MST
5	Anilda Batista Pereira	Eco Borborema
6	Áurea Olímpia Figueiredo Rêgo	AS-PTA
7	Carlos Felipe Teodoro de Oliveira	AS-PTA
8	Cícera de Freitas Rocha	CAAASP
9	Claliane dos Santos Silva	CEPFS
10	Cybelle Emilia Silva Brito	CASACO
11	Daiana Domingos Pereira	MST
12	Dilei Aparecida Schiochet	MST
13	Diva Medeiros	Nera UEPB
14	Divaneide S. de Medeiros Santos	Nera UEPB
15	Djalma Ramos	Coletivo Regional
16	Edivan Farias de Araújo	Coletivo Regional
17	Edvaldo de Brito Trajano	MAB
18	Elenilson da Silva	MST
19	Esmeralda Marques Farias	CAMEC
20	Fabia Raquel Nunes de Oliveira	PATAC/ASA

21	Fracineide Barbosa de Oliveira	CASACO
22	Francieudo Costa de Sousa	AS-PTA
23	Francisca Aparecida Firmino da Silva	CEOP
24	Fredy Allan Bezerra da Silva	MST
25	Gedeão dos Santos	MST
26	Géssica Constantino dos Santos	MECA
27	Gilmara Lima Pereira	Nera UEPB
28	Gilson Macedo Lima	CASACO
29	Iranildo Araújo de Medeiros	PROPAC
30	Irenaldo Pereira de Araújo	PROPAC
31	Isaias Marcelino da Silva	AS-PTA
32	Jacodemes Garrido de Sousa	
33	Janduy Alves Mendonça	CAMEC
34	Jarcira Oliveira da Silva	AS-PTA
35	Joaquim Ivanilson Gomes	CPT
36	José Camelo da Rocha	AS-PTA
37	José Domingos de Barros	Polo da Borborema
38	José Fernandes do Nascimento	CASACO
39	José Joselito da Silva Nascimento	CEOP
40	José Juscelino Dantas Remígio	CEOP
41	José Valterlandio Cardoso	PATAC

42	Josefa Alexandre Silva Santos	CEOP
43	Josimery de Oliveira	Coletivo Regional
44	Júlia Vieira Vale	ASA
45	Julyanner Leite Melo Regis de Araújo	Nera UEPB
46	Junes Pereira dos Santos	CEOP
47	Kayo Matheus Clementino Regis	MAB
48	Leandro Araújo	CEOP
49	Leandro Raimundo de Sousa	CPT
50	Luis Pereira de Souza	Polo da Borborema
51	Luzia Bezerra da Silva	Folia
52	Mairla Silva Brito	CASACO
53	Manoel de Lima Avelino	
54	Marcelo Galassi de Freitas Paranhos	AS-PTA
55	Márcio Gomes da Silva	CPT
56	Maria Aparecida dos Santos	CEOP
57	Maria da Glória batista de Araújo	PATAC/ASA
58	Maria das Graças Januário da Silva	CONAP
59	Maria De Fátima Silva Santos	Coletivo Regional
60	Maria do Socorro Moraes da Silva	CONAP
61	Maria Elza Gomes	CAAASP

62	Maria Giselda Bezerra Lopes	Polo da Borborema
63	Maria Madalena de Medeiros	CENTRAC
64	Maria Rita de Cássia Cardoso	Coletivo Regional
65	Maria Valdenice Silva	Folia
66	Marilene Nascimento melo	Nera UEPB
67	Orlando Soares Correia	Eco Borborema
68	Paula Cristiane da Silva Lima	COONAP
69	Rafaela Borges Simões	CAMEC
70	Reginaldo Bezerra de Lima	CASACO
71	Rejane Alves de lima	ASA
72	Rogeria Campos Moraes	Coletivo-ASA
73	Roselita Victor da C. Albuquerque	Polo Borborema
74	Samolão Oliveira Vicente	Folia
75	Sergio da Silva Oliveira	Folia
76	Severino Mamede da Costa	CEPFS
77	Tiago da Silva Pinto	CPT
78	Valdival F. Almeida	IDS
79	Vanilza Santos de Melo	CASACO
80	Vanúbia Martins de oliveira	CPT
81	Verônica de Moura Barbosa	PATAC

Delegação do Paraná

	Nome	Organização
1	Adelaide Macedo da Cruz	Rede Ecovida
2	Adilson Gonçalves Batista	Cooperafloresta
3	Allan Francisco Ferreira	Rede Ecovida
4	Altair de Lima	Rede Ecovida
5	Amaro Korb Rabelo	Assesoar Núcleo Sudoeste
6	André Emilio Jantara	AS-PTA
7	André Halloys Dallagnol	Terra de Direitos
8	Bernadete de Fátima Cordeiro Schmidt	Rede Ecovida

9	Catiane Resinato Ribeiro	Assesoar
10	Celson José Chagas	Rede Ecovida
11	Clecio Weber	CAPA
12	Clederson Eloir Engelmann	Rede Ecovida
13	Cleziana Maria Braga	Rede Ecovida
14	Darci Appio	Rede Ecovida
15	Delci Bernadete Welter Amorin	Rede Ecovida
16	Dimas Gusso	Faxinais Rede Ecovida
17	Eliane Aparecida Mendes	AS-PTA

18	Elson Borges dos Santos	Rede Ecovida
19	Ereci Pereira de Aguiar	Rede Ecovida
20	Erison de Jesus Moreira	Rede Ecovida MAB
21	Fabia Sowa Koziel	Rede Ecovida
22	Fabio Junior Pereira da Silva	AS-PTA
23	Felipe Fontoura Grisa	Assesoar
24	Fernanda Benghi Marfil	Rede Ecovida
25	Gilmar Moreira do Amaral	Rede Ecovida
26	Helena Cristina Brizola	Rede Ecovida
27	Ivete Fatima de Souza Bianchini	Assesoar
28	Joana de Souza Mamedes	Coopera. Floresta
29	João Antonio de Paula	Rede Ecovida
30	Joelci Dannacena	Rede Ecovida
31	Jorlene Boaventura da Rosa	Cooperafloresta
32	José Antônio da Silva Marfil	AOPA/Rede Ecovida
33	José Dirosnei Pedroso	Rede Ecovida
34	Jose Lemos Licheski	Rede Ecovida
35	Lizete Padilha Steklain	Rede Ecovida
36	Loreci de Fatima Rodrigues da Silva	Rede Ecovida
37	Luci Andreghetti dos Santos	Rede Ecovida

38	Lucilene Vanessa Andrade	Cooperafloresta
39	Madalena Cuba Volothen	AS-PTA
40	Marcelo Rohde	Rede Ecovida / Núcleo Oeste
41	Marlene Maria Schmitz	Rede Ecovida
42	Marli L. da Paixão	Rede Ecovida
43	Marli Lurdes Bressan Bruning	Rede Ecovida
44	Neide Gonçalves Batista Oliveira	Cooperafloresta
45	Nelson Dias da Silva	Sindicato trab. Rurais
46	Nilton Agner Junior	Núc. Mauricio Burmester do Amaral
47	Rita de Cassia Goltz	Núc. Mauricio Burmester do Amaral
48	Sadi Amorin	Rede Ecovida
49	Sirlei Aparecida de Siqueira da Silva	Assesoar
50	Sivone Ernst Silva	Educação
51	Tiago Pietzack Licheski	AS-PTA/PR
52	Valdeilson Ferreira de Almeida	Rede Ecovida / Oeste PR
53	Vanice Marli Fulber	Rede Ecovida / Oeste PR

Delegação de Pernambuco

	Nome	Organização
1	Adão de Jesus Oliveira	Caatinga
2	Adilson Alves Viana	Diaconia
3	Afonso Cavalcante Fernandes	Diaconia
4	Alecio da Silva Gomes	CECOR
5	Amara Maria da Silva	Centro Sabiá
6	Ana Maria Simões da Costa	SERTA
7	Ana Santos da Cruz	Centro Sabiá
8	Antonio Carlos Saturnino de Lima	Chapada
9	Arci Domingos da Cruz Filho	UFRPE/NAC

10	Caio de Meneses Cabral	Centro Sabiá
11	Carlos Magno de Medeiros Moraes	Centro Sabiá
12	Cicera Silvestre da Silva	Centro Sabiá
13	Cícero Jeedson de Sá Souza	FETAPE
14	Claudio de Freitas Pageu	Centro Sabiá
15	Davi Fantuzzi Lucas	Centro Sabiá
16	Dora Alice Araujo Soares Barbosa	UFPE
17	Edgar Caliento Barbosa	IFPE/Barreiros
18	Edilene Ferreira da Silva	Cáritas/NE
19	Edimilson Paulino da Silva	Cáritas/NE2

20	Edite Maria da Silva	Centro Sabiá
21	Eliane Vieira da Rocha	Casa da Mulher do Nordeste
22	Elias Freire da Costa	Centro Sabiá
23	Elisabete Silva de Lima	MMTR/NE
24	Elizete Maria da Silva	Centro Sabiá
25	Erison Martins Amaral	Centro Sabiá
26	Felipe Percínio Falcão	FETAPE
27	Francisco Alves Gomes	Caatinga
28	Francisco Angelo Barbosa	NEPS
29	Francisco Roberto de Sousa Marques	IFPE
30	Gabriela Monteiro Araujo	MMTR/NE
31	Geovani José Leão da Silva	CPT
32	Gildete Pereira de Lima	Centro Sabiá
33	Gildo Jose Silva	Centro Sabiá
34	Gilmar de Jesus Silva	Lideração
35	Haroldo Antonio Vieira de Andrade	
36	Helio Nunes Alencar	MPA
37	Hermogenes Correa da Silva Neto	CEAS Rural
38	Ianda Novais Leite	Caatinga
39	Iris Maria da Silva	Caatinga
40	Irlania de Alencar Fernandes	Caatinga
41	Ivanilda Maria da Silva Torres	Centro Sabiá
42	Ivonete Lidia Vieira	Centro Sabiá
43	Janaína Maria de Paiva Ferraz	Centro Sabiá
44	Jaqueline de Souza Lira	Diaconia
45	Joana Darc Barbosa da Silva	Coopagel
46	Jones Severiano Pereira	Centro Sabiá
47	Jose Aldo dos Santos	AGROFLOR
48	José Aldo dos Santos	Governo Estadual
49	José Carlos A. Lopes	Coopagel
50	José Carlos Ribeiro dos Santos	Lideração
51	Jose Everaldo Rodrigues da Silva	SERTA

52	José Ivan Monteiro Lopes	AASP
53	José João de Souza	Diaconia
54	José Lucinaldo Vieira de Freitas	Ass. Nova Esperança
55	José Renato Ferreira	NEPS
56	José Rubenildo P. Firmino	SERTA
57	Joselânia Gomes da Silva	Centro Sabiá
58	Josilma Farias da Silva	Centro Sabiá
59	Juliana Pereira Bernadino Quinto	Rama
60	Juliete da Costa Rodrigues	Diocese
61	Karamirele Alves Bélem	Caatinga
62	Karlone Barros	SARA
63	Keila Cristina N. de Jesus	Prorural
64	Laudeci Maria da Silva	Centro Sabiá
65	Linalva Cunha Cardoso Silva	ASSEMA
66	Lindinalva Maria A. da Silva	Centro Sabiá
67	Lorena Lima Moraes	NEPPAS/VAST/UFRPE
68	Lourinalda Luiza Dantas da Silva Selva de Oliveira	UFRPE/NAC
69	Lucimar Maria da Silva	Cecor
70	Luiz Antonio da Silva Filho	PJR
71	Luiz Pereira dos Santos	PDHC/MPA
72	Luiza Cavalcante Santos	Centro Sabiá / Rama
73	Manuel Luís Bezerra de Brito	Centro Sabiá
74	Marcelo Casimiro Cavalcante	NEPPAS/VAST/UFRPE
75	Marcilio Ferreira	SERTA
76	Maria Aparecida Diniz	Adessu
77	Maria de Fátima S. Souto	Diaconia
78	Maria de Fátima Souza Marçal	Caatinga
79	Maria do Socorro Alves de Barros	Cáritas
80	Maria do Socorro Barbosa Germino	Cáritas
81	Maria do Socorro Neto	Caatinga
82	Maria do Socorro Siqueira de Deus	Rede de Mulheres prod. Paje

83	Maria Gercília Alves da Silva Barros	Caatinga
84	Maria Gilvani Cicera de Souza	MPA
85	Maria Ivoneide Souto Leite	Diaconia
86	Maria Janicleide Saraiva de Sales	Centro Sabiá
87	Maria Justa da Conceição Silva Viera	SERTA
88	Maria Leidaiane B. Araújo	Rede de Mulheres
89	Maria Michele Ferreira da Silva Torres	Rede de Mulheres prod. Paje
90	Maria Nicléia Nogueira e Silva	Centro Sabiá
91	Maria Roseane Ferreira dos Santos	FETAPE
92	Maria Rosimere Mota de Souza	FETAPE
93	Maria Silvolúcia Mendes	Cecor
94	Maria Vania Rocha dos Santos	CMNE
95	Marilene Soares dos Santos	Rede de Mulheres prod. Paje
96	Mauricélia de Souza Silva	Casa da Mulher do Nordeste
97	Mônica Cox Brito Pereira	MPA

98	Paulo Inacio dos Santos	MPA
99	Pedro Custódio da Silva	Centro Sabiá
100	Poliana Rodrigues de Lima	Adessu
101	Rafaela da Silva Nascimento	AGROFLOR
102	Rivaneide Ligia Almeida Matias	Centro Sabiá
103	Rosana Valeria B. da Silva	PJR
104	Rosy Katia Gonçalves	CECOR
105	Rubenildo Alves de S. Cruz	Chapada
106	Rubia Maria da Silva	MMTR/NE
107	Suzana de Barros Santos	Caatinga
108	Tatiane Faustino da Silva	Casa da Mulher do Nordeste
109	Teles Antonio de Oliveira Matos	Chapada
110	Valquíria Severina dos Santos	MMTR/NE
111	Vilmar Luiz Lerner	Agrodóia Caatinga
112	Wellington Gouveia de Moraes	Centro Sabiá

Delegação do Piauí

	Nome	Organização
1	Adriana Gonçalves Santiago Amorim	Kolping
2	Antonia Maria Anunciação Alves de Almeida	FETAG
3	Antonio Paiva Queiroiz	EFPT
4	Carlos Humberto Campos	Cáritas
5	Cristina Maria Machado	CEFAS
6	Deoclecio Daniel Leal Barros	EFPT
7	Estevam da Silva Neto	ASA
8	Francisca Paula do Nascimento Sousa	Cáritas
9	Francisco das Chagas de Sousa Oliveira	Cerac
10	Francisco José da Costa	Cáritas
11	Francisco José da Silva	CEFAS

12	Francisco Roberto Silva	CEAA
13	Joana D'arc dos Anjos Sousa	Mandacarú
14	Jodian de Sousa Aparecido	Mandacarú
15	José Inacio de Jesus M. Filho	CEFAS
16	Josivania de Moura Santos	Celta
17	Joyce Samara de Holanda Maia	FETAG
18	Kátia de Oliveira Pereira	Cerac
19	Marcos Sales dos Santos	CEAA
20	Maria de Fátima da Conceição Sousa	FETAG
21	Maria Ivoneide Ribeiro do Nascimento	Cáritas
22	Nailde Marques dos Santos	Cáritas
23	Patricia Vasconcelos Lima	CEAA
24	Paula Andrea Silva Santos	Cerac

25	Raimunda Edite Rocha dos Santos	Kolping
26	Raimundo Nonato de Sousa Primo	Kolping
27	Regiane Silva da Costa	CEAA
28	Renata Paiva Bispo Rodrigues	Kolping
29	Rita de Cássia Sousa Luz	Cáritas

30	Sabastião Lopes da Silva	Celta
31	Sandro José de Gusmão Santos	CEAA
32	Sílvia Sousa Silva	Cáritas
33	Zildemar Torres da Silva Santos	FETAG

Delegação do Rio de Janeiro

	Nome	Organização
1	Adeiton Ataliba	Ass Cambucais
2	Adelaine Andrade Amorim	CEDRO
3	Alcimaro Martins	CPT
4	Alexandre Magno Lopes Gollo	CEDRO
5	Annelise Caetano Fraga Fernandez	UFRRJ
6	Áurea Andréa Henriques dos Santos Ribeiro	MST/CPT
7	Catarina das Graças Chagas	Assentamento Che Guevara
8	Claudemar Mattos	AS-PTA
9	Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio	EMBRAPA
10	Cristiane Benevenuto de Moraes	AASM
11	Damião de Souza Alves	CPT
12	Daniel Salomão da Silva	AASM
13	Danielle dos Santos Sanfins	AS-PTA
14	David Luiz Mendonça Wigg	Cooperar/MST
15	Dilea de Souza Santos	AASM
16	Dircelene Gonçalves Nunes	AARM
17	Edna Mendonça de Farias	MST
18	Edson de Oliveira	ASS Turismo/ Rural
19	Eduardo Alvares da Silva Barcelos	AGB
20	Emilia Jomalini de Medeiros Silva	PACS
21	Eraldo Alves Filho	AARM
22	Ernandes Rocha dos Santos	AARM

23	Francisco Caldeira de Souza	Agrovagem
24	Francisco Xavier Sobrinho	AACV
25	Gabriel de Avellar Amorim	MPA
26	Hugo de Souza Cerqueira	AAT
27	Izadora Carlos Felipe de Araujo	Jovem RCAU
28	Jefferson Fernando de Souza Batista	Jovem VG
29	João Batista Machado Figueiredo	MST
30	Jonatan Ferreira da Silva	AACV
31	Jorge Cardia Valois	Agrovagem
32	Jorge Luiz Martins de Almeida	CEDRO
33	José Ferreira da Silva Neto	AACV
34	Juliana de Medeiros Diniz	Copage
35	Lecy Pereira Costa Sant'Ana	MPA
36	Leonardo Vicente Rivetti	AASM
37	Maraci dos Santos Soares	RCAU/Consea
38	Marcelle Felipe	Verdejar
39	Marcio Mattos de Mendonça	AS-PTA
40	Margarida da Silva Sobrinho	AASM
41	Maria Bernardete de Castro Montesano	RCAU
42	Marilza das Neves Cruz	CPT
43	Natália Almeida Souza	CAMPANHA
44	Nelson Barbosa Dos Santos	ASS Mico Leão
45	Nilcéia Santos	AASM
46	Noêmia Magalhães Batista	ASPRIM
47	Renata Lúcia Souto Nigro Deprá	AS-PTA

48	Renato Baldez de Moraes	AFERNI
49	Renato Cosentino	Justiça Global
50	Renato Silva Nazário	NIA/UFRRJ
51	Rita Maria Barbosa de Souza	Quintais
52	Roberto dos Santos Figueiredo	Quilombo Itapinoa
53	Rogéria do Carmo Simião	Ass Enseada das Gaviolas
54	Romualdo Gonçalves dos Santos	Quilombo Itapinoa
55	Rosângela Mangili Souza	AFERNI
56	Rutineia da Silva Guedes	MST
57	Samuel Lopes Fialho	AARJ

58	Severiano José Galdino	Ass Cambucais
59	Silvia Regina Nunes Baptista	Rede Eco
60	Sinval Maranhão dos Santos	MST
61	Soélia Brito da Cruz	AFERNI
62	Taina Mie Seto Soares	EMA
63	Tomaz Ribeiro Lanza	Cooperar/MST
64	Uschi Cristina Silva	AS-PTA
65	Valentine Geneviève Van Roye	AAT
66	Vera Regina Câmara	EMATER
67	William Pacheco da Rosa	MAGE

Delegação do Rio Grande do Norte

	Nome	Organização
1	Ana Maria da Silva Gomes	Agricultora
2	Antonia Gilvana Mota Sousa	STTR Apodi
3	Antonia Unária Marcia Batista Gondim	Associação Campo Grande
4	Antonio Francisco Teixeira de Melo	ASA
5	Antonio Nilton Bezerra Junior	CPT
6	Antonio Rodrigues do Rosário	PA Taboleiro Grande
7	Bruna Silva Barbosa	Rede Xique Xique
8	Eliana Maria da Conceição	Rede Xique Xique
9	Fabício Edino Barbosa Jales	SEAPAC
10	Francisca Antonia de Lima Carvalho	Associação
11	Francisca Eliane de Lima	Rede Xique Xique
12	Francisco Agnaldo de Oliveira Fernandes	STTR Apodi
13	Francisco Benedito de Paula	Fórum
14	Francisco Caramuru de Oliveira Montes	Núcleo Sertão Verde
15	Francisco da Luz França	Agricultor
16	Francisco de Oliveira Mariano	Terra Viva
17	Francisco Edilson Neto	STTR Apodi

18	Francisco Elpídio de Medeiros	APPLP
19	Francisco Ferreira Arcanjo	STTR
20	Francisco Leonardo de Andrade Freitas	
21	Ivi Aliana Carlos Dantas	CF8
22	Ivone Maria Moraes Bilhante dos Santos	STTR Apodi
23	Janaina Henrique dos Santos	AACC
24	Joelma Menezes	Centro Pe. Pedro
25	José Dorisma de Moura	ACORD
26	José Holanda de Moraes	STTR
27	Júlio Justino de Araújo	IFRN
28	Kayke Cristina Mariguel	ATOS
29	Leomar Fernandes Soares	Coopervida
30	Maria do Céu Aprigio	ASA
31	Maria Irene de Moraes	Coopervida
32	Marialdo Santana da Cunha	TECHNE
33	Pedro Ferreira Silva	AACC
34	Raimundo Canuto de Brito	Agricultor
35	Rozirene Antonia dos Santos Martins	Agricultora

36	Suelda Varela Caldas	CEAAD
37	Tatiana Muniz de Siqueira	COOTIPESCA
38	Vandemberg Gomes de Melo	P.A Costa Branca ASPAR

39	Wberlhane Pereira da Silva	STTR Upanema
40	Yure da Silva Paiva	ASA Potiguar

Delegação do Rio Grande do Sul

	Nome	Organização
1	Adriana Maria Mezdari	MMC
2	Aline Gayeski	Rede Ecovida
3	Alinise Longhi	Centro Ecológico
4	Alvir Longhi	Coord. Rede Ecovida
5	Ana Claudia Batista de Oliveira	Rede Ecovida
6	Ana Maria Fernandes Lessa	MMC
7	Anderson Rodrigo Richter	Rede Ecovida
8	André Rocha de Camargo	Rede Ecovida
9	Andréa Basso	Rede Ecovida
10	Antonia Maria dos Santos Costa	MMC/MS
11	Ary Cargnino	Coord. Rede Ecovida
12	Augusto Weber	CAPA Sta Cruz
13	Carla Simone da Silva Mota	CAPA Pelotas/Rede Ecovida
14	Catia Silva Bauer	MMC/RS
15	Cecília Margarida Bernardi	Rede Ecovida
16	Cristiane Olejas	Rede Ecovida
17	Daniele Schmidt Peter	CAPA Pelotas
18	Denise Peter Pokojewski	APA Sul
19	Dianir Salette Valgoi	Rede Ecovida
20	Edilson Gayeski	Rede Ecovida
21	Evandro da Rosa Silveira	Rede Ecovida
22	Fábio André Mayer	CAPA Pelotas/Rede Ecovida
23	Gean Carlos Fantin	Rede CAPA
24	Grazieli Terezinha Horn	Rede Ecovida
25	Guilherme Padilha	Rede Ecovida

26	Gustavo Martins	ANAMA
27	Helena Warken Weizenmann	Rede CAPA
28	Helvio Antônio Crecencio	Rede Ecovida / EMA-TER - RS
29	Idacir Olejas	Rede Ecovida
30	Jeferson Luan Wuaden	Rede Ecovida
31	Jerri Eliano de Quevedo	CAPA Pelotas/Rede Ecovida
32	Jocemar Dal Molin	Rede Ecovida
33	Jonas Ferro	Rede Ecovida
34	Jorge Luis Mariani	Rede Ecovida
35	José Deoclécio Justo	Centro Ecológico
36	Kauvi Costi	Centro Ecológico
37	Laidi Weizenmann	Rede Ecovida
38	Macaela Hister	Rede Ecovida
39	Maria Elena de Oliveira Gomes	Rede Ecovida
40	Marli Terezinha Evaldt Justo	Centro Ecológico
41	Marly Ruchel	Rede Ecovida
42	Neura Grando dos Santos	CETAP
43	Nilo Dias	Quilombola
44	Odenir Valgoi	Rede Ecovida
45	Paulo Behenck Fernandes	Centro Ecológico
46	Pedro da Rosa Guterres	CAPA Pelotas/Rede Ecovida
47	Pedro José Lovatto	Rede Ecovida
48	Roni Carlos Bonow	CAPA Pelotas
49	Sidilon Mauricio Ferreira Mendes	COOPET Centro Ecológico
50	Teresinha Weber	EcoVale/Rede Ecovida

51	Terezinha Carlos Fernandes	MMC
52	Vitor Hugo Holllas	Rede CAPA

53	William da Silveira Schaun	Coop. Sul Ecológica
54	Zamir Cardoso Saraiva	CAPA Pelotas/Rede Ecovida

Delegação de Rondônia

	Nome	Organização
1	Altamir Ches	Rede Terra Sem Males
2	Amado Pedro da Silva	Rede Terra Sem Males
3	Ana Elizabete Bargas Baca	Rede Terra Sem Males
4	Anderson Pereira de Souza	Rede Terra Sem Males
5	Andressa Lopes dos Santos	Rede Terra Sem Males
6	Claudio Pereira Sandos	Rede Terra Sem Males
7	Cleobenilce do Nascimento Cardoso	Rede Terra Sem Males
8	Deivd Lionidas	Rede Terra Sem Males
9	Edmar Ezequiel de Almeida	Rede Terra Sem Males
10	Elias Américo Francisco	Rede Terra Sem Males
11	Enedina Maria da Silva	Rede Terra Sem Males
12	Fagner Nogueira da Costa	Rede Terra Sem Males
13	Fernanda Larissa Lucas	Rede Terra Sem Males
14	Francisco de Assis Costa	Rede Terra Sem Males
15	Francisco Rodrigues de Oliveira	Rede Terra Sem Males
16	Frank Willian Pires Venâncio	Rede Terra Sem Males
17	Geralda de Fátima Dias	Rede Terra Sem Males
18	Gilberto da Cunha Berger	Rede Terra Sem Males
19	Gleiciele Santos Martinelli	Rede Terra Sem Males
20	Graciely Oliveira Bezerra Rodrigues	Rede Terra Sem Males

21	Iter Junio Apolinário Martins	Rede Terra Sem Males
22	Jair de Oliveira Chaves	Rede Terra Sem Males
23	João Alves de Moura Filho	Rede Terra Sem Males
24	João Fidelis de Brito Jr.	Rede Terra Sem Males
25	José da Cruz de Oliveira	Rede Terra Sem Males
26	José Silva Dias	Rede Terra Sem Males
27	Letícia Norback	Rede Terra Sem Males
28	Lucimar Monteiro da Costa	Rede Terra Sem Males
29	Luiz Carlos Souza	Rede Terra Sem Males
30	Maria Estelia de Araújo	Rede Terra Sem Males
31	Martiliano Pereira da Silva	Rede Terra Sem Males
32	Neuza Gimenes de Oliveira	Rede Terra Sem Males
33	Osmar da Silva	Rede Terra Sem Males
34	Porfirio Ferreira Bispo	Rede Terra Sem Males
35	Renata Garcia da Silva	Rede Terra Sem Males
36	Rosilda Reginaldo da Silva Farias	Rede Terra Sem Males
37	Tatiane Cereza Silva	Rede Terra Sem Males
38	Valdecy José Martins	Rede Terra Sem Males
39	Valdeir Alves de Souza	Rede Terra Sem Males
40	Whabner de Jesus Teodoro	Rede Terra Sem Males

Delegação de Roraima

	Nome	Organização
1	Anita Pereira Cadete	STTR

Delegação de Santa Catarina

	Nome	Organização
1	Aires Niedzielski	Rede Ecovida
2	Andréia Fossá	MMC/SC
3	Antônio Augusto Mendes dos Santos	Rede Ecovida
4	Ariel Stefaniak	MST/SC
5	Aruana Vargas Couto	Rede Ecovida
6	Carmen Kilian Munarini	MMC/SC
7	Cassiane Salete Guadagnin da Silva	Rede Ecovida
8	Catarina Francisco Gelsleuchter	Rede Ecovida
9	Celso Gelsleuchter	Rede Ecovida
10	Claudete Ponath	Rede Ecovida
11	Cristiane Milan	MMC/SC
12	Dilce Neis Tecchio	MMC
13	Dilso Barcellos	MST/SC
14	Diva Vani Deitos	Rede Ecovida
15	Edilza Frison	Rede Ecovida
16	Eliane Matias Rodrigues Generoso	Rede Ecovida
17	Elvio Antonio Peruchi	Rede Ecovida
18	Emília de Fátima Velho de souza	Rede Ecovida
19	Eregia Gandolfi	PJR/SC
20	Eva Rodrigues	MMC
21	Ezequiel Giaretta	Rede Ecovida
22	Fabio Deivid Deitos	Rede Ecovida
23	Fernando Stern Angeoletto	CEPAGRO
24	Geneci Luciana Fátima Andrioli	MST
25	Iraci Rodrigues da Lara	MST
26	Iran Fogaça de Souza	Rede Ecovida
27	Ivo Jose Durigon	Rede Ecovida
28	Jaqueline Matilde Castanheiro	Rede Ecovida
29	Joana Fernandes Sebben	MMC/SC
30	Jociani Fatima Alves Pinheiro	PJR/SC
31	José Alfredo Wagner	Rede Ecovida

32	Juliano Cesar Niedzielsky	Rede Ecovida
33	Leandro Fernandes Gomes	Rede Ecovida / Serra Mar
34	Leticia Pereira	MMC
35	Lucia Fátima Maranhão	Rede Ecovida
36	Luiz Gustavo Teixeira	Rede Ecovida
37	Marcelo Bonamigo	Rede Ecovida
38	Marcos José de Abreu	CEPAGRO
39	Maria de Fátima Cividini	MMC
40	Maria Dênis Schneider	Rede Ecovida
41	Maria Madalena Iuzak Niedzielski	Rede Ecovida
42	Maria Olice Meirelles Prestes dos Santos	Rede Ecovida
43	Maria Orlandi	MMC/SC
44	Nair Teresinha Salvador Durigon	Rede Ecovida
45	Noemi Margarida Krefta	MMC
46	Orlando Ribeiro Melo	Rede Ecovida
47	Paulinha Wiggers	Rede Ecovida
48	Pedro Aguiar Stropasolas	UFSC
49	Rafael Fernando Lewer	PJMP
50	Roque Theobald	MAB
51	Rudinei Jose Cenci	MAB
52	Sidinei Guerino Ferrarini	MAB
53	Silvana da Fátima Ferrigo (Antena SC)	Rede Ecovida
54	Silvete Regina Matujacki Koscrevic	Rede Ecovida
55	Silvomar Decezare	Rede Ecovida
56	Simone Aparecida Pereira	Rede Ecovida
57	Tayson Bedin	PJR/SC
58	Valcionir Corrêa	UFSC
59	Valdecir de Freitas	Rede Ecovida
60	Valmir Luiz Stropasolas	UFSC
61	Vilson Valentin Koscrevic	Rede Ecovida
62	Wesley de Sousa Padilha	PJR/SC
63	Wilian Antonio Rucks	PJR

Delegação de São Paulo

	Nome	Organização
1	Adrinia Barbosa Peres	APA Sorocabana
2	Akiko Zanini	Akarui
3	Alexandre Oliveira	Prefeitura Bauru
4	Ana Zilda Rodrigues (do Mel Parelheiros)	Sítio Fiorades da Serra
5	Anatilde Oliveira Porto	Coopas
6	André Biazoti	Rede APA
7	Andrea Ono	APA/SP
8	Andreia Perez Lopes	Associação São Mateus
9	Andréia Villen Ventuan-Técnica	NEA/SP
10	Anna Carolina Santana da Silva	Giramundo
11	Beatriz Stamato	Giramundo
12	Carolina Thomson	UFSCAR
13	Cristiano Moreira	Associação
14	Daniel José da Silva	MST-Sorocaba
15	Daniel Medrade	Prefeitura Bauru
16	Diego Grespan	APA /ANC
17	Elenito Hemes Lopes	APA
18	Elizabeth Pereira de Oliveira	MST
19	Élzio dos Santos	MST
20	Ernesto Akio (Parelheiros)	OCS-SP COORERAPAS
21	Eunice Souza	APA / SP
22	Evandro Aparecido Roma	SerrAcima
23	Felipe da Cunha Peixoto	NAAC/UFSCAR
24	Fernando Schneider	NAAC/UFSCAR
25	Fernando Silveira Franco	NAAC/UFSCAR
26	Francisco Ferreira	Coop. Entre Serras e Águas
27	Gabriel Rampone	Ecovila Tibá
28	Geraldo Francisco de Aguiar	Associação Rio preto Sete Barras
29	Ismael Soares Filho	SerrAcima
30	Jonas Pereira da Silva	ITVB-NAAC
31	José dos Reis Boaventura	Coopas
32	José Maria Rocha	Consad
33	José P.O. Cintra (Zé Cintra)	APA Sorocaba

34	Juliano Silva do Nascimento	Rede APA
35	Julie Christiane Scaloppi	SFSCAR - Grupo Vida
36	Larissa Gonçalves da Fonseca Macena	Coletivo Casa da Horta
37	Leandro Hideo Sakagushi	APA Sorocabana
38	Leonardo Menezes	NUMI-UFSCAR
39	Lindamira Aparecida Teodoro Ribeiro	Associação Nova Santa Helena
40	Livia Rocha	ITCP/UNICAMP APA-SP
41	Luana Carvalho	SerrAcima
42	Lucas Novais de Albuquerque	Agricultor Cananéia - SP
43	Lucilene Silva	Assentamento Sumaré
44	Luzia Natalina Pereira	APA Sorocabana
45	Marcos Paron	CUT-IFSP
46	Maria de Lourdes Barros	Coop. Família do vale
47	Maria Madalena Izóton	Res. Agraria Unicamp. Estudante
48	Maria Rodrigues	MST
49	Mariana Gagliardi	Casa da Horta
50	Marina Fagundes do Val	CVTSP (TIMBÓ)
51	Mario Augusto de Camargo	Prefeitura Bauru
52	Marta Jaqueline Agricultora	NEA/SP
53	Mary Ono	APA / SP
54	Nelson Gonçalves Muniz	Associação Rio preto Sete Barras
55	Nilsa Ramalho	Assentamento Vergel
56	Otaviano Alves Pereira	Prefeitura Bauru
57	Pedro Kawamura	APA Sorocaba
58	Rafael Santana de Lima	Prefeitura Bauru
59	Rodrigo Machado Moreira	Giramundo
60	Rosa Damásio	NEA/SP
61	Silvana Camargo de Oliveira Mateus	ABU-Associação dos Bananicultores
62	Suzana Marques Rodrigues Alvares	Inst. Terra Viva
63	Tito César Faria	CVT APA Umuarama
64	Venceslau Souza	Coopenacra /SP
65	Wanessa Mello	APA / SP

Delegação de Sergipe

	Nome	Organização
1	Daniela Bento Alexandre	SASAC/ASA
2	Edileuza Araujo da Silva Santos	ASA
3	Edilson Tavares	Fórum
4	Felipe de Sena e Silva	CDJBC
5	Fernanda Amorim Souza	Embrapa
6	Fernando Fleury Curado	Embrapa
7	Ivanete da Silva Lino	Assentamento
8	Ivanilson Santos Santos	MST
9	Jose Nobre	ASA

10	Josefa Santos de Jesus	ASA
11	Josival Tavares Barbosa	Fórum
12	Maria Aparecida Amado de Oliveira	ASA
13	Maria Aparecida da Silva	CDJB-ASA
14	Maria Luzinete Doria Silva	CDJBC-ASA
15	Rita de Cassia Fagundes	EVA/UFS
16	Sandra Delmondes dos Santos	FEES
17	Sandra Maria dos Santos	Ass. Pequenos Agricultores
18	Yule Neves Santos	EVA/UFS

Delegação do Tocantins

	Nome	Organização
1	Adilson Lourenço das Neves	COOPTER
2	Adino Mota Barros	
3	Ana Claudia Matos da Silva	COEQTO
4	Antonio Ly Conceição Lemos da Costa	AAESPAC
5	Ary Tepc Amac Kraho	CIMI
6	Clayton Andrade Garcia	
7	Daniel de Sousa Lima	MST
8	Domingos Barbosa da Silva	COEQTO
9	Dulce Maria da Silva	MST
10	Eliene Fernandes Crisostomos de Almeida	COEQTO
11	Emília Alves da Silva Rodrigues	CASB
12	Francisca Pereira Vieira	AMB
13	Francisca Zélia Conceição Lemos da Costa	AAESPAC
14	Geisa Ribeiro de Sousa	COEQTO
15	Goianinha Kraho	CIMI
16	Guilherme Rodrigues Soares	CPT
17	Gustavo Ohara	APA-TO
18	Jecília Kraho	CIMI
19	João Palmeira Júnior	APA
20	José Araújo Cunha	Associação Campestre

21	José Ribeiro de Sousa Neto	COEQTO
22	Jusuílo Barreira da Silva	Escola Agrícola Pedro Afonso
23	Juvenal das Neves Oliveira	Cooaf-Bico do Papagaio
24	Kenely Costa Cerqueira	EFA Porto Nacional
25	Laureni Pedro dos Santos	COEQTO
26	Leozipe Pêpxá Kraho	CIMI
27	Luciana Lima Reis	EFA Porto Nacional
28	Magda Andrade da Costa	Cooperfruto
29	Maria Conceição Barbosa da Silva	Fetaet
30	Maria das Graças Alves	MIQCB
31	Maria José Ferreira Lima Alves	Cooperfruto
32	Maria Silvania Nunes da Paixão	ASMUBIP
33	Patrício Kraho	CIMI
34	Raimunda Nonata Nunes Rodrigues	ASMUBIP
35	Rosimere Nunes Silva	ASMUBIP
36	Rozimeire Martins Alves	MAB
37	Sebastião Kraho	CIMI
38	Tonilda de Araújo da Cunha	Associação Campestre
39	Valdivino Marques Sobrinho	FBES

Comissão Organizadora

	Nome	Organização
1	Adriana Pereira Santos	MST
2	Alexandre Pires	Centro Sabiá
3	Anderson Amaro	MPA
4	Bruno Prado	Secretaria Executiva / ANA
5	Carlos Eduardo de Souza Leite	SASOP
6	Darci Frigo	Terra de Direitos
7	Denis Monteiro	Secretaria Executiva / ANA
8	Diogo Ferreira de Almeida Rêgo	IRPAA
9	Eduardo Amaral Borges	PESACRE
10	Eduardo Sá	Comunicação / ANA
11	Eugenio Ferrari	CTA-ZM / ANA
12	Fábio José	CPT
13	Fábio Pacheco	Tijupá / ANA
14	Fabrcio Vassali Zanelli	AMA
15	Fátima Aparecida de Moura	FASE-MT
16	Flavia Londres	Secretaria Executiva / ANA
17	Francisco Dal Chiavon	MST

18	Generosa O. Silva	Unicafes
19	Irene Cardoso	UFV
20	Joaquim Belo	CNS
21	Laércio Meirelles	Centro Ecológico
22	Lara Angelo Oliveira	REGA
23	Letícia Pereira	MMC
24	Letícia Tura	FASE
25	Marcelo Firpo	ABRASCO
26	Marcelo Passos	Rede Ecovida
27	Maria da Conceição Dantas Moura Bezerra	MMM
28	Maria Emília Pacheco	Fase / ANA
29	Natália Almeida Souza	AARJ
30	Nilce Santos	CONAQ
31	Paulo Rogério Gonçalves	APA-TO
32	Rafaela Dornelas	RBJA
33	Sara Pimenta	CONTAG
34	Silvio Almeida	AS-PTA / ANA
35	Tatiana Pastorello	Secretaria Executiva / ANA

Comunicação

	Nome	Organização
1	Adriana Galvão Freire	AS-PTA
2	Alan Freihof Tygel	Comunicação / ANA
3	Amanda Borges	Facilitação Gráfica
4	Bernardo Aicos Vaz	Aicó Culturas
5	Bruno Cared Tavares	Facilitação Gráfica
6	Camila Nóbrega	FBSSAN
7	Camila Rigo	Facilitação Gráfica

8	Carla Cristina Hirata	Facilitação Gráfica
9	Catarina de Angola	ASA
10	Diego Lopez	Facilitação Gráfica
11	Elka Kelly de Marcedo Andrade	Caatinga
12	Fábio Gama Soares Evangelista	Imagens do Povo
13	Fernanda Cruz	ASA
14	Francisco Valdean Alves dos Santos	Imagens do Povo

15	Frederico Benevides	PVP
16	Gabriel A. Amorim	MPA/AARJ
17	Gabriela Garcia Juns	Facilitação Gráfica
18	Gilka Carla Resende da Costa	Pulsar/FASE
19	Gisele Ferreira Ramos	IRPAA
20	Gleiceani Nogueira	ASA
21	Gui Neves	Facilitação Gráfica
22	Helen Dayane Rodrigues Santa Rosa	CAA-NM
23	Karine Pereira da Silva	IRPAA
24	Larissa Fernandes Miranda	Facilitação Gráfica
25	Letícia Figueiredo Alvares da S. Campos	Rede Cerrado

26	Luciana Mendonça Rios	SASOP
27	Maria José Viana Santos	ADIPS
28	Maria Laudenice Alves Oliveira	Centro Sabiá
29	Mariana Claudino de Melo	Carta Capital
30	Marina de Arruda Nico-laiewsky	Facilitação Gráfica
31	Muriel Duarte	Facilitação Gráfica
32	Pedro Henrique Ishikawa	Facilitação Gráfica
33	Roberta Ribeiro Rangé	AS-PTA
34	Roberto Fernandes Sousa	Canal Futura
35	Vitor Massao	Facilitação Gráfica

Mística

	Nome	Organização
1	Adão Ferreira Gaspar	GAV/ Animação
2	Adila Naiade Britto Souza Costa	Animação (banda)
3	Ailton Pereira de Sousa	Som
4	Alex Ramos Rodrigues	Som
5	Antonio Márcio Xavier dos Santos	Som
6	Batolomeu Batista Araújo	Som
7	Danilo Farias da Cruz	Som
8	Débora Caroline Viana Almeida	Animação (banda)
9	Erika Denise de V. Florentino	Animação (banda)
10	Flávia Silva	Animação (banda)

11	Francisco	Som
12	João Wandeson Trabuço de Souza	GAV/ Animação
13	Nina Tainá Santiago Sacramento	Animação (banda)
14	Paulo Roberto dos Santos	Som
15	Roberto	Som
16	Robson Trindade Caldas	Som
17	Rogério	Som
18	Thamires de Sousa Passos	Animação (banda)
19	Vanessa Gonzaga Santos	Animação (banda)
20	Wilson Veridiano	Som

Convidados

	Nome	Organização
1	Adailson Feitoza de J. Santos	
2	Adenilson Pereira Nepomuceno	SEAGRI
3	Aldrin M. Perez Marin	INSA
4	Alessandra da Costa Lunas	CONTAG
5	Alexandre Luis Giehl	MPA
6	Alexandre Menezes	TDH Schweiz
7	Altemar Gomes Monteiro	Incra
8	Amanda dos Santos	CPT
9	Amaury de Barros Freitas	MDA
10	Ana Elizabeth Souza S. de Siqueira	CAR
11	Ana Paula dos Santos Alves	Rede de Justiça Ambiental / CPT
12	Ana paula Santos Lima	Cáritas Brasileira
13	André Luís Milanez de Souza	INCRA
14	André Luiz Barreto	Terra de Direitos
15	Anselmo Vital Matos	MDA-BA
16	Antenor Martins de Lima Filho	CONTAG
17	Antônio Barroso Neto	Incra
18	Antônio Cândido da Silva	Incra
19	Antônio Lisboa Rodrigues Beni	Incra
20	Antônio Robson da Silva	Incra
21	Avanildo Duque da Silva	ActionAid
22	Bruno Alexandro de Sousa Inácio	Incra
23	Camila Batista M. Carneiro	MDS
24	Carina Moreira Cezimbra	SEAGRI
25	Carmem Lúcia de Miranda Alves	INEMA/BA
26	Caroline B. Molina	
27	Cassio Trovato	MDA
28	Celia Varela Bezerra	FBSSAN
29	Cinara Del Arco Sanches	SASOP

30	Claudia Job Schmitt	CPDA-UFRRJ
31	Claudia Maria C. Araújo	INCRA
32	Claudia Zulmira	FBB
33	Claudio Luiz G. Marques	INCRA
34	Dalmo Hiroshi A. Fugita	BNDS
35	Daniela Meirelles	FASE/ES
36	Daniele Souza	MDA
37	Darci Frigo	Terra de Direitos
38	Dario Fontenele Dias Oliveira	Incra
39	Debora Mabel N. Guimarães	INCRA
40	Diogo Ferreira do A. Rêgo	FBES
41	Edison Ribeiro Santos	SEMA/BA
42	Edmir Celestino Ferraz	CEPLAC
43	Edson Guiducci Filho	EMBRAPA
44	Eduardo Azevedo Araújo	CEPLAC Mapa
45	Eduardo Safons Soares	MDA
46	Elcio Ribeiro Carmo	CAR
47	Engracia Viviane Rodrigues da Silva	CONTAG
48	Eryka Danyelle Silva Galindo	CONTAG
49	Espedito Paulo dos Santos	EMBRAPA
50	Evelyne C. Carvalho	INCRA
51	Ezequias Paz de Almeida	Incra
52	Fábia Lins	MMA
53	Fábio César Rodrigues dos Santos	INSA
54	Fábio José dos Reis Oliveira	Rede Juçara
55	Francinaldo Ferreira de Matos	ActionAid
56	Francisca da Silva Nascimento	MIQCB
57	Francisca Rosicleide F. da Silva	MDS
58	Francisco Borges Paim	Manos Unidas
59	Francisco da Cruz Freitas Nunes	CNS

60	Gabriel Bianconi Fernandes	AS-PTA
61	Gabriel M. Domingues	MMA/DEX
62	George Jefferson do Nascimento Silva	Incra
63	Gilson de Assis Sales	IMA-MG
64	Graziele V. Mendes Silva	Petrobras
65	Iracema F. de Moura	Secretaria Geral / Presid. da República
66	Isabel B. Figueiredo	ISPN
67	Jairo Silveira Couto	CEPLAC
68	Jeanaro Laytynter Ribeiro	SAGRI
69	João Silveira D'Angelis	CONAB
70	Joaquim Belo	CNS
71	Joaquim José da Silva	UNEFAB
72	Jorge Ricardo de A. Gonçalves	MAPA
73	José Arnaldo de Brito	CONTAG
74	José Barroso Neto	Incra
75	José Gonçalves Neto	Incra
76	José Lino dos Anjos	INCRA
77	José Maria Gusman Ferraz	UFSCAR
78	José Marques	Associação de Pes- cadores de Petrolina
79	José Vandilson do N. Silva	Incra
80	José Vieira Siqueira	COEP
81	Jucemary Simplício Araújo	
82	Julian Perez Cassarino	FBSSAN
83	Juliana Nascimento Funari	ActionAid
84	Juliana Pereira	FBSSAN
85	Julio Araújo	FUNAI
86	Karla Emmanuela R. Hora	MDA
87	Kelly Enne do Nascimento Silva	Incra
88	Laura Sullivan	ActionAid
89	Leila de Souza da Rocha	
90	Lígia Amstalden	MDA
91	Lilian dos Santos Rahal	MDS/SESAN

92	Luciana S. Almeida	UFRJ
93	Luis Afonso Alves de Freitas	Incra
94	Luis Claudio Lopes da Silva	Cáritas Nacional
95	Luisa C.M de Sabóia e Souza	Secretaria Geral Presid. da República/ CNAPO
96	Luiza de Marillac Melo	FASE/SAAP
97	Manoel Cunha	CNS
98	Marcela Rabello	UFRJ
99	Maria Noelci Teixeira Homero	FBSSAN
100	Maria Severo de Freitas	Incra
101	Maria Silma Moreira Magalhães	INCRA
102	Maria Zeneide Souza Batista	Incra
103	Mariana da Silva Oliveira	FBB
104	Michel Andrade	Incra
105	Murilo Ramos da costa	Incra
106	Nusa Urbancic	ActionAid
107	Olga Lúcia Matos Oliveira	CESE
108	Omar da Rocha Junior	ELO
109	Onaur Ruano	MDA
110	Paulo Esterlito do Carmo	Incra
111	Raimunda de Oliveira Silva	CONTAG
112	Reimilde Gomes da Silva Amorim	UNIVASF
113	Rizoneide Souza Amorim	IMS/FBES
114	Roberto Ricardo Vizentin	ICMBio
115	Rocilda Santos Moreira	CONSEA
116	Rodrigo Almeida Noletto	ISPN
117	Rogério Pereira Dias	MAPA
118	Rogério Rodrigues	INCRA
119	Rosilene Mendes dos Santos	MMA
120	Rui Barbosa A. S. Guimarães	CEPLAC
121	Sandra Lea dos Santos	SEAGRI
122	Selvino Heck	Sec. Geral da Presi- dência da República

123	Sérgio Serrano Miguel	Manos Unidas
124	Shirlei A. Almeida Silova	ZMS
125	Silvio Porto	FBSSAN
126	Sonia Lucia L. Andrade	FBSSAN
127	Tatsuo Carlos Shubo	FioCruz
128	Thaís Ponciano Bittencourt	Secretaria Geral Presid. da República/ CNAPO
129	Thiago Borges Lies	Min. da Saúde

130	Valter Bianchini	
131	Vilenia Venancio Porto Aguiar	CONTAG
132	Vitor Moura do Amaral Fernandes	INCRA
133	Viviane dos Santos Brochardt	Sec. Geral da Presidência da República
134	Weclslei de A. Ferraz	SEAGRI
135	Zaré Augusto Brum Soares	EMBRAPA

Convidados Internacionais

	Nome	Organização
1	Ana Paula Lopes Ferreira	ActionAid
2	Analuze Rojas Freitas	OXFAM
3	Camilo Rodrigues beltran	Universidad UDD Chile
4	Daniel Afonso Leon	Mundo Real - Colômbia

5	Germam Alonso Velez	Grupo Semillas Colombia
6	Rosalía Asig	Redsag
7	Veronica Barbosa	OXFAM
8	Vicente José Puhl	Heks - Suíça

ABA - Associação Brasileira de Agroecologia

	Nome	Organização
1	Claudenir Fávero	ABA
2	Flávio Duarte Fonseca	ABA

3	Maria Virgínia Aguiar	ABA
4	Tatiana Deana de Abreu Sá	ABA
5	Vania Costa Pimentel	ABA

ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva

	Nome	Organização
1	André Campos Burigo	Abrasco
2	Ary Carvalho de Miranda	Abrasco
3	Guilherme Franco Netto	Abrasco
4	Lara de Queiroz Viana Braga	Abrasco

5	Lia Giraldo da S. Augusto	Abrasco
6	Marcelo Firpo de Souza porto	Abrasco
7	Marina Fasanello	Abrasco
8	Raquel Maria Rigotto	Abrasco
9	Vilma Lobato Reis	Abrasco

CPT - Comissão Pastoral da Terra

	Nome	Organização
1	Helder Teixeira Leite	CPT
2	Idalia Elias Coelho	CPT
3	Marina da Rocha Braga	CPT

4	Max Silva Gomes	CPT
5	Ramilo Joaquim de Souza	CPT
6	Ruben Siqueira	CPT
7	Sérgio Bernardes Sá Teles	EFA / CPT

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

	Nome	Organização
1	Andreson B. Santos	FBES
2	Cláudio Batista dos Santos Filho	FBES
3	Cristina de Brito Ribeiro	FBES
4	Delso Oliveira Andrade	FBES
5	Denise Gonçalves	FBES
6	Evandro Carlos Pelissari	FBES
7	Joede Santos das Neves	FBES
8	José Ramalho Chagas Neto	FBES
9	Julia Machado Amaral	FBES

10	Juliano Terra Guerra de Oliveira Andrade	FBES
11	Kristiany Mariely Bender	FBES
12	Lecir Aparecida Peixoto	FBES
13	Lidiane Freire de Jesus	FBES
14	Ligia Scarpa Bensadon	FBES
15	Marcela Peixoto Batista	FBES
16	Marenilda V. Fernandes	FBES
17	Marilia Andrade Fontes	FBES
18	Mayara Almeida Tavares	FBES

FBSSAN - Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

	Nome	Organização
1	Elza Maria Franco Braga	FBSSAN
2	Luciano Carvalho machado	APROCAME

3	Norma Sueli Marques C. Alberto	FBSSAN
4	Rosangela Cintrão	Slow Food

FETRAF - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

	Nome	Organização
1	Adozilma Carneiro Silva	FETRAF
2	Antonio Bail Sobrinho	FETRAF
3	Bernardo Vergopolem	FETRAF
4	Celso Ricardo Ludwig	FETRAF
5	Jonas Ansolin	FETRAF

6	Maicon Salvador	FETRAF
7	Maria Eliana Lima Santos	FETRAF
8	Reinaldo Guilherme de Souza	FETRAF
9	Urbano Carvalho Oliveira	FETRAF
10	Vilmar Agostinho Sergiki	FETRAF
11	Maria Rute Lima Silva	FETRAF

GT Mulheres / ANA

	Nome	Organização
1	Amanda Benghi Marfil	Rede Ecovida - GT Mulheres ANA
2	Andréa Alice da Cunha Faria	UFPB
3	Antônio Augusto Lopes Neto	CTA-ZM
4	Apolônia Gomes da Silva	Rede de Mulheres - Pajeú
5	Auxiliadora Aparecida Feital	CTA-ZM
6	Elisabeth Maria Cardoso	CTA-ZM
7	Fernanda Ribeiro da Silva	GT Mulheres - ANA / APA
8	Graciete Gonçalves dos Santos	Casa da Mulher do Nordeste
9	Jailma Lopes Dutra Serafim	MMC
10	Joselma Brito Alves	Rede de Mulheres - Pajeú
11	Maria de Los Angeles Quirola Ordóñez	MAELA
12	Maria Gorete Nunes Barbosa	Rede de Mulheres - Pajeú
13	Maria Marli de Almeida Romão	Rede de Mulheres - Pajeú

14	Marluce de Souza Abduane	CTA-ZM
15	Marta Pereira da Silva	MMC
16	Miriam da Silva Pacheco Nobre	Marcha Mundial das Mulheres
17	Moane Vieira	Terra Viva
18	Nivia Regina da Silva	MST
19	Rejane Cleide de Medeiros	CF8
20	Rita Auxiliadora Teixeira	MMNEPA
21	Sarah Luiza de Souza Moreira	MMM/ESPLAR
22	Selma Glória de Jesus	MOC
23	Sheyla Saori Iyusuka	SOS Ação Mulher
24	Solange Aparecida de Oliveira	REMERÁ
25	Tacla Abduane Bonoto	CTA-ZM
26	Taisa Enaile Magalhães Marinho	MMM
27	Vanessa Schottz	FASE
28	Vilma Ferreira Amaral	Ass. Flores da Terra/ GT Gêneros

MMM - Marcha Mundial das Mulheres

	Nome	Organização
1	Camila Paula Silvestre	MMM
2	Cintia Pereira Barenho	MMM

3	Maria Adriana Vieira	MMM
4	Maria da Conceição Dantas Moura	MMM
5	Maria de Fátima Guedes Araújo	MMM

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

	Nome	Organização
1	Anderson Amaro Silva Santos	MPA
2	Anderson Munarini	MPA
3	Aparecida Borges Batista	MPA
4	Bernadete Reis	MPA
5	Deuzira Tolentino da S. Conte	MPA
6	Francisco Delano Melo Mourão	MPA
7	Gerson A. B. Borges	MPA
8	Jacir do Amaral Paré	MPA
9	Jozelita Tavares da Silva	MPA

10	Luiz Carlos Sousa	MPA
11	Marciano Toledo Silva	MPA
12	Mariana Mascaraí	MPA
13	Marines Ferri dos Santos	MPA
14	Miquéli Sturbelle Schiavon	MPA
15	Rodrigo Oliveira Santos	MPA
16	Sofia Martins Carvalho	MPA
17	Valdeci Luis Cella	MPA
18	Viviane da Silva Pereira	MPA

MMTR-NE - Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste

	Nome	Organização
1	Aline Carneiro de Paula	MMTR-NE
2	Maria Angêla Nascimento Santos	MMTR-NE
3	Gabriela Monteiro	MMTR-NE
4	Jacy Barreto de Souza	MMTR-NE

5	Maria Madalena de Santana	MMTR-NE
6	Maria José Jesus dos Santos	MMTR-NE
7	Iasmim Vieira	MMTR-NE
8	Maria Veronica de Santana	MMTR-NE

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

	Nome	Organização
1	Adeilton Santos Souza	MST-BA
2	Alan Denizzar Limeira Coutinho	MST Sul
3	Alice Karine Vriesman	MST Sul
4	Dalvan Joel Petry Mallnann	MST Sul

5	Florisvaldo de Araújo Neris	MST-PE
6	Geneci Luciana Fátima Andrioli	MST-SC
7	Iraci Rodrigues de Lara	MST
8	João Portella Sobral	MST-BA
9	Priscila Facina Monnerat	MST Sul

PJR - Pastoral da Juventude Rural

	Nome	Organização
1	Gabriel Troilo	PJR
2	Gilmar S. Andrade	PJR

3	Jaqueline P. de Andrade	PJR
4	Joana Nascimento Souza	PJR
5	Paulo Rogério A. Mansan	PJR

RBJA - Rede Brasileira de Justiça Ambiental

	Nome	Organização
1	Andréa Machado Camurça	RBJA
2	Bruna Dayane Xavier de Araújo	RBJA/TRAMAS
4	Bruna Sarkis Nunes	RBJA/TRAMAS
5	Gilmar Ferreira dos Santos	RBJA

6	Mayara Melo Rocha	RBJA/TRAMAS
7	Rafaela Silva Dornelas	RBJA
8	Renata Catarina Costa Maia	RBJA/TRAMAS
9	Rogéria de Oliveira Rodrigues	RBJA
10	Xoán Carlos Sánches Couto	Justiça nos Trilhos

REGA - Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil

	Nome	Organização
1	Alice Faria Novato	REGA
2	Guilherme Azzolini Cavazzani	REGA
3	Guilherme de Andrade Abreu	REGA
4	Lara Angelo Oliveira	REGA

5	Luisa de Antoni Bassanesi	REGA
6	Marcelo Gomes B. Xavier	REGA
7	Olivia Beatriz M. Dias de Aguiar	REGA
8	Raissa Theberge	REGA
9	Tatiana Weckeverth Furquim	REGA

Equipe de Apoio ao Credenciamento

	Nome	Organização
1	Ana Paula Pereira de Alexandria	IRPAA
2	Ariel Marques Reges	UNIVASF/Sertão Agroecológico
3	Daniel Amorim	UNIVASF
4	David Castro Alves	UNIVASF
5	Edy Stefano R. da Silva	UNIVASF/CRAD
6	Evelyn Sophia S. Costa	EMBRAPA
7	Helder R Freitas	UNIVASF
8	Júlio César de A. Lopes	UNIVASF/Setão Agroecológico
9	Maria Aldete	EMBRAPA

10	Marília Mickaele P. Carvalho	UNIVASF
11	Marineide Aparecida Moreira	IRPAA
12	Mayara Ramalho Dantas	EMBRAPA
13	Meiriane Dias de Souza	UNIVASF
14	Myllena Miranda Guimarães	UNIVASF/CRAD
15	Osmar Vieira de C. Júnior	UNIVASF
16	Pedro Luiz M. do nascimento	EMBRAPA
17	Rafaela Ribeiro dos Santos	EMBRAPA
18	Roberta Machado Santos	EMBRAPA
19	Tânia R. Ferro Carvalho Silva	UNIVASF